

Pesquisa em Ciências Humanas na Amazônia Amapaense

Volume 1

Organização

Marcos Vinicius de Freitas Reis
Cássia Plácido de Oliveira
Warlisson de Sousa Ferreira
Genival Fernandes Rocha



NEPAN



Editora do Núcleo de Estudos das Culturas Amazônicas e Pan-Amazônicas

www.nepaneditora.com.br | editoranepan@gmail.com

Diretor administrativo: Marcelo Alves Ishii

Conselho Editorial: Agenor Sarraf Pacheco (UFPA), Ana Pizarro (Universidade de Santiago do Chile), Carlos André Alexandre de Melo (Ufac), Elder Andrade de Paula – (Ufac), Francemilda Lopes do Nascimento (Ufac), Francielle Maria Modesto Mendes (Ufac), Francisco Bento da Silva (Ufac), Francisco de Moura Pinheiro (Ufac), Gerson Rodrigues de Albuquerque (Ufac), Hélio Rodrigues da Rocha (Unir), Hideraldo Lima da Costa (Ufam), João Carlos de Souza Ribeiro (Ufac), Jones Dari Goettert (UFGD), Leopoldo Bernucci (Universidade da Califórnia), Livia Reis (UFF), Luís Balkar Sá Peixoto Pinheiro (Ufam), Marcela Orellana (Universidade de Santiago do Chile), Marcello Messina (UFPB/Ufac), Marcia Paraquett (UFBA), Marcos Vinicius de Freitas Reis (Unifap), Maria Antonieta Antonacci (PUC-SP), Maria Chavarria (Universidade Nacional Maior de São Marcos, Peru), Maria Cristina Lobregat (Ifac), Maria Nazaré Cavalcante de Souza (Ufac), Miguel Nenevé (Unir), Raquel Alves Ishii (Ufac), Sérgio Roberto Gomes Souza (Ufac), Sidney da Silva Lobato (Unifap), Tânia Mara Rezende Machado (Ufac).

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

P474

Pesquisa em ciências humanas na Amazônia amapaense, volume 1 / organização Marcos Vinicius de Freitas Reis [et al.]. – Rio Branco: Nepan Editora, 2021.

251 p.: il.


E-book em formato PDF.

Inclui referencias bibliográficas.

ISBN: 978-65-89135-41-8

1. Amazônia – História. 2. Amazônia – Usos e costumes. 3. Ciências humanas – Pesquisa. I. Reis, Marcos Vinicius de Freitas [et al.]. II. Título. III. Série.

CDD 22. ed. 001.42



**Pesquisa em Ciências
Humanas na Amazônia
Amapaense**

SUMÁRIO

RESISTÊNCIA DIANTE DA DISTOPIA	7
<i>Ricardo Oliveira da Silva</i>	
A APLICAÇÃO DOS MÉTODOS CONSENSUAIS DE RESOLUÇÃO DE CONFLITOS NA JUSTIÇA DO AMAPÁ: O PROGRAMA DE MEDIAÇÃO ESCOLAR DO TJAP	9
<i>Mario Teixeira de Mendonça Neto</i>	
<i>Sueli Pereira Pini</i>	
<i>Marucia Monteiro Mol Pimentel</i>	
A DEGRADAÇÃO AMBIENTAL E USINAS HIDRELÉTRICAS NA BACIA DO RIO ARAGUARI, NO AMAPÁ	23
<i>Daguinete Maria Chaves Brito</i>	
<i>Maiara Alencar dos Santos</i>	
<i>Rita de Cássia Silva Rodrigues</i>	
A ESTRATÉGIA VISTA ATRAVÉS DE UM DE SEUS MAIS INFLUENTES TRATADOS: A ARTE DA GUERRA DE SUN TZU	34
<i>Alexandre Gomes Galindo</i>	
NICCOLÒ MACHIAVELLI, SEU PENSAMENTO E CONTEMPORANEIDADE: UM BREVE ENSAIO INTRODUTÓRIO SOBRE A RELAÇÃO DE SUAS OBRAS COM A ADMINISTRAÇÃO	40
<i>Alexandre Gomes Galindo</i>	
A REFORMA DA PREVIDÊNCIA – PEC Nº 06/2019: OS IMPACTOS AOS SERVIDORES PÚBLICOS CIVIS COM BASE EM UMA INTERPRETAÇÃO CONSTITUCIONAL	53
<i>Myrela Beatriz Santos Pinheiro</i>	
<i>Linara Oeiras Assunção</i>	
TARTARUGALZINHO/AP: UMA PEQUENA CIDADE NO CONTEXTO DO PLANEJAMENTO URBANO AMAZÔNICO	73
<i>Alan Bena Aguiar Junior</i>	
<i>José Alberto Tostes</i>	
ANTICOMUNISMO NA POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA: PASSADO E PRESENTE	91
<i>Danilo Sorato Oliveira Moreira</i>	
<i>Tiago Luedy Silva</i>	

SOBRE AS TRAJETÓRIAS HISTÓRICAS DOS MOVIMENTOS INDÍGENAS	104
<i>David Junior de Souza Silva</i>	
AS PERCEPÇÕES DA SALA DE AULA: A IMPORTÂNCIA DA SOCIOLOGIA E A MEDIDA PROVISÓRIA 746/2016	116
<i>Elane de Souza dos Santos</i>	
<i>Raylana Quelly Pantoja de Aquino</i>	
<i>Luciano Magnus de Araújo</i>	
SERVIÇO DA COMPUTAÇÃO EM NUVEM E SUA RELAÇÃO COM OS ARRANJOS DE GOVERNANÇA DE TI E O ALINHAMENTO ESTRATÉGICO	131
<i>Cláudio Márcio Campos de Mendonça</i>	
<i>Manoel Veras de Sousa Neto</i>	
CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS NA ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DO RIO CURIAÚ/AP	152
<i>Daguinete Maria Chaves Brito</i>	
<i>Cecília Maria Chaves Brito Bastos</i>	
OS ESTUDOS DA TRADUÇÃO E A CRÍTICA PÓS-MODERNA NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS (RI): CONVERGÊNCIAS EM MARTIN CARTER – O POETA DA RESISTÊNCIA	166
<i>Izabel Cristina Medina Brum</i>	
JUSTIÇA ITINERANTE FLUVIAL: O ACESSO À JUSTIÇA DAS COMUNIDADES RIBEIRINHAS NO ESTADO DO AMAPÁ (2015-2017)	182
<i>Thalyta Rocha Belfort Pereira</i>	
<i>Simone Maria Palheta Pires</i>	
O JOGO DO PASSATEMPO COMO RECURSO DIDÁTICO NO ENSINO DE GEOGRAFIA	195
<i>Rosana Torrinha Silva de Farias</i>	
<i>Alexandre Pinheiro de Freitas</i>	
<i>Frederico Silva de Carvalho</i>	
O ESTADO BRASILEIRO E A RELAÇÃO COM AS DIFERENÇAS RACIAIS	209
<i>Roberto José Nery Moraes</i>	
DINÂMICAS DE POLICIAMENTO E PROPOSIÇÕES DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA: A CRIAÇÃO DA COMPANHIA INDEPENDENTE DE MOTOPATRULHAMENTO TÁTICO E SUA ATUAÇÃO EM MACAPÁ-AP	232
<i>João Paulo Araújo dos Santos</i>	
<i>Antonio Sabino da Silva Neto</i>	
<i>José Caldeira Gemaque Neto</i>	
SOBRE OS AUTORES	249

RESISTÊNCIA DIANTE DA DISTOPIA

Ricardo Oliveira da Silva¹

A instituição universitária possui uma história recente no Brasil. Durante o período colonial, a Coroa portuguesa não permitiu que fossem criadas universidades no país. Essa decisão tinha como objetivo exercer um maior controle sobre a produção e circulação de ideias entre os colonos, a fim de evitar que contestações ao ordenamento político fossem elaboradas. Os membros da elite colonial que almejavam uma formação acadêmica, tinham que realizar esse intento em Portugal.

O que havia de ensino formal no período colonial era controlado pela Igreja Católica, com destaque para a Companhia de Jesus, que possuía como propósito maior assegurar a ortodoxia religiosa dos colonos portugueses e evangelizar populações ameríndias e do continente africano. Em meados do século XVI, a Igreja Católica criou o *Index*, uma lista de obras cuja leitura era proibida aos fiéis; a Inquisição ajudava para que essa proibição fosse respeitada e punições eram aplicadas para quem desrespeitasse essa ordem.

Em meados do século XVIII, durante o chamado período pombalino, o Estado português procurou ter um controle mais efetivo sobre diversos aspectos da vida social da colônia. Os jesuítas foram expulsos no ano de 1759 e o ensino formal passou para as mãos do Estado e de outras ordens religiosas. Esse novo cenário não resultou na criação de universidades, um quadro que não se alterou nem mesmo com a independência do Brasil em 1822.

Durante o período monárquico (1822-1889), o ensino superior brasileiro ficou restrito a poucas faculdades, e aqui se pode mencionar os casos das faculdades de Direito de Olinda e São Paulo, criadas em 1827, as quais eram instituições voltadas para a elite do país. Uma instituição proeminente na época imperial foi o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), fundado em 1838 e responsável pela realização de pesquisas com o suporte do Estado. Assim como as faculdades, o IHGB era uma instituição elitizada.

¹ Doutor em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS); Professor Adjunto de História da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS), *campus* Nova Andradina-MS; Líder do Grupo de Pesquisa cadastrado no CNPq, intitulado *Ateísmo, descrenças religiosas e secularismo: história, tendências e comportamentos*. E-mail: ricardorussell@gmail.com

As universidades surgiram no Brasil apenas no século XX. A primeira foi criada em 1920, chamada Universidade do Rio de Janeiro. Posteriormente, a Universidade de São Paulo foi concebida em 1934. Nas décadas seguintes foram fundadas outras universidades em diversos estados da federação, que tinham como função a formação de profissionais especialistas, assim como o fomento ao ensino e à pesquisa. Porém, foi apenas no início do século XXI que o Estado brasileiro, sob os governos do Partido dos Trabalhadores (PT), passou a investir de forma mais eficaz na democratização do acesso ao ensino superior, com a criação de instituições para além dos grandes centros urbanos e implementação de políticas afirmativas, tais como: o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), o Programa Universidade para Todos (Prouni), o Sistema de Seleção Unificada (SISU) e a política de cotas.

A democratização no acesso ao ensino superior para setores da sociedade historicamente marginalizados desse espaço gerou hostilidades entre pessoas dos grupos que tradicionalmente marcavam presença nas universidades. Afinal, além da formação profissional, no Brasil, o diploma universitário se constituiu como sinônimo de *status* social.

Todavia, nos últimos anos, declinaram-se os investimentos no ensino superior. E, com a ascensão de Jair Messias Bolsonaro ao cargo de presidente da República em 2018, um novo elemento ganhou força: as universidades foram denunciadas por setores do governo Bolsonaro, como fomentadoras de um *marxismo cultural* o qual teria como objetivo solapar os valores cristãos e ocidentais (liberalismo, capitalismo) que seriam a base da sociedade brasileira.

Conseqüentemente, o quadro atual enfrentado pelas universidades brasileiras é de resistência. Esse enfrentamento é feito em diversos âmbitos, sendo um deles o do contínuo fomento à produção acadêmica e, por essa razão, é gratificante ver uma obra publicada por pesquisadores da Universidade Federal do Amapá. A distopia que se abate sobre o país e que busca sufocar a pluralidade de pensamento encontra respostas em ações como esse livro. Vida longa à Universidade!

REFERÊNCIAS

FERREIRA, J.; DELGADO, L. de A. N. (Orgs.). O tempo da Nova República: da transição democrática à crise política de 2016. Quinta República (1985-2016). 1. ed. O Brasil republicano, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, v. 5, 2018.

FRAGOSO, J.; GOUVÊA, M. de F. (Orgs.). O Brasil colonial 1720-1821. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, v. 3, 2014.

GUIMARÃES, M. L. S. Nação e Civilização nos Trópicos: O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional. *Estudos históricos*. Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, jan./jun. 1988, p. 5-27.

A APLICAÇÃO DOS MÉTODOS CONSENSUAIS DE RESOLUÇÃO DE CONFLITOS NA JUSTIÇA DO AMAPÁ: O PROGRAMA DE MEDIAÇÃO ESCOLAR DO TJAP

Mario Teixeira de Mendonça Neto

Sueli Pereira Pini

Marucia Monteiro Mol Pimentel

INTRODUÇÃO

A sociedade mundial sempre viveu momentos de crises, muitas delas verificadas e acentuadas na atualidade das relações comerciais, entre outros. A consequência desses fatores, especialmente no Brasil, deflagrado por uma amplitude sem igual de direitos na Constituição de 1988, foi o aumento explosivo da judicialização, uma vez que o crescimento de relações acabou por gerar controvérsias nas mais diversas áreas, com forte incidência de suas resoluções pela tutela jurisdicional prestada pelo Estado, ente que, apesar de seu gigantismo, não possui estrutura judiciária capaz de absorver e bem atender demanda existente acumulada. Instalando-se uma crise paradigmática, pois o Estado vem constatando que lhe é impossível atender sozinho as expectativas da população, urgiu criar mecanismos que facilitassem o efetivo acesso à justiça, sem ferir o império da lei.

Com uma crescente e histórica demanda jurisdicional, capaz de abarrotar e quase inviabilizar o sistema judiciário atual, fez-se emergir alternativas menos convencionais, mas amparadas pelo sistema jurídico vigente, para atendimento dos interesses das pessoas físicas e jurídicas (públicas e privadas). Isso fez com que o Poder Judiciário passasse a criar estratégias a fim de atender a esse aumento sem necessariamente fazer com que a solução para os litígios fosse dada pela via processual e pela figura do Juiz.

Diversas doutrinas trazem a possibilidade de utilização de formas não estatais de acesso à justiça, de modo mesmo a auxiliar o Poder Judiciário a vencer o acúmulo de demanda

que aguarda pela tutela jurisdicional. As formas consensuais de resolução de controvérsias, fruto da doutrina do pluralismo jurídico, mostram-se como válvulas de otimização à resolução dos conflitos.

É necessário salientar que o presente artigo pretende analisar os métodos consensuais de resolução de conflitos, observando que estes mecanismos podem ser estudados sob o enfoque pluralista do direito, de forma a alcançar o ideal maior, tanto do Poder Judiciário como destes métodos, qual seja, a garantia do acesso à justiça a todo cidadão.

O ACESSO À JUSTIÇA NO BRASIL

Na visão contemporânea, a tripartição de poderes concebida por Montesquieu, que contempla as funções legislativa, executiva e judicial, em busca da liberdade política no contexto da experiência constitucional inglesa, é ultrapassada.

Frise-se que a teoria de Montesquieu foi acolhida nos Estados atuais com duas acomodações essenciais, que a transformaram em teoria da distinção e da colaboração dos poderes e, sendo assim, o Estado, uma vez constituído, realiza seus fins através das três funções em que se reparte a sua atividade: legislação, administração e jurisdição.

O âmbito desta presente investigação, circunscreve-se na função administrativa judiciária, explorando os contornos da gestão pública. Claro que haverá um percurso sobre as três diferentes funções do Estado, eis que apesar do poder estatal ser uno, indivisível e indelegável, cujo seu titular é o povo que não o divide, existem distintas tarefas ou atividades, mais especificamente, diferentes funções.

Com a evolução estatal, costumou-se falar em Estado Democrático de Direito, que abrange os dois aspectos: o da participação popular (Estado Democrático) e o da justiça material (Estado de Direito) (DI PIETRO, 2012).

Na fase atual, é conveniente esclarecer que não está em causa a superação do Estado Democrático de Direito e sim o acréscimo de alguns aspectos novos, como a incorporação da lógica horizontal ou a procura de formas mais flexíveis, mais próximas, específicas e descentralizadas.

Toda esta preocupação de reforma é motivada por fatores como: a globalização, o neoliberalismo, o princípio da subsidiariedade (respeito aos direitos individuais pelo reconhecimento de que a iniciativa privada dos indivíduos ou das pessoas jurídicas, tem primazia sobre a iniciativa estatal; paralelamente a essa ideia, o Estado deve abster-se de exercer atividades que o particular tem condições de exercer por sua própria iniciativa e com seus próprios recursos).

Elenca-se ainda como fator para a promoção de reformas e mudanças nesse contexto, o alto custo de acesso à justiça, a crise financeira que assola o país que ostenta grave déficit público, dificuldade de obtenção de novos recursos para cobrir o chamado Estado do Bem-Estar; a insuficiência e não raras vezes a ineficiência da prestação dos serviços públicos e as atividades assumidas pelo Estado na área econômica; a corrupção, o corporativismo etc. Esses são apenas alguns aspectos que estão exigindo um novo modelo de Estado.

Como explorado por Neves (2010), atualmente, o conceito de administrar na seara pública está sendo substituído pelo sistema de governança, que é uma forma de exercer o poder em nome do povo, com a dimensão de todos esses enfoques atuais, todavia, imbuída consigo uma nova cultura de administração como um novo paradigma, então assim descrito pelo autor:

[...] que se tomem como ponto de partida os sistemas sociais e que se entenda o caráter complexo dos problemas e das soluções; exige o reforço da adaptação com organizações mais flexíveis, o reforço das relações, com funcionamento da rede e parceria; o reforço da inovação, procurando encontrar novas respostas para novos e velhos problemas, com recurso à inovação tecnológica e organizacional (NEVES, 2010, p. 168).

O aumento e a concentração massiva do contingente populacional nas cidades, fruto da mecanização da zona rural, foi decisivo para o gradual aparecimento da jurisdição, em que a resolução dos conflitos passou a ser confiada a órgãos estranhos aos envolvidos, por meio da substituição da força pela razão, dando lugar à função jurisdicional do Estado e à classe dos julgadores, sendo os institutos do direito e a neutralidade do poder estatal, heranças que influenciaram o pensamento até hoje e orientam a vida moderna na superação dos interesses divergentes.

Por isso, Sousa e Monteiro (2015) explicam que a busca da paz é a razão da existência do Poder Judiciário e a pacificação social é o resultado que se almeja quando se procura o Estado-juiz, já que ele existe para aplicar com independência a lei (a justiça), impondo sua observância para todos, inclusive ao próprio Estado, aqui entendido os três poderes em todas as suas esferas.

A evolução e a edificação do que é litígio se deu em paralelo com a formação do poder do Estado. O monopólio estatal da justiça se justificou com o fim de estancar o espírito de beligerância entre os homens, pois a sociedade primitiva se via envolvida pela instabilidade, insegurança e incerteza.

Se é certo que, durante um longo período, a heterocomposição¹ e a autocomposição² foram considerados instrumentos próprios das sociedades primitivas e tribais, enquanto o processo jurisdicional representava insuperável conquista da civilização (SPENGLER, 2016).

Na atualidade há um impulso crescente da aplicação de novos métodos na resolução dos conflitos, de uma cultura da autocomposição, da conciliação, consubstanciada nos equivalentes jurisdicionais (negociação, mediação e arbitragem, entre outros) e da Justiça Multiportas, estimulando o uso das vias alternativas ao processo, capazes de evitá-lo ou diminuí-lo.

O Poder Judiciário não é a única fonte de solução dos conflitos, existindo equivalentes jurisdicionais, conhecidos como Alternative Dispute Resolution (ADR). Em importantes desdobramentos, estes equivalentes jurisdicionais vem institucionalizando eficientes formas de coparticipação na administração da Justiça e de gestão racional dos interesses públicos e privados, assumindo relevante papel promocional de uma coletiva conscientização de

1 A heterocomposição caracteriza-se por ser baseada em um método adversarial, onde a decisão é imposta às partes pelo juiz e/ou árbitro (SPENGLER, 2016).

2 A autocomposição caracteriza-se por ser baseada em um método não adversarial, onde a decisão é tomada pelas próprias partes.

autorresponsabilidade. É nessa ótica que está centrada esta investigação (SOUTO e DIAS, 2016).

Outro ponto de destaque é o paradigma trazido pela teoria do pluralismo jurídico cujo cerne está na identificação da existência de ordens jurídicas locais e a sua coexistência e articulação com o direito nacional oficial. Segundo o entendimento de Souto e Dias (2016), a evolução da teoria do pluralismo jurídico veio permitir identificar, sobretudo nas áreas econômicas e financeiras, outra normatividade supranacional que vem interferindo de múltiplas formas nas ordens jurídicas locais e nacionais.

Já não é o direito internacional público que, pela via dos tratados e da adesão às convenções, se aplica aos diferentes Estados, mas uma normatividade inscrita em regulamentos, contratos, e outros diplomas normativos, por poderosos atores internacionais (Estados, empresas multinacionais, agências financeiras), sobretudo, aos Estados situados na periferia ou semiperiferia do sistema mundial.

Por isso, Gomes (2011), ao defender a teoria do pluralismo jurídico, explica que hodiernamente não é possível falar do espaço-tempo do direito, circunscrito ao direito oficial do espaço nacional. Sociologicamente, o espaço-tempo do direito é bastante complexo, constituído por três espaços-tempo, o local, o nacional e o global, cada um deles com a sua própria normatividade e racionalidade jurídica. Nesse sentido, os cidadãos organizam a sua procura sociojurídica segundo cada um daqueles espaços-tempo, canalizando-a para outras instâncias ou outros meios fora do sistema judicial.

Essa referência ao pluralismo jurídico e a uma concepção sociológica mais abrangente do campo jurídico, objetiva mostrar o contexto complexo em que se desenvolvem as políticas públicas do direito de acesso à Justiça. O modo como cada país organiza o seu sistema judicial e como a Justiça se articula com as demais instâncias de resolução de conflitos pode alterar significativamente o potencial de eficácia e de cidadania de determinadas políticas, em especial das políticas promotoras do acesso ao direito e à justiça.

Tudo isso decorre dos múltiplos pactos sociais firmados pelas redes de manutenção e mudança, por meio de teias de poder, que circulam por diversos sujeitos sociais. Desse modo, não é possível eliminar uma prática injusta – por exemplo, o acesso não democrático à justiça – através de um único ato, como uma reforma administrativa do Poder Judiciário ou uma reforma na legislação processual.

A problemática do acesso à justiça engloba e participa de diversos locais na sociedade; perpassa, tal qual o movimento que circula numa teia encadeada de relações, diversos setores. É, pois, uma prática social que exige integração e diálogo. Apesar das injustiças processuais exprimirem injustiça factual que existe numa sociedade baseada na desigualdade socioeconômica de seus integrantes, não é somente corrigindo-lhe ou aprimorando as técnicas no âmbito do direito que se terá sanado defeito estrutural, pois não é eliminando o reflexo de uma desigualdade que se terá eliminado o ponto nervoso de sua existência.

É possível, segundo o entendimento de Porto (2007), lutar por uma Justiça acessível e democratizada para que se tenha a integração de diversos sujeitos sociais, visando à prática social do direito, através da sua incorporação por novos movimentos sociais, novas formas

menos burocráticas de resolução de litígios, novas maneiras de ensino jurídico que se baseiem na criação de soluções jurídicas e não na mera reprodução de casos já resolvidos. Por isso, o autor defende que tantas outras formas serão bem-vindas, desde que sejam inclusivas e integradoras de sujeitos, corpos, classes e locais da sociedade.

NOVAS FORMAS CONSENSUAIS DE RESOLUÇÃO DE CONFLITOS

Muitos instrumentos de gestão pública surgiram a partir de diversos processos de reorganização e reestruturação das funções do Estado e na administração dos recursos para prover à sociedade os direitos e deveres de forma adequada.

Destarte, a fim de se ajustar o acesso à justiça aos tempos atuais, surge a necessidade de ser diferenciado, descentralizado e flexibilizado o direito e os meios de exercício do direito.

Souto e Dias (2016) explicam que o processo civil brasileiro vive um momento histórico, a partir da aprovação da Lei nº 13.105/2015 (Brasil, 2015), que instituiu o Novo Código de Processo Civil (CPC), tendo o legislador almejado à melhoria do sistema jurídico, o alcance da efetividade e o cumprimento da garantia constitucional da rápida solução dos processos. Sob esse prospecto, a primazia das técnicas de autocomposição se apresenta como um virtuoso pressuposto do novo sistema dogmático.

Fernandes (2016) entende que a mediação ganhou dinamismo e intensidade tanto com a Lei nº 13.140/2015 – Lei da Mediação, quanto com a Lei nº 13.105/2015 – Lei do Novo Código de Processo Civil (BRASIL, 2015). A partir desse novo paradigma de resolução de disputas, priorizou-se a cultura do consenso em vez da cultura da litigiosidade; em outros termos, sob o comando do §2º do artigo 3º do novo CPC, “O Estado promoverá, sempre que possível, a solução consensual dos conflitos” (BRASIL, 2015)

E no artigo 3º, § 3º do novo CPC, há ênfase à importância dos mecanismos de solução consensual de disputa, com destaque à mediação, determinando ser dever dos juízes, advogados, defensores públicos e membros do Ministério Público, estimular a mediação e outros métodos de solução consensual de conflitos:

Art. 3º Não se excluirá da apreciação jurisdicional ameaça ou lesão a direito.

§ 3º A conciliação, a mediação e outros métodos de solução consensual de conflitos deverão ser estimulados por juízes, advogados, defensores públicos e membros do Ministério Público, inclusive no curso do processo judicial (BRASIL, 2015).

Desta feita, para Fernandes (2016), as mudanças procuraram apresentar uma nova abordagem para a solução dos litígios, priorizando os meios de solução consensual de litígios. Esta perspectiva traduz o papel relevante que as Instituições Públicas têm, doravante, mais do que nos anteriores ordenamentos jurídicos, na disseminação dos métodos de solução de conflitos, como a conciliação e a mediação. Nesse particular, para que haja a propagação da mediação, será preciso a difusão de sua significação a todos os cidadãos, logo, mostrar os benefícios dessas práticas para a solução do conflito, torna-se uma meta a ser buscada incessantemente.

A mediação judicial, apesar de mostrar-se um avanço numa cultura essencialmente litigiosa e inquestionavelmente adequada a muitas demandas paralisadas no judiciário, há

muitos desafios a romper, a exemplo: da falta de estrutura do poder judiciário para abrangê-la; dos ritos processuais rigorosos encontrados no sistema processual e, ainda, da falta de funcionários capacitados para iniciar a aplicação dos dispositivos referentes à mediação no processo civil. Mas, em uma visão otimista, logrará êxito se devidamente aplicada (FREITAS e JOBIM, 2015).

A Lei nº 13.105/2015 (BRASIL, 2015) trouxe as formas mais comuns de resolução consensual, mas se crê que outras formas surgirão a partir dessas, desde que nos limites da Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988). Isto posto, será uma mudança normativa de imenso avanço e valor para o sistema jurídico nacional. É válido lembrar que não é um retrocesso aos meios de autocomposição e autotutela, mas sim, um reestabelecimento do diálogo entre os cidadãos, uma autonomia às partes, dada pelo próprio ordenamento jurídico, buscando a solução das controvérsias (BRANDÃO; TARTUCE, 2015).

Fernandes (2016) salienta o papel da Defensoria Pública na promoção da mediação de conflitos, não só por ser uma instituição criada para promover a defesa judicial e extrajudicial, mas por ter o dever de promover o acesso à justiça daqueles desprovidos de recursos. A ela cumpre se adequar aos conflitos e às múltiplas formas de resolvê-los, permitindo que seus assistidos alimentem o sentimento de cidadania. Sobretudo, o mais importante é compreender que o principal objetivo da mediação não é a redução da judicialização; esse resultado deve ser visto como uma das suas consequências secundárias.

Assim, a difusão dessa política pública de acesso à justiça é uma forma de ampliar os direitos do cidadão. Esse instrumento de pacificação social promove o empoderamento dos indivíduos na construção dos consensos e de uma responsabilidade compartilhada, além de sustentar a participação do cidadão na tomada de decisões, conscientizando-o não só acerca das questões individuais, mas também a respeito das questões coletivas e seus desdobramentos.

Dessa forma, o incentivo da mediação traz a perspectiva de emancipação social, visto que promove a manutenção dos valores do grupo beneficiado pela sua implementação, preservando, assim, a harmonia entre seus integrantes (FERNANDES, 2016, p. 43).

O atual Código de Processo Civil assegura objetivamente onde e quando a conciliação será aplicada, competindo aos operantes do direito se adequarem aos novos tempos e lidarem efetivamente na busca do apaziguamento social, sendo esta a maneira correta e adequada de se obter a atuação do Poder Judiciário e a efetivação da prestação jurisdicional (BRASIL, 2015).

No entendimento de Oliveira et al. (2016), ao agilizar a autocomposição dos conflitos, as mudanças legais criaram a figura dos auxiliares da justiça, dentre eles os mediadores e os conciliadores, conforme dispõe o artigo 149, in verbis:

Art. 149. São auxiliares da Justiça, além de outros cujas atribuições sejam determinadas pelas normas de organização judiciária, o escrivão, o chefe de secretaria, o oficial de justiça, o perito, o depositário, o administrador, o intérprete, o tradutor, o mediador, o conciliador judicial, o partidor, o distribuidor, o contabilista e o regulador de avarias (BRASIL, 2015).

Os auxiliares da justiça podem ser classificados quanto à sua prescindibilidade em imprescindíveis ou essenciais, como é o caso do escrivão e do oficial de justiça. São aqueles cuja presença se faz sempre obrigatória para que o processo aconteça. E prescindíveis ou eventuais, cuja presença se faz obrigatória apenas quando surge a circunstância para justificar sua atuação, como é o caso dos peritos, intérpretes etc., já que nem todo processo necessita de perícia ou versão para o idioma oficial. Porém, o registro dos autos sempre será necessário (PINHO, 2015).

O Código de Processo Civil, a partir de 2015, revolucionou o sistema processual através da criação dos Centros Judiciários de Solução Consensual de Conflitos (CEJUSC), órgãos responsáveis pela realização das audiências de conciliação e de mediação e pelo desenvolvimento de programas destinados a auxiliar, orientar e estimular a autocomposição (OLIVEIRA et al., 2016).

Estes centros de soluções consensuais são administrados pelos tribunais, portanto, cabendo-lhes regulamentar a parte estrutural desses centros, chamando para o quadro de funcionários profissionais que atuem na área de conciliação e mediação, exercendo técnicas negociais, criando ambientes favoráveis à autocomposição, tudo conforme dispõe o parágrafo terceiro do artigo 166 do NCPC (OLIVEIRA et al., 2016).

Estabelece, ainda, o códex processual, que a capacitação destes profissionais que atuarão como conciliadores e mediadores será realizada através de entidades credenciadas, conforme parâmetro curricular definido pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), em conjunto com o Ministério da Justiça. Após a devida capacitação, os conciliadores e mediadores poderão requerer a inscrição no cadastro nacional e no cadastro dos tribunais de justiça e tribunais regionais federais (OLIVEIRA et al., 2016).

A competência de cada um destes institutos de autocomposição também vem bem definida pelo NCPC. A rigor, o conciliador atuará preferencialmente nos casos em que não houver vínculo anterior entre as partes. Já o mediador, atuará nas controvérsias em que há vínculo anterior entre as partes, auxiliando os interessados a compreender as questões e os interesses em conflitos, de modo que eles possam, pelo restabelecimento da comunicação, identificar, por si próprios, soluções consensuais que gerem benefícios mútuos. Toda a estrutura criada pelo novo Código de Processo Civil para facilitar a autocomposição, continua sendo regida pela livre autonomia dos interessados, inclusive no que diz respeito à definição das regras procedimentais (OLIVEIRA et al., 2016).

O artigo 334 do CPC exprime de forma clara os passos a serem seguidos para que a audiência ocorra de fato; no mesmo artigo, no caput e nos parágrafos 1º, 2º e 3º, tem-se primeiramente que a audiência de conciliação e mediação é designada pelo juiz com antecedência de 30 dias, sendo a parte requerida citada com pelo menos 20 dias antes da realização da sessão, então a ser presidida por um conciliador ou mediador, havendo a possibilidade de na falta de um dos dois, ser presidida por servidor com outras funções. O Código traz a possibilidade de haver mais de uma sessão, não podendo exceder dois meses contados a partir da realização da última sessão.

A lei prevê, ainda, especificamente nos parágrafos 4º, 5º e 6º do citado art. 334, sobre a exceção da obrigatoriedade da realização da audiência de conciliação e mediação. A audi-

ência não será realizada quando todas as partes envolvidas no processo, inclusive litisconsortes ativos e passivos, manifestarem expresso desinteresse na composição consensual, ou ainda, quando a lide não admitir autocomposição. O autor que não desejar a realização de audiência deverá indicar na petição inicial. Já o réu, deverá fazê-lo através de uma petição autônoma, com antecedência de 10 dias da data da audiência (DIDIER JÚNIOR, 2014).

Para Araújo et al. (2015), atendendo aos avanços do meio eletrônico nos Tribunais, o novo CPC admitiu a sua utilização para a realização da audiência de conciliação e mediação, com previsão no artigo 334, parágrafo 7º. O parágrafo 8º do mesmo artigo, ressalta a obrigatoriedade da realização da audiência, sem admitir o não comparecimento de uma das partes com a mera justificativa do desinteresse em conciliar.

Prevê, também, que a parte não poderá comparecer desacompanhada de um advogado e que o representante deverá estar com procuração específica. Finalmente, os parágrafos 11º e 12º expressam que a autocomposição será reduzida a termo e homologada por sentença e que as audiências terão intervalo mínimo de 20 minutos entre o início de uma e o início da outra, a fim de não gerar insatisfação aos advogados que enfrentam atrasos em sua agenda.

Uma novidade que o novo CPC trouxe, é que o réu não é mais citado para responder, mas somente para comparecer à audiência de conciliação e mediação. Sendo assim, o prazo para contestar só começa a fluir da realização da audiência ou do dia em que o réu se manifesta pelo desinteresse em sua realização (ARAÚJO et al., 2015).

Neste novo cenário legislativo, é louvável o esforço de munir o Judiciário para atender às suas novas demandas e combinar, harmoniosamente, com as forças produtivas privadas em busca de obter o melhor resultado na gestão dos conflitos.

Essa quebra de paradigmas na forma do tratamento dos litígios, certamente poderá ser um fator de promoção e facilitação na gestão dos conflitos e do desenvolvimento de uma sociedade cada vez mais articulada, forte e ativa, onde ela própria passa a administrar seus conflitos com a utilização de diversos métodos autocompositivos, utilizando a mediação, a conciliação, a arbitragem, entre outros. Nunca foi tão oportuno e estratégico falar de capacidade de inovação no acesso à justiça, imperativo que merece, finalmente, a consciência e a mobilização do país.

O ACESSO À JUSTIÇA NO AMAPÁ

Com a transformação do Território Federal do Amapá em Estado e a conseqüente constituição dos poderes, em 1991 instalou-se a Justiça do Estado do Amapá com a criação do Tribunal de Justiça do Amapá (TJAP), com sede na capital do estado, Macapá, e que se constituiu dos seguintes órgãos: Plenário; Secção Única; Câmara Única; Conselho da Magistratura e, mais tarde, o Conselho Superior dos Juizados Especiais.

Para o acesso à justiça no estado do Amapá, tem-se em sua estrutura organizacional: Desembargadores (09), Juízes de Direito Titulares - Entrância Final (44) - Entrância Inicial (14), Juízes de Direito Substitutos (12) e constituído por 12 Comarcas (Amapá, Calçoene, Ferreira Gomes, Laranjal do Jari, Macapá, Mazagão, Oiapoque, Porto Grande, Santana, Tartarugalzinho, Vitória do Jari e Pedra Branca do Amapari) e 05 Postos Avançados (Serra do Navio, Pracuúba, Itaúbal do Píririm, Lourenço e Cutias). A Comarca de Macapá é composta de

trinta e duas Varas e uma Turma Recursal, composta de quatro Juizes, distribuídas na forma a seguir: Varas Cíveis e de Fazenda (06); Varas Criminais (05); Varas de Família, Órfãos e Sucessões (04); Vara de Execução Penal (01); Vara de Execução de Penas e Medidas Alternativas (01); Vara de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher (01); Varas de Juizados Especiais Cíveis (07); Vara do Juizado Especial Criminal (01); Varas de Juizado Especial de Fazenda Pública (02); Vara de Tribunal do Júri (01); Varas de Infância e Juventude (03); Turma Recursal (01), destinada a julgar recursos no âmbito dos Juizados Especiais de todo o Estado. A Comarca de Santana é composta de oito Varas, distribuídas da seguinte forma: Varas Cíveis de Competência Geral (03); Varas Criminais de Competência Geral (02); Vara de Infância e Juventude (01); Vara de Juizado Especial Cível e Criminal (01); Vara de Violência Doméstica por instalar (01). A Comarca de Laranjal do Jari é composta de quatro Varas, sendo: Vara de Competência Geral e Tribunal do Júri (01); Vara de Competência Geral, Violência Doméstica e Execuções Penais (01); Vara de Competência Geral e Infância e Juventude (01); Vara de Juizado Especial Cível, Criminal e de Fazenda Pública (01). A Comarca de Oiapoque se constitui apenas de duas Varas, as quais são: Vara de Competência Geral e Tribunal do Júri (01); Vara de Competência Geral e Infância e Juventude (01).

As demais Comarcas do Estado possuem Vara Única, ou seja, sua competência é geral para julgar todas as lides que não digam respeito à questão trabalhista, eleitoral, ou militar não estadual, bem como naquelas em que não haja interesse da União, Autarquias Federais ou Empresas Públicas Federais.

A Justiça Estadual julga as matérias de natureza cível, de família, do consumidor, de sucessões, de falências e concordatas, da infância e juventude, criminais, dentre outras. A maior parte das ações judiciais dão entrada no chamado primeiro grau de jurisdição, que é exercido por Juiz de Direito, ou um Juiz de Direito Substituto (magistrado recém ingressado na Magistratura por concurso). Em caso de recursos, são julgados pelo órgão de segundo grau da Justiça do Amapá, que é o Tribunal de Justiça. No segundo grau de jurisdição, as decisões são colegiadas, ou seja, proferidas através de votos de, no mínimo, três magistrados que integram o Tribunal, ocupantes do cargo de Desembargador.

Considerando que, conforme previsto na Constituição Federal, além da vertente formal perante os órgãos judiciários, estabeleceu-se os objetivos estratégicos do Poder Judiciário, nos termos da Resolução/CNJ nº 70, de 18 de março de 2009, fomentando o direito de acesso ao sistema de Justiça, o acesso à ordem jurídica justa, a eficiência operacional e a responsabilidade social, coube ao Judiciário estabelecer política pública de tratamento adequado dos problemas jurídicos e dos conflitos de interesses, que ocorrem em larga e crescente escala na sociedade, organizando, em âmbito nacional não somente os serviços prestados nos processos judiciais, como também, os que possam sê-lo mediante outros mecanismos de solução de conflitos, em especial dos consensuais, como a mediação e a conciliação.

Com este direcionamento na reformulação das políticas de tratamento dos conflitos, foi instituído no âmbito do TJAP o Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Resolução de Conflitos (NUPEMEC), através da Resolução nº 759/2013-TJAP, implantando o programas e políticas de fomento ao uso dos métodos consensuais de resolução de conflitos na esfera estadual.

Diante do posicionamento do CNJ de “disseminar em todo o país a cultura da paz e do diálogo, desestimular condutas que tendem a gerar conflitos e proporcionar às partes uma experiência exitosa de conciliação”, o sistema judiciário local e a Universidade Federal do Amapá (UNIFAP), por intermédio da criação do Núcleo de Mediação Universitária (NUMED) (projeto de Extensão do curso de administração que tem o objetivo realizar cursos de Mediação de conflitos e palestras educativas para uma cultura de paz e gestão dos conflitos), se mobilizaram na busca de novas possibilidades de resolução dos conflitos, diferentes da formal (processual) sempre apresentada até então.

Para o fomento e desenvolvimento dessas novas práticas, foi realizado o Termo do Acordo de Cooperação Técnica nº 002/2014 - TJAP/UNIFAP, com ações socioeducativas de mediação e conciliação escolar, entre a UNIFAP, através do NUMED; e o TJAP, através do NUPEMEC, promovendo e realizando cursos de mediação e conciliação de conflitos e palestras educativas nas escolas do Estado e do Município, aproximando o Judiciário e as instituições de ensino do Estado capacitando professores, técnicos, discentes, pais de alunos e comunidade no uso das técnicas de mediação de conflitos no ambiente escolar.

O convênio proposto contribuiu com a propagação dos métodos consensuais de resolução de conflitos no estado do Amapá, principalmente a mediação e o resgate da cidadania. O que gerou frutos altamente positivos, fazendo com que o Tribunal de Justiça do Amapá implantasse o Programa de Mediação Escolar através do Ato Conjunto 383/2016- TJAP, visando propiciar a formação de agentes multiplicadores para a resolução das divergências nos estabelecimentos de ensino, como um virtuoso canal de disseminação da cultura da paz e do diálogo construtivo.

O PROGRAMA DE MEDIAÇÃO ESCOLAR DO TJAP

Com o advento desta nova política de tratamento e acesso à justiça, incentivados pelo CNJ, o judiciário do Amapá implantou, através do desenvolvimento das atividades com o NUMED, um pioneiro programa de Mediação Escolar. O Ato Conjunto nº 383/2016-TJAP fomentou a formação de agentes multiplicadores, fazendo com que os servidores, docentes, discentes e a comunidade mediem seus problemas e conflitos internos, construindo por si a solução mais responsável e implantando Núcleos de Mediação de Conflitos nas escolas.

Com este intuito, o TJAP e o NUMED instituíram ações de práticas de mediação e justiça restaurativas nas Escolas, implantado Núcleos de Mediação Escolar em inúmeros educandários, capacitando e formando Mediadores Escolares para atuar nos conflitos surgidos no ambiente escolar, propiciando a implantação de novos métodos na resolução dos conflitos educacionais. Destarte, os objetivos específicos do programa são:

- ✓ Capacitar acadêmicos, docentes, servidores e comunidade como mediadores de conflitos, aperfeiçoando-os no uso da técnica da mediação e conciliação, estabelecendo a cultura da paz no ambiente escolar;
- ✓ Prevenir atitudes violentas e o Bullying;
- ✓ Criar Base de Mediação de Conflitos na Escola;
- ✓ Fomentar a postura alternativa de soluções de conflitos, na escola e na Comunidade;

- ✓ Identificar, selecionar e capacitar mediadores escolares para atuarem como multiplicadores na mediação de conflitos, contribuindo para a defesa dos direitos fundamentais da pessoa, sobretudo na melhoria das relações no ambiente escolar, familiar e social;
- ✓ Promover ações sócio-comunitárias a fim de fomentar a dignidade e a soberania popular.

Este Programa divide-se, essencialmente, em quatro etapas, a saber:

- Primeira: Realizar no TJAP, Workshop de sensibilização em Métodos Consensuais de Resolução de Conflitos à comunidade Escolar.
- Segunda: Capacitação e formação dos Mediadores de Conflitos na própria escola, no uso das técnicas da mediação, a fim de atender os públicos-alvo: discentes, docentes, servidores/colaboradores, pais de alunos e Comunidade indicada. Após a conclusão do curso, é inaugurada a base do Núcleo de Mediação de Conflitos na Escola. Sendo feito portaria pela diretora instituindo o referido núcleo com a devida composição de um coordenador (geralmente o coordenador pedagógico da escola), professores e alunos que tenham o perfil adequado para a condução das atividades.
- Terceira: Início e realização dos atendimentos na base do Núcleo de Mediação Escolar, a partir da formação da primeira turma de Mediadores, realizados através de agendamentos ou da necessidade que o caso requeira.

O procedimento e a metodologia desenvolvida estabeleciam que: o Interessado I expõe o problema ao Mediador, então capacitado e credenciado em formação específica, que preencherá Ficha de Atendimento. Será encaminhado convite marcando dia e hora ao Interessado II, para a realização da Mediação. Ao final, havendo acordo, será elaborado Termo de Mediação que terá validade de título Extra-executivo Judicial, se for o caso.

- Quarta: Há supervisão periódica dos participantes do Curso de Mediação e monitoramento das mediações com encontros e reuniões de avaliação com a equipe escolar do programa.

Ressalta-se que, em momento algum, defendeu-se um posicionamento administrativo/jurídico que venha substituir o cerne pedagógico dos procedimentos que rotineiramente devem presidir as unidades escolares em suas decisões, quando transgredidas as normas de convivência. Ao contrário, é mediando as relações conflitantes com intervenções pedagógicas que as estratégias saneadoras poderão ser legitimadas, confirmando o verdadeiro contexto educativo que deve caracterizar a instituição escolar.

Abaixo, os quadros com o resumo dos dados do programa MEDIAÇÃO ESCOLAR no ano de 2016:

Quadro 1 - Workshops Realizados no TJAP (2016)

Workshop Realizado	
Escola	Quant. de Participantes
<i>Escola Estadual Raimundo Virgolino</i>	67
<i>Escola Estadual M^a de Nazaré P. Vasconcelos</i>	93

<i>Escola Estadual Profº Raimundo dos Passos</i>	115
<i>Escola Estadual Carmelita do Carmo</i>	94
<i>Escola Estadual General Azevedo Costa</i>	46
<i>Governo do Estado e Ministério Público</i>	43
<i>Escola Estadual Colégio Amapaense</i>	42
<i>Fórum da Comarca de Oiapoque</i>	62
<i>Centro de Convenções João B. de A. Picanço</i>	69
Total:	631

Fonte: elaborado pelos autores.

Quadro 2 - Cursos de Mediação de Conflitos realizados (2016)

Curso de Mediação Realizado	
Escola	Quant. de Participantes
<i>Escola Estadual Azevedo Costa</i>	46
<i>Escola Estadual Mª de Nazaré P. Vasconcelos</i>	52
<i>Vara de Execução Penal – VEP/Apenados</i>	35
<i>Escola Estadual Raimunda Virgolino</i>	58
<i>Governo do Estado do Amapá</i>	50
<i>Tribunal de Justiça do Amapá- Bolsistas</i>	45
<i>Escola Estadual Joaquim Nabuco - Oiapoque</i>	48
<i>Escola Estadual Dom Pedro I - Mazagão</i>	81
<i>Campus Binacional da Unifap - Oiapoque</i>	68
<i>Escola Estadual Josefa Jucicleide Amoras Colares</i>	110
<i>Tribunal de Justiça do Amapá - Bolsistas</i>	45
<i>Escola Estadual São José – IAPEN</i>	42
<i>Escola Estadual Gonçalves Dias</i>	142
<i>SEED/SEMED/DEFENAP</i>	91
<i>Curso de Formação de Instrutores Multiplicadores</i>	70
<i>Curso de Mediação - UNIFAP</i>	65
<i>Centro de Ensino Superior o do Amapá - CEAP</i>	156
Total:	1.204

Fonte: elaborado pelos autores.

Quadro 03 - Núcleo de Mediação de Conflitos Instalados

Núcleo de Mediação de Conflitos Instalados	
<i>Escola Estadual General Azevedo Costa</i>	01
<i>Escola Estadual Maria de Nazaré Pereira Vasconcelos</i>	01
<i>Escola Estadual Joaquim Nabuco- Oiapoque</i>	01
<i>Campus Binacional da Unifap – Oiapoque</i>	01

<i>Escola Estadual Dom Pedro I – Mazagão</i>	01
<i>Escola Estadual Professora Josefa Jucileide Amoras Colares</i>	01
<i>Escola Estadual São José – IAPEN</i>	01
<i>Escola Estadual Gonçalves Dias</i>	01
<i>Escola Estadual Dr. Murilo Braga – Mazagão</i>	01
<i>Defensoria Pública do Estado do Amapá – DEFENAP</i>	01
Total:	10

Fonte: elaborado pelos autores.

As ações desenvolvidas pelo Programa de Mediação Escolar do TJAP, ocasionaram mudanças altamente positivas e promoveram grandes transformações no cotidiano da comunidade escolar, que resultou em um amplo acordo de Cooperação Técnica nº 011/2016, de Ações Socioeducativas de Mediação Escolar, com a Secretaria Estadual de Educação do Estado do Amapá (SEED), a Defensoria Pública do Estado e a Prefeitura Municipal de Macapá através da Secretaria Municipal de Educação (SEMED), visando instituir e instalar Núcleo de Mediação de Conflitos na SEED, SEMED e Defensoria Pública do Estado, para realizarem atendimentos extrajudiciais, além de promover e realizar cursos de formação de instrutores multiplicadores em Mediação de Conflitos para atuarem como agentes multiplicadores e facilitadores de cursos nas escolas, aplicando os métodos consensuais de resolução de conflitos nas escolas do estado e do município de Macapá-AP.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Todas as pessoas têm, de regra, enfrentamento de conflitos no curso de sua breve ou longa existência. Geralmente, muitas delas sequer conseguem algum diálogo sensato com outra parte. Assim, quando agora com essa nova abordagem, lastreada em um sério trabalho realizado por um mediador ou conciliador, o qual por sua vez está alinhado com os procedimentos de uma sessão de mediação, as técnicas de comunicação; e, principalmente, possuem disposição para proporcionar uma nova possibilidade, então mais construtiva para o problema enfrentado. As pessoas, frequentemente, tendem também a mudar seu comportamento e se abrirem para uma solução pacífica, efetivamente mais benéfica, construída em consenso, com e a um menor custo para todos e de forma mais célere.

Esta cooperação para a implantação do programa de Mediação Escolar tornou-se relevante e importante, pois propiciou técnicas de mediação e de conciliação de conflitos, estabelecendo uma responsável pacificação social onde antes reinava contrariedades e muita irracionalidade.

Observou-se que a instalação dos Núcleos de Mediação de Conflitos gerou um impacto altamente positivo na solução dos conflitos existentes e até mesmo uma desjudicialização de novas lides na escola e na comunidade. Nota-se, também, uma melhoria no clima e nas relações interpessoais, pois o Núcleo de Mediação passou a ser referência de atendimento para a comunidade escolar, visto que é um instrumento importantíssimo de suporte às demandas de crises dentro do sistema educacional.

Com isso, vislumbra-se uma necessária e desejada expansão das atividades, com ampliação de cooperações, ações e programas de Mediação de Conflitos, objetivando expandir a aplicação dos métodos extrajudiciais e fomentar uma cultura de desjudicialização de processos.

O diálogo respeitoso, consciente e responsável é ainda a melhor forma de estabelecer a paz e a harmonia entre as pessoas e as instituições, ainda mais no mundo atual com a massiva concentração das pessoas em cidades. Vive-se um momento de um novo comunitarismo em que o diálogo nos espaços privados ou públicos, é o instrumento ideal para que ocorra a efetivação dos direitos individuais (humanos fundamentais) pelo próprio interessado e pela gestão pública como um todo.

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, J. P. R. da S. *et al.* *Mediação e conciliação no novo Código De Processo Civil: Novos paradigmas*. R. Farociência, Porto Velho, v. 2, n. 2., jul./dez. 2015.
- BRANDÃO, D.; TARTUCE, F. S. Reflexões sobre a aplicação das previsões consensuais do Novo CPC em demandas familiares. *Revista Brasileira de Direito Processual – RBDPro*. Belo Horizonte, ano 23, n. 91, jul./set. 2015.
- BRASIL; AMAPÁ. *Tribunal de Justiça do Amapá - TJAP*. [site]. Disponível em: <<http://www.tjap.jus.br/portal/home/conheca-o-tribunal.html>> acessado em 08/04/2019>. Acesso às 12:18.
- BRASIL. *Lei nº 13.105 de 16 de março de 2015*. Código de Processo Civil.
- BRASIL. *Lei nº 13.140 de 26 de junho de 2015*. Dispõe sobre a mediação entre particulares como meio de solução de controvérsias e sobre a autocomposição de conflitos no âmbito da administração pública; altera a Lei nº 9.469, de 10 de julho de 1997, e o Decreto no 70.235, de 6 de março de 1972; e revoga o § 2º do art. 6º da Lei nº 9.469, de 10 de julho de 1997.
- DI PIETRO, M. S. Z. *Discricionariedade Administrativa na Constituição de 1988*. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2012.
- DIDIER JÚNIOR, F. *Curso de direito processual civil: introdução ao direito processual civil e processo do conhecimento*. 16. ed. Bahia: Jus Podivm, 2014.
- FERNANDES, J. M. *A mediação como política pública de acesso à justiça e sua importância no âmbito da defensoria pública*. Monografia (Pós-graduação Lato Sensu em Direito Processual Civil). Brasília: Instituto Brasiliense de Direito Público (IDP), 2016.
- FREITAS, J.; JOBIM, M. F. Resolução alternativa de disputas: cláusula inovadora do CPC. *Revista Brasileira de Direito Processual - RBDPro* Belo Horizonte, ano 23, n. 91, jul./set. 2015.
- GOMES, C. *Os atrasos da Justiça*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos, 2011.
- NEVES, A. *Governança Pública em Rede: Uma aplicação a Portugal*. Lisboa: Sílabo, 2010.
- PINHO, G. R. Os auxiliares da justiça no novo cpc: do escrivão, do chefe de secretaria e do oficial de justiça. *Edição Especial Revista Pensar Direito*, v.7, n. 1, jul. 2015.
- PORTO, J. P. F. O acesso à ordem jurídica justa em sua perspectiva sociológica. *Revista Sociologia Jurídica*. nº 05, jul./dez. 2007.
- SOUSA, F. C.; MONTEIRO, I. P. *Colaborar Para Inovar: A inovação organizacional e social como resultado do processo de decisão*. Lisboa: Sílabo, 2015.
- SOUTO, T. V. C.; DIAS, L. S. *Audiência de conciliação ou de mediação no novo código de processo civil: questões controvertidas*. Anais III Semana Científica, v. 3, n. 3, 2016, p. 1-4.
- SPENGLER, F. M. O tempo do processo e o tempo da mediação. *Revista Eletrônica de Direito Processual – REDP*. Vol. VIII, 2016, p. 307-325.

A DEGRADAÇÃO AMBIENTAL E USINAS HIDRELÉTRICAS NA BACIA DO RIO ARAGUARI, NO AMAPÁ

Daguinete Maria Chaves Brito
Maiara Alencar dos Santos
Rita de Cássia Silva Rodrigues

INTRODUÇÃO

A degradação ambiental no médio rio Araguari, no Amapá, iniciou com a construção da primeira Usina Hidrelétrica – UHE, denominada de Coaracy Nunes. Esta UHE foi, igualmente, a primeira construída na Amazônia. Os maiores danos ambientais ocorreram com a formação da área de reservatório, com a submersão parcial da floresta nativa da região. Atualmente, essa degradação aumentou com a instalação e operacionalização de mais duas UHE, Ferreira Gomes e Cachoeira Caldeirão, que também têm áreas de reservatórios.

Para analisar a influência das UHE na degradação ambiental nos territórios dos municípios de Ferreira Gomes e Porto Grande, se construiu a seguinte questão norteadora desta pesquisa: Como vem ocorrendo a degradação ambiental a partir das instalações e entrada em operação das UHE no médio rio Araguari? A hipótese construída para responder a esta questão é que o maior dano para o ambiente advém da formação dos reservatórios das UHE.

A partir da questão norteadora e da hipótese, estruturou-se o objetivo geral do estudo que foi: Diagnosticar quais as principais degradações ambientais vêm ocorrendo após as instalações das UHE no médio rio Araguari. Como objetivos específicos evidenciaram-se: (1) analisar a definição legal e teórica de degradação ambiental; (2) historicizar as UHE e territorialidade amapaense; (3) avaliar os principais focos de degradação ambiental a partir das UHE no médio rio Araguari.

Os procedimentos metodológicos utilizados foram: pesquisas bibliográficas, análise de documentações oficiais em sítios da *internet* (Prefeitura Municipal de Ferreira Gomes, Prefeitura Municipal de Porto Grande, Eletronorte, Ferreira Gomes Geração de Energia e

Cachoeira Energia), além de coleta de dados, a partir de visitas *in loco*, no primeiro semestre de 2020.

Para melhor identificar a degradação ocorrida na área das UHE, o resultado da pesquisa está dividido em três seções. A primeira procurou realizar a análise do termo Degradação Ambiental; a segunda buscou contextualizar a área de estudo envolvendo o médio rio Araguari, os municípios de Ferreira Gomes e Porto Grande e a caracterização dos empreendimentos hidrelétricos; e a terceira parte buscou identificar como a degradação ambiental ocorre na área de estudo.

OS PROCESSOS DE DEGRADAÇÃO AMBIENTAL

A natureza sempre atendeu e atende às variadas necessidades das sociedades, desde as mais antigas até a contemporaneidade. Nos primórdios da história da humanidade a exploração da natureza ocorria de forma simples, as principais preocupações eram com alimentação e abrigo. Entretanto, ao deixar a condição de nômade, o homem precisou desenvolver habilidades para suprir suas novas necessidades, sendo necessário produzir e, não apenas caçar, colher e extrair, assim, passou a exigir mais do ambiente natural.

A partir deste cenário, a natureza passa a ser um bem econômico, isto é, ocorre sua transformação em recursos naturais, logo, é concebida como matéria-prima que deve ser dominada e explorada infinitamente. Em consequência desta utilização, vários elementos da natureza foram explorados até a exaustão, isto ocorreu em função do alto grau de exploração e da defasagem entre as técnicas de exploração e a capacidade de reposição dos bens naturais, situação comum até os dias atuais, tendo como consequência a degradação ambiental, isto é, o impacto negativo causado pelo homem.

Com relação à definição do termo degradação ambiental, é possível identificá-lo nas normas vigentes no país e na teoria. A Lei nº 6.938, de 1981, que estabelece a Política Nacional de Meio Ambiente – PNMA, traz uma definição importante relacionada a este tema. Seu art. 3º, inciso II, determina que a degradação da qualidade ambiental é “a alteração adversa das características do meio ambiente” (BRASIL, LEI Nº 6.938/1981). Enquanto, a Resolução 01/1986, art. 1º, incisos I ao V, do Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA, determina que impacto ambiental, seja positivo ou negativo, é:

[...] qualquer alteração das propriedades físicas, químicas e biológicas do meio ambiente, causada por qualquer forma de matéria ou energia resultante das atividades humanas que, direta ou indiretamente, afetam:

I - a saúde, a segurança e o bem-estar da população;

II - as atividades sociais e econômicas;

III - a biota;

IV - as condições estéticas e sanitárias do meio ambiente;

V - a qualidade dos recursos ambientais (BRASIL; CONAMA, 1986).

Neste sentido, é possível inferir que degradação ambiental refere-se a um fenômeno exclusivamente negativo, que pode ser consequência das atividades naturais, sobretudo, proveniente das atividades humanas, que têm na natureza o principal meio para o desenvolvimento das atividades socioeconômicas, afetando fauna, flora, beleza cênica dos am-

bientes naturais e a própria qualidade e disponibilidade dos elementos da natureza, que a sociedade capitalista convencionou chamar de recursos naturais. Por outro lado, o termo impacto ambiental pode se referir tanto à intervenção positiva, melhoria nos ambientes naturais, quanto negativa, qualquer alteração que danifique os elementos da natureza.

No contexto teórico, o termo degradação ambiental apresenta diferentes conceitos. Para Guerra e Guerra (2003, p. 184), a degradação ambiental consiste na ação do homem que não respeita os limites impostos pela natureza. Sendo assim, “A degradação ambiental é mais ampla que a degradação dos solos, pois envolve não só a erosão dos solos, mas também a extinção de espécies vegetais e animais [...]”. A exemplos: a poluição dos recursos hídricos, incluindo o assoreamento e outros impactos prejudiciais ao meio ambiente e à própria humanidade.

Lima e Roncaglio (2001, p. 55) explicam que a degradação ambiental corresponde aos processos resultantes dos danos ao ambiente natural provocados pela ação humana, ou seja, é qualquer lesão ao meio ambiente, “[...] seja ela física ou jurídica, de direito público ou privado, pelos quais se perdem ou se reduzem algumas de suas propriedades, tais como a qualidade ou a capacidade produtiva dos recursos ambientais”. Não obstante, o termo socio-ambiental constata a impossibilidade de isolar o ambiente e/ou natureza, por conseguinte, a degradação ambiental pode ser causada ou não pelo homem. Corroborando com este pressuposto, Cunha e Guerra (2001) afirmam que alguns processos ambientais como a lixiviação, erosão, movimento de massas e enchentes podem ocorrer sem interferência humana.

Gonçalves (2006) assevera que a degradação ambiental tem como principal causa a sucessão de técnicas de manejo ambiental ao longo da história da humanidade. A partir desta atividade as características naturais do ambiente são alteradas qualitativa e quantitativamente, causando danos irreparáveis às sociedades. Enquanto, Santos (2006, p. 157-159) divide o processo de apropriação dos elementos da natureza em três fases: o meio natural, o meio técnico e o meio técnico-científico-informacional:

- a) Meio natural - da pré-história a meados do século XVIII – caracteriza-se como algo valorizado pela humanidade, pois as condições naturais constituíam o alicerce material da existência do homem;
- b) Meio técnico - da revolução industrial a meados do século XX – é constituído por objetos culturais e técnicos, assim, os espaços geográficos (regiões e nações) passaram a ser construídos utilizando-se técnicas;
- c) Meio técnico-científico-informacional – de meados do século XX à contemporaneidade - esta fase se afirma a partir de 1970 e se distingue das demais fases, pelo fato de sua intensa interação entre a ciência e a técnica. Essa interação é constatada pelas mudanças ocorridas no espaço, na extrema intencionalidade com que os objetos técnicos e informacionais vêm sendo produzidos, tornando a natureza subordinada à lógica do mercado global.

Assim, na fase atual, é possível deduzir que ciência, tecnologia e informação formam o embasamento da produção, utilização e funcionamento dos espaços, o que poderia ser positivo para a conservação da natureza. Entretanto, o que se observa é a intensa explora-

ção, provocando a degradação. Este pensamento é corroborado com Guattari (2001), o qual afirma que:

O planeta Terra vive um período de intensas transformações técnico-científicas, em contrapartida das quais engendram-se fenômenos de desequilíbrios ecológicos que, se não forem remediados, no limite, ameaçam a vida em sua superfície. Paralelamente a tais perturbações, os modos de vida humanos individuais e coletivos evoluem no sentido de uma progressiva deterioração (GUATTARI, 2001, p. 2).

Analisando os autores e suas teorias, pode-se depreender que a sociedade contemporânea é marcada pelo alto poder de produção e de consumo – características marcantes do capitalismo. Neste cenário, os valores e ideologias das sociedades baseiam-se no consumismo e na acumulação de bens e, conseqüentemente ocorre a intensa exploração dos elementos da natureza provocando a degradação ambiental e a extinção de espécies da fauna e da flora.

É neste panorama que a pesquisa sobre as UHE no médio rio Araguari, estado do Amapá, se insere, visto que no processo de construção e operação das UHE, as transformações ecológicas e sociais são provocadas, especificamente, pelas suas áreas de reservatórios. Desse modo, a relação entre sociedade e seu meio é alterada, modificando a relação homem-natureza e dificultando a qualidade de vida da população que tem, historicamente, seus territórios de vivência e desenvolvimento de atividades socioeconômicas nestas áreas.

O AMAPÁ E OS EMPREENDIMENTOS HIDRELÉTRICOS NO RIO ARAGUARI

O Amapá é um dos estados mais novos do Brasil, foi instituído no contexto da promulgação da Constituição da República Federativa do Brasil, em 1988. Possui área territorial, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2020), de 142.470,762 Km² e estimativa de população, para 2020, de 861.773 pessoas, tendo como densidade demográfica 4,69 hab./km².

A territorialidade amapaense apresenta riquíssima rede hídrica, com rios pertencentes à bacia amazônica e à bacia independente do Amapá. Segundo o Instituto de Pesquisas Científicas e Tecnológicas do Estado do Amapá (IEPA, 2008), a bacia hidrográfica do rio Araguari é a maior que pertence inteiramente à territorialidade amapaense, com 42.711,18 km² e extensão de aproximadamente 617 km. O rio Araguari nasce no complexo da serra do Tumucumaque, no Parque Nacional (PARNA) Montanhas do Tumucumaque – PNMT e deságua no oceano Atlântico, portanto, pertence à bacia independente do Amapá. No entanto, as construções e operações das UHE Ferreira Gomes e Cachoeira Caldeirão, são os fatores preponderantes que, ano a ano, vêm alterando a foz do rio Araguari, que começou a desaguar no rio Amazonas.

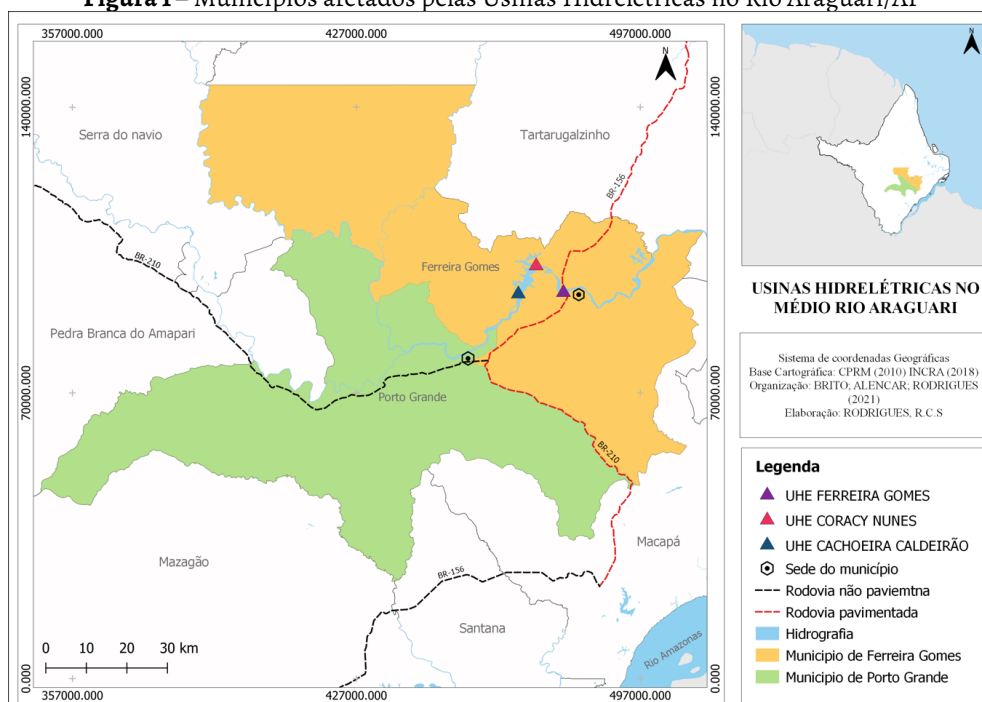
Não obstante, a criação extensiva de búfalos, as atividades agropecuárias e a dinâmica natural do rio, com o fenômeno das terras caídas, atividades recorrentes nas áreas próximas à foz, também contribuem para este cenário. Uma das conseqüências desta alteração foi a extinção do fenômeno conhecido como pororoca, que são as grandes ondas provocadas pelo encontro das águas dos rios com o Oceano. Por isso, é possível deduzir que o rio Araguari passa por grandes transformações e, conseqüentemente, degradação ambiental, foco principal desta pesquisa.

Com relação à UHE, é perceptível que, geralmente, está associada ao crescimento econômico de países em processo de desenvolvimento, devido a sua tardia efetivação no setor industrial. São obras de grande porte, executadas para implementar a economia de um município, estado, região, país ou associação de países, a exemplo da UHE binacional de Itaipu que fornece energia para o Brasil e Paraguai. Estas obras são defendidas por empreendedores que justificam a sua necessidade amparada em ideias como: reduzida ou nula poluição (atmosférica, do solo e da água); produção de energia renovável e barata, além de proporcionar áreas de lazer (formação do reservatório).

A Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL classifica a produção de energia, a partir dos recursos hídricos e de acordo com a capacidade produtiva, em três categorias: (1ª) UHE, (2ª) Pequenas Centrais Hidrelétricas – PCH e (3ª) Centrais Geradoras Hidrelétricas – CGH. As duas primeiras estão submetidas à outorga de água por órgãos ambientais, que dependendo da sua localização, pode ser emitida por instituições estaduais ou federais e o processo de construção e funcionamento devem ser submetidos aos procedimentos de licenciamento ambiental, com o Estudo de Impacto Ambiental – EIA e Relatório de Impacto Ambiental – RIMA. Enquanto, as CGH não necessitam de outorga, entretanto, sua concessão é acompanhada pela ANEEL.

Reiterando, no caso dos empreendimentos hidrelétricos instalados no rio Araguari, no Amapá, são do tipo UHE, com formação de áreas de reservatório. As três UHE instaladas e em operação no rio Araguari estão concentradas no município de Ferreira Gomes, da nascente para a foz, as quais são: Cachoeira Caldeirão, Coaracy Nunes e Ferreira Gomes (figura 1). Da mesma forma, os danos sociais, econômicos e ambientais se estendem pelo município de Porto Grande que teve e continua tendo sua rotina econômica e socioambiental alterada, principalmente, a partir de 2011, acentuando-se em 2016, quando entraram em operação as UHE Ferreira Gomes e Cachoeira Caldeirão, respectivamente.

Figura 1 – Municípios afetados pelas Usinas Hidrelétricas no Rio Araguari/AP



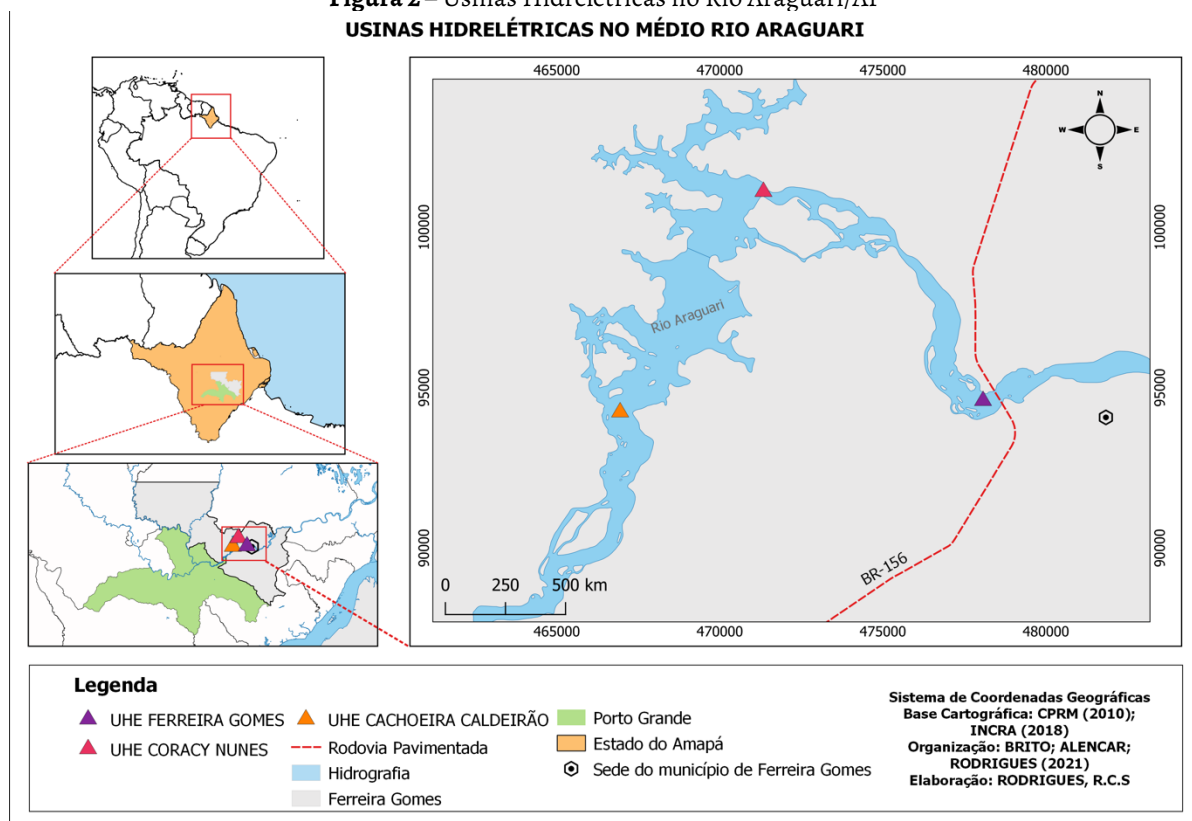
Fonte: Organizado pelas autoras e elaborado por Rodrigues (2021).

Os municípios que têm maior grau de degradação ligados à construção e operação das UHE no médio rio Araguari foram instituídos nas décadas de 1980 e 1990, no contexto da transformação do Amapá em estado, em 5 de outubro de 1988. Estes municípios, segundo pesquisa *in situ*, têm a socioeconomia vinculada às atividades do setor primário, tais como: pequena pecuária, agricultura de subsistência e pesca artesanal; e setor terciário, como pequenos comércios e a incipiente atividade turística. Contudo, estes municípios têm suas bases econômicas nos repasses governamentais (estadual e federal), que financiam a educação, saúde e infraestrutura.

O município de Ferreira Gomes foi criado em 17 de dezembro de 1987 (BRASIL, Lei nº 7.639/1987), a estimativa da sua população para 2020 foi de 7.967 pessoas e seu território tem área de 4.973,852 km². Enquanto, o município de Porto Grande foi instituído em 1º de maio de 1992 (AMAPÁ, Lei nº 003/1992), com população estimada para 2020 de 22.452 habitantes e área territorial de 4.428,013 km² (IBGE, 2020).

Em relação aos empreendimentos hidrelétricos no médio rio Araguari, UHE Coaracy Nunes, UHE Ferreira Gomes e UHE Cachoeira Caldeirão, se destacam pela proximidade que se localizam (figura 2). Embora, todas estejam instaladas, territorialmente, no município de Ferreira Gomes, a degradação ambiental, causada pelo surgimento dos reservatórios das UHE, afeta as comunidades ribeirinhas e as próprias sedes dos municípios de Ferreira Gomes e Porto Grande.

Figura 2 – Usinas Hidrelétricas no Rio Araguari/AP
USINAS HIDRELÉTRICAS NO MÉDIO RIO ARAGUARI

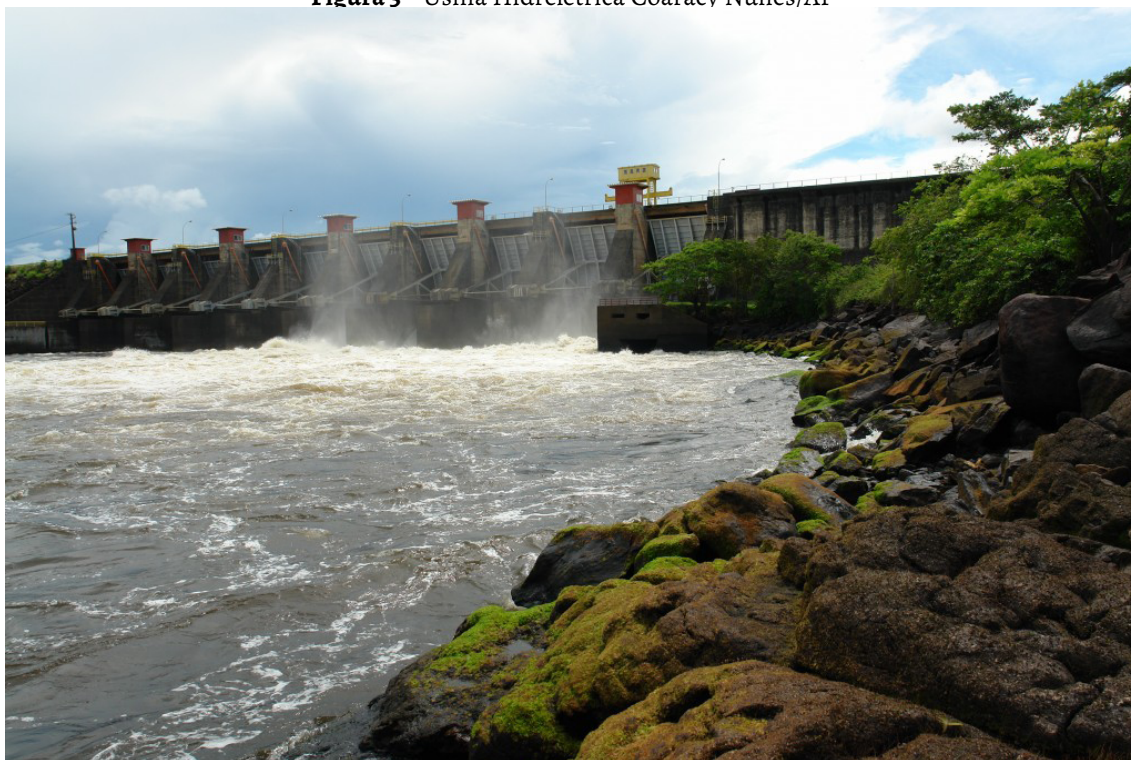


Fonte: Organizado pelas autoras e elaborado por Rodrigues (2021).

A construção das instalações da UHE Coaracy Nunes (figura 3) iniciou no ano de 1960 e é considerado o primeiro empreendimento hidrelétrico na Amazônia. A empresa responsável pelo seu gerenciamento é a Central Elétrica do Norte do Brasil S/A, conhecida como

Eletronorte. Esta UHE entrou em operação, segundo o *site* da Agência Eletronorte, em 1976, inicialmente operava com duas turbinas de 20 megawatts (MW) de potência em cada. Também, segundo o *site* da empresa gestora, em fevereiro de 2000 entrou em funcionamento a terceira turbina e atualmente a potência instalada é de 78 MW, sendo que as duas primeiras passaram a funcionar com capacidade de 24 MW cada e a terceira com 30 MW, as turbinas são do tipo Kaplan e o reservatório ocupa uma área de 23,3 km².

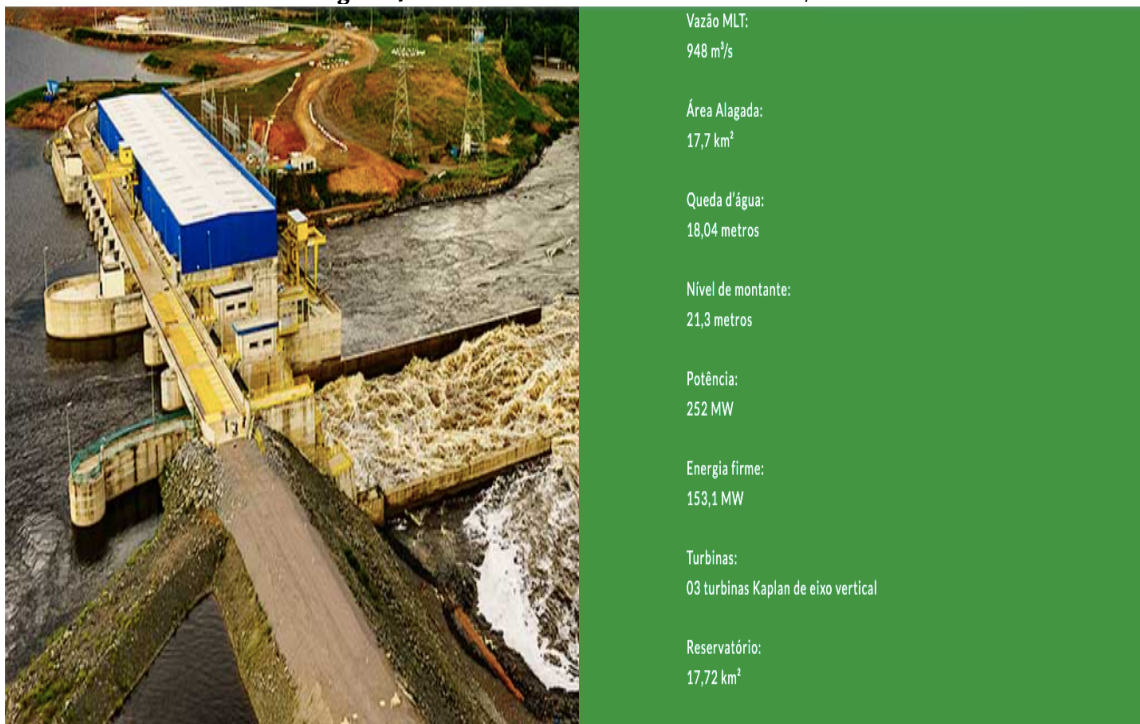
Figura 3 – Usina Hidrelétrica Coaracy Nunes/AP



Fonte: *Site*: <<http://agencia.eletronorte.gov.br/site/2015/01/13/coaracy-nunes-39-anos/>>. Acesso em 12 de nov. de 2020.

De acordo com informações colhidas no *site* da Empresa Ferreira Gomes Geração de Energia, a UHE Ferreira Gomes (figura 4) começou a ser construída em 2011 e entrou em operação em maio de 2015. Sua capacidade de geração de energia elétrica é de 252 MW e a área do reservatório é de 17,7 km². Atualmente, ela opera com três turbinas kaplan de eixo vertical e produz energia em sua capacidade máxima.

Figura 4 – Usina Hidrelétrica Ferreira Gomes/AP



Fonte: Site: <<https://ferreiragomesenergia.com.br/usina/>>. Acesso em 12 de nov. de 2020.

As informações contidas no *site* da EDP Brasil, empresa mantenedora da Cachoeira Energia, responsável pelo gerenciamento da UHE Cachoeira Caldeirão (figura 5), demonstram que suas obras iniciaram em setembro de 2013 e começaram a operar em maio de 2016. A capacidade de geração de energia elétrica é de 219 MW, com reservatório de 47,99 km² e desde agosto de 2016 opera com três turbinas bulbo. Atualmente funciona com capacidade máxima de produção de energia elétrica.

Figura 5 – Usina Hidrelétrica Cachoeira Caldeirão/AP



Fonte: CTG Brasil. Disponível em: <<https://www.ctgbr.com.br/cachoeira-caldeirao-antecipa-em-oito-meses-inicio-de-suas-operacoes-4/>>. Acesso em 12 de nov. de 2020.

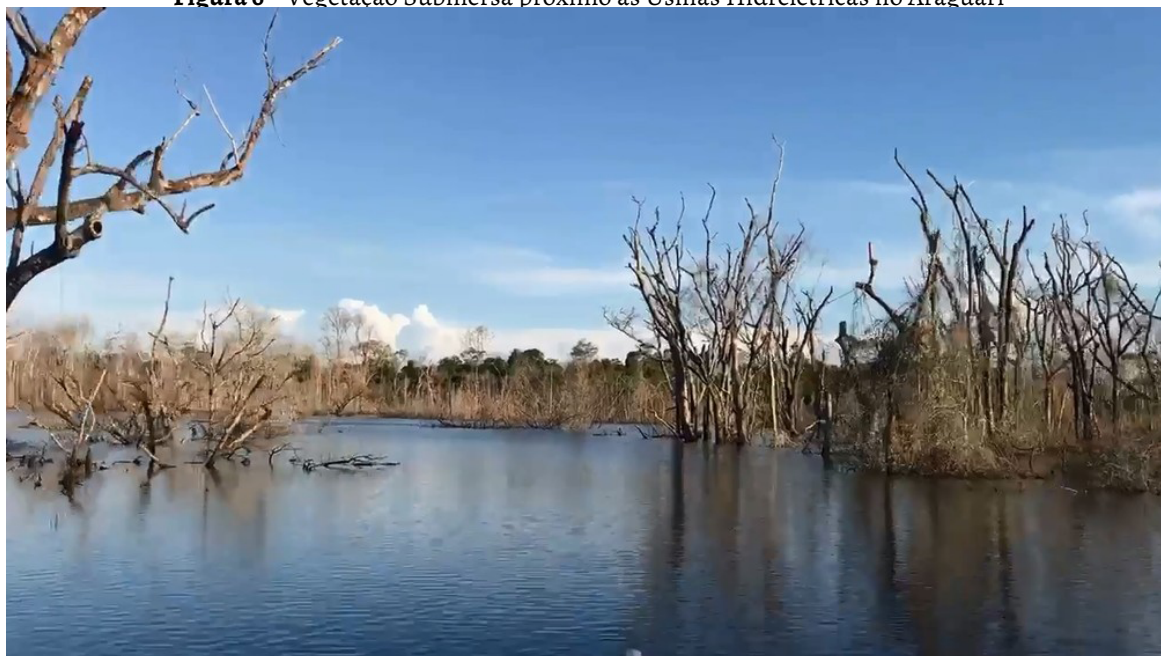
As UHE instaladas no rio Araguari operam em sua capacidade máxima e compõem o Sistema Interligado Nacional – SIN. Compôr o SIN significa que a energia produzida por

estas UHE não é de uso exclusivo da população amapaense e o preço da energia se equipara ao de todo o Brasil, o que torna inviável o acesso a esse recurso por vários comunitários, principalmente aqueles que perderam seus espaços de produção.

USINAS HIDRELÉTRICAS NO MÉDIO RIO ARAGUARI E A DEGRADAÇÃO AMBIENTAL

Tendo como pressuposto que a degradação ambiental é o impacto negativo ao ambiente natural, é presumível admitir que as instalações de grandes empreendimentos causam danos irreversíveis ao ambiente natural. Neste sentido, e com base nas coletas de informação em campo, conclui-se que a degradação ambiental advinda das instalações e entrada em operação das UHE no médio rio Araguari ocorre, sobretudo, a partir da constituição das áreas de reservatórios, onde incide a submersão da floresta nativa (figura 6), causando danos incalculáveis à biodiversidade e à população local. Esse dano ambiental atinge tanto a territorialidade de Ferreira Gomes, quanto de Porto Grande.

Figura 6 – Vegetação Submersa próximo as Usinas Hidrelétricas no Araguari



Fonte: G1 Amapá, 2018. Disponível em: <<https://g1.globo.com/ap/amapa/noticia/2018/10/01/video-mostra-natureza-morta-em-area-represada-no-ap-ribeirinhos-acusam-acao-de-hidreletrica.ghtml>>. Acesso em 12 de nov. de 2020.

A floresta nativa é degradada pela submersão, que acarreta na extinção da vegetação em vários locais; causa grandes danos ao próprio rio, com a água se tornando imprópria ao consumo doméstico e para a pecuária, além de afetar negativamente a piscosidade, com a diminuição da oferta de peixes, em especial, nas áreas de reservatórios, o que prejudica a dieta alimentar dos ribeirinhos que habitam no entorno das UHE. Outra situação comum nos dois municípios são as consequências das inundações artificiais e dos alagamentos. A inundação artificial afetou a vida de ribeirinhos da região de forma permanente. As áreas dos reservatórios tiveram alguns acontecimentos: a submersão perene de terras agricultáveis, onde os pequenos produtores mantinham suas roças e seus espaços de pecuária; a realocação de comunidades ou famílias que moram isoladas em sítios ou pequenas fazendas e os alagamentos, que se tornaram comuns nas comunidades e até nos núcleos urbanos,

como aconteceu em 2015 com a sede do município de Ferreira Gomes (figura 7). A degradação ambiental advinda das inundações artificiais compromete as atividades agropecuárias, pois resulta na inexistência de áreas para o cultivo dos pequenos produtores e criadores.

Figura 7 – Alagamento da sede do município de Ferreira Gomes/AP



Fonte: G1 Amapá, 2018. Disponível em: <<https://g1.globo.com/ap/amapa/noticia/2018/10/01/video-mostra-natureza-morta-em-area-represada-no-ap-ribeirinhos-acusam-acao-de-hidreletrica.ghtml>>. Acesso em 12 de nov. de 2020.

A degradação do ambiente causada pelas inundações artificiais promoveu o aumento de doenças de veiculação hídrica. Segundo depoimento de comunitários, doenças como vômito e diarreia voltaram a ser recorrentes na população infantil dos dois municípios e aumentaram os registros de doenças como malária e dengue na população em geral. Estes casos de doenças estão ligados diretamente à água, seja pela qualidade ou pelo seu barramento. Outra consequência foi a eliminação de espaços de reprodução de espécies, por exemplo, espécies de tracajás (*Podocnemis unifilis*) que não têm mais onde desovarem na área, além de prejudicar a reprodução de diversas outras espécies de pequenos mamíferos, roedores e pássaros que foram expulsos de seus *habitats*.

De acordo com o levantamento em campo, pode-se concluir que a maior degradação no médio rio Araguari é promovida pelas barragens das três UHE, ou seja, a inundação artificial. Não obstante, deve-se considerar como desdobramento deste dano, os alagamentos nos meios rural e urbano; comprometimento das atividades agropecuárias desenvolvidas pelos pequenos produtores; redução dos estoques pesqueiros, que era a base da dieta alimentar de várias comunidades; diminuição da qualidade da água, com o aparecimento de várias doenças e eliminação dos múltiplos usos previamente existentes no espaço ocupado pelos empreendimentos, com a extinção de *habitats* de reprodução de aves, roedores, pequenos mamíferos e cágados.

CONSIDERAÇÕES

A degradação ambiental nas áreas de influência dos empreendimentos hidrelétricos no médio rio Araguari, é uma constante na vida da população que reside nos municípios de Ferreira Gomes e Porto Grande, tanto na área urbana, como rural e, de acordo com observações *in loco* é um fato que afeta a sobrevivência das comunidades ribeirinhas da região.

Ao mesmo tempo, nas áreas de reservatórios das UHE, a degradação ambiental se destaca pela formação das áreas de reservatórios, como abordado na hipótese desta pesquisa, e, conseqüentemente, danifica os recursos hídricos, a fauna e a flora. Panorama que afeta diretamente as populações ribeirinhas, as quais dependem dos recursos para sua sobrevivência e que, infelizmente, estão sendo degradados.

Portanto, as pesquisas na literatura e em campo, comprovaram que o cotidiano das populações dos municípios de Ferreira Gomes e Porto Grande, sofreu muitas alterações prejudiciais às dinâmicas de vida, que afetaram não somente os bens materiais, mas, sobretudo, os imateriais e simbólicos.

REFERÊNCIAS

- AMAPÁ. *Lei nº 003, de 1º de maio de 1992*. Autoriza a Criação do Município de Porto Grande, no Estado do Amapá e dá outras providências. Publicado no Diário Oficial do Estado nº 0331, em 01.05.92. Acesso em: 25 nov. 2020.
- BRASIL; CONAMA. Resolução CONAMA Nº 001, de 23 de janeiro de 1986. In: *Resoluções do Conselho Nacional de Meio Ambiente – CONAMA*, citadas nos Cadernos de Capacitação de Gestores Ambientais. 1986. Disponível em: <http://www.mpg.go.mp.br/portal/system/resources/W1siZiIsIjIwMTMvMDQvMTYvMTJfMzZfNDhfOTUyX3Jlc29s-dWNvZXNfY29uYW1hX2NhZGVybW9zLnBkZiJdXQ/resolucoes_conama_cadernos.pdf>. Acesso em: 25 nov. 2020.
- BRASIL. IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/>> Acesso em: 12 nov. 2020.
- BRASIL. *Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981*. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. Publicado no Diário Oficial da União, em 02.09.1981. Acesso em: 25 nov. 2020.
- BRASIL. *Lei nº 7.369 de 17 de dezembro de 1987*. Autoriza a criação de municípios no Território Federal do Amapá, e dá outras providências (Santana, Tartarugalzinho, Ferreira Gomes e Laranjal do Jari). Publicada no Diário Oficial da União, em 17.12.1987.
- CUNHA, S. B. da; GUERRA, A. J. T. (Org.) *Degradação Ambiental. In: Geomorfologia e Meio Ambiente*. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.
- EDP BRASIL. *Cachoeira Caldeirão antecipa em oito meses início de suas operações*. Disponível em: <https://www.ctgbr.com.br/cachoeira-caldeirao-antecipa-em-oito-meses-inicio-de-suas-operacoes-4/>>. Acesso em: 12 nov. 2020.
- ELETRONORTE. *Coaracy Nunes, 39 anos*. Disponível em: <<http://agencia.eletronorte.gov.br/site/2015/01/13/coaracy-nunes-39-anos/>>. Acesso em: 12 nov. 2020.
- FERREIRA GOMES ENERGIA. *Usina*. Disponível em: <<https://ferreiragomesenergia.com.br/usina/>>. Acesso em 12 nov. 2020.
- FIGUEIREDO, F. *Vídeo mostra natureza morta em área represada no AP; ribeirinhos acusam ação de hidrelétrica*. Macapá: G1 AP. Disponível em: <<https://g1.globo.com/ap/amapa/noticia/2018/10/01/video-mostra-natureza-morta-em-area-represada-no-ap-ribeirinhos-acusam-acao-de-hidreletrica.ghtml>>. Acesso em: 12 nov. 2021.
- GONÇALVES, C. W. P. *Os (des)caminhos do meio ambiente*. 10. ed. São Paulo: Contexto, 2006.
- GUATTARI, F. *As três ecologias*. Tradução Maria Cristina F. Bittencourt. 11. Ed. Campinas: Papyrus, 2001
- GUERRA, A. T; GUERRA, A. J. T. *Novo Dicionário Geológico-Geomorfológico*. 8. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.
- IEPA - Instituto de Pesquisas Científicas e Tecnológicas do Estado do Amapá. *Macrodiagnóstico do Estado do Amapá Primeira aproximação do ZEE/Equipe Técnica do ZEE*. 3. ed. rev. ampl. Macapá: IEPA, 2008. (Sistema requerido: Adobe Acrobat Reader). Disponível em: <<http://www.iepa.ap.gov.br/arquivopdf/macrodiagnostico.pdf>>. Acesso em 12 de nov. de 2021.
- LIMA, M. D. V. de; RONCAGLIO, C. *Degradação socioambiental urbana, políticas públicas e cidadania. Desenvolvimento e Meio Ambiente*, n. 3. Curitiba: UFPR, 2001, p. 53-63.
- SANTOS, M. *Do meio natural ao meio técnico-científico-informacional. In: A natureza do espaço: Técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Edusp, 2006.

A ESTRATÉGIA VISTA ATRAVÉS DE UM DE SEUS MAIS INFLUENTES TRATADOS: A ARTE DA GUERRA DE SUN TZU

Alexandre Gomes Galindo

A ARTE DA GUERRA: CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A Arte da Guerra (*Sun Tzu Ping-fa*) foi escrita na China há mais de 2.500 anos por um general estrategista conhecido como *Sun Tzu*. O período foi marcado por uma grande convulsão social no continente chinês, conhecido como “Período dos Estados Combatentes”, no qual a desintegração da Dinastia *Chou* foi cercada pela desestabilização das relações entre os Estados e banhada por um ambiente de confrontos contínuos entre os aspirantes à hegemonia, em meio aos padrões, sempre em mudança, de alianças e oposições.

O Tratado de Estratégia, composto por 13 capítulos, foi escrito com o propósito de descrever os princípios inerentes aos conflitos bélicos entre Estados, nos quais o combate entre exércitos era rotineiramente inevitável. Entretanto, o seu foco principal está na busca da invencibilidade, vista como plena e digna de honra quando a vitória é alcançada sem luta.

Um dos traços mais marcantes da obra, reside no fato dela ser considerada um ícone da cultura chinesa, permeado por uma profunda influência do *I Ching* (O Livro das Mutações) e o *Tao Te King* (O Livro do Caminho Perfeito), os quais são clássicos que revelam os princípios do humanismo oriental. Por esse motivo, muitas vezes, a Arte da Guerra de *Sun Tzu* é considerada como reveladora das facetas particulares da psicologia humana aplicada ao enfrentamento dos conflitos e é usada como referência para o uso prático na guerra, na política e na administração.

Este tratado tem sido aplicado em diversas esferas da vida contemporânea, bem como publicado por várias editoras, sendo estudado e analisado por uma gama variada de especialistas. E por mais que seja um tratado que reivindica uma antiguidade milenar, ele carre-

ga em si a essência de uma obra que não envelheceu e assume a identidade de um clássico da literatura.

A ARTE DA GUERRA: O LIVRO

O primeiro capítulo da Arte da Guerra, chamado de *Avaliação Estratégica*, inicia alertando sobre a necessidade do estudo do que é nefasto como meio de preservar a sobrevivência e evitar a destruição. Desta forma, justifica-se o estudo da guerra, mesmo ela sendo considerada como a demonstração extrema do que existe de mais bestial no homem.

Os cinco fatores que devem ser inicialmente avaliados com profundidade são o modo (caminho percorrido); o clima (as estações do ambiente); o terreno (distância, locomoção, dimensão e segurança); a liderança (inteligência, confiabilidade, humanidade, coragem e firmeza dos líderes) e a disciplina (organização, controle e logística das ações). Outro fator crítico a ser considerado é a importância do ardil e da simulação na efetivação das operações, para evitar que a previsibilidade se transforme em um aliado do adversário, devendo sempre que possível evitar enfrentar os pontos fortes do oponente e usar os pontos fracos do opositor contra ele mesmo. Ao finalizar o capítulo, *Sun Tzu* consolida o foco da obra, à medida em que explicita que a essência da conquista está na estratégia e tem sua maior manifestação quando se obtém a vitória antes da luta.

No segundo capítulo, chamado de *A Batalha*, é relatado a necessidade das ações serem econômicas e rápidas, pois o prolongamento do conflito gera sofrimento, fraqueza e esgotamento das forças. A velocidade e eficiência, então, são consideradas como dois fatores críticos quando ocorre a ação efetiva. Desta forma, a apropriação dos recursos do ambiente e do próprio adversário são fundamentais em ações que demandam um tempo prolongado. Por isso, considera-se que numa operação efetiva o importante é a vitória e não a persistência, sendo a velocidade considerada como a qualidade essencial. A responsabilidade do líder, portanto, está relacionada diretamente com a sobrevivência e segurança dos componentes que integram a comunidade fomentadora de seu comando.

O *Planejamento do Assédio*, título do terceiro capítulo, tem como princípio fundamental a premissa de que é melhor conservar as coisas intactas do que destruí-las. Consequentemente, a ação do estrategista deve visar à conquista e não à destruição. Destarte, a destreza, usando a “Premissa da Conquista”, não será associada à capacidade de destruição, mas sim à capacidade de deixar os adversários inertes sem precisar lutar.

Para a implementação da “Premissa da Conquista”, são apresentados quatro passos a serem dados: (1º) anular as estratégias do adversário; (2º) anular as alianças; (3º) atacar seu exército e o (4º) considerado como última alternativa, é cercar a cidade do adversário. Consequentemente, a Lei do Assédio Estratégico rege que a habilidade está em vencer sem lutar, conquistar sem sitiá-lo e quando destruir, deve fazê-lo sem demora, sendo imperativo intervir sobre todas as facções para que a conquista seja total e menos traumática.

Frente ao embate inevitável, a proporcionalidade das forças é fundamental, sendo aconselhável que se for dez vezes mais forte convém cercar, se for cinco vezes convém atacar, se for equiparado convém dividir, se for inferior convém manter-se afastado e se for pouco hábil convém fugir.

A previsibilidade da vitória pode ser calcada em cinco fatores críticos, onde o mais provável vitorioso será aquele que: (1) sabe quando lutar e quando não lutar; (2) tem discernimento sobre quando deve usar mais ou menos recursos; (3) lidera um grupo coeso; (4) enfrenta os despreparados com preparação e (5) dispõe de líderes capazes e fortalecidos. Por isso que no enfrentamento dos conflitos, a única via de se pleitear a segurança está na profundidade do conhecimento de si e dos outros, pois se não houver este conhecimento aprofundado, as ações estarão em perigo todas as vezes que forem implementadas.

O quarto capítulo, cujo nome é *Formação*, versa sobre o posicionamento dentro do cenário do conflito. Neste caso, existe o princípio clássico de que primeiro o estrategista deve se colocar fora da possibilidade de derrota para, a partir de então, esperar a oportunidade de derrotar o adversário, isto é, primeiro tornar-se invencível para depois buscar a vulnerabilidade do oponente. A invencibilidade está relacionada consigo mesmo e com a sua capacidade defensiva. Enquanto a vulnerabilidade relaciona-se com o adversário e a capacidade ofensiva. Deste modo, a essência da sabedoria estratégica refletida no posicionamento que será realizado no cenário do conflito, fundamenta-se em três pontos: (1) a vitória tem que ser conquistada antes do confronto direto; (2) deve-se atacar o que pode ser vencido e não atacar o que não pode ser derrotado e (3) deve-se tomar posições onde não se pode perder e identificar as condições que tornam o inimigo propenso à derrota.

Em *A Força*, quinto capítulo do livro, a coesão capaz de proporcionar mobilidade é definida pela combinação da forma (estrutura/formação) e dos sons (sistemas de comunicação). O enfrentamento torna-se, então, uma questão de uso combinado dos métodos ortodoxos (ataques e defesas diretos) e não-ortodoxos (surpresas) na medida em que a combinação destes dois métodos provoca uma variação infinita de meios para se obter a vitória. Já os impactos das ações estão diretamente relacionados com a prudência na fluidez dos movimentos, onde a vacuidade e a plenitude tornam-se fatores críticos de sucesso. Assim, o líder deve estar atento para os três elementos intervenientes na intensidade do impacto provocado durante os embates, isto é, a organização (ordem x desordem), o ímpeto (coragem x covardia) e a formação (força x fraqueza).

A parte destinada ao sexto capítulo, intitula-se de *Vacuidade e Plenitude* e relaciona-se com a fluidez interna daqueles que se encontram frente ao conflito iminente. Inicialmente, é reforçada a necessidade de se estar preparado primeiro, pois os que se preparam por último e se lançam ao confronto, encontram-se em desvantagem. Por isso, é mais cômodo atrair o adversário para o embate do que ser atraído. A fluidez do movimento deve ser tal que não proporcione descanso ao adversário, usando, sempre que possível, a noção de contraditório (se ele parar, faça-o andar; se estiver em deslocamento, faça-o parar; se está bem alimentado, provoque a sua fome; onde não há defesa, force; onde há defesa, folgue; etc.), bem como as ferramentas do silêncio e da velocidade, devendo focalizar continuamente nos pontos vulneráveis do adversário, por meio do método de compactar-se e dividi-lo. Logo, a estimativa (através da avaliação e teste da capacidade do oponente), somada com a adaptabilidade, são qualidades essenciais a qualquer organização que se encontre frente a frente.

Na *Luta Armada*, capítulo sete, o princípio fundamental está no argumento de que “lutar deve ser o último recurso”. A partir de então, e frente ao inevitável, o líder deve estar

atento aos principais problemas do confronto direto (administrar distâncias e transformar problemas em vantagens), tomar o devido cuidado estrutural (preparar-se instrumentalmente e evitar precipitação) e cercar-se dos elementos necessários à labuta (equipamentos, alimentos e dinheiro). O conhecimento sobre o inimigo e o terreno é a chave para a formação de alianças e para o combate, ou seja, torna-se crítico para poder efetuar as manobras, devendo, somente, entrar em ação após a devida avaliação.

O líder precisa estar atento para dominar o coração (para lidar com a ordem e com os inoportunos), dominar a força (para defender sua posição, acolhendo os que estão longe, cansados e famintos) e dominar a adaptação (para evitar o confronto contra adversários bem ordenados e em grande formação). A liderança também carece evitar nas operações, perseguir oponentes em retirada simulada, atacar tropas de choque, assim como pressionar um inimigo desesperado, ao contrário, quando cercá-lo, deve proporcionar sempre uma pequena saída.

O capítulo oito diz respeito às *Adaptações*, considerando adaptação como sendo a capacidade constante de adequação e flexibilidade frente às pressões do ambiente do conflito. Portanto, faz-se necessário que o líder esteja consciente do princípio da prudência, sobre o qual indica que existem caminhos que não devem ser trilhados, oponentes que não devem ser atacados, fortalezas que não devem ser sitiadas, territórios que não devem ser disputados e ordens que não devem ser obedecidas. Uma avaliação prudente requer ponderações sobre os benefícios e malefícios das ações e das coisas. Por conseguinte, os traços mais perigosos em um líder são: ter a intenção fixa de morrer; ter a intenção fixa de viver; ser instável e colérico; ser puritano e amar o povo.

Já no capítulo nove, *Manobras Estratégicas*, são descritas trinta e oito diretrizes estratégicas relacionadas com a condução das ações dentro do plano operacional, considerando os sinais que podem ser identificados no cenário do conflito.

O capítulo dez, *O Terreno*, descreve as características dos seis tipos de terreno (1 - fácil; 2 - retido; 3 - de barreira; 4 - estreito; 5 - íngreme e 6 - descampado); das seis situações que levam a derrota (1 - não avaliar os números; 2 - falta de um sistema claro de punição/recompensa; 3 - treinamento deficiente; 4 - excitação irracional; 5 - indisciplina e 6 - não escolher os fortes e resolutos); das seis consequências da ineficiência (1 - apressar-se; 2 - atrasar-se; 3 - esmorecer-se; 4 - desagregar-se; 5 - sofrer amotinação e 6 - perder); e dos três fatores necessários para uma boa avaliação sobre a possibilidade de vitória (1 - conhecer a ti mesmo; 2 - conhecer o inimigo e 3 - conhecer o terreno e as estações).

O capítulo onze, intitulado de *Nove Tipos de Zona*, versa sobre as características e o que deve ser feito nas principais zonas de combate (1 - zona de dissolução; 2 - zona leve; 3 - zona de contenda; 4 - zona de tráfego; 5 - zona de intersecção; 6 - zona pesada; 7 - zona ruim; 8 - zona sitiada e 9 - zona mortal). Ademais, os padrões de penetração, as formas de preparação para o combate e a conduta adequada do líder na preparação dos planos e na frente das operações, são abordados, devendo a liderança: (1) conhecer os planos dos competidores para preparar alianças; (2) conhecer a disposição do terreno para poder manobrar e (3) usar guias locais para tirar proveito da zona.

Com o objetivo de confundir e desnortear o adversário, o *Ataque com Fogo* (capítulo doze) é classificado em cinco tipos: (1) pessoas; (2) suprimentos; (3) equipamentos; (4) depósitos e (5) armamentos, tendo que estar sempre acompanhado com os cuidados relacionados ao seu uso, para que seja eficaz e não prejudique as operações.

O último capítulo, *O Uso de Espiões*, evidencia a importância crucial da administração do sistema de informação como o fator crítico de sucesso na condução das relações dentro do cenário macro e micro, sendo considerado o diferencial maior que pode decidir um conflito que se mantém por anos, em apenas um dia. Os elementos responsáveis pela captação de informação, chamados de espiões são classificados como locais (pessoas da localidade); infiltrados (dissidentes/inimigos); reversos (espiões inimigos duplos); mortos (espiões sacrificados para transmitir falsas informações) e vivos (espiões que retornam para relatar informações estratégicas).

A ARTE DA GUERRA: CONSIDERAÇÕES FINAIS

Longe de considerar que a vida particular e profissional é um campo de batalha, onde todos são inimigos ou integrantes de alianças, cujo objetivo maior está associado à conquista e submissão dos oponentes, o estudo sobre “A Arte da Guerra” é um excitante exercício de autoconhecimento, ao passo que proporciona uma associação dos princípios contidos no livro com as várias situações comuns existentes no cotidiano das pessoas em busca da harmonia e da paz.

A cada momento, vem sendo divulgada uma vasta literatura sobre as diversas interpretações e aplicações deste compêndio clássico da cultura oriental. Vários autores têm publicado versões específicas como “Arte da Guerra Aplicada à Administração”; para os Executivos; para os Gerentes etc. Isto posto, “A Arte da Guerra de *Sun Tzu*” é considerado um livro de cabeceira indispensável para empreendedores, gestores, executivos, políticos e estudiosos contemporâneos que a todo momento estão à frente de situações conflituosas e decisivas em seu contexto, tanto profissional, quanto pessoal.

REFERÊNCIAS

Várias versões deste Tratado estão disponíveis ao leitor brasileiro. A seguir, algumas indicações de fontes para o seu estudo introdutório e aplicado.

- CARDOSO, A. M. *Os 13 Momentos da Arte da Guerra: uma visão brasileira da obra de Sun Tzu*. Rio de Janeiro: Record, 2005.
- CHUNG, T. C. *A Arte da Guerra em Quadradinhos*. 2. ed. Rio de Janeiro: Ediouro, 1999.
- CLAVELL, J. *A Arte da Guerra (Sun Tzu)*. 19. ed. Rio de Janeiro: Record, 1997.
- HOU, W. C.; SHEANG, L. K.; HIDAJAT, B. W. *Sun Tzu: a Arte da Guerra e do gerenciamento*. Rio de Janeiro: Record, 1999.
- KAUFMAN, S. F. *A Arte da Guerra: a interpretação definitiva do clássico de Sun Tzu (Livro de estratégia para o artista marcial)*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.
- KRAUSE, D. G. *Sun Tzu: A Arte da Guerra para os Executivos*. São Paulo: Makron Books, 1996.
- McNeilly, M. *Sun Tzu e a Arte da Guerra Moderna: a milenar filosofia militar chinesa aplicada aos últimos avanços tecnológicos*. Rio de Janeiro: Record, 2003.
- MICHAELSON, G. A. *Sun Tzu: a Arte da Guerra para gerentes*. Rio de Janeiro: Record, 2003.
- PIN, S. *A Arte da Guerra*. Rio de Janeiro: Record, 1999.
- SILVA, C. L. *Harmonia no Conflito: a arte da estratégia de Sun Tzu*. Rio de Janeiro: Qualitymark, 1999.

- SILVA, C. L. *Manual Prático da Arte da Guerra*. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2003.
- SUGAI, V. L. *A Arte da Estratégia: obra que integra A Arte da Guerra e O Livro dos Cinco Anéis*. 2. ed. São Paulo: Sapienza, 2004.
- TZU, S. (SUNZI). *A Arte da Guerra: edição bilíngue*. São Paulo: Conrad Editora do Brasil, 2006.
- TZU, S. *A Arte da Guerra*. São Paulo: Pensamento, 1999.
- TZU, S. *A Arte da Guerra: texto integral*. São Paulo: Martin Claret, 2001.
- TZU, S. *A Arte da Guerra: uma nova interpretação*. Rio de Janeiro: Campus, 2001.
- TZU, S.; PIN, S. *A Arte da Guerra: edição completa*. São Paulo: Martins Fontes, 2002.
- TZU-II, S. (SUN PIN). *A Arte da Guerra: os documentos perdidos*. 3. ed. Rio de Janeiro: Record, 1997.

NICCOLÒ MACHIAVELLI, SEU PENSAMENTO E CONTEMPORANEIDADE: UM BREVE ENSAIO INTRODUTÓRIO SOBRE A RELAÇÃO DE SUAS OBRAS COM A ADMINISTRAÇÃO

Alexandre Gomes Galindo

O propósito deste breve ensaio consiste em estabelecer um pequeno resgate introdutório sobre Niccolò Machiavelli, suas principais obras e algumas conexões entre seu pensamento e a administração, principalmente no que se refere às dimensões da política e poder organizacionais.

As reflexões sobre o pensamento de Niccolò Machiavelli (cuja denominação no corpo deste trabalho será feita com o nome de *Maquiavel*), deixam claro que é necessário fazer um sucinto resgate da vida desse pensador italiano considerado como o Pai do Pensamento Político Moderno. Para tal, o texto está ancorado, principalmente, em Escorel (1979) sem a pretensão de discorrer em uma abordagem biográfica com profundidade, visto que remeteria a ultrapassar, significativamente, os limites e escopo deste trabalho.

Niccolò di Bernardo dei Machiavelli (Maquiavel), nasceu em Florença no dia 3 de maio de 1469, em meio a um contexto no qual a Europa (incluindo a região atualmente conhecida como Itália) vivia em um clima de pressão humanista do Renascimento, sendo arena de diversos conflitos e transformações oriundos de um período de transição entre um modelo de estrutura político-social teocêntrico medieval para um modelo de estrutura político-social moderno, o qual estava pondo à prova, as arquiteturas de poder monárquicas frente às propostas mais democráticas e republicanas de condução política dos Estados (Ver Figura 1).

Figura 1 – A Itália no Tempo de Maquiavel (1469-1527)



Fonte: Medeiros (2014)¹

Descendente de uma família antiga de Toscana, filho de *Bernardo Niccolò Machiavelli e Bartolomea, viúva de Niccolò Benizzi*, Maquiavel em sua trajetória de vida, encontrava-se mergulhado em um cenário social e político que o remete, na fase adulta, a ter contato com personalidades que participaram com destaque nos destinos políticos de seu tempo, a exemplo de membros das famílias Médici, Sforza, Bórgia (em especial César Bórgia, conhecido como Duque Valentino), bem como várias autoridades da República de Florença, onde assumiu aos 29 anos, o cargo de Secretário da Segunda Chancelaria da República. Em termos gerais:

Tudo nele dava a impressão de um pensador e de um observador extremamente sagaz, assinala aquele seu biógrafo, mas não de um homem respeitável e que se impusesse aos outros. Faltava-lhe de todo a preocupação burguesa de manter as aparências e de cultivar a própria respeitabilidade social. Talvez, por isso, sua influência não tenha estado nunca à altura de seus méritos, como observa De Sanctis, que acrescenta “era considerado homem de pena e gabinete, como se diria hoje, mais do que homem de Estado e ação. Sua pobreza, sua vida desregrada, seus hábitos plebeus e anticonvencionais, como lhe censurava o corretíssimo Guicciardini, não contribuíam para criar-lhe reputação. Consciente de sua grandeza, desprezava as exterioridades formais e os meios artificiais de abrir caminho no mundo, dos quais são tão familiares e fáceis aos medíocres”. Sua verdadeira consagração seria, de fato, toda póstuma. No entanto, sempre se revelou Maquiavel um apaixonado pelo trabalho, pronto a vibrar e interes-

¹ Disponível em: <<https://www.sabedoriapolitica.com.br/filosofia-politica/filosofia-moderna/o-principe/maquiavel/>>. Acesso em: 07 maio 2020.

sar-se pelos homens representativos e pelos acontecimentos relevantes de seu tempo (SCOREL, 1979. p. 26).

Em sua carreira pública, além de estar à frente das atividades relacionadas com as ações burocráticas inerentes à chancelaria, Maquiavel atuou em missões como representante e negociador em diversos assuntos de Estado e, também, escreveu obras literárias que obtiveram mais repercussão após sua morte (a exemplo de comédias, poemas, versos, novelas e livros), dentre elas *O Príncipe*, *A Arte da Guerra*, *Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio*. Respeitando as limitações inerentes a esta breve retrospectiva, cuja cronologia biográfica resumida é apresentada no Quadro 1, pode-se afirmar que:

Sua vida foi a de um funcionário público de inteligência excepcional, ao qual a condição modesta não permitiu jamais ascender às posições eminentes a que se faziam jus sua rara capacidade político-diplomática e seu zelo patriótico; vida de um boêmio contumaz que amava a natureza e os seus prazeres e por ela pautava seu procedimento. Vida de um patriota preocupado em defender a liberdade de sua pátria florentina, de um visionário também, que sonhou profeticamente uma pátria maior e livre da dominação estrangeira; vida de um lúcido observador e analista da natureza humana e dos lances característicos e permanentes do jogo político; de um artista da palavra, enfim que soube transfundir sua experiência e seu conhecimento do mundo e dos homens numa prosa límpida e concisa, com razão considerada por De Sanctis pressentimento da prosa moderna. Em 1527, encerrava-se a existência de Nicolau Maquiavel, ex-secretário da chancelaria de Florença, mas só então sua obra começaria verdadeiramente a viver, projetando sobre seu nome, além de todos os vitupérios e objurgatórias de quantos quiseram ver nele a própria fonte da corrupção e do mal, a glória e a imortalidade que, durante a vida, ele tão profundamente venerava (SCOREL, 1979, p. 56-57).

Quadro 1 - Cronologia biográfica resumida de Nicolau Maquiavel

1469 - Nasce no dia 3 de Maio em Florença, é o terceiro de quatro filhos de Bernardo e Bartolomea. E devido às suas origens humildes, logo cedo, se interessou pelos estudos.

1476 - Aos 7 anos, inicia o estudo de matemática e latim.

1477 - Aos 8 anos, ingressa na escola de *Battista da Poppi*.

1481 - Aos 12 anos, começa a estudar com o latinista Paolo da *Ronciglione*.

1497 - Aos 28 anos, viaja à Roma como uma recomendação para o Cardeal *Piccolomini* (futuro Pio III).

1498 - Aos 29 anos, Maquiavel se apresenta em vão como candidato ao cargo de Secretário da Segunda Chancelaria do Governo de Florença. Depois ele volta a se candidatar, dessa vez, obtém êxito. Em seguida, torna-se Secretário dos *Diecidi Balìa*, exercendo várias missões diplomáticas.

1500 - Missão diplomática França;

1501 - Aos 32 anos, ele se casa com *Marietta di Luigi Corsini*, com a qual tem seis filhos.

1502 - Missão em Pistóia.

1504 - Missão na França e escreve *Decennale Primo*.

1508 - Escreve *Rapporto delle cose della Magna*.

1510 - Atua como mediador entre o papa e o rei da França.

1511 - Agrava-se os conflitos entre o papa e o rei da França, Maquiavel é enviado em missão à França, Milão e à Pisa .

1512 - Cai o governo da cidade e Maquiavel é demitido e multado em mil florins de ouro e proibido de se retirar de Toscana durante um ano.

1513 - Aos 44 anos, é preso e torturado sob suspeita de conspiração contra o governo e, após passar vinte e dois dias na prisão, é solto por anistia, e escreve *O Príncipe*.

1519 - Volta para a vida política.

1520 - A Universidade da cidade de Florença o incube para escrever a história da cidade. Nesse mesmo ano, ele estava escrevendo *A Arte da Guerra* (1519-1520) .

1521 - Sua tentativa de aproveitamento pleno na vida política é frustrada, mas seu prestígio como homem de letras e autor teatral cresce.

1525 - Aos 56 anos, escreve uma segunda comédia, *Clizia* .

1527 - Aos 58 anos, Maquiavel vê mais uma vez suas esperanças de voltar a servir à cidade serem desfeitas depois de ser recebido com hostilidade devido à colaboração com os Médici e às más interpretações de *O Príncipe*. No mesmo ano, ficou doente, sentindo dores intestinais, e morreu obscuramente na pobreza e alijado do poder, sendo enterrado no túmulo da família na Igreja de Santa Croce em Florença.

Fonte: Extraído de Claret (2000).

A obra *O Príncipe*², escrita em 1513 e publicada postumamente em 1532, se caracteriza como um pequeno tratado de política, dedicado a Lourenço II de Médici (filho de Pietro de Médici), que apresenta conselhos e ponderações sobre os meandros da conquista e manutenção do poder no estado, apontando o principado como via intermediária para a unificação da Itália, sem descartar a configuração da república como consequente do processo de amadurecimento do Estado. Após a carta de apresentação ao Lourenço II, o tratado é composto de 26 capítulos que expõem a compreensão de Maquiavel sobre como são conquistados e mantidos os tipos de principados, sobre as milícias, soldados mercenários e exércitos, a respeito das relações dos príncipes com a sociedade, o Estado e elementos de

2 (MACHIAVELLI, 1997).

sua administração, finalizando com uma exortação ao Príncipe para livrar a Itália das mãos dos bárbaros.

A obra *A Arte da Guerra*³, escrita entre 1519 e 1520, se caracteriza como um livro composto na forma de diálogos com o objetivo de expor a formação como o povo deveria se armar para defender sua liberdade e independência, apresentando o modo de se formar exércitos e de comandá-los frente aos inimigos. A referida obra é dividida em uma pequena parte introdutória (Proêmio) e mais sete capítulos (denominados de Livros), em que os dois primeiros estão voltados para análise da relação entre a instituição militar e a vida civil, os quatro seguintes referem-se aos elementos relacionados com a organização do exército e o último expõe regras gerais e algumas considerações finais.

A obra *Comentários sobre a primeira década de Tito Lívio*⁴, escrita entre 1513 e 1517, publicada postumamente em 1531, se caracteriza como um compêndio robusto dividido em três livros dedicados, em carta introdutória, aos seus amigos *Zenóbio Buondelmonti e Cosmo Rucellai*, tendo como pano de fundo a ideia de que na história antiga da República Romana (resgatando, frequentemente, o historiador romano Tito Lívio) se encontra a fonte de uma sabedoria política passível de ser adotada no presente. O primeiro Livro (com sessenta capítulos) se debruça especialmente sobre os modos pelos quais se fundam e se organizam internamente os Estados, bem como destaca as várias modalidades de governo. O segundo Livro (com trinta e três capítulos) tece reflexões sobre os elementos envolvidos no engrandecimento dos Estados e conquista de novos domínios e o terceiro Livro (com quarenta e nove capítulos) versa sobre os processos de crescimento, decadência e transformações dos Estados, incluindo reflexões sobre os meandros relacionados com a conquista e manutenção do poder pelos líderes.

Maquiavel é considerado um marco no pensamento e estudo no campo político, dado que em suas obras, se esforça na reflexão sobre leis próprias da política através de um método que rompe com a tradição teológica e silogística da Idade Média, envolvido por uma abordagem realista, empirista, utilitarista e antiutopista de observação objetiva dos fatos, do resgate histórico e da indução com o propósito de estabelecer normas de condutas pragmáticas mais adequadas a garantir a conquista e manutenção do poder.

Para além da generalização extrema positiva (ou negativa), depois da identificação do método de Maquiavel em abordar a política, convém estabelecer uma referência ponderada e mediana capaz de avaliar, de forma isenta, os elementos que integram as características das abordagens que são dadas ao pensamento político deste pensador florentino. Neste sentido, vale destacar que:

[...] o que se tem procurado modernamente é avaliar criticamente sua obra, situando-a no momento histórico, examinando-a metodicamente em sua inteireza e valorizando, de modo particular, ao lado de “O Príncipe”, a “História Florentina”, a “Arte da Guerra” e os “Comentários sobre a primeira Década de Tito Lívio”, livros que se conjugam e mutuamente se completam, sendo que os últimos apresentam, com relação aos primeiros, pontos de apropriação e de contraste, sendo indispensáveis para nos dar

3 (MACHIAVELLI, 2006).

4 (MACHIAVELLI, 1994).

uma visão completa do pensamento de Maquiavel, no qual a justificação do absolutismo coexiste com um manifesto de entusiasmo pela forma republicana de governo. O maquiavelismo não é, na verdade, nem uma doutrina nem uma teoria política elaborada abstratamente, por cujas consequências se possa com justiça responsabilizar pessoalmente Maquiavel. [...] o maquiavelismo é antes um estado de espírito que teria surgido no curso natural das coisas mesmo que Maquiavel nada tivesse escrito. Há, de fato, um maquiavelismo anterior a Maquiavel, como Charles Benoist claramente demonstrou, na medida em que o secretário florentino alicerçou suas máximas políticas no conhecimento da história clássica e na observação dos fatos e personalidades de sua época. [...] limitou-se a registrar dados de fato, normas empíricas de conduta que explicavam no passado e no presente os êxitos e fracassos políticos; ao mesmo tempo, interpretou ele as tendências políticas da época, que eram o absolutismo real e o secularismo, sob cujos auspícios nascia o Estado moderno. O que Maquiavel fez, em suma, foi codificar e difundir as normas práticas que sempre regularam a conduta humana no plano político, ainda que frequentemente sob disfarces hipócritas. [...] isso resultou do método indutivo-empírico que o espírito da Renascença lhe inspirou. [...] Maquiavel se coloca, na história do pensamento político ocidental, como um homem típico do Renascimento italiano, e como tal encarna uma mentalidade impregnada de pragmatismo e secularismo, oposta à ética tradicional, em conflito com a teologia e a escolástica medievais, e para qual o limite da moralidade pública já não é mais a lei natural mas o interesse supremo da conduta política – mais exatamente, do Estado (SCOREL, 1979, p. 63-65).

Tendo em vista a extensa gama de elementos tratados nas obras de Maquiavel, passíveis de serem lidos sob a perspectiva da atualidade, torna-se, dentro dos limites e escopo proposto neste trabalho, inviável estabelecer paralelos entre todas as categorias analíticas passíveis de serem extraídas das obras com contextos representativos dos dias de hoje. Desta forma, optou-se por resgatar, breve e superficialmente, apenas quatro pequenos recortes que conectam elementos do pensamento de Maquiavel com situações reais e contemporâneas, em especial no campo da administração.

O primeiro recorte (Quadro 2) diz respeito à análise feita por Toledo (2007), sobre as relações de poder dentro de empresas, a qual argumenta existir paralelos entre as dinâmicas de busca, conquista e manutenção de poder descritas por Nicolau Maquiavel e as estruturas políticas das empresas no final do século XX e início do século XXI. Segundo a autora, as técnicas de retenção do poder de caráter absolutista ainda são utilizadas nas empresas com as mesmas justificativas de manutenção e estabilidade do ambiente social relatadas por Maquiavel e são usadas no ambiente produtivo com o propósito de permitir aos atores que integram as empresas, o atingimento de suas metas operacionais/financeiras.

Quadro 2 - Paralelos entre relações de poder dentro das empresas e as dinâmicas de busca, conquista e manutenção de poder em Maquiavel

PERSPECTIVA DO PENSAMENTO DE MAQUIAVEL	PERSPECTIVA EMPRESARIAL
<p>Maquiavel reconhece a importância de se ter exércitos e armas para a manutenção da lei e da ordem, mas recomenda cautela na utilização de exércitos mercenários. Ele exemplifica com alguns casos onde os grupos de mercenários tornam-se indisciplinados, desrespeitando as normas do império e voltando-se contra o governante (p. 28).</p>	<p>Dentro de um modelo comparativo onde as empresas encaram as disputas mercadológicas como guerra, chamando seu grupo de vendedores de “força de vendas”, é possível fazer-se uma analogia dos grupos de vendas terceirizados, revendedores ou canais de vendas como exércitos mercenários. Estes grupos de soldados não têm qualquer lealdade com a organização, mas só estão interessados no ganho por tarefa específica, e ao final daquela tarefa estarão livres para lutar por outra causa ou outra organização (p. 27).</p>
<p>Maquiavel (1999, p. 49) faz referência a principados ou cidades-estados que, se possuírem abundância de recursos e cujo governante não for odiado por seus súditos, serão menos visados para uma eventual invasão. É impossível dizer, no entanto, que tais localidades jamais serão invadidas (p. 30).</p>	<p>Um fornecedor que detenha a fidelidade de seus clientes torna menos atraente para um concorrente investir na entrada em tal segmento. Da mesma forma, é improvável afirmar que jamais haverá concorrentes fazendo investidas para conquistar aqueles clientes. Até a empresa menos sofisticada e distante de todos os fatores externos sabe o que seus concorrentes estão fazendo. E, entre os gigantes sofisticados, a concorrência é cuidadosamente acompanhada: a Ford monitora a Chevrolet; a Coca-Cola luta com a Pepsi; e a Burger King está sempre em guerra com a McDonald’s. Quando o assunto é monitorar as atividades dos concorrentes no mercado, não há espaço para complacência. É essencial que os gerentes reconheçam que as ameaças provêm tanto da “concorrência direta” quanto da “concorrência indireta”. O mercado de “salgadinhos”, constituído de batatinhas, amendoins, etc., é um exemplo de acirrada concorrência direta. Os líderes são a Frito-lay e a Borden. Mas, com uma receita anual de mais de US\$ 10 bilhões em jogo, novos e notáveis concorrentes entraram nesse mercado: Procter & Gamble, Anheuser-Busch e Keebler fazem agora parte da guerra dos salgadinhos. Considerando que cada 1% de participação no mercado de salgadinhos corresponde a mais de US\$ 100 milhões, não é de surpreender que esses gigantes estejam em busca de uma fatia de mercado (p. 30).</p>
<p>Para Maquiavel (1999, p. 69) a principal ocupação do governante é a guerra. Ele deve conhecer as táticas, as ferramentas e sempre estar pronto para ela, seja para a defesa do principado ou para as tentativas de se conquistar novos territórios. Durante os tempos de paz, o governante deve sempre exercitar seus exércitos para mantê-los preparados. Neste ponto, quando se refere às guerras por mercados, ou autores em administração de empresas estão de acordo com Maquiavel. Eles propõem que os executivos vejam na conquista de vendas e clientes sua principal atribuição (p. 31).</p>	<p>Porter (1997, p. 24) faz referência a uma análise competitiva denominada “rivalidade ampliada”. Trata-se da avaliação de cinco forças competitivas: a entrada em um novo segmento; ameaça de substituição por produtos inovadores; poder de negociação dos clientes; poder de negociação dos fornecedores; e rivalidade entre os concorrentes atuais. Refletem o fato de que a concorrência em uma indústria não está limitada aos participantes estabelecidos. Clientes, fornecedores, substitutos e os entrantes potenciais são todos “concorrentes” para as empresas em um segmento industrial, podendo ter maior ou menor importância, dependendo das circunstâncias particulares (p. 31).</p>

Fonte: elaboração própria com base em Toledo (2007).

O segundo recorte (Quadro 3) está relacionado à análise feita por Leonel Júnior, Da Silva e Azevêdo (2007) referente às possíveis implicações do conceito de virtude para o administrador. Conforme os autores, no contexto das empresas atuais e no sentido maquiave-

liano do termo⁵, o administrador virtuoso se caracteriza como aquele que visa alcançar seus objetivos, independente dos métodos, e sempre dissimula as ações que podem causar-lhe reputação negativa.

Quadro 3 - Elementos do administrador contemporâneo virtuoso, segundo o significado maquiaveliano.

PERSPECTIVA DO PENSAMENTO DE MAQUIAVEL	PERSPECTIVA EMPRESARIAL
Os objetivos, ou os fins almejados de um príncipe deveriam ser: manter-se no poder e buscar altos níveis de honra, de glória e de fama; cada um destes dois objetivos pode ser interpretado de diferentes formas para o administrador (p. 66).	O primeiro objetivo – o de manter-se no poder – pode ser entendido como a necessidade do administrador buscar manter-se no comando da organização, ou garantir a sobrevivência organizacional. O segundo objetivo – possuir elevados níveis de honra, de glória e de fama – pode ser compreendido como ter o reconhecimento profissional ou alcançar a eficácia, eficiência e o desempenho econômico (p. 66-67).
Assim como os príncipes deveriam ocultar certas práticas (vícios) para não cair em escândalos e má reputação que estas ações causariam, o que colocaria em perigo a segurança e a manutenção de seu governo, o administrador também deve saber encobrir certas práticas escandalosas ou que lhe causem má reputação e que podem ameaçar a sua posição (p. 67).	Da mesma forma, o administrador deve saber aparentar possuir certas qualidades que são boas aos olhos da sociedade (p. 67).

Fonte: elaboração própria com base em Leonel Júnior, Da Silva e Azevêdo (2009).

O terceiro recorte concerne à análise feita por Júnior (2004) referente à aplicação da abordagem dada ao poder em Maquiavel na esfera do Marketing. Para o autor, o Marketing é um elemento crítico na administração contemporânea e sem ele não é possível governar. Sobre este aspecto, ele tece paralelos históricos entre a utilização maquiaveliana do marketing, resumidamente, dispostos no Quadro 4.

Quadro 4 - Paralelos entre a utilização maquiaveliana do marketing.

PERSPECTIVAS MAQUIAVELIANAS DO MARKETING	CONTEXTOS HISTÓRICOS
1 - Marketing do Herói	- Charles André Marie Joseph De Gaulle-General Charles De Gaulle (Década de 1940): “Diante do Microfone, De Gaulle representou a nação; o rádio foi sua grande arma”.
2 - Jesus Cristo e o Marketing da Salvação	- Evangelismo Cristão: “Do signo da derrota, a cruz transformou-se na logomarca da vitória do cristianismo”.
3 - O Marketing das Trevas	- Domínio Religioso: “Não existe poder sem mistério. Para muitos o demônio é uma força presente no dia-a-dia”
4 - O Mito da Propaganda Nazista	- Alemanha Nazista: “Hitler não enganou os alemães. Propaganda não transforma mentira em verdade”.

⁵ Sobre a concepção de *virtu* em Maquiavel, vale destacar as observações de Escorel (1979, p. 96-97), o qual afirma que “A ‘virtu’ não está em pautar o homem a própria conduta por uma concepção abstrata do bem, desinteressando-se de suas repercussões práticas; consciente em saber aproveitar a ‘occasione’ proporcionada pela ‘fortuna’, avaliando devidamente a situação de fato em que se encontra, e formulando, com perfeita consciência do seu poder de agir, uma decisão correspondente, elegendo, a seguir, os meios mais adequados para traduzir essa decisão em realidade”.

5 - A Ideologia da Morte	- Guerra-fria: “A propaganda da guerra confunde as razões para matar com as razões para viver”.
6 - O Marketing do Fim do Mundo	- Um novo Milênio: “Misticismo é uma marca do fim do milênio: muitos preferem rezar em vez de trabalhar”.

Fonte: elaboração própria com base em Júnior (2004).

O quarto e último recorte versa sobre a análise feita por Griffin (1994) referente à aplicação da abordagem dada ao poder em Maquiavel no contexto empresarial. O autor canaliza esforços na direção de traduzir preceitos contidos nas obras de Maquiavel, como princípios de administração corporativa voltados aos executivos contemporâneos. Sobre este aspecto, ele constrói paralelos prescritivos entre diversas situações dentro do contexto administrativo com preceitos das obras do pensador florentino, sendo apresentados alguns exemplos no Quadro 5.

Quadro 5 - Paralelos entre a utilização maquiaveliana e princípios de gestão executiva.

EXTRATOS CITADOS DAS OBRAS DE MAQUIAVEL	PERSPECTIVAS EXECUTIVAS
“Se as desordens de uma organização são descobertas enquanto ainda estão no começo, o que só um príncipe competente consegue, é possível remediá-las; quando, porém, por não serem observadas, elas se desenvolvem até se tornarem óbvias para todo mundo, então não há mais remédio. (O príncipe, 13-14)” (p. 49).	-Antecipando Problemas: “Para garantir o sucesso organizacional é essencial que o executivo leve em conta não apenas os problemas atuais, como também antecipe os problemas futuros” (p. 49).
“Aquele que é ameaçado e se vê coagido pela necessidade de atacar para não ser atacado torna-se um homem muito perigoso para o príncipe. (Os discursos, 330)” (p. 55).	- Poder da Coerção: “Portanto, ao usar a ameaça de força, você deve ser extremamente cuidadoso. E, o que é mais importante, quando você fizer ameaças, cumpra-as sempre. Muito pior do que ser reputado como uma pessoa que faz ameaças é ser reputado como alguém que faz ameaças e não cumpre” (p. 55).
“[Soldados estrangeiros] causam mais danos do que os [seus] próprios, porque qualquer cidadão pode mais facilmente corrompê-los e empregá-los como instrumentos [para ganhar poder]. (A arte da guerra, 444)” (p. 99).	-Consultores: “Às vezes, eles podem ser usados para desenvolver planos pelos quais você não quer ser inteiramente responsável. Se esses planos falharem, você pode pôr a culpa do fracasso nos consultores. É bom ficar de sobreaviso quanto a subordinados que tentam a mesma tática e contratam ou sugerem a contratação de consultores para fazer um estudo ou dar um parecer sobre uma tarefa pela qual são responsáveis” (p. 98-99).

Fonte: elaboração própria com base em Griffin (1994).

Por mais que as confluências sociais, culturais e econômicas que caracterizam o estágio de desenvolvimento do mundo contemporâneo sejam bastante diferentes daquelas existentes no período renascentista em que o ex-chanceler florentino vivia ao elaborar suas obras, percebe-se que seus escritos ainda sobrevivem ao tempo, se conectando e dialogando com uma diversidade significativa de elementos que integram muitas das possíveis perspectivas de análise no campo das ciências sociais aplicadas, em especial da ciência política e administrativa.

Na esfera da administração, a abordagem política ganha sentido na condução das estratégias vinculadas aos processos de tomada de decisão. Sobre este aspecto, vale resgatar alguns elementos da estratégia empresarial que podem ser usados como demarcadores de um campo capaz de servir de alicerce para aplicação de preceitos contidos nas obras de Maquiavel.

Em termos gerais, os compêndios que versam sobre estratégia empresarial, muitas vezes, se omitem em abordar o aspecto sociopolítico no âmbito da gestão. É importante destacar que os destinos de muitas das empresas e organizações estão atrelados aos resultados das decisões políticas de diversas instituições governamentais e não governamentais. Entretanto, muitas empresas prestam pouca atenção nas mudanças externas e suas implicações com o sucesso organizacional.

A relação inversa também é verdadeira, à medida em que ações de diferentes empresas (atuando individualmente ou em blocos) são efetivamente consideradas como fontes ou causas de reações e mudanças nas áreas política e social. Os principais objetos de discussão nessa plataforma referem-se às diversas questões ambientais, trabalhistas, regulamentárias, técnicas etc.

A Estratégia Política é definida por Mahon *et al* (1999, p. 163) como “o conjunto de atividades empreendidas pela empresa nas áreas política, regulamentária, judicial ou social, com vistas a assegurar uma posição de vantagem e de influência em relação aos demais participantes do processo”. Sendo assim, as atividades políticas da empresa compreendem ações que visam identificar os temas sobre os quais concentrarão os esforços; identificar os respectivos defensores, opositores e envolvidos; e eleger os domínios ou arenas de atuação.

Com relação ao foco, as atividades políticas podem ser classificadas em *Atividades de Foco Concentrado* (lobby, cartas e correspondências, discursos, contribuições de caridade, arbitragem/mediação e gestão de crises) e *Atividades de Foco Difuso* (propaganda advocatícia, programas de imagem, relações públicas, relações com a comunidade, depoimentos junto às comissões legislativas e análise de risco político).

Desta forma, espera-se que os gestores, ao lidarem com esse aspecto, preocupem-se em: eleger os temas críticos e classificá-los em universais, advocatícios, seletivos ou técnicos; identificar os principais *Stakeholders* e suas relações com os temas (ver questões críticas para análise dos *Stakeholders* no Quadro 6); e definir as arenas formais ou informais (foros públicos ou privados onde se executam a estratégia política).

Quadro 6 - Questões críticas para análise dos *Stakeholders*.

<ol style="list-style-type: none"> 1. Qual o tema ou conjunto de temas? 2. Quais são os mais importantes <i>Stakeholders</i>? 3. Qual o interesse de cada <i>Stakeholders</i> e a respectiva intensidade? 4. Quais as reivindicações, demandas e contrapropostas resultantes de cada interesse? 5. Quais as diferenças e semelhanças existentes entre os interesses e/ou entre os <i>Stakeholders</i>? 6. De que forma os <i>stakeholders</i> serão capazes de influenciar os temas? 7. De que forma os <i>Stakeholders</i> terão condições de afetar os interesses da empresa? 8. De que forma a empresa influenciará os <i>Stakeholders</i>? 9. Como estabelecer prioridades entre os interesses e entre os <i>Stakeholders</i>? 10. O que a empresa deve fazer? 11. O que a organização é capaz de fazer?

Fonte: elaboração própria com base em Mahon *et al* (1999).

Ademais, para haver uma análise concreta no estabelecimento das opções estratégicas, torna-se conveniente que a organização analise e decida seu posicionamento em relação às várias questões críticas vinculadas aos Temas, *Stakeholders* e Arenas (Quadro 7).

Quadro 7 - Questões críticas para análise da Estratégia Política.

FOCO DA ANÁLISE	QUESTÕES CRÍTICAS
TEMAS	<ol style="list-style-type: none"> 1. Quais os temas com que a empresa se defronta atualmente? 2. Em que estágio do ciclo de vida se encontra cada tema? 3. Quais os temas prováveis no futuro próximo? 4. Que temas a empresa deve levantar e/ou defender? 5. Quais as modalidades dos temas (universais, advocatícios, seletivos ou técnicos)? 6. Quais os interesses da empresa em cada tema? 7. Quais os interesses dos diferentes <i>Stakeholders</i> em cada tema? 8. Quais as alternativas para a empresa no gerenciamento das questões?
STAKEHOLDERS	<ol style="list-style-type: none"> 1. Quais os atuais <i>Stakeholders</i> em cada tema? 2. Quais os <i>Stakeholders</i> que provavelmente surgirão em cada tema? 3. Quais as demandas e reivindicações dos <i>Stakeholders</i>? 4. Quais os impactos prováveis desses <i>Stakeholders</i> sobre a empresa? 5. Qual a base de poder e influência presente e futura da empresa em cada tema? 6. Quais as alternativas para a empresa no relacionamento com os <i>Stakeholders</i>?
ARENAS	<ol style="list-style-type: none"> 1. Qual a atual arena de cada tema? 2. É possível mudar a arena dos atuais temas? 3. Em que arena se resolverão os temas no futuro? 4. Quais alternativas para a empresa na seleção das arenas e na atuação dentro de cada uma?

Fonte: elaboração própria com base em Mahon *et al* (1999).

Neste contexto, pode-se classificar a estratégia política em *Estratégias de Prevenção de Temas* (implementação de ações que visam prevenir o aparecimento de situações que provoquem desentendimentos ou conflitos que comprometam o posicionamento da empresa no mercado); *Estratégias de Contenção de Temas* (estratégias que visam bloquear o desenvolvimento de temas que estão na iminência de surgir como efeito da interação mútua entre a empresa e o ambiente externo); *Estratégias de Antecipação de Temas* (iniciativas políticas que visam assumir, mediante o direcionamento das primeiras fases de evolução em sentidos favoráveis aos seus interesses, a antecipação no gerenciamento de temas emergentes); *Estratégias de Redefinição de Temas* (reformulação das questões para os *Stakeholders* existentes e potenciais, com o intuito de mudar suas percepções sobre seus próprios interesses referente aos temas); e *Estratégias de Retirada de Temas da Agenda* (intervenções coordenadas que buscam eliminar totalmente determinados temas das diversas agendas, através da ampliação da base e/ou reformulação do tema, somado às tentativas de troca de arenas).

Ulterior a este pequeno resgate, pode-se assumir três pressupostos que justificariam a estreita relação entre as esferas políticas e de gestão organizacional que abrem a possibilidade de diálogo entre o campo da gestão e as obras de Maquiavel.

O primeiro pressuposto é o fato de que muitas vezes, a estratégia política torna-se necessária para o sucesso da estratégia organizacional, em que o uso exclusivo de ferramentas operativas de planejamento e gestão organizacionais torna-se limitado e ineficaz, à medida em que processos de negociação e tomada de decisão política determinam, em última análise, as reais direções estratégicas que são estabelecidas pelas organizações.

O segundo pressuposto diz respeito à realidade de que, em várias circunstâncias, a estratégia política tem importância crítica na obtenção de acessos aos clientes, aos mercados, aos *Stakeholders*, etc., nos quais o uso de mecanismos voltados para o estabelecimento de alinhamento de interesses e acordos, detém maior proeminência e funcionalidade.

O terceiro pressuposto ressalta que nesse cenário de obtenção de acessos, a capacidade de contribuição da estratégia política para a proteção, preservação e obtenção de posições torna-se um fator crítico determinante de vantagens, ao passo que as disputas de interesses tornam-se variáveis centrais no processo de gestão estratégica de uma organização.

Em síntese, o estudo das obras de Maquiavel se apresenta como um exercício importante e necessário àqueles que se postam a atuar na esfera da gestão estratégica, entendida como uma atribuição inerente a todos que exercem funções de operação e comando nos diversos níveis de uma organização.

REFERÊNCIAS

- CLARET, M. *O Príncipe (Maquiavel)*: Comentado por Napoleão Bonaparte. São Paulo: Martin Claret, 2000, p. 151-154.
- ESCOREL, L. *Introdução ao Pensamento Político de Maquiavel*. Brasília: Editora UnB, 1979.
- GRIFFIN, G. R. *Maquiavel na Administração*: Como jogar e ganhar o jogo do poder na empresa. São Paulo: Atlas, 1994.
- JUNIOR, J. N. *Maquiavel o Poder: História e Marketing*. São Paulo: Martin Claret, 2004.
- LEONEL JUNIOR, R. da S.; DA SILVA, A. M. A.; AZEVÊDO, A. *Maquiavel e administração*: possíveis implicações do conceito de virtude para o administrador. *Revista Caderno de Administração*. 2007, v. 17, n.1, p. 60-68. Disponível em: <<https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/CadAdm/article/view/34796/18264>>. Acesso em: 07 maio 2020.
- MACHIAVELLI, N. *A Arte da Guerra*. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

MACHIAVELLI, N. *Discorsi*: Comentários sobre a primeira década de Títo Lívio. 3. ed. Brasília: Editora UnB, 1994.

MACHIAVELLI, N. *O Príncipe*. Rio de Janeiro: Ediouro, 1997.

MAHON, J. F.; BIGELOW, B.; FAHEY, L. Estratégia política: gerenciando o ambiente social e político. In: FAHEY, L.; RANDALL, R. M. *MBA-Curso Prático: Estratégia*. Rio de Janeiro: Campus, 1999. p. 161-186.

MEDEIROS, A. M. A Itália no Tempo de Maquiavel (1469-1527). [Imagem] *Nicolau Maquiavel*. Postado em 2014, atualizado em ago. 2020. Disponível em: <<https://www.sabedoriapolitica.com.br/filosofia-politica/filosofia-moderna/o-principe/maquiavel/>>. Acesso em: 07 maio 2020.

TOLEDO, E. M. de. *As relações de poder nas empresas: uma visão a partir de Maquiavel*. 37 f. Monografia (Bacharel em Filosofia) - Curso de Filosofia, Centro Universitário La Salle, Canoas-RS, 2007. Disponível em: <https://biblioteca.unilasalle.edu.br/docs_online/tcc/graduacao/filosofia_bacharelado/2007/emtoledo.pdf>. Acesso em: 07 maio 2020.

A REFORMA DA PREVIDÊNCIA – PEC Nº 06/2019: OS IMPACTOS AOS SERVIDORES PÚBLICOS CIVIS COM BASE EM UMA INTERPRETAÇÃO CONSTITUCIONAL

Myrela Beatriz Santos Pinheiro
Linara Oeiras Assunção

INTRODUÇÃO

O sistema de previdência social do Brasil é objeto sensível ao Estado, tanto sob a perspectiva financeira e econômica quanto sob a perspectiva social e política. Nesta senda, o que se verifica é que tal sistema, historicamente, é pauta de disputa das relações de poder dentro do Poder Legislativo, principalmente no que concerne aos planos de previdência privada. Em consequência disso, o sistema brasileiro vem sendo alvo de diversas reformas, sob a justificativa de correção de distorções e a necessidade de amearhar o erário com o importe de bilhões de reais anuais.

Sendo assim, o governo do Presidente Jair Messias Bolsonaro, com o intuito de reformar o sistema previdenciário brasileiro, apresentou a Proposta de Emenda Constitucional nº 06/2019 (PEC nº 06/2019) à Câmara dos Deputados, em 20 de fevereiro de 2019. Essa PEC trouxe uma reforma previdenciária que, no primeiro momento, desconsiderou os direitos fundamentais e sociais garantidos pela Constituição Federal de 1988 (CF/88), impactando substancialmente todos os trabalhadores, mas, em especial, os servidores públicos civis.

Em seu texto original, a PEC nº 06/2019 propunha várias alterações que afetariam a vida desses servidores, tais quais: a) a alteração do art. 40 da CF/88, o qual estabelece que o Regime Próprio de Previdência dos Servidores (RPPS), além de ser regido pelo disposto no referido artigo, deveria obedecer aos arts. 149, § 1º, § 1º-A, § 1º-B, § 1º-C e § 1º D, como também ao art. 249 da CF/88, permitindo a instituição de contribuições ordinárias e extraordinárias, devidas tanto pelos servidores ativos quanto pelos aposentados e pensionistas, através de alíquotas progressivas ou escalonadas; b) a desconstitucionalização da previdência, estabe-

lecendo, dessa maneira, que as regras para a concessão de benefícios no cerne dos RPPSs não seriam mais definidas pela CF/88 e sim por lei complementar específica, que trataria acerca das normas gerais de organização, funcionamento e responsabilidade previdenciária, além de estabelecer o modelo de apuração de compromissos e seu financiamento, de arrecadação, aplicação e utilização dos recursos, dos benefícios, da fiscalização pela União e do controle externo social; c) dentre outras alterações.

Desde a apresentação da proposta à Câmara dos Deputados até sua promulgação em 12 de novembro de 2019, o texto original da PEC nº 06/2019 passou por diversas modificações e discussões sobre sua constitucionalidade, as quais motivaram o ajuizamento, inclusive, de 4 (quatro) Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADIs) junto ao Supremo Tribunal Federal (STF), sendo elas: ADIs nº 6.254, 6.255, 6.256 e 6.258.

Neste passo, o presente artigo buscou debater aspectos relevantes da PEC nº 06/2019, à luz de uma interpretação constitucional pautada nos princípios da solidariedade e do direito intergeracional. Assim, compreendendo qual a necessidade de uma reforma do sistema previdenciário brasileiro e quais os impactos às atividades dos servidores públicos civis.

A pesquisa seguiu uma abordagem qualitativa com enfoque interpretativo e compreensivo. Realizou-se estudo bibliográfico e documental, através da utilização de publicações parlamentares, documentos oficiais, fontes estatísticas, documentos jurídicos, bem como livros, monografias, teses, dissertações e artigos. Os argumentos foram organizados da seguinte forma: a) A seguridade social sob o aspecto constitucional; b) A necessidade da reforma da previdência e o suposto rombo da previdência; c) O sistema previdenciário brasileiro e os servidores públicos civis; d) A Reforma da Previdência: PEC nº 06/2019 e os servidores públicos civis.

Espera-se, ao final, esclarecer a hipótese preliminar de que a PEC nº 06/2019 acarretou impactos negativos às atividades e às vidas dos servidores públicos civis, desconstituando a previdência e restringindo direitos sociais.

A SEGURIDADE SOCIAL SOB O ASPECTO CONSTITUCIONAL

A CF/88 conceitua a Seguridade Social no art. 194, como sendo o “[...] conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social” (BRASIL, 1988). Logo, entende-se que consiste em um sistema de proteção social estabelecido sobre um tripé, que abranje os três sistemas de proteção social de maior relevância para a sociedade, quer sejam: a previdência social, objeto de estudo do presente artigo; a assistência social e a saúde.

A principal finalidade da seguridade social é servir como mecanismo de políticas públicas com o intuito de adimplemento dos direitos e garantias fundamentais assegurados pela CF/88. Segundo Bochetti (2003), a CF/88 introduziu um conceito inovador no que concerne à reestruturação e reorganização de políticas que dispõem sobre previdência, saúde e assistência social, institucionalizando o conceito de seguridade social para denominar uma forma nova e ampliada de implementar e articular políticas já existentes no Brasil.

Para a autora, a seguridade social baseia-se em alguns princípios, tais como:

a) Universalidade da cobertura, que garante o direito à saúde para todos, à assistência social a quem dela necessite e à previdência a quem a ela contribuiu anteriormente, independente do exercício de atividade remunerada;

b) Uniformidade e equivalência dos benefícios, que garante a unificação dos regimes urbanos e rurais no cerne do regime da previdência. Ou seja, através de contribuição, os trabalhadores rurais terão os mesmos benefícios que os trabalhadores urbanos, não sendo aplicado tal princípio para os trabalhadores do setor privado e do setor público;

c) Seletividade e distributividade de prestação de benefícios e serviços;

d) Irredutibilidade dos benefícios, que consiste na não redução de nenhum benefício a valor inferior a um salário mínimo, e o reajuste destes acima da inflação;

e) Diversidade das bases de financiamento, imputando diretamente nas contribuições dos empregadores, que não deverão ser mais baseadas somente sobre a folha de salários, mas também incidir sobre o faturamento e o lucro, a fim de que se tenha um financiamento da seguridade social mais distributivo progressivo;

f) Democracia e descentralização da administração, que garante que todos aqueles que financiam e usufruem dos direitos da seguridade devem participar da tomada de decisões.

Dessa forma, a CF/88 prevê uma seguridade social baseada na solidariedade e no direito intergeracional. A primeira consiste na obrigação social de contribuição de todos para a manutenção da seguridade social, ou seja, na obrigação social imposta à toda a sociedade de contribuir, independentemente dos benefícios que essa obrigação irá gerar. A segunda, por sua vez, consiste na garantia da utilização racional dos recursos da seguridade social, a fim de que esta atinja sua eficácia também para as futuras gerações.

O FINANCIAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL À LUZ DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988

A CF/88, como já aludido anteriormente, garante uma seguridade social pautada na solidariedade e no direito intergeracional. Nesta perspectiva, no art. 194 da CF/88 foram determinadas fontes de financiamento plurais para a seguridade social, adotando o mecanismo de financiamento tripartite clássico, que engloba as contribuições advindas do trabalhador, das empresas e do governo, através de impostos. Diante disso, compete ao poder público a organização do financiamento da seguridade social, devendo ser feito conforme a oferta de uma diversa base de financiamento e de outros fatores.

Ademais, o art. 195 da CF/88 preceitua o financiamento da seguridade social por toda a sociedade, através de recursos oriundos da União, dos Estados, do Distrito Federal (DF) e dos Municípios, como também das contribuições sociais do empregador, da empresa e da entidade a ela equiparada, devendo incidir sobre a folha de salário e demais rendimentos do trabalho pagos ou creditados, a qualquer título, à pessoa física que lhe preste serviço, mesmo sem vínculo empregatício; sobre a receita ou o faturamento; sobre o lucro do trabalhador e dos demais segurados da previdência social, de que trata o art. 201 da CF/88; e também, deve incidir sobre a receita de concurso de prognósticos; do importador de bens e serviços do exterior, ou a quem a lei a ele equiparar.

Nesta senda, ressalta-se que o custeio da seguridade social é financiado por toda a sociedade, de forma direta (contribuições) e indireta (impostos), mediante recursos provenientes dos orçamentos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e das contribuições dos empregadores, incidentes sobre a folha de salários, o faturamento (PIS e CONFIS) e o lucro, dos trabalhadores, da receita de concursos de prognósticos (loteria esportiva, tele sena, mega-sena, loto, loteria federal e outros) e do importador de bens ou serviços do exterior, ou de quem a lei equiparar. A arrecadação do PIS/PASEP, por exemplo, serve para custear o seguro desemprego.

Portanto, o financiamento da seguridade disposto na CF/88, prevê uma pluralidade de recursos como forma de custeio, que advém desde os entes estatais (União, Estados, DF e Municípios) às contribuições oriundas dos cidadãos, atendendo à solidariedade e ao direito intergeracional, elementos basilares da seguridade social, respeitando as garantias fundamentais e os direitos sociais, não podendo qualquer reforma ir ao sentido contrário do que preceitua a CF/88.

Depois de esclarecida a forma de financiamento da seguridade social, na qual a previdência social está incluída, seguidamente será discutida a existência de seu superávit ou déficit, assim como sobre a necessidade de uma reforma previdenciária para atingir o equilíbrio atuarial, principal argumento utilizado pelo governo federal para a propositura da reforma previdenciária.

A NECESSIDADE DA REFORMA E O SUPOSTO ROMBO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

A previdência social, elemento parte do sistema da seguridade social, assegura aos seus beneficiários/contribuintes meios indispensáveis de manutenção, por motivos de incapacidade, idade avançada, tempo de serviço, desemprego involuntário, encargos de família, reclusão ou morte.

O que ocorre é que a previdência vem sendo alvo constante de reformas que restringem e violam os direitos dos servidores públicos civis, sob a justificativa de que há um desequilíbrio atuarial e financeiro, o chamado “rombo da previdência”, a exemplo das reformas realizadas através das Emendas Constitucionais (ECs) de nº 20/2019, nº 41/2003, nº 47/2005 e nº 70/2012 que serão debatidas em seções posteriores.

Diante de tal circunstância surgem várias perguntas, tais como: Existe um déficit na seguridade social que enseja o rombo previdenciário? Há necessidade de uma reforma previdenciária? Quais seriam os mitos e verdades do atual cenário previdenciário do Brasil?

Para responder tais questionamentos, é necessário destacar que as reformas já realizadas no âmbito da previdência, bem como a proposta de reforma decorrem, em suma, da não implementação da seguridade social tal qual é disposta constitucionalmente. Neste sentido, Gentil (2006, p. 23) aduz que o déficit da previdência consiste em uma criação do governo, ao somar, parcialmente, “[...] receitas provenientes das contribuições ao INSS sobre a folha de salários e demais rendimentos do trabalho¹ e de outras receitas próprias menos expres-

¹ “Arrecadação Bancária e Arrecadação com o SIMPLES (Sistema Integrado de Pagamentos de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte). O SIMPLES consiste no pagamento unificado do IRPJ, PIS, COFINS, CSLL, INSS Pa-

sivas² [...]”. Além disso, a autora acredita que embora tenha havido inúmeras modificações previdenciárias desde os anos 1980, o sistema previdenciário tem a possibilidade de se estabelecer de forma autônoma e até mesmo gerar um numeroso excedente de recursos.

Gentil (2006) ainda entende que o sistema previdenciário não apresenta um rombo, tampouco tendência de ir à falência, visto que, apesar do alto índice de desemprego, o sistema tem se mostrado superavitário, haja vista que seu financiamento é disposto por uma rígida base disposta na CF/88, quer seja por toda sociedade, de forma direta e indireta, nos termos do art. 195 da CF/88 e da Lei nº 8.212/90, mediante recursos provenientes da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e de contribuições sociais.

Outra questão a ser levantada é que, historicamente, o governo não fornece demonstrativos financeiros e contábeis especificamente do orçamento da seguridade social e, por isso, não há como constatar que o sistema, em contramão do que se divulga, gera um excedente de recursos expressivos, que passa a ser desviado para o orçamento fiscal e direcionado para despesas com fins díspares da seguridade social.

Frisa-se que, a falta de transparência de informações sobre os custos e receitas da seguridade social causa estranheza em tempos de publicidade e da Lei de Acesso à Informação. Não há como afirmar que existe déficit atuarial se não houver a constatação através de dados de sua existência, sendo imperiosa a sua divulgação.

Outrossim, é relevante levar-se em consideração para a conclusão da existência de um sistema previdenciário deficitário ou não, o alto índice de recursos destinados à seguridade social que são direcionados para o adimplemento das despesas do orçamento fiscal, tal qual as taxas da Desvinculação das Receitas da União (DRU), que consistem em 30% dos valores destinados à seguridade social, os quais podem ser utilizados para o pagamento da dívida pública nacional. Portanto, observa-se que o déficit fiscal não advém de gastos exorbitantes com a seguridade social, mas sim, entre outras coisas, do desvio de recursos feitos pelo governo para o pagamento da dívida pública.

Embora haja a alegação por parte do governo de que a seguridade social está em crise, dados fornecidos pela Associação Nacional de Auditoria da Receita Federal do Brasil (ANFIP, 2007) também apontam que não existe crise neste sistema, o que ocorre é a desvinculação de recursos financeiros pelo governo federal. Sobre isso, Behring (2003, p. 273) comenta que:

[...] estas desvinculações vêm sendo materializadas pelas medidas legais criadas desde os anos de 1990, que consistem nos Fundos de Solidariedade e Fundos de Estabilidade Fiscal transformados, a partir de 2000, na Desvinculação de Recursos da União (DRU), a qual desvincula 20% das receitas de impostos e contribuições sociais da União para outras finalidades, contrariando flagrantemente as disposições constitucionais acerca

tronal e IPI. Poderá incluir o ICMS e/ou o ISS. A inscrição no Simples dispensa do pagamento de contribuições destinadas ao SESC, SESI, SENAI, SENAC, SEBRAE, e seus congêneres, bem como as relativas ao salário-educação e a Contribuição Sindical Patronal”. GENTIL, D. L. *A Política Fiscal e a Falsa Crise da Seguridade Social Brasileira – Análise financeira do período 1990–2005*. Tese (Doutorado em Economia) – Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006, p. 23.

2 “Arrecadação do Programa de Recuperação Fiscal - REFIS, Arrecadação do FNS – Fundo Nacional de Saúde, Arrecadação de Certificado de Dívida Pública - CDP, Programa de Financiamento Estudantil – FIES e Depósitos Judiciais. Estas receitas representaram 1,8% do total de Recebimentos Próprios do INSS em 2005”. GENTIL, D. L. *A Política Fiscal e a Falsa Crise da Seguridade Social Brasileira – Análise financeira do período 1990–2005*. Tese (Doutorado em Economia) – Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006, p. 23.

da utilização dos recursos advindos das fontes de custeio da seguridade, que só poderiam ser mobilizados para seus fins.

A DRU é resultado da política de ajuste fiscal e tem por finalidade a minimização dos impactos gerados pelos gastos com a dívida pública. E é na seguridade social que a DRU se mantém, pois ela é sua principal fonte, ensejando em restrição de recursos que deveriam ser destinados para a garantia dos direitos sociais.

Isso posto, parte-se ao estudo dos quadros a seguir, com dados retirados dos relatórios anuais da seguridade social da Associação Nacional dos Auditores da Receita Federal do Brasil (ANFIP). No primeiro quadro, a DRU não incide sobre as receitas oriundas das contribuições das folhas de salário, ou seja, a receita previdenciária é líquida.

Quadro nº 01 – Efeitos da desvinculação de recursos da União sobre as receitas do orçamento da seguridade social (2005-2008) em bilhões

FONTES SELECIONADAS	RECEITA REALIZADA (a)				DESVINCULAÇÃO DA DRU (b)			
	2005	2006	2007	2008	2005	2006	2007	2008
FONTES SELECIONADAS	2005	2006	2007	2008	2005	2006	2007	2008
CONFINS	89,5	90,3	101,8	119,3	17,9	18,0	20,3	23,8
CPMF	29,1	31,3	36,3	1,0	4,5	5,0	5,7	0,1
CSLL	26,2	27,2	33,6	42,3	5,2	5,4	6,7	8,4
PIS/PASEP	22,0	23,8	26,1	30,8	4,4	4,7	5,2	6,2
OUTRAS CONTRIBUIÇÕES	4,4	4,3	3,9	2,0	0,9	0,9	0,8	0,4
TOTAL	171,5	177,8	201,8	195,5	33,0	34,2	38,8	39,0
Efeito da DRU sobre a receita da Seguridade Social (exceto previdência) %o(b/a).					19,3%	19,2	19,2%	20,0%

Fonte: Elaboração própria a partir do estudo da ANFIP (2007, p. 37).

Quadro nº 02 – Resultados da Seguridade Social após perda de receita provocada pela DRU em bilhões de reais

Receitas e despesas antes e depois da DRU	2005	2006	2007	2008
Receita total antes da DRU (1)	278,1	305,2	347,2	364,9
Receitas desviadas pela DRU (2)	32,1	33,9	38,8	39,0
Receita total após a DRU (1+2) (a)	245,9	271,2	308,4	325,8
Despesa total da Seguridade Social (b)	220,30	254,3	286,6	312,6
Resultado da Seguridade Social após a DRU (a-b)	25,3	16,9	21,7	13,2

Fonte: Elaboração própria a partir do estudo da ANFIP (2007, p. 38).

Depreende-se dos quadros acima que os recursos destinados para a seguridade social não estão tendo o fim preceituado na CF/88, o que ocasiona prejuízos na prestação dos direitos sociais, sobretudo no que concerne à previdência social. Isto posto, desobedecendo ao que dispõe a CF/88 no que tange ao modelo tripartite de financiamento da previdência social, conforme explicitado anteriormente, segundo dados extraídos do Tesouro Nacional, no

ano de 2015, a receita da previdência social se deu pela contribuição dos trabalhadores rurais e urbanos, desconsiderando as arrecadações oriundas da Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) e dos Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PIS/PASEP) (GENTIL, 2005).

Conforme será verificado no quadro a seguir, a não contabilização dos recursos das referidas fontes provoca grande prejuízo à previdência social e aos trabalhadores em geral, isso porque as despesas somadas resultam em um valor superior às receitas, ensejando em um déficit.

Quadro nº 3 – Receitas X Despesas da Previdência Social, 2015

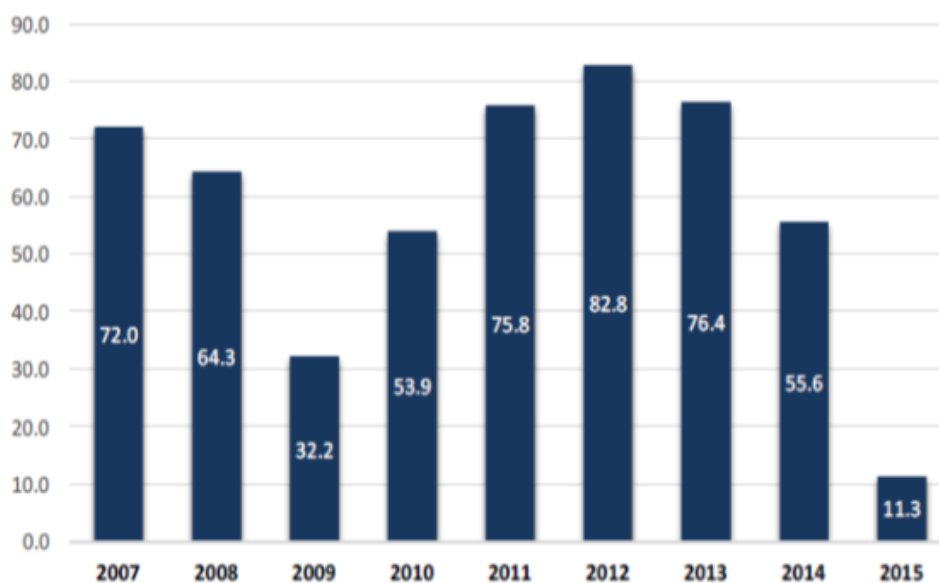
Receitas/ Despesas	2015	%PIB
A-Receitas	350.272,0	5,9%
Urbano	343.190k,7	5,8%
Rural	7.081,3	0,1%
B-Despesas (Benefícios Pagos)	436.090,1	7,4%
Urbano	338.049,3	5,7%
Rural	98.040,8	1,7%
C-RESULTADO (A-B)	-85.815,1	1,4%

Fonte: (BRASIL; SECRETARIA DO TESOUREO NACIONAL, 2017, p.7).

O que se depreende do quadro nº 3 é que não é considerado o modelo tripartite de financiamento da previdência social, conforme está aludido na CF/88, uma vez que utiliza como fonte de custeio as receitas advindas das contribuições dos trabalhadores rurais e urbanos.

De acordo com a ANFIP, ao longo dos anos, a seguridade social demonstra-se superavitária e seria ainda mais caso fosse respeitado o modelo de custeio trazido pela CF/88, quer seja o financiamento tripartite. Deste modo, observa-se o gráfico nº 1 que destaca mais precisamente os valores que reconhecem esses superávits, evidenciando a evolução das receitas dos caixas previdenciários. O gráfico demonstra, também, que nos anos de economia aquecida, a seguridade social apresentou superávits bastante expressivos, chegando a 82,8% em 2012, auge do crescimento econômico brasileiro. Em 2015, início da atual crise econômica do país, o superávit da seguridade social chegou ao seu menor valor, porém, se manteve. Destarte, tem-se que mesmo em tempos de crise financeira, a seguridade social apresenta-se superavitária.

Gráfico nº 1 – Superávit da Seguridade Social (em R\$ milhões correntes, 2007-2015)



Fonte: ANFIP (2015, p.12).

Então, retorna-se ao questionamento feito no início: Existe um déficit previdenciário? Pois bem, se a seguridade social é superavitária e a previdência está abarcada pela seguridade, o que justifica o déficit previdenciário? Consoante os dados da ANFIP, não há justificativa para a existência do déficit alegado pelo governo.

Além dos dados trazidos pela ANFIP, tem-se como fonte de consulta o relatório final dos trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Previdência, que foi aprovado em 25 de setembro de 2017 e concluiu pelo superávit da previdência. Tal relatório aponta que os débitos das empresas à seguridade social ultrapassam mais de 500 milhões de reais, decorrentes da má gestão do governo federal que perdoa dívidas e concede benefícios fiscais e creditícios (BRASIL; SENADO FEDERAL; CPI, 2017). Segundo dados da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN), empresas privadas totalizam dívidas em torno de R\$ 450 bilhões, sendo apenas R\$ 175 bilhões os débitos recuperáveis (BRASIL; PGFN, 2019).

O próximo quadro esboça as 20 (vinte) principais empresas devedoras da previdência social. Nota-se que são empresas aéreas falidas, empresas públicas e bancos. Estas são as que mais aparecem em litígios judiciais que visam o pagamento de débitos.

Quadro de nº 04 – As 20 Empresas que mais devem para a Previdência Social em milhões de reais

1ª	Varig	3.713
2ª	JBS	1.837
3ª	Vasp	1.683
4ª	Associação Educacional Luterana do Brasil	1.582
5ª	Banco Comercial Banesa	1.418
6ª	Transbrasil Linhas Aéreas	1.219
7ª	Marfrig	811
8ª	Instituto Candango de Solidariedade	700
9ª	Instituto Presbiteriano Mackenzie	648
10ª	Águas e esgotos do Piauí	585
11ª	Prefeitura Municipal de Guarulhos	564
12ª	Associação Sulina de Crédito e Assistência Rural	550
13ª	Prefeitura Municipal de São Paulo	549
14ª	Caixa Econômica Federal	549
15ª	Teka (em recuperação)	531
16ª	Dedini (em recuperação)	500
17ª	Gazeta Mercantil	484
18ª	Eucatur	480
19ª	Companhia de Saneamento Ambiental do Mar	475
20ª	Banco Bradesco	465

Fonte: BRASIL; PGFN (2019, p. 2).

Sendo assim, salienta-se que apesar das inúmeras discussões doutrinárias acerca do déficit da previdência, dados apontam que ele não existe e que não há necessidade de reforma previdenciária. O que ocorre é irresponsabilidade de gestão, desvinculação de receitas e perdão de dívidas fiscais e concessão de benefícios fiscais e creditícios.

Todavia, o governo federal insiste em manter o discurso da existência de déficit, ressaltando a necessidade de reforma previdenciária para a realização de ajuste fiscal e equilíbrio atuarial. Através desse discurso de déficit atuarial, o governo federal, sob o comando do Presidente Jair Messias Bolsonaro, apresentou a PEC nº 06/2019, a qual propôs, em seu texto original, diversas alterações que afetam a vida dos trabalhadores, em especial, a dos servidores públicos civis, conforme será demonstrado nas seções sucessivas.

O SISTEMA PREVIDENCIÁRIO E OS SERVIDORES PÚBLICOS CIVIS

A reforma da previdência social, inicialmente tratada como PEC nº 06/2019, impactaria aos servidores públicos civis como um todo. Contudo, os únicos servidores públicos civis

impactados com a promulgação da reforma da previdência (EC nº 103/2019) foram os servidores públicos civis federais.

Antes de iniciar o debate sobre a reforma da previdência social e sobre como seus dispositivos modificaram substancialmente a vida dos servidores públicos civis federais, são necessários os conhecimentos sobre como se deu, ao curso do tempo, a relação entre o sistema previdenciário e os servidores públicos civis, assim como de que forma se encontrava a previdência desses trabalhadores até a data da propositura da PEC nº 06/2019.

Nesta perspectiva, segundo Porto e Caetano (2015), antes da promulgação da CF/88, a seguridade social dos servidores públicos civis era tratada como extensão política de pessoal do Estado. O direito à aposentadoria destes trabalhadores advinha do seu labor para o Estado e não de suas contribuições. No mesmo norte, consoante dados da Escola Nacional de Administração Pública (ENAP), a aposentadoria dos servidores antes da CF/88 ficava sob a responsabilidade do Tesouro Nacional, e as pensões, pecúlios, auxílios e afins ficavam sob a responsabilidade das Caixas e dos Institutos de Aposentadorias e Pensões.

A CF/88 trouxe pela primeira vez o estabelecimento de regras diferenciadas para a aposentadoria dos servidores públicos civis da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, assim como das autarquias e fundações públicas, em seu art. 40, *caput*.

Em 1993, houve a primeira mudança significativa acerca do regime previdenciário dos servidores públicos. A Emenda Constitucional (EC) nº 3 determinou a contribuição financeira dos servidores públicos para o custeio de aposentadorias e pensões, modificando o entendimento de que a seguridade social desses trabalhadores seria uma contraprestação como forma de agradecimento aos serviços prestados ao Estado.

Não obstante, mais mudanças ocorreram através de outras emendas constitucionais, tais quais a EC nº 20/1998, a EC nº 41/2003, a EC nº 47/2005 e, por fim, a EC nº 70/2012.

Segundo Porto e Caetano (2015, p. 5), a EC nº 20/1998 revestiu o regime previdenciário do servidor público de caráter contributivo, fazendo a observância de critérios que tinham por fim preservar o equilíbrio financeiro e atuarial. Essa EC pôs fim ao critério do tempo de serviço como motivo para a concessão da aposentadoria e instituiu o Regime Próprio de Previdência Social do Servidor Público (RPPS).

A EC nº 41/2003 teve como principal alteração a instituição do caráter solidário à contributividade já implementada na CF/88. Além disso, a referida emenda alterou as regras de cálculos para proventos de aposentadoria, os quais deixaram de seguir a regra da última remuneração como base de cálculo e passaram a considerar a média aritmética simples das contribuições, como também trouxe em seu escopo regras de transição que objetivavam garantir o direito adquirido dos servidores à aposentadoria na data da promulgação das reformas previdenciárias anteriores (PORTO; CAETANO, 2015, p. 5-6).

A EC nº 47/2005 adicionou à CF/88, mais uma regra de transição, permitindo a aposentadoria integral, com paridade nas pensões, aos servidores públicos que foram investidos na data da promulgação da EC nº 20/98. Além disso, acrescentou a concessão de aposentadorias especiais para servidores com deficiência, para os que exerciam atividades de risco e para os que exerciam atividades insalubres e perigosas (PORTO; CAETANO, 2015, p. 6).

Já a EC nº 70, promulgada em 29 de março de 2012, alterou a regra de aposentadoria por invalidez, possibilitou aos servidores que ingressaram no serviço público até a data da publicação da EC nº 41/2003 a possibilidade de aposentação por invalidez com proventos consoantes os da remuneração integral do cargo efetivo e critério de reajuste pela paridade (PORTO; CAETANO, 2015, p. 6).

Ressalta-se, também, que no ano de 2012 foi introduzido o regime de previdência complementar do servidor público federal titular de cargo efetivo, através da Lei nº 12.618/2012. Em 2014, houve mudanças relativas às regras de concessão de pensão por morte previstas na Lei nº 8.112/90, o que adveio da Medida Provisória (MP) nº 664/2014 (PORTO; CAETANO, 2015, p. 6).

Percebe-se que todas as reformas previdenciárias atingiram consideravelmente os servidores públicos civis federais e não todos os servidores públicos civis (Estados, Distrito Federal e Municípios). Além disso, constata-se que tais reformas, gradualmente, foram restringindo direitos sociais dos servidores públicos civis federais, com mudanças na idade mínima para a aposentadoria, no tempo de contribuição, na concessão de benefícios, no cálculo para a concessão, nos critérios de transição, dentre outros.

Ainda, é necessário evidenciar que no ano de 1999, conforme dados do painel estatístico de pessoal do Ministério da Economia, havia um quantitativo de servidores públicos civis federais de 1.100.186, sendo 45,9% ativos, 35,9% aposentados e 18,2% instituidores de pensão. Em 2019, esse quantitativo subiu para 1.276.121, em que 48,1% são ativos, 33,2% aposentados e 18,7% instituidores de pensão. Portanto, depreende-se que houve um aumento considerável de servidores em atividade que contribuem para o custeio previdenciário próprio, precisamente de 21, 55%, gerando um impacto substancial na receita previdenciária (BRASIL; MINISTÉRIO DA ECONOMIA, 2019).

Feito todo esse apanhado histórico, trazendo as modificações instituídas ao curso do tempo pelas emendas constitucionais feitas em grau de reforma previdenciária, bem como o aumento quantitativo dos servidores públicos civis federais, será destrinchado como figurava o sistema previdenciário dos servidores públicos civis federais até a data da propositura da PEC nº 06/2019, no quadro seguinte:

Quadro nº 5 – Cenário Previdenciário dos Servidores Públicos Civis Federais antes da PEC nº 06/2019

Regras de aposentadoria dos servidores públicos civis federais – RPPS	
Tempo de Contribuição e Idade	Tem-se como idade para aposentação: 60 anos – Homem e 55 anos – Mulher; O tempo de contribuição é de 30 anos – Mulher e 35 anos – Homem; Deve-se ter 10 anos de efetivo exercício e 5 anos no último cargo.
Aposentadoria Compulsória	Homens – 75 anos; Mulheres – 75 anos.
Regra de Transição	Servidores que ingressaram no serviço público até 31/12/2003 receberão a integralidade dos proventos que corresponderão à integralidade da remuneração do servidor no cargo efetivo em que se der a aposentadoria e, o reajuste de sua aposentadoria na mesma proporção do servidor ainda na ativa, a chamada regra da paridade. Tudo isso, desde que cumpridos os requisitos de idade mínima, tempo de contribuição, carreira e cargo, previstos no art. 6º da EC nº 41 ou art. 3º da EC nº 47.

Cálculo de Proventos	Proventos calculados com base na média dos valores de sua remuneração num determinado período, a ser fixado por Lei.
Acúmulo de aposentadoria	Vedada a percepção de mais de uma aposentadoria, exceto aquelas decorrentes dos cargos acumuláveis na forma da CF/88.
Reajuste de Benefícios	Haverá garantia de reajustamento dos benefícios, a fim de garantir, em caráter permanente, o valor real, conforme disposto em lei.
Regime Previdência Complementar	Admite-se que cada um dos seus entes institua regime de previdência complementar para seus respectivos servidores titulares de cargo efetivo, podendo fixar, para o valor das aposentadorias e pensões a serem concedidas por esse regime próprio, o limite máximo estabelecido para os benefícios do regime geral de previdência social.
Aposentadoria por Invalidez	O valor da aposentadoria por invalidez, quando decorrente de acidente em serviço, moléstia profissional ou doença grave, contagiosa ou incurável, na forma da lei, corresponderá à totalidade da média das contribuições ou a remuneração de cargo efetivo, essa última hipótese apenas para servidores que ingressaram até 31 de dezembro de 2003.
Pensão Por Morte	Calculada com base na remuneração do servidor no cargo efetivo ou sobre os proventos da aposentadoria, até o teto do Regime Geral (INSS), acrescida de 70% do valor que ultrapassar o teto, no caso dos servidores que ganham acima desse limite.
Abono de Permanência	Instituído com o intuito de beneficiar e incentivar aqueles que, tendo cumprido todos os requisitos para a aposentadoria, permanecem trabalhando. Assim, receberão a mais, o equivalente ao valor da sua contribuição previdenciária, até completar as exigências para a aposentadoria compulsória.
Valor dos proventos	O valor dos proventos não poderá ser superior ao teto estabelecido pelo art. 37, XI, CF/88, com redação dada pela mesma EC n° 41/2003. Aplica-se o mesmo limite para as aposentadorias que possam ser acumuladas, bem assim à soma da aposentadoria com a remuneração de cargo efetivo acumulável, de cargo de comissão e de cargo eletivo.

Fonte: Elaboração própria.

Os próximos tópicos tratarão, especificamente, sobre a Reforma da Previdência proposta pelo governo do Presidente Jair Messias Bolsonaro, PEC n° 06/2019, perpassando pelas mudanças feitas ao curso de sua tramitação e o seu impacto final aos servidores públicos civis, tentando responder o problema cerne da pesquisa.

A REFORMA DA PREVIDÊNCIA: PROPOSTA DE EMENDA CONSTITUCIONAL N° 06/2019 E OS SERVIDORES PÚBLICOS CIVIS

Sob a justificativa de déficit atuarial e rombo previdenciário, o governo do Presidente Jair Messias Bolsonaro submeteu à análise do Congresso Nacional, a Proposta de Emenda Constitucional n° 06/2019 - (PEC n° 06/2019) - que dispôs sobre mudanças no sistema de previdência social e estabeleceu regras de transição e disposições transitórias, bem como outras providências.

Os principais argumentos para a apresentação da PEC n° 06/2019 foram a reparação de injustiça e segurança de um modelo previdenciário sustentável financeiramente frente ao processo de envelhecimento demográfico e o suposto rombo previdenciário. A previdência social, tal como disposta, além de se apresentar deficitária, permitia uma série de privilégios para determinados setores, dentre eles os servidores públicos. Segundo seus defensores, a PEC n° 06/2019 surgiu para corrigir um sistema previdenciário desigual, impondo sacri-

fícios a todos os setores da sociedade com o cerne de assegurar a sua manutenção para a posterioridade, reduzindo as diferenças em relação às condições de acesso e ao valor de benefícios das diferentes categorias laborais.

Segundo Ikuta, Manganeli e Guerra (2019, p. 19), com os parâmetros novos estabelecidos pela PEC n° 06/2019, grande parte da população correrá o risco de se aposentar tardiamente e de contribuir por mais tempo, assim como de realizar contribuições maiores e receber benefícios menores, tudo isso sem garantia de correção automática pela inflação anual.

No que concerne ao regramento cabível aos servidores públicos, o texto original da proposta trouxe em seu escopo mudanças nos requisitos para a concessão de aposentadoria, nos critérios de cálculos dos proventos, além da criação de novas regras de transição para aqueles que cumprirem as exigências constantes na referida emenda.

No primeiro momento, a PEC n° 06/2019 criou óbices e restrições à fruição de direitos sociais basilares do ordenamento jurídico do Estado Democrático de Direito, tais como: a) O estabelecimento de um novo regime previdenciário, com base no sistema de capitalização, substituindo o atual regime da repartição; b) A desconstitucionalização da previdência social, uma vez que, a PEC n° 06/2019 destinou a uma futura lei complementar o regramento para a concessão de benefícios; c) A implementação de expressivo aumento na alíquota de contribuição previdenciária, que tornar-se-ia progressiva e poderia atingir 22% (vinte e dois por cento).

No plano do regime de previdência complementar, primordialmente, a PEC n° 06/2019 previu a possibilidade de autorização do patrocínio de planos administrados por entidades fechadas de previdência complementar não instituídas pelo ente federativo ou por entidades abertas de previdência complementar, através de licitação. Não obstante, haveria alterações nas regras de transição, tornando-as mais rígidas aos servidores públicos, em especial aos que ingressaram no serviço público antes da promulgação das Emendas Constitucionais n° 20/1998 e n° 41/2003.

Uma das principais alterações propostas pelo texto original da PEC n° 06/2019 foi a alteração do art. 40 da CF/88. Tal alteração estabelecia que o regime próprio de previdência dos servidores, além de ser regido pelo disposto no referido artigo, deveria obedecer aos arts. 149, § 1º, § 1º-A, § 1º-B, § 1º-C e § 1º- D, além do art. 249 da CF/88.

Isso implicaria em prejuízos aos servidores públicos, ao passo que a nova reforma traria a alteração do art. 149 da CF/88, permitindo a instituição de contribuições ordinárias e extraordinárias, devidas tanto pelos servidores ativos quanto pelos aposentados e pensionistas, através de alíquotas progressivas ou escalonadas. Ademais, no tocante ao art. 249 da CF/88, apesar de não ter havido alterações em seu texto, o artigo permite que os entes federados criem, através de lei específica, os chamados “fundos integrados pelos recursos provenientes de contribuições e por bens, direitos e ativos de qualquer natureza” como meio de garantir recursos para que os proventos de aposentadoria e de pensões adquiridas pelos servidores e seus dependentes sejam pagas.

Contudo, a PEC n° 06/2019, tal como apresentada à Câmara dos Deputados, pretendeu a desconstitucionalização da previdência. Ou seja, a reforma estabeleceria que as regras

para a concessão de benefícios no cerne dos RPPSs não seriam mais definidas pela CF/88 e sim por lei complementar específica, que trataria acerca das normas gerais de organização de funcionamento e responsabilidade previdenciária, além de estabelecer o modelo de apuração de compromissos e seu financiamento, de arrecadação, aplicação e utilização dos recursos, dos benefícios, da fiscalização pela União e do controle externo social, conforme verifica-se no próprio texto da proposta, comentado anteriormente.

Isso significa dizer que o respeito ao princípio constitucional do direito intergeracional é descartado, à medida que as futuras gerações ficam sujeitas às mudanças previdenciárias deliberadas a qualquer momento, já que flexibiliza o processo de alteração, trazendo a previdência para o âmbito da legislação complementar.

A desconstitucionalização do sistema previdenciário implica no não cumprimento das exigências do processo legislativo instituído pela CF/88. Gerando sérios riscos à sociedade, haja vista que fica à mercê de mudanças previdenciárias a qualquer momento.

O debate à época da PEC nº 06/2019 suscitou vários aspectos relacionados à desconstitucionalização da previdência, os quais passariam a ser diplomados infra constitucionalmente, dentre eles: a) os requisitos de elegibilidade para a concessão de aposentadoria; b) as regras para o cálculo e o reajustamento de benefícios; c) a forma de apuração da remuneração para fins de cálculo dos benefícios; d) a possibilidade de implementação de requisitos diferenciados de aposentadoria para professores, policiais, agentes penitenciários, deficientes e para aqueles que exercem atividades insalubres; e) as regras para cumulação de benefícios previdenciários; f) a forma de apuração da base de cálculo e de definição de alíquota das contribuições ordinária e extraordinária; g) as condições para a instituição do fundo tratado no art. 249 da CF/88, e afins.

Vale ressaltar que a constitucionalização do direito previdenciário resultou de um longo processo de evolução do Estado de Direito no avanço da garantia de direitos fundamentais e sociais, a fim de que houvesse o estabelecimento da proteção ao cidadão, não apenas do abuso do poder estatal, como também da maioria absoluta em uma democracia.

A tramitação da PEC nº 06/2019 foi bem ágil. Reprisando, desde sua apresentação à Câmara dos Deputados, em 20 de fevereiro de 2019, a PEC nº 06/2019 passou por diversas alterações em seu texto inicial. Foi apresentada à Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) em 16 de abril de 2019. Em seu parecer, a CCJC aprovou a proposta em 24 de abril de 2019, contudo inadmitiu uma série de dispositivos que entendeu não estarem em consonância com os princípios constitucionais, como o da solidariedade, o da dignidade da pessoa humana, dentre outros. São eles:

a) art. 1º, na parte em que modifica o § 2º do art. 109 da CF/88, relacionado à extinção do foro do Distrito Federal para a propositura de ações contra a União; b) art. 2º, na parte em que acrescenta o § 4º ao art. 10 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para dispor sobre o fim do pagamento da indenização compensatória e do depósito do fundo de garantia do tempo de serviço (FGTS), a partir da concessão da aposentadoria; c) a expressão “de iniciativa do Poder Executivo federal”, constante no art. 1º da PEC, na parte em que altera o art. 40, § 1º; art. 201, §§ 1º e 10; e 201-A, todos da CF/88; bem como no art. 3º, § 3º e no art. 5º, § 1º, do Capítulo III da PEC; e no art. 18, § 5º, do Capítulo V da PEC; e a expressão

“de iniciativa do Poder Executivo” constante no art. 1º da PEC, na parte em que altera o art. 42, § 2º da CF/88; d) art. 1º, na parte em que altera o art. 40, § 2º, III, para retirar do texto constitucional a definição da idade para a aposentadoria compulsória do servidor público, transferindo a disciplina da matéria para Lei Complementar.

A proposta chegou em plenário para a emissão de parecer a ser elaborado pela Comissão Especial em 25 de abril de 2019, que após algumas modificações, encaminhou o texto da PEC nº 06/2019 para a votação em primeiro turno e depois do segundo turno, ambos resultaram na sua aprovação.

Após sua tramitação na Câmara dos Deputados, a PEC nº 06/2019 seguiu para o Senado Federal, em 08 de agosto de 2019, passando por todos os procedimentos comuns da tramitação de Propostas de Emendas Constitucionais nas casas legislativas. No Senado Federal, a PEC nº 06/2019 também se modificou, no tocante aos pontos que causavam enorme preocupação quanto aos seus impactos no que diz respeito às atividades dos servidores públicos civis; sua aprovação ocorreu em segundo turno, no dia 22 de outubro de 2019.

Destacam-se que, no curso da pesquisa, diversos entraves foram encontrados, considerando a dificuldade de acesso aos atos realizados pelos parlamentares, frente à demora de suas publicações. Tal dificuldade vai de contramão com a política de transparência garantida pela Lei de acesso à informação.

Após o término da tramitação nas casas legislativas, a PEC nº 06/2019 foi promulgada em 13 de novembro de 2019, dando ensejo à Emenda Constitucional (EC) nº 103/2019. As discussões levantadas pela oposição, sobretudo os partidos: PSOL, PCdoB e PT, geraram mudanças consideráveis na reforma previdenciária que muito se diferenciou do texto original.

A EC nº 103/2019 não desconstitucionalizou a previdência, conforme dispunha o texto original da PEC nº 06/2019. Por outro lado, enrijeceu as regras de transição, aumentou a idade mínima e tempo de contribuição, instituiu a aplicação de alíquotas progressivas, estabeleceu novo cálculo para a apuração do valor dos benefícios, definiu novos critérios para o pagamento da pensão por morte, determinou que o valor do salário-família terá uma única cota, limitando a renda mensal bruta, previu regras de transição para concessão da aposentadoria para os trabalhadores que já estão no mercado de trabalho, mas manteve os direitos adquiridos para os trabalhadores que já reuniram todas as condições para a obtenção de benefícios até a data de promulgação da EC e deu outras disposições.

Em relação aos servidores públicos civis, estes não sofreram o impacto esperado na propositura da reforma previdenciária, uma vez que foram somente os servidores públicos civis federais. Em seguida, o quadro expõe os principais impactos na previdência dos servidores públicos civis federais:

Quadro nº 6 – Principais impactos da EC nº 103/2019 aos Servidores Públicos Civis Federais

ANTES DA PEC Nº 106/2019 (EC Nº 103/2019)	APÓS A PEC Nº 106/2019 (EC Nº 103/2019)	COMENTÁRIOS
<p>Tempo de Contribuição e Idade:</p> <ul style="list-style-type: none"> » 55 anos (mulher)/60 anos (homem); » 30 anos (mulher)/35 anos (homem) mínimos de contribuição; » 10 anos de efetivo exercício; » 05 anos no último cargo. 	<p>Tempo de Contribuição e Idade:</p> <ul style="list-style-type: none"> » 62 anos (mulher) / 65 anos (homem); » 30 anos mínimos de contribuição para ambos; » 10 anos de efetivo exercício; » 05 anos no último cargo. 	<ul style="list-style-type: none"> » A principal mudança nesse ponto é o aumento da idade mínima para a aposentação. » Verifica-se, com base em dados de 2018 do IBGE, que a expectativa de vida do brasileiro é de 76,3 anos, Diante disso, com o aumento da idade mínima para a aposentação, há uma diminuição do tempo de gozo da aposentadoria para os servidores, haja vista que os servidores teriam um usufruto de aposentação de relativamente 10 anos. » Ressalta-se, ainda, que, como não houve a desconstitucionalização do sistema previdenciário, as idades mínimas continuarão fixadas na Constituição com demais parâmetros definidos por lei.
<p>Alíquotas de contribuição fixas de 11%, com base na contribuição dos servidores titulares de cargos efetivos da União.</p>	<p>Alíquotas de contribuição progressivas, podendo variar de 7,5% a 22%.</p>	<ul style="list-style-type: none"> » A incidência da contribuição será por faixas de renda nos seguintes termos: <ul style="list-style-type: none"> - Até um salário mínimo (SM): 7,5%, mais de um SM e até R\$ 2.000: 9%; - De R\$ 2.000 a R\$ 3.000,00: 12%; - De R\$ 3.000,00 a R\$ 5.839,45: 14%; - De R\$ 5.839,45 a R\$ 10.000,00: 14,5%; - De R\$ 10.001,00 a R\$ 20.000,00: 16,5%; - De R\$ 20.000,00 a R\$ 39.000,00: 19%; - Acima de R\$ 39.001,00: 22%. Nota-se um aumento substancial nas contribuições, uma vez que antes eram fixas e hoje podem ser aumentadas em até 11%. Contudo, torna-se mais igualitária, à medida que as alíquotas passam a ser com base nas faixas de renda, quem ganha mais, contribui com uma alíquota maior.

<p>» Não havia possibilidade de contribuições extraordinárias em caso de déficit atuarial.</p>	<p>» Há a instituição de contribuições ordinárias e extraordinárias, devidas tanto pelos servidores ativos quanto pelos aposentados e pensionistas, em caso de déficit atuarial.</p>	<p>Surge aí a possibilidade dos aposentados e pensionistas terem que contribuir com o sistema previdenciário, quando deveriam apenas usufruir.</p>
<p>Atualmente o cálculo é feito com base nos 80% de maiores contribuições previdenciárias efetuadas desde julho de 1994.</p>	<p>Ao atingir a idade e o tempo de contribuição mínimos, os trabalhadores do RGPS poderão se aposentar com 60% da média de todas as contribuições previdenciárias efetuadas desde julho de 1994. A cada ano a mais de contribuição, além do mínimo exigido, serão acrescidos dois pontos percentuais aos 60%.</p>	<p>Os proventos passaram a ser menores, trazendo prejuízos aos servidores que contribuirão por mais tempo e se aposentarão com proventos menores.</p>
<p>Cota familiar de 50%, acrescido de cotas de 10 pontos percentuais por dependente, aplicados sobre a totalidade dos proventos recebidos pelo aposentado no momento do seu óbito, correspondente ao limite máximo dos benefícios do RGPS, mais 70% do valor que exceder este limite.</p>	<p>No benefício da pensão por morte O pagamento será de 50% do valor da aposentadoria acrescido de 10% para cada dependente:</p> <ul style="list-style-type: none"> -1 dependente: 60% da aposentadoria do(a) falecido(a) -2 dependentes: 70% -3 dependentes: 80% -4 dependentes: 90% -5 ou mais dependentes: 100%. 	<p>Os pensionistas ficaram prejudicados diante da diminuição do valor do benefício.</p>
<p>Não há limite de acúmulo de benefícios.</p>	<p>Há um limite para o acúmulo de benefícios.</p>	<p>Nos casos em que a lei permitir acúmulo de benefício, serão pagos 100% do benefício de maior valor, do qual a pessoa tem direito, mais um percentual da soma dos demais. Esse percentual vai variar de acordo com o valor do benefício:</p> <ul style="list-style-type: none"> -100% do valor até um salário mínimo; -60% do valor que estiver entre um e dois salários mínimos; -40% do que estiver entre dois e três salários; -20% entre três e quatro salários mínimos; e -10% do que ultrapassar quatro salários mínimos.

<p>Não há regras de transição para quem já está no mercado de trabalho e nem a possibilidade de escolha.</p>	<p>Regras de transição para quem já está no mercado de trabalho, além de ser possível escolher a forma de aposentadoria, podendo ser entre:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Transição por sistema de pontos e idade mínima; - Transição com idade mínima e pedágio de 100%. 	<p>Os servidores que já estão em ativa ou já contribuíram para a Previdência terão direito à regra de transição que lhe for mais vantajosa entre as duas opções.</p> <p>O objetivo das regras de transição, segundo o Governo Federal, é permitir que os atuais trabalhadores se aposentem antes das idades mínimas finais estabelecidas pela reforma da previdência.</p>
--	--	---

Fonte: Elaboração própria.

Reforça-se, portanto, que os impactos previdenciários imputados aos servidores públicos civis federais com a promulgação da EC nº 103/19 foram precisos, trazendo mudanças significativas no que concerne à idade mínima e tempo de contribuição, cálculo de benefícios, contribuições previdenciárias, benefícios de pensão por morte e regras de transição.

Não obstante, urge acentuar que para tratar dos servidores públicos civis dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, foi criada a chamada “PEC paralela”, apresentada à Câmara dos Deputados em 02 de novembro de 2019, sob o nº 133/2019. Segundo o Senado Federal, a matéria permite que Estados, Distrito Federal e Municípios adotem em seus regimes próprios, as mesmas regras definidas pela União para a aposentadoria dos servidores públicos civis federais.

CONCLUSÃO

Concluiu-se que, historicamente, os servidores públicos foram alvos de diversas reformas de seu sistema previdenciário, que advieram das ECs de nº 20/1998, nº 41/2003, nº 47/2005 e nº 70/2012, e que trouxeram mudanças consideráveis no que diz respeito à idade mínima, ao tempo de contribuição, à concessão de benefícios, ao cálculo para a concessão, aos critérios de transição, dentre outros.

A atual reforma da previdência, EC nº 103/2019, impactou parcialmente os servidores públicos civis, uma vez que, nem todos os servidores foram atingidos com a sua promulgação, restringindo as alterações apenas aos servidores públicos civis federais. Tais impactos consistem na alteração do tempo de contribuição e idade para a aposentação, passando a ter como parâmetros: a idade mínima de 60 anos para as mulheres, 65 para os homens, com tempo de contribuição de 30 anos para ambos, sendo necessário 10 anos de efetivo exercício e 5 anos no último cargo.

Além do mais, a reforma instituiu alíquotas de contribuição progressivas, sendo essas variáveis entre 7,5% e 22%, devendo ser calculadas com base na remuneração do servidor, quem recebe mais contribui com alíquota maior. E, também, houve a implementação das contribuições em caráter extraordinário, devidas pelos servidores ativos e pelos inativos (aposentados e pensionistas) em caso de déficit atuarial.

A EC nº 103/2019 alterou a forma de cálculo dos benefícios, que passou a ser calculada sobre 60% da média de todas as contribuições previdenciárias efetuadas desde julho de 1994, sendo acrescidos 2% a cada ano em que o servidor contribuiu além do necessário para a apo-

sentadoria. De mais a mais, houve impactos na concessão do benefício de pensão pós-morte, no acúmulo de benefícios e nas regras de transição.

O estudo dos impactos acarretados pela reforma previdenciária partiu de uma perspectiva constitucionalista baseada nos princípios constitucionais e direitos sociais, ora sejam: o princípio da solidariedade e princípio do direito intergeracional, e dos direitos à vida, alimentação, saúde, lazer e dignidade.

A hipótese da pesquisa de que a reforma da previdência acarretaria impactos negativos às atividades e vidas de todos os servidores públicos civis, a fim de desconstitucionalizar a previdência e restringir direitos sociais foi parcialmente confirmada, à medida que apenas os servidores públicos civis federais foram atingidos e que não houve a desconstitucionalização do sistema previdenciário. As alterações no regime previdenciário dos servidores públicos civis do Estado, do Distrito Federal e dos Municípios passaram a ser matéria da PEC paralela sob o nº 133/2019.

Diante disso, buscou-se compreender o texto final da EC nº 103/2019 com fulcro no princípio da solidariedade, o qual, conforme já debatido no curso da pesquisa, consiste na obrigação social de contribuição de todos para a manutenção da seguridade social; no direito intergeracional, visando a garantia da utilização racional dos recursos da seguridade social, com o objetivo de que esta atinja sua eficácia também para as futuras gerações; e direitos sociais básicos como a própria previdência social, o direito à saúde, à alimentação e à assistência aos desamparados.

A respeito do argumento utilizado como suporte para a reforma previdenciária, ora seja o déficit da seguridade social e o rombo previdenciário, evidenciou-se que tal rombo não existe, uma vez que a constituição assegura um custeio da seguridade tripartite, garantindo o superávit da seguridade social e, por conseguinte, da previdência social.

Vislumbra-se, portanto, que tal argumento foi utilizado apenas como meio ludibriador para a propositura da reforma, haja vista que se demonstrou através de dados da Associação Nacional dos Auditores da Receita Federal do Brasil (ANFIP), do Tesouro Nacional e da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional que tal déficit só se sustenta porque o financiamento da seguridade social não é realizado conforme dispõe a CF/88, sendo desvinculados importes substanciais para o pagamento de dívida pública e sendo realizado o perdão de dívidas e a concessão de benefícios fiscais e creditícios às empresas devedoras da previdência.

O desmonte da previdência social ao longo dos anos pelos governos, sobretudo no tocante aos servidores públicos civis, merece atenção e cuidado. Caminha-se rumo à restrição de direitos sociais e à relativização de direitos fundamentais, usufruindo de um sistema previdenciário que, em contramão do que preconizou o constituinte de 1988, precariza o amparo aos cidadãos que necessitam dos proventos e/ou benefícios para garantir uma vida digna e qualitativa.

REFERÊNCIAS

ANFIP. *Análise da Seguridade Social em 2007*. Brasília, 2008. Disponível em: <<https://www.anfip.org.br/>>. Acesso em: 10 nov. 2019.

- ANFIP. *Análise da Seguridade Social em 2015*. Brasília, 2016. Disponível em: <<https://www.anfip.org.br/publicacoes/analise-da-seguridade-social-2015/>>. Acesso em: 10 nov. 2019.
- BEHRING, E. R. *Brasil em contra-reforma: desestruturação do Estado e perda de direitos*. São Paulo: Cortez, 2003.
- BOSCHETTI, I. *Implicações da reforma da previdência na seguridade social brasileira*. *Psicol. Soc.*, Belo Horizonte, v. 15, n. 1, 2003, p. 57-96. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822003000100005&lng=pt&tlng=pt>. Acesso em: 10 nov. 2019.
- BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 10 nov. 2019.
- BRASIL. *Emenda Constitucional nº 103 de 2019*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc103.htm>. Acesso em: 01 dez. 2019.
- BRASIL. *Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8212cons.htm>. Acesso em: 01 dez. 2019.
- BRASIL; MINISTÉRIO DA ECONOMIA. *Painel Estatístico de Pessoal*. Disponível em: <<http://www.planejamento.gov.br/assuntos/gestao-publica/arquivos-e-publicacoes/BEP>>. Acesso em: 2 de dez. de 2019.
- BRASIL; PGFN. *Dívida Ativa Previdenciária*. Disponível em: <<http://www.pgfn.fazenda.gov.br/assuntos/divida-ativa-da-uniao/divida-ativa-previdenciaria>>. Acesso em: 19 nov. 2019.
- BRASIL. *Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 06/2019*. Disponível em: <<https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/137999>>. Acesso em: 10 nov. 2019.
- BRASIL; SENADO FEDERAL; CPI. *Comissão Parlamentar de Inquérito da Previdência Social – CPIPREV, 2017*. Disponível em: <<https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/539169>>. Acesso em: 29 maio 2019.
- BRASIL; SECRETARIA DO TESOUREIRO NACIONAL. *Relatório Anual do Tesouro Nacional - 2015*. Brasília, 2016. Disponível em: <<https://www.gov.br/tesouronacional/pt-br/importacao-arquivos/RTN-RATN-2015-20160512.pdf>>. Acesso em: 30 nov. 2019.
- GENTIL, D. L. *A Política Fiscal e a Falsa Crise da Seguridade Social Brasileira – Análise financeira do período 1990 – 2005*. Tese (Doutorado em Economia) – Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.
- GENTIL, D. L. *A falsa crise do Sistema de Seguridade Social no Brasil: uma análise financeira do período 1990 – 2005*. Disponível em: <https://www.sindifisconacional.org.br/images/justica_fiscal/RGPS/textos_artigos/a_falsa_crise.pdf>. Acesso em: 28 abr. 2019.
- IKUTA, C. Y. S.; MANGANELI, A.; GUERRA, M. de F. L. PEC 06/2019: as mulheres, outra vez, na mira da reforma da previdência. *Revista Ciências do Trabalho*, n. 14 “Reforma da Previdência”. Escola Dieese de Ciências do Trabalho, 2019. Disponível em: <<https://rct.dieese.org.br/index.php/rct/article/view/206/pdf>>. Acesso em: 10 nov. 2019.
- PORTO, V.; CAETANO, M. A-R. *A previdência dos servidores públicos federais: um regime sustentável? VIII Congresso CONSAD de Gestão Pública*. Brasília/DF, 26, 27 e 28 de maio de 2015. Disponível em: <<https://repositorio.enap.gov.br/handle/1/2236>>. Acesso em: 15 nov. 2019.

TARTARUGALZINHO/AP: UMA PEQUENA CIDADE NO CONTEXTO DO PLANEJAMENTO URBANO AMAZÔNICO

Alan Bena Aguiar Junior

José Alberto Tostes

INTRODUÇÃO

Tartarugalzinho/AP é um dos municípios do Amapá; está localizado na mesorregião norte do estado e suas origens estão ligadas diretamente aos povoados que viveram às margens do rio Tartarugal Grande, em busca do ouro no garimpo; sua expansão populacional foi impulsionada pelos projetos de exploração agroflorestal no entorno da BR-156 e pela descoberta de filões de ouro próximos à região. A fundação do município foi realizada através da Lei nº 7.639, em 17 de dezembro de 1987, pelo então território federal do Amapá, sendo desmembrado do município de Amapá/AP.

A criação do município teve a finalidade voltada para a reorganização do espaço amapaense e com a mudança no *status* de comunidade para município, essa organização espacial visou à criação de uma unidade administrativa local que permanecesse próxima às comunidades, bem como proporcionar ao município o acesso direto aos repasses constitucionais.

O município de Tartarugalzinho/AP encontra-se a 230 quilômetros da capital do estado do Amapá e possui uma área de 6.738,56 km² e faz fronteira com os municípios de Amapá, Pracuúba, Ferreira Gomes e Cutias. Ele está inserido no contexto das pequenas cidades, possui uma população abaixo dos 20 mil habitantes e segundo a lei nº 10.257, datada em 10 de julho de 2001, conhecida como Estatuto das Cidades, o município fica isento de leis municipais de planejamento urbano, um exemplo prático é não obrigatoriedade da aplicação do plano diretor municipal.

Por ter uma disposição geográfica favorável, a cidade é um dos pontos de referência no fornecimento de serviços, tais como: alimentação, hospedagem, combustível e venda de

produtos no atacado para abastecimento de localidades de municípios vizinhos, ou seja, funciona como um entreposto em um corredor para as cidades de Pracuúba, Amapá e Calçoene.

A metodologia deste trabalho foi desenvolvida a partir de uma pesquisa exploratória, que segundo Gil (2009), esse tipo de pesquisa tem por finalidade desenvolver, esclarecer conceitos e ideias, e tem como proposta proporcionar a visão geral acerca de determinado fato. Utilizou-se dos métodos quantitativo e qualitativo para demonstrar os valores dos investimentos no município. Como procedimentos metodológicos, foi realizada uma pesquisa na SEINF/AP, do qual buscou-se os dados das ações governamentais que foram desenvolvidas no município durante o período pesquisado.

Como fundamentação teórica, buscou-se autores como: Ferrari Júnior (2004) que discute como o planejamento municipal deve ser integrado, articulado com metas e diretrizes dos planos das demais esferas de governo. Souza (2006), ao classificar que o planejamento é a preparação da gestão em torno dos recursos e das relações de poder e Tostes (2012) ao fazer uma abordagem do planejamento urbano no espaço amapaense. Santos (1994), Maricato (2001), Henri Lefebvre (2001), Carlos (1994) que abordam o conceito de cidade e urbano, bem como o surgimento das cidades pós constituição de 1998; Oliveira (2004); Porto (2005), Santos (2013) que abordam sobre temas da evolução das pequenas cidades no Amapá, que tem como origem os grandes projetos voltados para a Amazônia.

O artigo está dividido em três seções: A primeira seção trata sobre o aspecto da Cidade e Urbano, crescimento e desafios; com o objetivo de realizar uma abordagem sobre a importância das cidades e o urbano à população, com ênfase na origem e conceitos até a fragmentação do território brasileiro no período de 1950 a 2010.

A segunda seção aborda sobre as cidades da Amazônia; apresenta alguns aspectos de como a floresta se tornou urbanizada a partir da década de 1980, entretanto, a maioria tem características de pequenas cidades, de economia frágil, com forte dependência do repasse dos subsídios do Governo Federal, e baixa competência em oferecer serviços e equipamentos urbanos, como: educação, saúde e infraestrutura; mas cumprem um papel importante na rede urbana da Amazônia.

Na terceira seção é mostrado a evolução da comunidade para o município em curto período histórico, evolução populacional e também se discute aplicabilidade do plano de gestão realizado em 2002 para a sede de Tartarugalzinho/AP e seus resultados. Após o levantamento das informações obtidas, fez-se uma análise com o intuito de entender a relação das ações governamentais com o que foi planejado, bem como as ações executadas que estavam previstas no plano emergencial.

O presente artigo propõe trazer uma reflexão do contexto histórico de formação e do desenvolvimento socioeconômico da cidade do município de Tartarugalzinho/AP, mesmo que sua ligação não seja pelo rio como a maioria das pequenas cidades, a rodovia é quem assume o papel da mobilidade urbana, fazendo com que a cidade seja favorecida por sua posição estratégica. Devido a proposta apresentada, esta pesquisa possui elementos que podem contribuir no âmbito das pesquisas futuras, focadas no planejamento urbano e no desenvolvimento regional amapaense.

A CIDADE E URBANO, CRESCIMENTO E DESAFIOS

No relatório sobre as Perspectivas da Urbanização Mundial publicado em 2018 pela ONU, consta que atualmente o mundo é urbano, ou seja, 55% da população mundial vive exclusivamente nas cidades, essa conclusão caracteriza que o modo de vida das pessoas tem se voltado mais para o lado urbano. O referido relatório traz uma perspectiva de como as cidades são importantes para o conglomerado humano que cresce, especialmente nos tempos de crescimento populacional, trazendo para as cidades, grandes desafios no século XXI para atender os anseios da população (UNITED NATIONS, 2019).

Historicamente, as primeiras cidades emergiram de uma organização espacial, onde os diferentes grupos humanos romperam o isolamento entre os povoados, visando a sobrevivência. Com essa organização, a cidade se forma de uma relação com o trabalho, e a partir dessa interação social, cria-se também uma relação entre homem e a natureza, que cresce no decorrer dos anos até os dias atuais (CARLOS, 1994).

Tendo em vista o panorama histórico sobre a cidade definido por Carlos (1994), Henri Lefebvre (2001), propõe que a cidade seja entendida como um espaço contínuo, o qual se passa por diversas fases e transformações, mas que sempre constitui a centralidade de uma organização social. Ou seja, a cidade é uma construção humana, que se materializa a partir do conteúdo urbano produzido por relações e interações sociais. Em outras palavras, pode-se dizer, conforme Lencioni (2011), que a cidade é objeto e o urbano é o fenômeno.

Gottdiener (2010), apresenta a perspectiva da produção do espaço de Lefebvre, e expõe que o espaço:

[...] é uma localização física, uma peça de bem imóvel, e ao mesmo tempo uma liberdade existencial e uma expressão mental. O espaço é ao mesmo tempo o local geográfico da ação e a possibilidade social de engajar-se na ação. Isto é, num plano individual, por exemplo, ele não só representa o local onde ocorrem os eventos (a função de receptáculo), mas também significa a permissão social de engajar-se nestes eventos (a função da ordem social) (GOTTDIENER, 2010, p. 127).

Santos (1994), entende que o urbano e a cidade possuem um papel de destaque no espaço geográfico contemporâneo. Para o autor, há uma diferenciação entre ambos, o urbano é algo de convívio geral entre todos, são as interações; o espaço denominado urbano não se refere apenas a uma materialidade física, mas sim a um conjunto de manifestações do domínio das atividades econômicas, processos sociais e costumes. Por outro lado, a cidade trata-se do particular, o concreto e o interno, ou seja, a cidade é um espaço marcado por uma aglomeração humana, que se apresenta mais ou menos organizada em ruas, marcada pela presença de atividades econômicas não-agrícolas e que, na maioria dos casos, funcionam como um campo magnético que atrai, reúne e concentra o ser humano.

Os conceitos de cidade e urbano precisam ser bem articulados entre si, porque requerem uma compressão, na qual sua condição de inseparabilidade seja a base para a análise de processos e dinâmicas que produzem o espaço, o que possibilita entender a sociedade urbana em suas múltiplas relações. Nessa perspectiva, ressalta-se que não se pode fazer uma

separação definitiva entre espaço urbano e cidade, assim como, de forma dialética, não se pode fazer uma separação absoluta entre forma e conteúdo.

A promulgação da Constituição Federal de 1988 tornou-se o marco da municipalização do novo pacto federativo ao redefinir as competências dos entes federativos; ampliou a atuação dos estados e municípios, garantindo-lhes a autonomia necessária para obter o status de ente federativo. É a partir desse marco que ocorre o surgimento considerável de novos municípios e os pequenos povoados passam a ter um papel da reconfiguração do País, como é demonstrado na tabela 1 a expansão no número de municípios.

Tabela 1 - Evolução no número de cidades entre 1950 e 2016

	1950	1960	1970	1980	1990	2000	2010	2016 ¹
Norte	113	153	195	203	298	449	449	450
Nordeste	609	903	1.376	1.375	1.509	1.787	1.794	1.794
Sudeste	845	1.085	1.410	1.410	1.432	1.666	1.668	1.668
Sul	224	414	717	719	873	1.159	1.188	1.191
Centro-Oeste	98	211	254	284	379	446	466	467
Brasil	1.889	2.766	3.952	3.991	4.491	5.507	5.565	5.570

Fonte: IBGE (2016)

Na tabela 1, nota-se que no período de 1990 até 2010, houve um aumento considerável no surgimento de novos municípios em todas as regiões, principalmente na região norte, em relação à década de 1980, o número mais que dobrou, saltando de 203 para 449, um aumento bem superior ao registrado por todo o País, um incremento de 120% nesta região.

O fenômeno de elevação no número de cidades deve-se ao crescimento desestruturado da população que passou a ocupar inúmeros espaços informais, fortalecendo a marginalização do processo de ocupação do uso do solo. Há, na atualidade, um processo inverso de períodos anteriores relacionado à ocupação do solo urbano; até a década de 1990, a população migrava para as grandes cidades; hoje, a preferência acontece para as médias e pequenas cidades (MARICATO, 2001).

Por conta do avanço das cidades, os centros pequenos necessitam de investimentos dentro do viés do planejamento, que acompanhem o crescimento gradual da população, visando evitar os desajustes espaciais. Um cenário encontrado nos municípios, principalmente os que possuem menos de 20 mil habitantes, são as problemáticas típicas de grandes centros única fonte, e as fontes de recursos que a maioria depende é o Fundo de Participação do Município (FPM), o qual não cobre as demandas cada vez mais crescentes. A ausência

¹ Nos dados filtrados pelo IBGE no ano de 2016, há um acréscimo de 05 novos municípios que foram emancipados, na Região Norte foi criado o município de Mojuí dos Campos/PA com população estimada em 15.548. Na região Sul, os municípios criados foram: Balneário Rincão/SC com população estimada em 12.212; Pescaria Brava/SC com população estimada em 9.908; Pinto Bandeira/RS com população de 2.847 e por fim na Região Centro Oeste, o município de Paraíso das Águas/MS com população estimada em 5.251.

de mais recursos tem, por um lado, inviabilizado um sistema de gestão participativa que atenda às demandas da comunidade local e, por outro, uma excessiva dependência destes em relação à União.

Um outro ponto a ser delineado sobre as pequenas cidades é a questão do planejamento urbano. O mesmo foi pautado em instrumentos urbanísticos, tendo nos planos diretores e leis de uso e ocupação do solo seus representantes mais pragmáticos, que se tornaram apenas opções mais que perfeitas para solucionar as mazelas sociais. Contudo, muitos desses planos só tiveram a pretensão de guiar a orientação ao ambiente construído, sem enfrentar as questões sociais (TOSTES, 2012).

AS PEQUENAS CIDADES DA AMAZÔNIA

Muitas das pequenas cidades da Amazônia são lembradas através de suas representatividades. Segundo Bueno (2002, p. 2), “As diferentes visões existentes sobre a Amazônia não dizem respeito apenas aos múltiplos agentes, mas também às distintas escalas.”. A autora afirma que “Existem dois principais níveis de construção da representação sobre a Amazônia: o exógeno, estruturado pelos discursos enunciados externamente, e o endógeno, elaborado pelos protagonistas que vivem na região.” (BUENO, 2002, p. 2).

Do ponto de vista do Estado, a Amazônia é uma grande unidade, idealizada através da institucionalização da região. Dessa forma, “a região permanece, ao menos até hoje, mais um objeto do discurso que de práticas”; neste sentido, [...] ‘a região é dita e não vivida’, embora existam várias leis que parecem dar consistência à idéia (sic) de região.” (RAFFESTIN, 1993:182 *apud* BUENO, 2002, p. 10).

Nessa perspectiva, Becker (1997), ao estudar a formação de novas regiões na fronteira da Amazônia, considera a questão da região como poder territorial específico. A autora afirma que, neste processo, constituir-se-iam contextos sociais localizados com formas específicas de resistência. A formação de regiões na Amazônia seria o resultado de uma conjunção de decisões tecnocráticas com a prática social. As conjunturas locais relativizariam os efeitos estruturais das forças homogeneizadoras.

A nova regionalização e o rompimento das divisões administrativas oficiais, portanto, são resultado da interação conflituosa de suas malhas: a programada, ou técnico-política, das grandes redes e territórios impostos pelo Estado, e a sócio-política, constituída pelo espaço vivido dos grupos sociais que concretamente se instalam na fronteira definindo também seus territórios. Dependendo de seu potencial político — como resistência, grupo de pressão ou, pelo contrário, como objeto de manipulação política —, a malha vivida é institucionalizada, dando origem a novas unidades da federação, vilas, distritos, municípios e Estados, forjando-se novas regiões (BECKER, 1997, p. 97-98).

Na visão de Becker (1997), a região expressa um significado político, um poder territorial específico que está ligado ao Estado e ao capital, enquanto a territorialidade expressa estratégias de poder de todos os atores. De acordo com Oliveira (2004, p. 3):

O processo de surgimento das pequenas cidades na Amazônia não prescinde de suas especificidades e é neste sentido que ganha relevância o seu estudo, visto que, do ponto de vista demográfico, no período intercensitário (1991-2000), a Região Norte apre-

sentou a maior taxa de crescimento relativo da população urbana no Brasil, 18,26%, com média de urbanização de 69,87%.

Conforme o referido autor, as transformações nas pequenas cidades à beira das estradas, aconteceram de forma tão rápidas

que surgiram novas formas de vida e espaços *a partir do nada*, num [...] domínio da “geografia do lugar nenhum”, em que predominam os fluxos de intercâmbios e os centros de negócios especialmente ligados à mineração, extração de madeira e mais recentemente à soja. Já as cidades da beira do rio parecem ter um dinamicidade ligada a uma dimensão da sustentabilidade e da biotecnologia comandadas quase sempre por ONGs que estão articuladas com o mundo quase sempre sem se articular com os lugares. (OLIVEIRA, 2004, p. 6, grifo nosso).

Sobre a população urbana, que habita nas sedes municipais, sedes distritais e aglomerados urbanos isolados. Para Trindade Jr (2015), parece ser inquestionável o grau de urbanização da população da Região Norte por conta do incremento da população urbana vivendo nas cidades, quando considera-se o espaço amazônico (Tabela 2).

Tabela 2 - População urbana e rural na Região Norte entre 1950 a 2010

Ano	População Urbana		População Rural	
	Absoluta	%	Absoluta	%
1950	607.164	29,64%	1.441.532	70,36%
1960	1.041.213	35,54%	1.888.792	64,46%
1970	1.784.223	42,60%	2.404.090	57,40%
1980	3.398.897	50,23%	3.368.352	49,77%
1991	5.931.567	57,83%	4.325.699	42,17%
2000	9.002.962	69,83%	3.890.599	30,17%
2010	11.664.509	73,53%	4.199.945	26,47%

Fonte: IBGE 2010

Os dados estatísticos não demonstram uma realidade sócio espacial sobre o aumento da urbanização na região que necessita de análises detalhadas, trata-se da concentração da urbanização, a exemplo, o Estado do Amazonas, que é o maior Estado brasileiro em extensão, e possui uma população urbana de 2.104.290 habitantes, sendo que 70% está concentrada na capital do Estado, Manaus, com 1.403.796 habitantes. No estado do Amapá também não é diferente como mostra o gráfico 01, sendo que 89,77% da população vivem nas áreas urbanas das cidades (OLIVEIRA, 2004, p. 3).

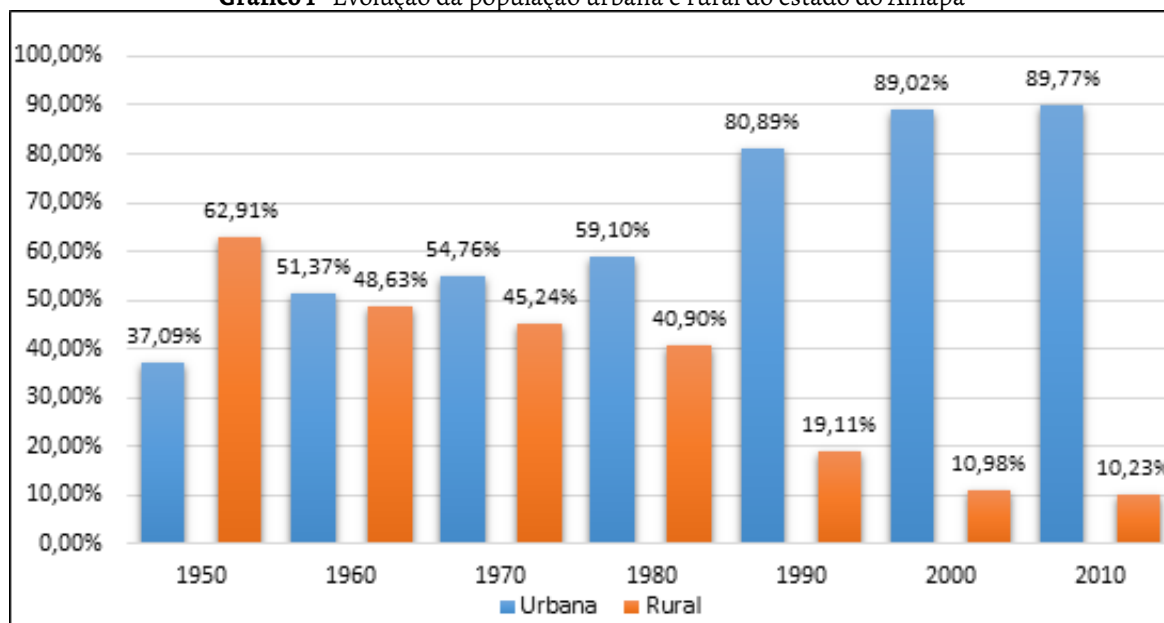
No Amapá, parte de seus municípios tiveram sua origem em decorrência dos grandes empreendimentos privados, incentivados pelo governo. Muitos desses projetos, basearam-se nos discursos desenvolvimentistas e foram induzidos por práticas intervencionistas do governo federal, sob a alegação da inelutável necessidade de ocupação de áreas vazias demograficamente (PORTO, 2003).

Os projetos minerais e agroflorestais também contribuíram de forma decisiva para as mudanças em toda a região. Diversos autores corroboram com a ideia de que o Amapá teve este período demarcado fortemente pelos fatores políticos, em que a dependência econômi-

ca do setor público foi um crescente ao longo da transformação do Território a Estado; neste espaço de tempo, o Amapá careceu de investimentos estruturais e estruturantes (TOSTES, 2014).

O maior destaque é o desenvolvimento no setor mineral, com a exploração de minérios de manganês, por meio da ICOMI, e outros tipos secundários, como projetos no setor agroflorestal (projeto Jari), no entanto, sem gerar dividendos necessários para a região. Há fatores que acarretaram efetivas mudanças que criaram outros paradigmas, como o aumento dos índices de pobreza urbana e concentração de população nas cidades de Macapá e Santana, o que culminou em intensas pressões sociais (TOSTES, 2014).

Gráfico 1 - Evolução da população urbana e rural do estado do Amapá



Fonte: IBGE (2010).

No gráfico 1, percebe-se o crescimento da urbanização do Amapá em meio século, desde a década de 1960. O Estado possuía uma população urbana maior que a rural. No entanto, a partir da década de 1980 é visível o aumento no ritmo de urbanização e que se consolida na década de 1990. Esse processo é associado, sobretudo, à sua transformação em estado e outros projetos que acompanharam essa mudança político-administrativa de seu território.

Dados do IBGE (2010), apontam que uma grande parte da população urbana vive em pequenas cidades. Estas cidades desempenham um papel nos meios de subsistência e no bem-estar não só dos seus habitantes como também das populações rurais que as circundam. As mesmas servem de centros para serviços públicos e privados, e para produção de conhecimentos locais e regionais, inovação e infraestrutura.

Antes da estadualização do território federal do Amapá, ocorreu a criação de novos municípios em 1987, até então existiam apenas 05 municípios, com a promulgação do Decreto nº 95.518, de 18 de dezembro de 1987, criou-se os municípios de Laranjal do Jari, Ferreira Gomes, Santana e Tartarugalzinho, ambos por desmembramento dos municípios de Mazagão, Macapá e Amapá. Por fim, em 1994 foi criado Vitória do Jari sendo o município mais jovem que compõe a formação de 16 municípios que consolidam a organização político-administrativa do Estado do Amapá. Porto (2005, p. 11996) destaca que:

Com a estadualização, as expectativas criadas pelas novas relações deste novo Estado com o federalismo brasileiro estimularam reflexões sobre sua nova realidade em um período de crise federativa, buscando ainda alternativas econômicas para seu sustento, preocupando-se com a proteção ao seu patrimônio natural e a sua comunidade autóctone. Com isso, passaria a apresentar novas características e novos debates sobre o desenvolvimento local.

De acordo com Tostes (2006) *apud* Tostes (2012, p. 87),

os pequenos núcleos de cidades do estado do Amapá apresentam fragilidades e infraestrutura urbana reduzida, a base econômica está no repasse de recursos públicos e, embora exista a estrutura de cidade, possui atividades econômicas, mas carecem de atividades e dinâmicas urbanas, a população urbana passou a se dedicar a outras atividades, além daquelas consideradas tradicionais, há algo que nos últimos anos gerou novas perspectivas de qualidade de vida, no entanto é algo imobilizador que são as bolsas de auxílio social promovida pelos governos federal e estadual.

Continuando, Tostes (2006) *apud* Tostes (2012, p. 87-88), destaca que no caso específico das pequenas cidades do estado do Amapá localizadas às margens dos rios, vem ocorrendo alterações pela incipiente dinâmica econômica em seus municípios, há uma fragilidade nas ações fragmentadas para dar suporte de serviços à população, que vem ocasionando transformações substanciais na paisagem desses lugares.

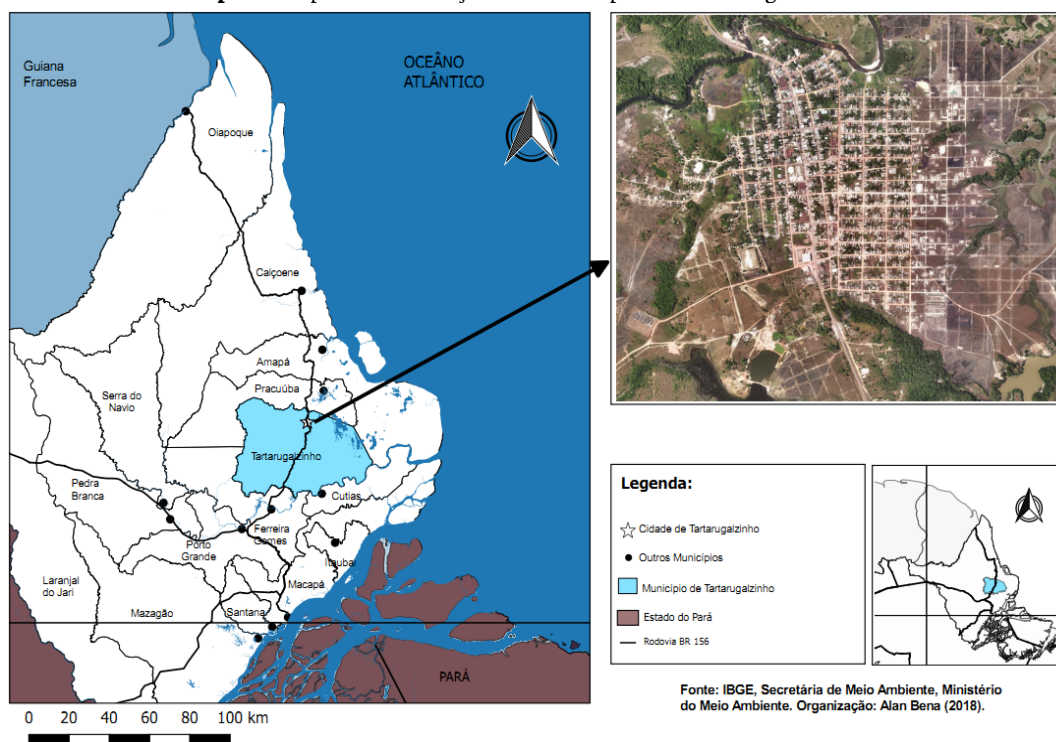
Segundo Tostes (2012), os municípios amapaenses não conseguem sobreviver apenas de suas próprias receitas, por conta de sua incipiente diversificação produtiva, o que os tornam totalmente dependente de transferências constitucionais, de programas de auxílio social e ações governamentais. A fragilidade econômica que assola esses municípios criados contribui para que estes núcleos urbanos se configurem como núcleos urbanos com estruturas urbanísticas frágeis. O fraco setor de serviços, não desponta como indutor da economia, mesmo com a potencialidade turística na região.

TARTARUGALZINHO/AP: UMA PEQUENA CIDADE NO CONTEXTO DO PLANEJAMENTO URBANO AMAZÔNICO

O município de Tartarugalzinho/AP está localizado na mesorregião norte do estado do Amapá, suas origens estão ligadas diretamente aos povoados que viveram às margens do rio Tartarugal Grande em busca do ouro no garimpo e sua expansão populacional foi impulsionada pelos projetos de exploração agroflorestal no entorno da BR-156 e pela descoberta de filões de ouro próximos à região.

A finalidade da criação do município está voltada para a reorganização do espaço amapaense e com a mudança no *status* de comunidade para município, essa organização espacial visou à criação de uma unidade administrativa local que permanecesse próxima às comunidades, bem como proporcionar ao município o acesso direto aos repasses constitucionais.

Mapa 1 - Mapa de localização do município de Tartarugalzinho/AP



Fonte: IBGE, Secretaria de Meio Ambiente, Ministério do Meio Ambiente (2018).
do Meio Ambiente. Organização: Alan Bena (2018).

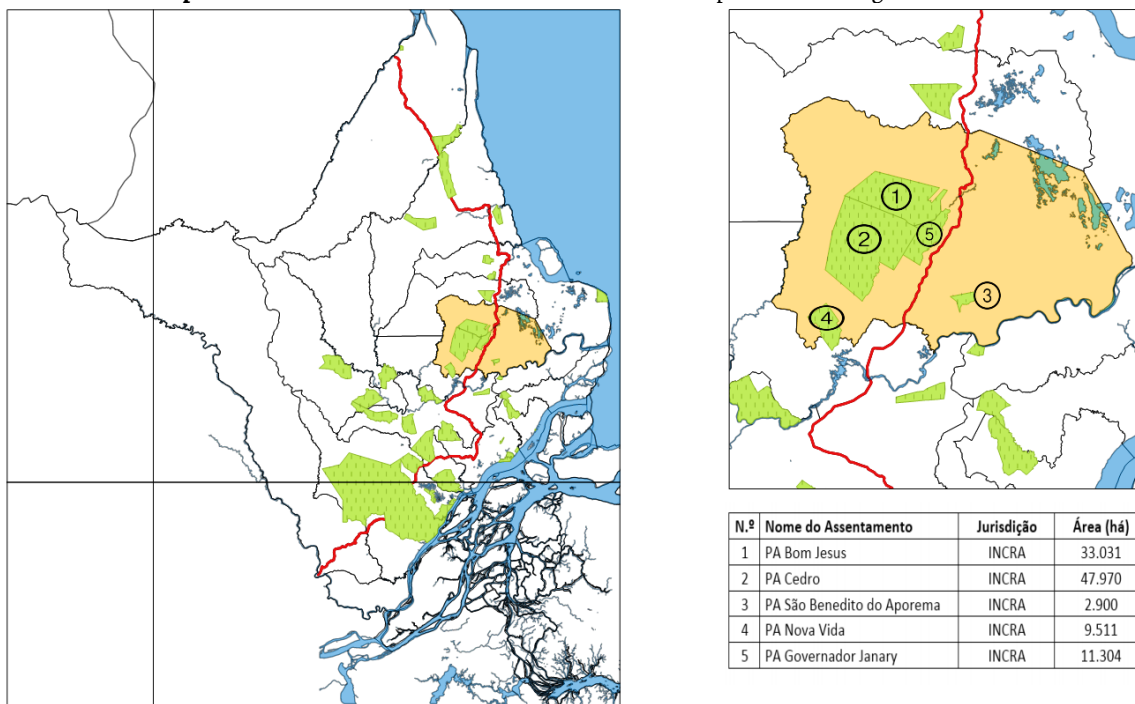
Fonte: IBGE, Secretaria do Meio Ambiente, Ministério do Meio Ambiente (2018)

A cidade de Tartarugalzinho/AP apresenta uma disposição geográfica favorável para a oferta de serviços como alimentação, hospedagem, combustível e venda de produtos no atacado para abastecimento de localidades e outros municípios. Conforme o mapa 1, “[...] Tartarugalzinho é a única cidade do corredor da BR 156, [que] fica literalmente na passagem para quem vem de Macapá para Oiapoque ou do Oiapoque para Macapá [...]” (TOSTES, 2012, p. 68).

Para Santos (2013), Tartarugalzinho foi a primeira cidade onde a rodovia BR 156 asfaltada chegou, pois a princípio, a pavimentação seguiu o sentido Macapá – Oiapoque e, a cada mandato de governo asfaltavam-se alguns quilômetros, tal processo se arrasta desde o início da década de 1990 e, até hoje, os aproximados 460 quilômetros que deveriam ser pavimentados da margem esquerda do rio Araguari até a cidade de Oiapoque ainda não foram concluídos.

A evolução histórica do município começou a partir do início da década de 1980, do qual aconteceu uma migração para a localidade de uma população atraída pelos incentivos de assentamento agrícola, promovida pelo Plano Desenvolvimento do Amapá (1980-1985), o qual tinha como objetivo principal o atendimento ao setor primário amapaense. Para isso, foram definidas áreas prioritárias, especialmente as localizadas ao longo da BR-156, para incentivar o desenvolvimento agropecuário (PORTO, 2005). Ainda na mesma década, a garimpagem do ouro secundário foi intensa na região, atraindo muitas pessoas para os locais conhecidos como mineiro, mandiocal, bananal e buracão.

Mapa 2 - Assentamentos rurais instalados no município de Tartarugalzinho/AP



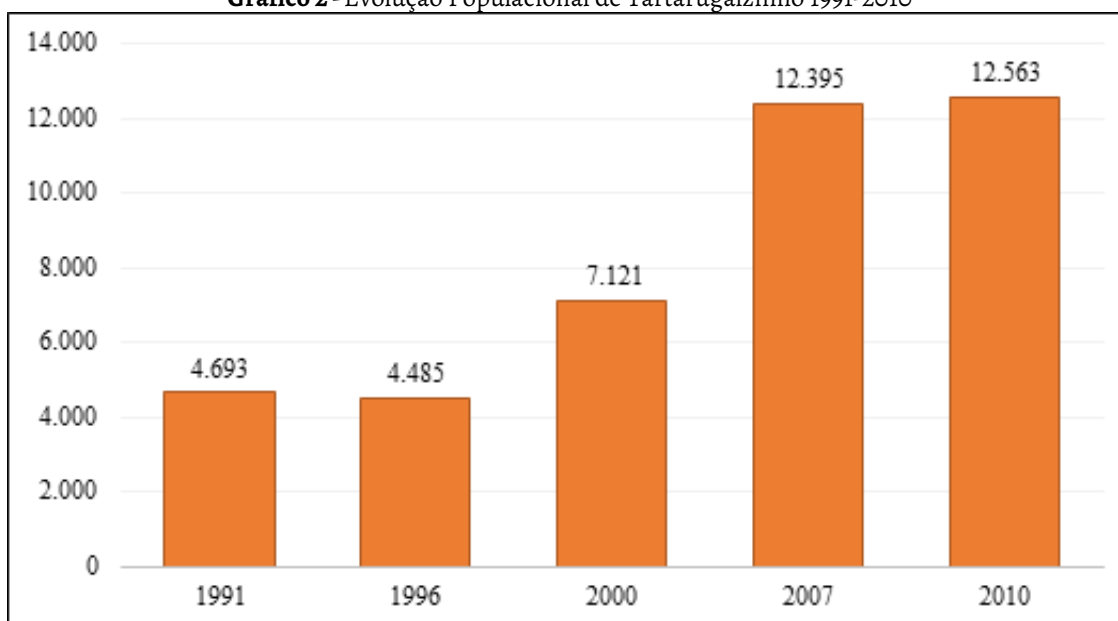
Fonte: Instituto de Pesquisas Científicas e Tecnológicas do Estado do Amapá – IEPA, Organização ALAN BENA (2018)

Por conta dessa intensa transição e imigração de pessoas, em 1987 o município de Tartarugalzinho/AP foi criado pela Lei nº 7.639, em 17 de dezembro do mesmo ano pelo então território federal do Amapá, sendo desmembrado do município de Amapá/AP. A criação do município teve o intuito à reorganização do espaço amapaense e com a mudança no *status* de comunidade para município, essa organização visou também à criação de uma administração local mais próxima à comunidade, bem como, o município ter acesso direto aos repasses constitucionais para uma melhor aplicação desses recursos em políticas públicas (SANTOS, 2013).

Nos últimos anos, o núcleo urbano da cidade teve um expressivo crescimento de atividades de comércio e da presença de instituições públicas do estado do Amapá, porém, a expansão da cidade ficou limitada ao eixo da BR 156. Tartarugalzinho/AP é um dos poucos municípios onde há um equilíbrio entre a população urbana e a rural, ou seja, apenas 51% da sua população vive na área urbana. Este equilíbrio acontece por causa dos assentamentos agrícolas instalados pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, dentre eles estão descritos no mapa 2 sobre os assentamentos.

A expansão populacional de Tartarugalzinho/AP é consequência do grande movimento migratório, dado a descoberta de jazidas de ouro nas áreas próximas. Como atrações turísticas há uma reserva natural, onde os quelônios se reproduzem, além das áreas propícias à realização de passeios ecológicos e pesca esportiva. O banho nos lagos próximos a este município, localizam-se a 239 km da capital Macapá/AP (SANTOS, 2013).

Gráfico 2 - Evolução Populacional de Tartarugalzinho 1991-2010



Fonte: IBGE (2010)

Segundo dados do Censo do IBGE de 2010, conforme o gráfico 2, o município de Tartarugalzinho/AP possuía 12.563 habitantes. Destes, 6.516 ou, aproximadamente, 51% moram na zona urbana, e os outros 49% (6.047) na área rural. Esse crescimento populacional contribuiu no aumento da taxa de urbanização do município que passou de 44,25% para 48,91%. Na década seguinte, os dados do IBGE (2010) apontam que entre 2000 e 2010, a população cresceu a uma taxa média anual de 5,84%, enquanto no Brasil foi de 1,17%. A taxa de urbanização passou de 48,91% para 51,87%.

Sobre o Índice de Desenvolvimento Humano – IDH, o qual considera três componentes básicos: A longevidade; a educação e a renda, além dos aspectos sociais, ambientais, culturais e político-institucionais, no caso de Tartarugalzinho/AP é alarmante, estimado em 0,592 muito abaixo do Estado do Amapá de 0,708 e da média nacional 0,727. No que trata do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal– IDHM, Tartarugalzinho/AP possui um dos piores índices de desenvolvimento do país, segundo dados do PNUD, o município ocupa a 4331ª posição entre os 5.565 municípios brasileiros (BRASIL, 2018).

Assim como as demais cidades, Tartarugalzinho/AP apresenta problemas comuns às diversas cidades pequenas, as fragilidades institucionais e o nível de organização básica para atender, satisfatoriamente, às necessidades da população. Como fator positivo, a presença institucional contribuiu para melhorar o maior acesso aos serviços. Contudo, possui uma nítida ausência de infraestrutura que possibilite o exercício pleno das funções urbanas na oferta de comércio e serviços mais especializados.

Esse cenário demonstra um reflexo da dependência aos repasses constitucionais que os municípios apresentam. Para se ter uma ideia, em 2016, o balanço das contas públicas, divulgado pelo município em seu sítio eletrônico², mostra que a arrecadação municipal correspondeu apenas a 4% de toda a receita que o município necessita para cumprir com os gastos municipais e realizar investimentos.

2 Endereço eletrônico: <<http://www.tartarugalzinho.ap.gov.br/contas-transparencia/balancos>>.

Esse é um sério problema, e quem arca com o ônus é a própria Prefeitura do município, e conseqüentemente, a população; quando ocorre a escassez de recursos para investimento na área social e ambiental, no intento de prover melhor qualidade de vida àquela população e ambientes dignos de habitabilidade.

Essas problemáticas demonstram um deficiente desenvolvimento econômico presente na região, aliado a uma série de gestão municipal, que passaram e se demonstraram ainda mais deficientes do ponto de vista do compromisso político de parte daqueles que administram suas cidades. A ausência de tais catalisadores no processo de melhoria da vida daqueles que habitam, produz e reproduz esses subespaços, afeta diretamente tais sujeitos necessitando-se, pois, de intervenções.

O município de Tartarugalzinho/AP é um exemplo de como são constituídas as cidades na Amazônia que, em boa parte, não conseguem de forma igual atender a população, são espaços altamente informais, áreas periféricas, invasões, palafitas; e os investimentos público-privados fomentaram o crescimento espacial das cidades, mas não o desenvolvimento, a mobilidade e habitabilidade. Estas ainda são condições desafiadoras a uma parcela da população que busca alternativa de moradia em lugares inadequados e impróprios, sem garantir o mínimo de qualidade de vida. Tostes (2012, p. 124) afirma que:

[...] os entraves para as nossas cidades estão diretamente relacionados às dificuldades estruturais das prefeituras destes municípios, e também da maneira como o gestor trata as relações institucionais, isso reflete logo na composição dos cargos que são ocupados primeiramente por conveniência política, em detrimento a parte técnica. O resultado concreto disso é a fragmentação institucional e falta de preparo adequado para conduzir uma série de dificuldades.

Neste cenário, Tostes (2012, p. 58) ressaltou também que:

A falta de investimentos em saneamento básico [...] contribui para alguns problemas de saúde pública nas cidades, a rede de água não atinge ao conjunto de toda população, muitos moradores tem (sic) o seu sistema de abastecimento através de poços amazonas ou semi-artesianos (sic), muitos destes poços são construídos sem os devidos cuidados de orientação técnica adequada e acabam contaminando parte do lençol freático existente, gerando assim várias doenças oriundas da qualidade da água.

A explicação das formas espaciais na região é dada na decisão centralizada dos investimentos públicos desconectados das necessidades da cultura local. As pequenas cidades da Amazônia não oportunizam o mínimo de cidadania, são integralmente escassas de serviços urbanos, normalmente apresentam reduzida articulação com as outras cidades e a dependência econômica ajuda a fortalecer a carência da população. As moradias, casas são aglomerados com pouca infraestrutura, pequenos espaços em forma de casebres localizados em terrenos acentuados, baldios, sujeitos a desabamentos, enchentes e proliferação de doenças.

Diante dessa situação, discutem-se planejamentos urbanos para as pequenas cidades, que possam mensurar os problemas de uma sociedade, no espaço e no tempo, a fim de mitigar os custos dos impactos sociais em uma realidade dinâmica. Ferrari Júnior (2004), sustenta o planejamento como trabalho permanente, exequível, flexível e passível de ajuste

de novas inserções. Em acréscimo, a metodologia do planejamento deve ser democrática e humanista no sentido de considerar as aspirações do povo e o seu pleno consentimento.

Além dos planos urbanos, como condutores da organização do espaço, existe uma ampla legislação urbanística, que oferece aos governos um imenso leque de possibilidades em promover o melhoramento das cidades como: a ampliação de recursos, regularização do mercado, regularização de áreas privadas ocupadas irregularmente, preservar o patrimônio cultural, arquitetônico, urbano e ambiental e promover o desenvolvimento sustentável. Todavia as legislações, os planos e a centralização, no encaminhamento da discussão urbana, não responderam às questões conflitantes dentro do contexto socioespacial e não contribuíram para o acesso ao mercado imobiliário legal (FERRARI JÚNIOR, 2004, p. 18).

Para Ferrari Júnior (2004), o planejamento municipal deve ser integrado, articulado com metas e diretrizes dos planos das demais esferas de governo, para que de forma sinérgica englobe os aspectos econômicos, sociais e físico-territoriais da realidade a ser planejada. Três pontos são defendidos pelo autor: o uso do solo urbano (zoneamento), circulação (sistema viário) e serviços públicos ou de utilidade pública, onde as ações previstas são materializadas através dos projetos urbanos, que para terem efeitos positivos devem ser democráticos e direcionados à coletividade.

Dessa forma, em 2002, o Governo do Estado do Amapá através da secretaria da Infraestrutura solicitou, junto aos diversos profissionais da área de Arquitetura e Urbanismo, a possibilidade de realizar um Plano de Gestão Urbana para as cidades de todos os municípios amapaenses. Este trabalho consistia em um amplo levantamento das condições físicas relacionadas à infraestrutura urbana, econômica, social, cultural e ambiental. Na época,

O objetivo deste trabalho visava contribuir com a orientação de um plano de metas a ser desenvolvido em conjunto com as prefeituras e governo do estado, vários profissionais foram mobilizados para esta ação, entretanto, das 16 cidades sedes, apenas Amapá, Calçoene e Tartarugalzinho e Oiapoque tiveram o trabalho concluído (TOSTES, 2012, p. 123).

Um dos aspectos importantes deste trabalho do ano de 2002, foi de ter uma boa definição sobre a realidade local, assim como a previsão sobre os investimentos necessários para estas cidades, respeitando a vocação local e as características do lugar. Tartarugalzinho/AP teve o seu planejamento finalizado, mas, não ocorreu a sua oficialização.

O estudo sobre a análise do planejamento urbano da sede do município de Tartarugalzinho/AP – PEMT permite uma compreensão do que vem sendo realizado pelos entes federados no período de 2002 a 2018 através dos dados que foram coletados em pesquisa e pela investigação realizada sobre a existência de um plano de gestão aplicado (AGUIAR JUNIOR, 2019).

Partindo da análise das ações governamentais que foram sugeridas no plano emergencial de Tartarugalzinho/AP, os objetos descritos foram classificados em dimensões de planejamento através de seus equipamentos urbanos: circulação e transporte, esporte e lazer, infraestrutura, segurança pública e proteção, abastecimento, administração pública, assistência social, saúde e turismo para verificar a atuação do poder público nas dimensões

mencionadas, buscou-se também relacionar a ação, dimensão e status, ao longo do período que foi realizada a análise.

Do total de ações que foram relatadas e sugeridas no PEMT, Tostes (2002), a classificação nas categorias mencionadas se deu conforme o Quadro 1.

Quadro 1 - Classificação das ações previstas no PEMT

Dimensão	Ações Previstas no PEMT
Planejamento	Lei do Uso do Solo, Código de Edificações, Código de Posturas; Elaboração de Plantas e Mapas com a definição dos seguintes elementos: Vetores de Crescimento; Planta de Valores; Cadastro Técnico; Delimitação para o processo de expansão urbana; Setorização de Bens e Serviços e Equipamentos Urbanos.
Circulação e Transporte	Dimensão de vias com canteiros; Calçadas e Meio Fio; Arborização e Paisagismo; Drenagem Pluvial e canaletas; Indicação de Placas de Sinalização. Projeto de Urbanização de acesso à cidade com definição de Pórtico; Porto para embarcações; Construção de um Terminal Fluvial;
Esporte e Lazer	Construção de um campo de futebol para atender a demandas da comunidade; Projeto de Urbanização da Praça Pública da Cidade.
Infraestrutura	Projetos Urbanísticos para novos loteamentos; Projeto de Urbanização da Praça Pública da Cidade.
Segurança Pública e Proteção	Corpo de Bombeiros;
Abastecimento	Mercado municipal e feira;
Administração pública	Sede da Prefeitura de Tartarugalzinho. Posto de Cobrança (Sefaz); Construção de um Posto alternativo;
Assistência social	Construção de um centro de convivência e Construção de Unidades Habitacionais;
Saúde	Readequação da Unidade de Saúde
Turismo	Urbanização das Áreas Turísticas (Balneário);

Fonte: Tostes (2002)

Na dimensão planejamento, foram realizadas as ações, por se tratarem de boa parte de legislações que são voltadas para o município. Uma análise desta dimensão permite perceber que as ações propostas no PEMT (Quadro 1) se enquadram no conteúdo de um Plano Diretor. O atendimento dessa dimensão mediante a construção do plano contemplaria todas essas áreas e constituiria no guia do Planejamento do município, e até o momento isso não aconteceu; a impressão que temos é que esse objetivo ainda não é a preocupação por parte da Prefeitura.

A Tabela 3, apresenta um ranking dos investimentos realizados através das ações governamentais para a cidade de Tartarugalzinho/AP, sendo estes classificados pela ordem decrescente no período de 2002 a 2018. Trata-se de uma somatória de todos os contratos e convênios realizados na sede do município.

Tabela 3 - Investimentos realizados em Tartarugalzinho/AP por área no período de 2002 a 2018

Class.	Dimensão	Quantidade	%	Valor
1	Infraestrutura	29	33%	R\$ 18.876.932,35

2	Esporte e Lazer	20	23%	R\$ 13.198.593,60
3	Educação	14	16%	R\$ 6.250.057,12
4	Saúde	10	11%	R\$ 3.833.531,73
5	Administração pública	8	9%	R\$ 1.642.232,41
6	Assistência social	2	2%	R\$ 1.116.521,72
7	Cultura e Religião	2	2%	R\$ 212.500,00
8	Abastecimento	1	1%	R\$ 289.546,44
9	Circulação e Transporte	1	1%	R\$ 214.402,28
10	Segurança Pública e Proteção	1	1%	R\$ 14.789,55
Total		88	100%	R\$ 45.649.107,20

Fonte: BRASIL (2018), AMAPÁ (2019)

A dimensão da infraestrutura foi a que mais recebeu investimentos através das ações governamentais realizadas no período supracitado, sendo vinte e nove ao todo, o que representa um percentual de 33% do montante investido na sede. Esses investimentos são necessários, já que em 2002 foi apontado no plano a necessidade devido a uma série de problemas estruturais que a cidade apresentava, sendo também um reflexo do que acontece com as demais cidades do Estado do Amapá.

O esporte e lazer foi a segunda dimensão que mais recebeu investimentos, foram vinte ações que representam em percentuais 20% dos investimentos no período proposto. A construção desta área de esportes e lazer estaria associada a vários outros programas, os quais possibilitariam a participação da comunidade mais intensamente (TOSTES, 2002).

A educação foi a terceira dimensão com maior investimento, ao todo foram quatorze ações, sendo que oito foram do Governo do Estado do Amapá e seis da União, o que representou em 16% do total dos investimentos realizados. Tais recursos contribuíram especialmente na reforma das escolas municipais e das estaduais existentes. Em 2002, Tostes (2002), apontou que existiam vários investimentos na educação; no decorrer do período, a maior parte dos convênios era para ampliação e reforma dessas escolas.

A área da saúde foi a quarta maior dimensão, com dez ações representando 11% do total investido. As ações foram focadas em um plano de melhorias sanitárias domiciliares que foram destacadas e tiveram recursos provenientes da União e do GEA; a Construção da Unidade de Suporte Básico do SAMU foi um dos investimentos realizados.

A Administração Pública foi a quinta dimensão com mais investimentos, oito foram realizados e representou um percentual de 9%. A construção da sede da Prefeitura Municipal e as adaptações no Terminal Rodoviário de Tartarugalzinho/AP para funcionar o SIAC/SUPER-FÁCIL, foram as principais ações voltadas para a sede e estavam previstas no plano. Especialmente a construção da sede, já que em 2002, funcionava de uma forma improvisada, o que dificultava a realização de ações para o município (AGUIAR JUNIOR, 2019).

Os restantes das ações, representam um número menor em relação aos demais, entretanto, não diminui o impacto e a importância para o município da sede. Na assistência social, foi construído o centro de convivência do idoso; na cultura e religião, construção da fachada do prédio da Assembleia de Deus e a Casa da Cultura; no abastecimento, a construção de uma unidade de apoio à distribuição da agricultura familiar, circulação e transporte, Reforma das Instalações prediais e pintura geral do prédio do terminal de passageiros e segurança pública e proteção, além do calçamento interno e externo do prédio da delegacia do município de Tartarugalzinho/AP (AGUIAR JUNIOR, 2019).

Quanto à situação dos investimentos, na Tabela 4, foram divididos pela tipologia; e a quantidade e a porcentagem representadas, também, de forma decrescente.

Tabela 4 - Situação dos investimentos realizados em Tartarugalzinho/AP no período de 2002 a 2018

Ordem	Tipo	Quantidade	Porcentagem
1	Em execução	31	35,23%
2	Concluído	24	27,27%
3	Prestação de contas	17	19,32%
4	Anulado	5	5,68%
5	Adimplente	3	3,41%
6	Cancelado	2	2,27%
7	Rescindido	2	2,27%
8	Excluído	1	1,14%
9	Inadimplência Suspensa	1	1,14%
10	Inadimplente	1	1,14%
11	Paralisado	1	1,14%
	Total	88	100%

Fonte: BRASIL (2018), AMAPÁ (2019)

De acordo com a Tabela 4, as ações vêm sendo cumpridas por parte dos entes envolvidos, ou seja, há uma expressiva efetivação dos mesmos. Juntando as ações que estão concluídas e as que estão em prestação de contas, são 41 ações que representam em percentuais somados 46,59%.

As obras em execução representam 35,23%, ou seja, são 31 ações sendo realizadas, destas, 18 são convênios e contratos que foram celebrados em 2018, ou seja, há uma parte que ainda está em vigência. Os demais percentuais se dividem nos convênios e contratos que estão em diversas situações, anulado 5%; adimplente 3,41%; cancelado 2,27%; rescindido 2,27%; excluído 1,14%, inadimplência suspensa 1,14%; inadimplente 1,14%; paralisado 1,14%. Somados representam um percentual de 18,19% em diversos status.

Em resumo, percebe-se que os itens elencados no instrumento vêm sendo utilizados como referências para as ações municipais, bem como, há um esforço para o cumprimento destes, através das ações governamentais identificadas mediante a celebração dos convênios e contratos entre os entes federados. Foi identificado que os maiores investimentos realizados na sede no período investigado, incidem na infraestrutura da cidade e no esporte

e lazer, com percentuais de 33% e 23% respectivamente, justamente as áreas que foram apontadas como as duas prioridades pelo PEMT.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As políticas desenvolvimentistas determinaram um novo padrão urbano para a Amazônia com o aumento do número de cidades, embora apresentem a estrutura de cidade, carecem de atividades econômicas caracterizadas como urbanas, entretanto, o que ocorre são as atividades rurais como pesca, agricultura familiar e extrativismo.

A respeito do planejamento urbano municipal de Tartarugalzinho/AP, percebe-se que não há um instrumento norteador para a realização das ações governamentais voltadas para o município, o que se vê são ações direcionadas exclusivamente para as necessidades de curto prazo, mesmo que exista a elaboração de um plano emergencial, realizado a partir do levantamento das potencialidades, que busca a solução de problemas urbanos de infraestrutura e de organização municipal, especialmente em seu núcleo urbano.

O presente artigo apresentou uma proposta que permite ao leitor uma compreensão da realidade econômica e social da cidade que vem sendo agravada com a falta ou lentidão na dinâmica de aplicação de investimentos que visem a melhoria da infraestrutura, consequente no atraso do desenvolvimento local. É necessário que as lideranças locais busquem estabelecer políticas que visam ao cumprimento de metas de infraestrutura, governabilidade, entre outras que serão necessárias para impulsionar as potencialidades locais.

De certa forma, Tartarugalzinho/AP é um dos exemplos, assim como muitos pequenos municípios da Amazônia que foram expostos a nu sob a ótica da fragilidade econômica que ainda persiste. Os grandes empreendimentos não corresponderam de forma positiva à economia local e tão pouco atingiram as expectativas sociais.

REFERÊNCIAS

- AGUIAR JÚNIOR, A. B. de. *Análise do plano de gestão urbana da cidade de Tartarugalzinho (AP) no período de 2002 a 2018*; Orientador, José Alberto Tostes. Macapá, 2019.
- AMAPÁ, *Demonstrativo de Convênios celebrados com a Prefeitura Municipal de Tartarugalzinho entre anos de 2002 a 2018*. Macapá. Secretaria de Estado da Infraestrutura, 2019.
- BECKER, B. K. *Amazônia*. São Paulo: Ática, 1997.
- BECKER, B. K. "Estado, Nação e Região no final do século XX." In: D'INCAO, M. A.; SILVEIRA, I. M. da. (Orgs.) *A Amazônia e a crise da modernização*. Belém-PA: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1994. p. 103-9.
- BRASIL. Índice de Desenvolvimento Humano Municipal Brasileiro. Brasília, DF: PNUD, Ipea, FJP, 2013. Disponível em: <http://ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&id=19153>. Acesso em: 02 jun. 2018.
- BRASIL. *Convênios por estado/município*. Disponível em: <<http://www.portaldatransparencia.gov.br/convenios/consulta?ordenarPor=concedente&direcao=desc=>>>. Acesso em: 26 dez. 2018.
- BUENO, M. F. *O imaginário brasileiro sobre a Amazônia: Leitura por meio dos discursos dos viajantes, do estado, livros didáticos de geografia e a mídia impressa*. Dissertação de mestrado. São Paulo: USP-FFLCH, 2002.
- CARLOS, A. F. A. *Os Caminhos da Reflexão Sobre a Cidade e o Urbano*. São Paulo: Edusp, 1994.
- FERRARI JÚNIOR, J. C. Limites e Potencialidades do Planejamento Urbano: Uma discussão sobre os Pilares e Aspectos Recentes da Organização Espacial das Cidades Brasileiras. *Estudos Geográficos*. Rio Claro, v. 2, n. 1, 2004, p. 15-28.
- GIL, A. C. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

- GOTTDIENER, M. *A Produção social do espaço urbano*. São Paulo: Edusp, 2010.
- IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística; SEPLAN, Secretaria de Estado do Planejamento. *Contas regionais 2015 e municipais*. Macapá-AP, dez. 2017. Disponível em:
<<https://drive.google.com/file/d/1BpAZXU7jFjzuzo1jluQGCQBDGusrzcQp/view>>. Acesso em: 15 dez. 2017.
- IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Censo demográfico 1980*. Disponível em:
<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/75/cd_1980_v1_t5_n5_rr_ap.pdf>. Acesso em: 03 jan. 2019.
- IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Censo demográfico 1991*. Disponível em:
<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censodem/default_censo1991.shtm>. Acesso em: 03 jan. 2019.
- IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Censo demográfico 2000*. Disponível em:
<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/default_censo_2000.shtm>. Acesso em: 03 jan. 2019.
- IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Censo demográfico 2010*. Disponível em:
<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/default_censo_2000.shtm>. Acesso em: 03 jan. 2019.
- IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Censo demográfico 2010*. Disponível em:
<<http://www.sidra.ibge.gov.br/cd/cd2010RgaAdAgsn.asp>>. Acesso em: 03 jan. 2019.
- IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Cidades»Amapá»Tartarugalzinho»estimativa da população 2016*. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ap/tartarugalzinho/panorama>>. Acesso em: 30 jun. 2019.
- LEFEBVRE, H. *Direito à cidade*. São Paulo: Centauro, 2001.
- LENCIONI, S. Referências analíticas para a discussão da metamorfose metropolitana. In: LENCIONI, S. et al. (Orgs.) *Transformações sócio-territoriais nas metrópoles de Buenos Aires, São Paulo e Santiago*. São Paulo: FAUUSP, 2011.
- MARICATO, E. *Brasil, cidades: alternativas para a crise urbana*. Petrópolis: Vozes, 2001.
- OLIVEIRA, J. A. de. *A cultura na (das) pequenas cidades da Amazônia brasileira*. In: VIII Congresso Luso -afro-brasileiro de Ciências Sociais, Anais 2004, p. 1-10.
- OLIVEIRA, M. J. de. *Diagnóstico do setor mineral do estado do Amapá. Instituto de pesquisas científicas e tecnológicas do Estado do Amapá (IEPA)*. Macapá-AP, 2010.
- PORTO, J. L. R. *Amapá: principais transformações econômicas e institucionais – 1943 a 2000*. 1. ed. Macapá: SETEC, 2003. v. 1. 198 p.
- PORTO, J. L. R. *Transformações espaciais e institucionais do Amapá: conflitos e perspectivas*. Macapá-AP, 2005.
- SANTOS, M. *Técnica, espaço e tempo: globalização e meio técnico-científico informacional*. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1994.
- SANTOS, E. R. C. *Amazônia Setentrional Amapaense: do “mundo” das águas às florestas protegidas*. Rio de Janeiro: Publit, 2013.
- SOUZA, Marcelo Lopes de. *Mudar a Cidade. Uma Introdução Crítica ao Planejamento e à Gestão Urbanos*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.
- TOSTES, J. A. (coord.). *Plano Emergencial para o município de Tartarugalzinho*. Macapá: TCA arquitetura, 2002.
- TOSTES, J. A. *Transformações Urbanas das Pequenas Cidades Amazônicas (AP) na Faixa de Fronteira Setentrional*. Rio de Janeiro: Publit Editora, 2012.
- TOSTES, J. A. *Formação Institucional da Amazônia/Fábio Carlos da Silva, Nírvia Ravena Organizadores*. Belém: NAEA, 2014.
- TRINDADE JÚNIOR, S-C. C. da. *Grandes projetos, urbanização do território e metropolização na Amazônia. Terra Livre*, v. 1, n. 26, 2015, p. 177-194.
- UNITED NATIONS, 2019. *World urbanization prospects: the 2018 revision*. New York: United Nations, 2019.

ANTICOMUNISMO NA POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA: PASSADO E PRESENTE¹

Danilo Sorato Oliveira Moreira
Tiago Luedy Silva

INTRODUÇÃO

O Anticomunismo é um fenômeno recorrente no pensamento político nacional. Desde os anos de 1930, diversos agentes políticos e instituições brasileiras (Igreja Católica, Exército, Imprensa) tornaram a relação tensa, por vezes, conflitiva contra o comunismo (RODEGHERO, 2002a; MOREIRA, 2012). Esse sentimento anticomunista também é percebido na Política Externa Brasileira do período.

Marques (2011, p. 645) aponta que com a subida de Vargas ao poder em 1930, as preocupações com o combate ao comunismo tornaram-se explícitas com a Lei de Segurança Nacional de 1934. Nesse ínterim, O Ministério das Relações Exteriores, via Itamaraty, ampliou sua agenda anticomunista com a cooperação internacional de órgãos de propaganda anticomunista, no caso a *Entente Internationale contre la Troisième Internationale*. Essa agenda do primeiro governo Vargas incluiu a colaboração bilateral com países vizinhos, como o Uruguai. Ambos, em suas políticas externas anticomunistas, elaboraram articulações de perseguições a grupos políticos comunistas em seus territórios e fronteiras. Conforme argumenta Nepomuceno (2015, p. 139), a “diplomacia anticomunista” foi intensa e muito bem planejada pelos dois governos, especialmente ao tópico da agenda em que havia troca de informações contra subversivos.

Em diversos momentos e governos, pode-se perceber maior ou menor atuação da Política Externa Brasileira contra o comunismo. No Brasil, além da primeira metade do século XX, notam-se diversos ataques à ideologia política nos anos de 1960 com a ditadura militar,

¹ A pesquisa foi financiada pela UNIFAP via Bolsa (Extensão/2019 e Monitoria/2019.1 e 2019.2) e orientada pelo docente Tiago Luedy (UNIFAP).

por exemplo, a atuação do Centro de Informações do Exterior (CIEEX) é representativa do papel que o Itamaraty exerceu enquanto agente governamental com o comunismo (PENNA FILHO, 2009, p. 44). Essa é uma das diretrizes implantadas pelo governo Castelo Branco ao assumir o poder em 1964. O que Cervo e Bueno (2012, p. 395) chamaram de “dimensão bipolar”, é um conjunto de ações alinhadas aos Estados Unidos da América (EUA), especialmente a visão política anticomunista. Em outros governos militares, como Geisel, essa visão perdeu força e intensidade, mas, após o Golpe Militar, tornou-se uma tendência muito presente nas ações externas do país.

O final da Guerra Fria trouxe um tempo de distensão contra o comunismo no mundo e, no Brasil, houve abertura para diálogos abertos e criação de partidos políticos. Nesse momento em que sentimentos e memórias anticomunistas foram menores, as Políticas Externas Brasileiras não atuaram de forma agressiva como ocorreu em momentos anteriores, sendo assim, os governos eram categorizados a partir da sua inserção internacional com os fluxos globais, deste modo, tiveram-se estados desenvolvimentista, normal ou logístico, em que a participação do Estado na economia era fundamental para a classificação. Desde Sarney até Rousseff, a preocupação era em como o estado nacional iria se desenvolver (CERVO; BUENO, 2012, p. 489). Assim, a ideologia política anticomunista não ganhou espaço nos debates da Política Externa Brasileira.

Entretanto, na primeira década do século XXI, esse panorama começou a ser modificado. As transformações globais e nacionais – como o crescimento da China (político, econômico, tecnológico), bem como o surgimento de grupos políticos (neoconservadores nos EUA, extrema direita na Europa e conservadores-liberais no Brasil), ou eventos políticos transformadores (golpe de estado na Turquia, *Impeachment* no Paraguai, *Brexit* na Europa, eleição de Donald Trump nos EUA) – ressignificaram um sentimento que outrora foi esquecido no final da Guerra Fria: o Anticomunismo. No Brasil, esse sentimento retornou a partir de 2013, com a disputa pelas ruas nas manifestações de junho. Segundo Freixo (2016, p. 9), as consequências desse movimento reivindicatório por melhores direitos sociais (transporte, educação, saúde) gerou uma divisão entre os grupos políticos do país. Nesse processo, as críticas políticas ao governo Dilma Rousseff, partiram de adjetivos como *corruptos*, *ladrões* ligados aos *comunistas*. Diferentemente do sentimento anticomunista anterior, esse espaço-tempo específico trouxe novos olhares e reinvenções acerca dessa ideologia, logo, a Política Externa Brasileira começou a sofrer as consequências desses grupos políticos que assumiram o sentimento anticomunista contra as ações externas feitas pelo Partido dos Trabalhadores (PT). A Política Externa Ativa e Altiva, conforme Freixo et al. (2011), articulou um olhar para o Eixo Sul-Sul em busca de destacar um protagonismo brasileiro regional (Mercosul, Unasul, Celac) nos assuntos da agenda internacional (meio ambiente, conselho de segurança, etc.).

Em sentido contrário a essa perspectiva, os grupos políticos que emergiram do processo de impedimento de Rousseff (PSDB, MDB) produziram modificações de cunho discursivo na Política Externa. Para Freixo (2019, p. 2), os novos donos do poder justificaram a mudança de rumos por uma política supostamente “não ideológica”. Na prática, esse discurso

tornou-se um progressivo afastamento de países do Sul, considerados *bolivarianistas*, como Venezuela.

Em 2018, a ascensão de Jair Bolsonaro ao poder resultou em uma posição ainda mais exacerbada do Anticomunismo na Política Externa. O Bolsonarismo, de acordo com Freixo (2019, p. 3), é um fenômeno que vai contra todo tipo de avanço e progresso a partir do final da Guerra Fria. Isto quer dizer que, sua perspectiva de mundo, e o mais importante, a inserção internacional que pretende para o país, são caracterizadas pelo constante questionamento do multilateralismo, das organizações internacionais, dos fluxos globais e dos *comunistas-globalistas*. Portanto, a reinvenção do Anticomunismo na Política Externa Brasileira na última década do século XXI, tem suas raízes nas transformações conjunturais do mundo contemporâneo e é consequência do passado, em especial entre os anos de 1930 e 1980.

Isto posto, este artigo objetiva analisar, historicamente, de que maneira o Anticomunismo é reinventado no Brasil através da Política Externa Brasileira em momentos históricos diversos, como o século XX e o início do século XXI. Se no século XX, a caça aos comunistas se mostrou em aparatos institucionais e articulações com vizinhos, no século atual é percebido pelo movimento conhecido como *desideologização*, ou uma suposta neutralidade ideológica contra países considerados bolivarianos-comunistas. A metodologia desta pesquisa utilizou-se do método de revisão bibliográfica e do método de análise de documentos e discursos oficiais de formuladores da Política Externa Brasileira. A hipótese defendida é dizer que o Anticomunismo na Política Externa Brasileira ocorre como consequência de dinâmicas estruturais e conjunturais do sistema internacional no século analisado, bem como dos cenários políticos-ideológicos nacionais daquela conjuntura específica, tanto no século anterior como no século corrente. Por fim, como argumentos finais, este trabalho entende que o Anticomunismo na Política Externa é fenômeno recorrente na estratégia internacional brasileira e, como parte das ações políticas internacionais, aparece sob novas formas e ressignificações ao longo do tempo.

O ANTICOMUNISMO E A POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA NO SÉCULO XX

O Anticomunismo na Política Externa Brasileira é percebido em dois momentos ao longo do tempo. Em primeiro lugar, torna-se fundamental compreender que o comunismo é combatido no Brasil em sentido interno nos anos de 1920 a 1930, através das instituições públicas (governo, exército, igreja, imprensa, etc.). Conforme Moreira (2018, p. 40), o imaginário anticomunista esteve presente em periódicos católicos desde 1920, dado que no fenômeno conhecido como Neocrístandade, a Igreja Católica incentivou a sua intelectualidade em fazer matérias jornalísticas contra o comunismo. Depois, nos anos de 1960, diante do contexto da Guerra Fria, as Igrejas católicas do Brasil e EUA atuaram para combater o comunismo (RODEGHERO, 2002b). Ademais, existem outras instituições – como o Exército – as quais possuem uma dinâmica anticomunista comum. De acordo com Junior (2014, p. 14), no exército brasileiro, as raízes do seu sentimento anticomunista aparecem a partir de 1917 com a Revolução Russa. Em muitos momentos da história brasileira, essa instituição

juntou-se à Igreja Católica para divulgar ideias anticomunistas, o que revela uma profunda tradição institucional no país contra a ideologia vermelha.

Em segundo lugar, no século XX, pode-se identificar a atuação internacional brasileira anticomunista no governo Vargas (MARQUES, 2011). Em alguns momentos, essa ação do Itamaraty mostrou-se em formato bilateral com sua vizinhança sul-americana. No caso entre Brasil e Uruguai, as ações anticomunistas focaram em identificar possíveis inimigos políticos nos dois locais. Houve, então, colaboração institucional para delatar os subversivos comunistas, logo:

Entre os anos de 1930 e 1940, Brasil e Uruguai sofriam, cada um a seu modo, as consequências da crise de 1929. Adotaram sistemas de governos semelhantes – centralizados e autoritários – em franco desrespeito ao sistema de representação partidária, ao poder Legislativo e à Sociedade Civil. Em ambos os países, as Constituições foram *rasgadas* e deram lugar a outras, ambas aprovadas em 1934, e elaboradas por constituintes *terroristas* e *getulistas*, eleitas sob uma nova ordem, cada qual em seus países.

As histórias não são as mesmas, como diferentes foram as estratégias políticas adotadas por Brasil e Uruguai. Mas um dos resultados convergentes das reações provocadas em cada país foi a adoção de medidas de repressão semelhantes, segundo se observa na documentação diplomática, e de proteção entre os governos contra seus opositores, de troca de informações não somente entre as polícias políticas, mas também entre as chancelarias, para impedir, cercear, vigiar e até mesmo prender ou extraditar políticos e intelectuais que opunham resistência a tais situações. (NEPOMUCENO, 2015, p. 140, grifo do autor).

O que percebe-se na citação é a evidente coincidência de posições dos governos sul-americanos contra o comunismo. Eles usaram do aparato institucional e legal para reprimir seus opositores políticos, com a diminuição de espaços de liberdades políticas. Uma estratégia internacional anticomunista evidente entre governos de ideologias políticas próximas.

Outras ações dizem respeito à interferência política do governo Vargas para forçar a interrupção das relações diplomáticas do Uruguai com a URSS em 1935, baseada em seu Anticomunismo na Política Externa (AYÇAGUER, 2008, p. 94). Essa ligação também esteve presente no contato bilateral de Brasil e Argentina entre os anos de 1930 a 1960. De acordo com Setemy (2010, 2013a; 2013b, 2015), o Itamaraty deu apoio às ações anticomunistas do governo Vargas, sobretudo dando uma série de informações obtidas com o governo argentino. Outro alvo do Anticomunismo foi a URSS, dado que o Itamaraty, desde a instauração da Revolução Russa, não manteve boas relações diplomáticas com o novo país (TÔRRES, 2013, p. 54). Tais ações foram corroboradas pelo governo Vargas, especialmente no que tange às instruções aos viajantes brasileiros àquela realidade soviética. Para além dessa perspectiva bilateral, com o avanço do governo Vargas para o Estado Novo em 1937, foram criados aparatos de informação e segurança no exterior para caçar comunistas, assim como ocorreu com o Serviço de Estudos e Investigações (SEI) (NEPOMUCENO, 2018). Dessa forma, criaram-se estruturas institucionais ligadas ao Itamaraty para combater os inimigos comunistas do governo.

Na segunda metade do século XX, o Anticomunismo na Política Externa continuou a ser percebido em diversos governos – a exemplo, Dutra e Vargas. Segundo Salomão (2015, p. 40), ambos os governos possuíram uma retórica e ação anticomunista, visando à parceria com os EUA, especialmente na busca por benefícios econômicos. Na Organização das Nações Unidas (ONU), o governo Dutra marcou sua posição ao lado dos americanos. No que tange ao combate do comunismo, o país colocou-se a favor de medidas contra esse movimento, tanto às posições soviéticas, quanto às resoluções para a América do Sul (OLIVEIRA, 2017a; 2017b).

No caso de Vargas, o Anticomunismo não ficou restrito à sua área de atuação mais imediata como a América do Sul, mas foi foco de atuação na América Central, especificamente na região das Antilhas. Como bem define Silva (2002, p. 96), uma das diretrizes máximas do país nessa região, era o Anticomunismo em escala internacional. No governo seguinte, em Juscelino Kubistchek, houveram ações bem pontuais em que o Anticomunismo foi praticado na sua ação internacional (SILVA, 2009). Essas atitudes ocorreram, por exemplo, na Revolução Húngara em 1956, algo que envolveu, inclusive, a Política Externa Independente. Para Szilágyi (2016, p. 131), esse fato histórico foi vetor importante para corroborar com as teses dos anticomunistas contra qualquer aproximação para com países do Leste Europeu.

Nos anos de 1960 a 1985, essa tendência anticomunista na Política Externa foi mantida e aprofundada com a Ditadura Militar. Em ações conjuntas entre o Itamaraty e o CIEEX, serviram para a espionagem e a delação de inimigos comunistas (PENNA FILHO, 2009, p. 44; PRADO, 2017, p. 41). As sobreditas ações tiveram origem na gestão Castelo Branco (1964-1967), quando o pensamento da Escola de Guerra e o Serviço Nacional de Inteligência foram componentes para que o Itamaraty articulasse uma intensa política anticomunista (CASTILHO, 2014, p. 58). Outro importante papel foi exercido pelo Chanceler Juracy Magalhães, no governo Castelo Branco, ele foi responsável por medidas que ajudaram o Itamaraty na sua política anticomunista, como a aproximação com o SNI, a caça a adversários no próprio Itamaraty, dentre outras ações (RÊGO, 2017). É interessante perceber o papel do relacionamento entre Brasil e URSS nesse período, no qual em muitos momentos, houve uma clara Política Externa anticomunista.

Segundo Caterina (2019, p. 267), durante a Ditadura Militar, a ação internacional brasileira foi extremamente contrária ao maior relacionamento político, ainda que no tocante ao aspecto econômico, ocorreram boas parcerias. É óbvio que outros governos militares – como Geisel – eram mais abertos ao diálogo com países comunistas, sobretudo ao se tratar dos interesses econômicos e da ampliação dos mercados brasileiros. Mas, politicamente, a retórica anticomunista é muito persistente nos formuladores e decisores de Política Externa Brasileira.

O ANTICOMUNISMO E A POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA NO SÉCULO XXI

O final da Guerra Fria diminuiu a intensidade do Anticomunismo no mundo, bem como no Brasil. E somente na primeira metade do século XXI, as ações de cunho anticomunistas foram reinventadas na Política Externa Brasileira.

Com a volta do Anticomunismo na política brasileira, em especial na ação internacional brasileira, a partir das manifestações de 2013, criou-se um cenário propício para o surgimento de uma antiga tradição na estratégia internacional brasileira (FREIXO, 2016; FREIXO; MACHADO, 2019b). O surgimento de fissuras nas representações políticas e democráticas, abriu espaços para eventos internacionais e nacionais diversos (FREIXO; MACHADO, 2019b). Em ambiente externo, surgiram grupos políticos anticomunistas a partir das rupturas de eventos, como o golpe na Turquia (2016), o *Brexit* (2016), a eleição de Donald Trump (2016) e o avanço da extrema-direita na Europa.

É importante salientar o papel de Trump e o neoconservadorismo americano na reativação do Anticomunismo em dinâmica global, muitas vezes, como estratégia de oposição à China, esses discursos aparecem para colocar as duas potências em lados opostos. Ademais, esses movimentos norte-americanos através de Steven Bannon, vêm criando nexos de ligação e organização de uma direita global em vários países como Itália, Polônia, Brasil, etc. (PENA, 2019). Entre as variadas pautas desse movimento anticomunista está, obviamente, a eliminação do inimigo vermelho, como último obstáculo para evitar uma possível decadência de soberania e nacionalismo dos países.

No âmbito nacional, as manifestações de junho de 2013 deram início a essa onda anticomunista na política nacional. Os grupos políticos² começaram a atuar abertamente contra o comunismo, especialmente quando fizeram essa ligação para com o PT. De acordo com Freixo e Machado (2019b, p. 10-11):

1) O ciclo de manifestações que se iniciara foi o primeiro desde o início da chamada “transição democrática”, na segunda metade da década de 1970, que não teve o Partido dos Trabalhadores – ou os movimentos que estiveram no cerne de sua formação como “Partido-Movimento” (KECK,1991) – como um de seus principais protagonistas. Pelo contrário: quase sempre o PT e o seu modo de governar foram os principais alvos de boa parte das críticas dos manifestantes. 2) a “descoberta” das ruas pela direita, que passaria a ocupar também esses espaços, lócus por excelência das forças e movimentos democráticos e progressistas, desde os anos da ditadura. Esta direita incluía desde organizações nacionalistas extremistas até jovens manifestantes que mesclavam a retórica de uma “antipolítica” rasa – “contra tudo e contra todos” – com um liberalismo difuso, passando por grupos de skinheads, monarquistas, defensores do retorno da ditadura militar, grupos religiosos conservadores e cidadãos de classe média com um extemporâneo e caricato discurso anticomunista somado a um genérico sentimento anticorrupção.

Apesar de que naquele momento, acreditava-se que esses grupos elencados acima não iriam longe, eles conseguiram capitalizar uma força de organização que levaram a acontecimentos sucessivos de vitórias políticas, como o impedimento de Rousseff e a eleição de Jair Bolsonaro. Foi nessa força que o Anticomunismo interno ganhou novo fôlego e estímulo na política nacional, logo, esses efeitos chegariam na Política Externa Brasileira em signos como *Desideologização*, *Sem ideologia*, etc. A aceitação pela classe média e parte da população

2 É paradigmática a atuação dos Bolsonaros, como líderes desse movimento anticomunista nacional. Já em 2016, por exemplo, o deputado federal, Eduardo Bolsonaro apresentou o projeto nº 5358/2016, para criminalizar o comunismo como movimento terrorista baseado na Lei Antiterrorismo (2016), passível de ser punido com prisão (Cf. BOLSONARO. PL nº 5358/2016. Brasília: Câmara dos Deputados, 2016. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/propostas-legislativas/2085411>>. Acesso em: 23 out. 2020).

brasileira desses discursos, é um reforço da atuação desses políticos, sobretudo para resolver a crise econômica-política do governo Rousseff. Conseqüentemente, o Golpe de 2016³ configurou-se na abertura definitiva para aceitação do Anticomunismo como parte do jogo político brasileiro.

Na Política Externa, o novo signo de intensidade anticomunista é ligar o comunismo ao bolivarianismo, representados em países como Venezuela, Argentina, Cuba, dentre outros (LACERDA, 2019a, 2019b). Com o Golpe de 2016, o governo Temer iniciou ações internacionais que pretendiam não ter ideologia na Política Externa, entretanto, o que se viu na prática, foi uma vontade de olhar o processo eleitoral de 2018, com efeitos muito mais retóricos (FREIXO, 2019a). Ainda assim, ações como a suspensão da Venezuela do MERCOSUL (MRE, 2017a) ou a criação do Grupo de Lima (MRE, 2017b), devem ser vistas como um novo olhar ao sentimento anticomunista. É contraditório o posicionamento de Temer, haja vista sua antiga aliança com o PT, contudo, esse personagem político aproveitou-se do contexto favorável contra o comunismo, para sobreviver politicamente, ainda que sabendo não ser um anticomunista radical.

O seu sucessor, Bolsonaro, eleito em 2018, chegou para radicalizar a política anticomunista, plataforma eleitoral que levou muitos eleitores antipetistas a votarem em sua candidatura. Como ele mesmo disse ao assumir a presidência e no seu Plano de Governo, sua missão era salvar o Itamaraty de ditaduras “assassinas” e “comunistas” (BOLSONARO, 2018). Possivelmente, desde a Ditadura Militar, nenhum grupo político com representação significativa, como Bolsonaro, assumiu uma retórica tão clara anticomunista, tanto nas políticas internas como externas, em que, pautado nas ideias de Olavo de Carvalho⁴, o novo presidente luta contra o comunismo internacional visto sob o novo signo do “Globalismo” e do “Marxismo Cultural” (ALMEIDA, 2019).

Na mente desses personagens anticomunistas, empresários globais são patrocinadores de um movimento para acabar com a soberania dos países, além da sua cultura nacional. As elites políticas locais de esquerda são aliadas desses grupos quando defendem as organizações internacionais – ONU, OMC, UNESCO, etc. – e suas legislações.

Temer e Bolsonaro possuem muitas ações de Política Externa parecidas (MOREIRA, 2019a, 2020). Uma delas é assumir a retórica de uma estratégia internacional sem ideologia. Porém, na prática, observa-se uma ideologia anticomunista, já que exclui países considerados de esquerda (Venezuela, Bolívia, Nicarágua, dentre outros) (MRE, 2019b; MRE, 2020). Como já foi dito por Freixo (2019a), o governo Temer utilizou esse discurso muito mais visando ao pleito eleitoral, ainda que ações “não ideológicas” de Política Externa sejam perce-

3 Nesse texto, opta-se pelo uso da palavra Golpe para a saída de Dilma Rousseff, como defendido por FREIXO; MACHADO (2019b). Entretanto, a literatura é vasta ao identificar diversos posicionamentos como Golpe, *Impeachment*, *Golpeachment* (Cf. GUERRA et al. *Brasil 2016: recessão e golpe*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2017; BRASIL. *Impeachment: o julgamento da presidente Dilma Rousseff pelo Senado Federal*. Brasília: Senado Federal, SAJS, 2016; PRADO, C. *O Golpe na Presidenta Dilma Rousseff: Golpeachment*. Amazon, 2017).

4 Considerado ideólogo de Jair Bolsonaro, Olavo de Carvalho é formado no pensamento da direita conservadora dos anos de 1980-1990, sobretudo nas definições de marxismo cultural. Atualmente, reside nos EUA, constantemente respeitado e visitado por grupos de direita dos EUA, do Brasil e do mundo. Sua teoria contra o Globalismo é que há uma conspiração mundial para a subida ao poder de um único estado e administração mundial, é uma necessidade de grupos empresariais globais, burocratas de Organizações Internacionais e grupos políticos nacionais de esquerda (Cf. PENA, L. “*Globalismo*”: o discurso em política internacional sob a ideologia da nova extrema direita brasileira. *Fronteira*, Belo Horizonte, v. 18, n. 36, 2º semestre 2019, p. 371-386.

bidas nesse momento, por exemplo, o combate ao bolivarianismo-comunismo da Venezuela via suspensão do MERCOSUL (MRE, 2017a) ou criação do Grupo de Lima (MRE, 2017b). É válido dizer que a utilização da palavra *desideologização* pelos Chanceleres de Temer e Bolsonaro, é uma retórica para esconder seus reais interesses enquanto formuladores de Política Externa (SERRA, 2016; NUNES, 2017; ARAÚJO, 2019).

Com o contexto favorável tanto externamente, quanto internamente, os interesses desses formuladores de Política Externa Brasileira é resgatar/reinventar a tradição anticomunista na estratégia internacional brasileira. A nova ação internacional anticomunista é utilizar uma aparente neutralidade para atacar/excluir os supramencionados países considerados de esquerda. Isto posto, fica um questionamento: Por que excluem esses países? Em primeiro lugar, a estratégia internacional deveria ser diferente do PT, por esse motivo, países do Sul perderam espaço na agenda internacional. Depois, como parte do sentimento anticomunista, há uma aproximação com países ocidentais (EUA, Israel, Itália, França), os quais não possuem tradições comunistas, ou mesmo governos comunistas no poder.

Em relação ao governo Bolsonaro, há certa continuidade no Anticomunismo na Política Externa Brasileira (MOREIRA, 2019a; 2019b; 2020). Porém, as ações e estratégias são levadas ao extremo, fala-se em antiglobalismo, luta contra o comunismo via marxismo cultural, entre outros (FREIXO, 2019a). Alguns formuladores de Política Externa Brasileira aderem a esse combate ao comunismo internacional (ARAÚJO, 2019), além da autoridade máxima do país (BOLSONARO, 2019a, 2019b, 2019c). As ações de Política Externa Brasileira contra o comunismo não se restringem à Venezuela (MRE, 2019a), mas a outros países como Cuba, Bolívia (MRE, 2020), Nicarágua (MRE, 2019b). O reconhecimento de governos afins da política ideológica brasileira, tem sido uma constante na ação internacional brasileira. Além disso, caso não reconheça esses países, o Brasil em sua luta anticomunista tem feito pressões diplomáticas em foros multilaterais como OEA, ONU, PROSUL, entre outros.

Inclusive, vale lembrar que esse sentimento anticomunista é um dos fatores que leva essa administração a fazer um alinhamento com os EUA, bem como críticas reiteradas à China, tal como propõe Donald Trump desde 2017 na sua Estratégia Nacional de Segurança⁵. O Brasil assume uma retórica anticomunista em âmbito internacional contrariando seus interesses mais imediatos, que é uma forte parceria comercial com a China.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Anticomunismo na Política Externa Brasileira é um fenômeno que vem se rearticulando ao longo do tempo. Como visto no decorrer deste artigo, ele possui suas raízes ainda no século anterior, mesmo antes da Guerra Fria. Em um mundo de crise econômica e política, houve o surgimento de correntes políticas opostas ao movimento comunista, a exemplo do Brasil, onde, inicialmente, essa tomada de posição ficou a cabo de instituições como a Igreja Católica, o Exército e a Imprensa. Com o passar dos anos, esse sentimento político

5 Em 2017, a Estratégia de Segurança Nacional americana é clara em definir aqueles que ameaçam os interesses americanos, no caso, poderes revisionistas (Rússia, China), estados ditatoriais (Irã, Coreia, Venezuela) e movimentos terroristas (Al Qaeda, Isis, etc.). Não é um acaso que as ações e estratégias contra a China além da Guerra Comercial, também passam pela guerra política (Cf. EUA. National Security Strategy of the United States of America. Washington: White House, 2017. Disponível em: <<https://www.whitehouse.gov/wp-content/uploads/2017/12/NSS-Final-12-18-2017-0905.pdf>>. Acesso em: 21 mar. 2020.

chegou de forma oficial e institucional no país, sobretudo com a ascensão de Getúlio Vargas ao poder em 1930.

De 1930 a 1985, ao tomarem o poder, esses grupos políticos utilizaram-se do amplo aparato institucional (SEI e CIEX) para espionar e caçar seus opositores. Além disso, a estratégia internacional apareceu constantemente numa difícil relação com a URSS, muito mais conflitiva no âmbito político do que no âmbito econômico, e passaram a existir articulações bilaterais (Uruguai, Argentina) de políticas conjuntas contra o comunismo, assim, esse primeiro momento pode ser percebido como a origem do Anticomunismo na Política Externa Brasileira. Desde políticos trabalhistas (Vargas, JK) até militares (Dutra, Castelo Branco, etc.), existe uma estratégia anticomunista internacional do Brasil, o que vai à contracorrente dos estudos especializados de que identificaram maior abertura do pensamento de formuladores de Política Externa durante os anos de 1960, especialmente daqueles que defendiam uma maior autonomia diante dos EUA. Apesar dessa autonomia, o Anticomunismo estava presente em muitas ações e estratégias, até pela forma como o Itamaraty se articulou nesse contexto, o qual, utilizando-se da coleta de informações de brasileiros e estrangeiros no exterior, atuou como braço institucional para o combate de inimigos vermelhos.

Após a breve diminuição das correntes extremistas contra o comunismo com o final da Guerra Fria, período que durou aproximadamente 25 anos (1989-2014), houve o retorno desses grupos autoritários sob novos signos e estratégias no mundo e no Brasil. A reinvenção da luta contra o comunismo nasceu mais uma vez, das crises econômicas e políticas que iniciaram-se em 2008. Em um mundo descontente com as instituições democráticas e liberais, novos líderes e personagens políticos surgiram para contra-atacar esse modelo político. Alguns de forma institucional (Trump), outros de forma ilegal (Endoorgan). Houve, ainda, os movimentos contrários à Globalização (*Brexit*).

O Brasil sentiu os efeitos dessa pressão econômica e política a partir das Manifestações de 2013. Foi nesse momento que os grupos anticomunistas resolveram articular estratégias e dinâmicas de atuação, lideradas em parte por Jair Bolsonaro. Com o Golpe de 2016, o reposicionamento da Política Externa Brasileira foi feito na administração Temer, por conseguinte, reinventou-se o novo signo do Anticomunismo brasileiro, a retórica da *desideologização*. Na aparente neutralidade ideológica, eles tiraram os parceiros estratégicos do PT (Venezuela, Bolívia, Nicarágua) para aprofundar em seu lugar antigos parceiros ocidentais (EUA, França, Itália, Israel). Esse movimento é ainda mais ampliado e continuado por Bolsonaro, depois de assumir o poder no Brasil.

Além da retórica mais forte e extrema, o país toma para si, o combate ao comunismo internacional via globalismo, marxismo cultural e organizações internacionais. Como visto, o retorno do Anticomunismo na Política Externa Brasileira no século XXI tem raízes históricas na tradição nacional de combater o inimigo vermelho em tempos de crise dos modelos democráticos e liberais pelo mundo e alhures.

Essa crise que é recorrente pelo menos desde 2008, tem mais alguns anos a prosseguir, uma vez que essas dinâmicas ainda não chegaram em todas as regiões do globo. Mas é clara a percepção do crescimento de políticas internas e externas de combate ao comunismo, principalmente por aqueles grupos que são reticentes a essa ideologia (empresários,

religiosos, militares, políticas de direita, judeus, etc.). Os novos signos e olhares contra o comunismo podem levar o mundo para mais um movimento global contra essa ideologia, logicamente que distinta para aquela lógica do sistema bipolar da Guerra Fria. Todavia, algumas táticas são muito semelhantes, como o ódio, a propaganda de raiva, a busca de eliminação dos rivais políticos, dentre outras. Por outro lado, se no século XX o Anticomunismo era visto em adjetivos como *ameaça*, *sindicalismo*, *burros*; no século XXI, o Anticomunismo está ligado à *corrupção*, *destruição dos valores cristãos e conservadores*, ou seja, novas linguagens para novos tempos, porém, com sentimento anticomunista muito perceptível. Portanto, o Anticomunismo na Política Externa Brasileira é um fenômeno recorrente, reinventado, ressignificado na estratégia internacional brasileira e, nos próximos dois anos, ele poderá trazer implicações negativas para os interesses brasileiros, já que em muitos momentos não leva em consideração os danos políticos e econômicos dessa tomada de posição. Mas, sem dúvidas, se esse movimento durar tanto tempo como ocorreu no século XX, os estragos e custos serão ainda maiores.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, P. R. de. *Miséria da diplomacia – A destruição da diplomacia no Itamaraty*. Boa Vista: Editora UFRR, 2019.
- ARAÚJO, E. *Discurso do ministro Ernesto Araújo durante cerimônia de Posse no Ministério das Relações Exteriores* – Brasília, 2 de janeiro de 2019. Publicado em 03 de janeiro de 2019a. Disponível em: <<https://www.gov.br/mre/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/discursos-artigos-e-entrevistas/ministro-das-relacoes-exteriores/discursos-mre/discurso-do-ministro-ernesto-araujo-durante-cerimonia-de-posse-no-ministerio-das-relacoes-exteriores-brasilia-2-de-janeiro-de-2019>>. Acesso em: 08 out. 2020.
- AYÇAGUER, A. La diplomacia del anticomunismo: la influencia del gobierno de Getúlio Vargas en la interrupción de las relaciones diplomáticas de Uruguay con la URSS en diciembre de 1935. *Estudios Ibero-americanos*, Porto Alegre, v. 34, n. 1, jun. 2008, p. 92-120. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=134612638006>>. Acesso em: 19 set. 2020.
- BOLSONARO, J. *Plano de Governo - O Caminho da Prosperidade*. Brasília: TSE, 2018.
- BOLSONARO, J. *Discurso do Presidente da República, Jair Bolsonaro, durante Cerimônia de Posse no Congresso Nacional* – Brasília, 1º de janeiro de 2019. Publicado em 01 jan. 2019a. Disponível em: <<https://www.gov.br/mre/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/discursos-artigos-e-entrevistas/presidente-da-republica/presidente-da-republica-federativa-do-brasil-discursos/discurso-do-presidente-da-republica-jair-bolsonaro-durante-cerimonia-de-posse-no-congresso-nacional-brasilia-1-de-janeiro-de-2019>>. Acesso em: 08 out. 2020.
- BOLSONARO, J. *Discurso do Presidente da República, Jair Bolsonaro, durante cerimônia de Recebimento da Faixa Presidencial* – Brasília, 1º de janeiro de 2019. Publicado em 02 de janeiro de 2019b. Disponível em: <https://www.gov.br/mre/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/discursos-artigos-e-entrevistas/presidente-da-republica/presidente-da-republica-federativa-do-brasil-discursos/discurso-do-presidente-da-republica-jair-bolsonaro-durante-cerimonia-de-recebimento-da-faixa-presidencial-brasilia-1-de-janeiro-de-2019>>. Acesso em: 08 out. 2020.
- BOLSONARO, J. *Mensagem ao Congresso Nacional, 2019: 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura*. Brasília: Presidência da República, 2019c. Disponível em: <<https://www.gov.br/casacivil/pt-br/centrais-de-conteudo/downloads/mensagem-ao-congresso-2019/view>>. Acesso em: 06 set. 2020.
- BRASIL. A participação do Estado Brasileiro em graves violações no exterior. In: BRASIL. *Comissão Nacional da Verdade*. Relatório. Brasília: CNV, 2014. p. 175-217. Disponível em: <<http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/documentos/Capitulo5/Capitulo%205.pdf>>. Acesso em: 19 out. 2020.
- CASTILHO, A. B. O golpe de 1964 e a política externa brasileira dentro do contexto repressivo. *Revista Neiba*, v. 3, n. 1, 2014, p. 57-68. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/neiba/article/view/13849>>. Acesso em: 25 set. 2020.
- CATERINA, G. Um grande oceano: Brasil e União Soviética atravessando a Guerra Fria (1947-1985). Tese (Doutorado em

- História) - Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2019, 425f. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/27454>>. Acesso em: 21 set. 2020.
- CERVO, A.; BUENO, C. *História da política exterior do Brasil*. 4. ed. rev. Ampl., 1ª reimpressão. Brasília: Universidade de Brasília, 2012.
- FREIXO, A. de *et al* (orgs.). *A Política Externa Brasileira na Era Lula: um balanço*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2011.
- FREIXO, A. de. Tudo à frente, nada à frente: protestos de rua e crise política no Brasil (2013-2016). In: FREIXO, A. de. (org.). *Manifestações no Brasil: as ruas em disputa*. Rio de Janeiro: Oficina Raquel, 2016. p. 9-40.
- FREIXO, A. de. *As relações exteriores – Bolsonaro, 100 dias*. Publicado 10 abr. 2019. Le Monde. Disponível em: <<https://diplomatie.org.br/as-relacoes-exteriores-bolsonaro-100-dias/>>. Acesso em: 19 set. 2020.
- FREIXO, A. de. MACHADO, R-P. Dias de um futuro (quase) esquecido: um país em transe, a democracia em colapso. In: *Brasil em transe: Bolsonarismo, Nova Direita e desdemocratização*. Rio de Janeiro: Oficina Raquel, 2019b. p. 9-24.
- JUNIOR, L. O. *A cruz e a espada contra a foice e o martelo: o anticomunismo católico e militar no Brasil (1917-1945)*. Dissertação (Mestrado em Estudos Estratégicos), Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2014, 152f. Disponível em: <<http://ppgest.uff.br/images/Disserta/2014/Luiz%20Otvio.pdf>>. Acesso em: 19 set. 2020.
- LACERDA, M. B. *Neoconservadorismo de periferia: articulação familista, punitiva e neoliberal na Câmara dos Deputados*. Tese (Doutorado em Ciência Política), Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018, 207f.
- LACERDA, M. B. *O novo conservadorismo brasileiro*. Porto Alegre: Zouk, 2019.
- MARQUES, R. Repressão política e anticomunismo no primeiro governo Vargas: a elaboração da primeira lei de segurança nacional. *Revista Jurídica da Presidência*, Brasília, v. 15, n. 107, out. 2013 a jan. 2014, p. 631-665.
- MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (MRE). *Nota 255 – Decisão sobre a suspensão da República Bolivariana da Venezuela do Mercosul em aplicação do Protocolo de Ushuaia sobre Compromisso Democrático no Mercosul*. Publicado em 05 ago. 2017a. Disponível em: <https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/decisao-sobre-a-suspensao-da-republica-bolivariana-da-venezuela-do-mercosul-em-aplicacao-do-protocolo-de-ushuaia-sobre-compromisso-democratico>. Acesso em: 28 out. 2020.
- MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (MRE). *Nota 259 – Declaração de Lima*. Publicado em 08 ago. 2017b. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/17073-declaracao-de-lima>>. Acesso em: 28 out. 2020.
- MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (MRE). *Nota 1 – Declaração do Grupo de Lima*. Publicado em 04 jan. 2019a. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/19913-declaracao-do-grupo-de-lima-4>>. Acesso em: 08 out. 2020.
- MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (MRE). *Nota 93 – Crise na Nicarágua*. Publicado em 16 abr. 2019b. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/20299-crise-na-nicaragua>>. Acesso em: 23 set. 2020.
- MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (MRE). *Nota 2 – Convocação de Eleições na Bolívia*. Publicado em 05 jan. 2020. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/21186-convocacao-de-eleicoes-na-bolivia-2>>. Acesso em: 23 set. 2020.
- MOREIRA, D. *O Anticomunismo do Jornal A Palavra: O imaginário e suas mudanças de características (1930-1935)*. Monografia (Graduação em História), Universidade Federal do Pará, Belém, 2012, 49f. Disponível em: <<https://bdm.ufpa.br:8443/jspui/handle/prefix/3075>>. Acesso em: 19 set. 2020.
- MOREIRA, D. Comunista? O Diabo? O imaginário anticomunista do jornal A Palavra (1930-1933). In: REIS, M. V. de F.; BASTONE, P.; FERREIRA, L. *Política, Cultura e Sociedade na Contemporaneidade*. Macapá: UNIFAP, 2018. p. 39-63. Disponível em: <<https://www2.unifap.br/editora/files/2019/03/politica-cultura-e-sociedade-na-contemporaneidade.pdf>>. Acesso em: 19 set. 2020.
- MOREIRA, D. *Análise de Política Externa Brasileira: A continuidade dos governos Temer e Bolsonaro*. Monografia (Graduação em Relações Internacionais), Universidade Federal do Amapá, Macapá, 2019a, 156f. Disponível em: <https://www.academia.edu/42088635/An%C3%A1lise_de_Pol%C3%ADtica_Externa_Brasileira_A_continuidade_dos_governos_Temer_e_Bolsonaro>. Acesso em: 21 set. 2020.
- MOREIRA, D.; LUEDY, T. *História e Política Externa: Perspectivas para o governo Bolsonaro*. In: GUIMARÃES, Athos;

- CORDOVIL, Wendel (orgs.). *II Simpósio Online de História dos Ananins: Ensino, Pesquisa e Extensão*. Ananindeua: Cordovil E-books, 2019b. p. 271-276. Disponível em: <<https://drive.google.com/file/d/1XZL1Z7k1J32QqysDg3pys1-k2uQYSHyw/view>>. Acesso em: 21 out. 2020.
- MOREIRA, D. As semelhanças entre os governos Temer e Bolsonaro na Política Externa (2016-2019). *Revista Neiba*, Rio de Janeiro, v. 9, n. 1, 2020, p. 1-19. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/neiba/article/view/47941/32222>>. Acesso em: 21 set. 2020.
- NEPOMUCENO, M. *A missão cultural brasileira no Uruguai: A construção de um modelo de Diplomacia Cultural do Brasil na América Latina (1930-1945)*. Tese (Doutorado em Integração da América Latina), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.
- NEPOMUCENO, M. A criação de uma Diplomacia Anticomunista no governo Vargas, em 1937. *Em Tempo de História*, Brasília, n. 33, ago./ dez. 2018, p. 176-189. Disponível em: <<https://periodicos.unb.br/index.php/emtempos/article/view/23678>>. Acesso em: 19 out. 2020.
- NUNES, A. *Texto-base para o discurso de posse do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Aloysio Nunes Ferreira* – Palácio Itamaraty, 7 de março de 2017. Publicado em 08 mar. 2017. Disponível em: <<https://www.gov.br/mre/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/discursos-artigos-e-entrevistas/ministro-das-relacoes-exteriores/discursos-mre/texto-base-para-o-discurso-de-posse-do-ministro-de-estado-das-relacoes-exteriores-alloysio-nunes-ferreira-palacio-itamaraty-7-de-marco-de-2017>>. Acesso em: 13 set. 2020.
- OLIVEIRA, A. *O Itamaraty, o corpo diplomático e a ONU no início da Guerra Fria: a atuação brasileira entre 1947 a 1956*. In: XXIX Encontro Nacional de História, 2017a, Brasília-DF. *Anais do XXIX Encontro Nacional de História, 2017*. Disponível em: <https://www.snh2017.anpuh.org/resources/anais/54/1502822581_ARQUIVO_anphu2017-ADNA.pdf>. Acesso em: 24 set. 2020.
- OLIVEIRA, A. *O Itamaraty no início da Guerra Fria e a ONU: discussão anticomunista e a perseguição do PCB*. Augustus, Rio de Janeiro, v. 22, n. 43, jan./ jun. 2017b, p. 9-17. Disponível em: <<https://dx.doi.org/10.15202/1764>>. Acesso em: 25 out. 2020.
- PENNA FILHO, P. O Itamaraty nos anos de chumbo – O Centro de Informações do Exterior (CIEEX) e a repressão no Cone Sul. *Rev. Bras. Polit. Int.*, v. 52, n. 2, 2009, p. 43-62. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73292009000200003>. Acesso em: 13 jun. 2020.
- PENA, L. “Globalismo”: o discurso em política internacional sob a ideologia da nova extrema direita brasileira. *Fronteira*, Belo Horizonte, v. 18, n. 36, 2º semestre 2019, p. 371-386. Disponível em: <<file:///C:/Users/Home/Downloads/19677-Texto%20do%20artigo-76388-2-10-20190926.pdf>>. Acesso em: 20 out. 2020.
- PRADO, M. do. *A atuação do Centro de Informações do Exterior (CIEEX) do Itamaraty de 1966 a 1986: A reexternalização do conflito ideológico*. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais), UNESP/UNICAMP/PUC-SP, São Paulo, 2017, 95f. Acesso em: 21/10/2020.
- RÊGO, M. *A trajetória de Juracy Magalhães na ditadura: entre suas memórias e a história*. In: XXIX Encontro Nacional de História, 2017, Brasília-DF. *Anais do XXIX Encontro Nacional de História, 2017*. Disponível em: <https://www.snh2017.anpuh.org/resources/anais/54/1502807559_ARQUIVO_AtrajetoriadeJuracyMagalhaesnaDitadura-entreamemoriaeahistoria.pdf>. Acesso em: 29 set. 2020.
- RODEGHERO, C. *Memórias e avaliações: norte-americanos, católicos e a recepção do anticomunismo brasileiro entre 1945 e 1964*. Tese (Doutorado em História), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2002a.
- RODEGHERO, C. Religião e patriotismo: o anticomunismo católico nos Estados Unidos e no Brasil nos anos da Guerra Fria. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 22, n. 44, 2002b, P. 463-488. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rbh/a/tM4btpprcSKfZTJQDTWj99t/?lang=pt>>. Acesso em: 29 set. 2020.
- SALOMÃO, F. *A política externa do segundo governo Vargas (1951-1954)*. Monografia (Graduação em Relações Internacionais), Fundação Armando Álvares Penteado, São Paulo, 2015, 55f.
- SERRA, J. *Discurso do ministro José Serra por ocasião da transmissão do cargo de ministro de estado das Relações Exteriores* – Brasília, 18 de maio de 2016. Publicado em 18 maio 2016. Disponível em: <<https://www.gov.br/mre/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/discursos-artigos-e-entrevistas/ministro-das-relacoes-exteriores/discursos-mre/discurso-do-ministro-jose-serra-por-ocasio-da-cerimonia-de-transmissao-do-cargo-de-ministro-de-estado-das-relacoes>>.

exteriores-brasilia-18-de-maio-de-2016>. Acesso em: 26 set. 2020.

SETEMY, A. Por uma memória “diplomática”: O Itamaraty e o combate ao inimigo escarlate. *Anais do X Encontro Estadual de História*, Santa Maria-RS, 2010. Disponível em: <http://www.eeh2010.anpuh-rs.org.br/resources/anais/9/1276805216_ARQUIVO_ArtigoANPUHRS2010.pdf>. Acesso em: 19 set. 2020.

SETEMY, A. O Itamaraty e a institucionalização das políticas de repressão ao comunismo: revisão e novos apontamentos historiográficos. *Clio*, Recife, v. 31, n. 2, jul./dez. 2013a, p. 1-22. Disponível em: <<https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistaclio/article/view/24447>>. Acesso em: 19 set. 2020.

SETEMY, A. *Sentinelas das fronteiras: o Itamaraty e a diplomacia brasileira na produção de informações para o combate ao inimigo comunista (1935-1966)*. Tese (Doutorado em História), Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013b, 341f. Disponível em: <<http://objdig.ufrj.br/34/teses/805242.pdf>>. Acesso em: 19/09/2020.

SETEMY, A. A conformação do Cone Sul em espaço transnacional de exílio e vigilância anticomunista: uma perspectiva a partir da análise dos telegramas diplomáticos (1935-1966). *Antíteses*, Londrina, v. 8, n. 15, nov. 2015, p. 101-131. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=193343056006>>. Acesso em: 20 set. 2020.

SILVA, D. da. Fronteiras estratégicas: as Antilhas sob a ótica da diplomacia brasileira, 1947-1953. *Revista Brasileira do Caribe*, v. 3, n. 5, jul./dez. 2002, p. 93-124. Disponível em: <<http://www.periodicoeletronicos.ufma.br/index.php/rbrascaribe/article/view/3104>>. Acesso em: 21 out. 2020.

SILVA, E. O anticomunismo nos discursos políticos dos anos JK. *Em tempos de História*, Brasília, n. 14, jan./ jun. 2009, p. 76-95.

SZILÁGYI, Á. A Revolução Húngara de 1956 e a argumentação anticomunista no discurso público no Brasil no tempo da formação da Política Externa Independente. *Estudos Americanos*, Porto Alegre, v. 42, n. 1, jan./abr. 2016, p. 127-141. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/iberoamericana/article/view/21831>>. Acesso em: 24 out. 2020.

TEMER, M. *Discurso do Presidente da República em exercício, Michel Temer, durante cerimônia de posse dos novos ministros de estado* – Brasília, 12 de maio de 2016. Publicado em 12 maio 2016. Disponível em: <<https://www.gov.br/mre/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/discursos-artigos-e-entrevistas/presidente-da-republica/presidente-da-republica-federativa-do-brasil-discursos/discorso-do-presidente-da-republica-em-exercicio-michel-temer-durante-cerimonia-de-posse-dos-novos-ministros-de-estado-brasilia-12-de-maio-de-2016>>. Acesso em: 05 set. 2020.

TÔRRES, R. *O Inferno e o Paraíso se confundem: Viagens de brasileiros à URSS (1928-1933)*. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2013, 189f. Disponível em: <<http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/281787>>. Acesso em: 20/10/2020.

SOBRE AS TRAJETÓRIAS HISTÓRICAS DOS MOVIMENTOS INDÍGENAS

David Junior de Souza Silva

INTRODUÇÃO

A proposta deste ensaio é realizar a construção de uma tipologia sociológica sobre os diversos movimentos indígenas nos diferentes países da América Latina. Para a construção desta tipologia, serão considerados os múltiplos caminhos históricos percorridos por estes movimentos, elementos da história própria da colonização de cada país, as condições sociais e políticas no momento da emergência de cada movimento, as condições específicas do associativismo civil e das mobilizações sociais de cada país e a estrutura de oportunidades políticas. Trata-se, portanto, de um trabalho de tipologias, que privilegia características gerais dos movimentos, e não objetiva detalhar características empíricas singulares – oposto à abordagem ideográfica.

Por mais que a construção de tipos ideais (WEBER, 2006) tenha como base a realidade empírica, esta construção propõe tipologias de interpretações abstratas, fazendo abstração de recortes geográficos ou temporais. A base empírica desta construção tipológica é o quadro histórico da emergência dos movimentos indígenas nos países da América Latina, atentando brevemente para as *razões das singularidades* dos movimentos em cada país e das *diferenças dos movimentos* entre os países.

Os fatores que serão analisados para as construções tipológicas, especificando semelhanças e demarcando diferenças de seus percursos históricos, são os processos de colonização singulares que, individualmente, atingiram os países; a cosmologia e etnicidade particulares dos povos; o contexto social e político para as mobilizações sociais de cada lugar nos momentos históricos específicos; a ação diferencial de forças econômicas globais, bem como a posição geopolítica de tais povos nas fronteiras dos atuais Estados-nação que se instalaram na região. Não se propõe realizar exaustivamente a reflexão sobre o modo da presença destes elementos nas formações dos movimentos indígenas nos países estudados,

mas recrutar estes elementos quando presentes nas especificidades concretas e quando a qualidade desta presença possa ser interpretada como marcante para a identidade do tipo ideal a partir dali construído.

Há quatro movimentos que geralmente são reconhecidos pela literatura como os mais expressivos: no Equador, na Bolívia, no México e na Guatemala. Sendo estes, os primeiros a serem discutidos neste trabalho. Em seguida, Peru, Colômbia, Argentina, Chile, Uruguai. Por fim, Paraguai, Venezuela e Brasil.

TRAJETÓRIAS HISTÓRICAS DOS MOVIMENTOS INDÍGENAS

Uma breve correlação inicial pode ser feita, entretanto, não está livre de polêmica: os movimentos indígenas foram mais fortes nos países onde a quantidade de habitantes indígenas era maior em relação ao todo da população, isto é, México, Guatemala, Equador e Bolívia, com exceção de Peru, onde a proporção da população indígena era relativamente significativa, porém, onde processos identitários levaram a outro desenvolvimento histórico (QUIJANO, 2005, p. 56).

Sobre o movimento indígena do Equador é afirmada sua “fortaleza”, ou seja, a força de suas bases:

siendo un actor político emergente reconocido como el más impactante del país desde 1990. El movimiento indígena ecuatoriano puede clasificarse como el más fuerte del continente mirado desde la perspectiva de las bases sociales que lo sostienen (LALANDER, 2010, p. 30).

No Equador, os indígenas organizaram-se em dois movimentos: social e político, o movimento Pachakutik - Movimiento de Unidad Plurinacional Pachakutik Nuevo País, (MUPPNP) -, conseguiu expressivos resultados eleitorais no país. Teve sua origem marcada por Lalander em 1972.

Marta Harnecker (2002, p. 42) também define o movimento Pachakutik como *instrumento político*: “um instrumento político para os novos atores sociais”.

Convencidos de que los políticos corruptos de turno jamás serían capaces de materializar sus esperanzas de cambio, los indígenas decidieron crear, junto con otros movimientos sociales y otras personalidades independientes, su propio instrumento político para presentarse con candidato propio a las elecciones presidenciales de 1996.

Na Bolívia, em 2000, Evo Morales foi o primeiro indígena que chegou à presidência da República de um país por vias eleitorais, inteiramente apoiado em movimentos sociais. Imediatamente após eleito, Morales convocou uma assembleia constituinte incorporando à ela, a participação dos indígenas para refundar a nação (REGALSKY, 2007, p. 47).

A trajetória do movimento indígena na Bolívia pode ser descrita pela “emergência dos povos indígenas, suas organizações e sua luta por territórios e autonomia desde os anos 1980” e a “organização em 1995 do *instrumento político* da Confederação Sindical Única dos Trabalhadores Camponeses da Bolívia (CSUTCB) que logo deriva no Movimiento al Socialismo (MaS) e segue a trajetória que chega até as últimas eleições de 18 de Dezembro de 2005” (REGALSKY, 2007, p. 47). Ao longo de sua atuação, consolidando-se a partir dos anos 1980, os movimentos indígenas formaram alianças com outros movimentos sociais, especialmen-

te de trabalhadores, as quais conseguiram criar uma força social que foi capaz de tomar o poder estatal.

Elementos decisivos na Bolívia, foram estes: “o surgimento vigoroso de um ator social, o campesinato indígena que desloca a classe operária de sua posição hegemônica e coloca um novo projeto estratégico de mudança do país, no contexto dos levantes indígenas em vários outros países do continente” (REGALSKY, 2007, p. 48); a formação desse ator em movimento político, ou seja, sua posição de participar de eleições e disputar o poder estatal, e sua efetiva chegada ao poder político – onde pode concretizar as mudanças que a sociedade demandava, no topo dessas demandas, a formação do Estado plurinacional.

Bolívia e Equador são os primeiros países e até agora os mais fortes, nos quais os movimentos indígenas converteram sua força social em movimentos políticos e disputaram eleições com significativos resultados eleitorais. A chegada ao poder, com muita luta de povos indígenas marcados por cinco séculos de extermínio e marginalização, no mesmo Estado que sempre se posicionou contra eles e quis destruí-los e explorá-los, implica fato histórico sem precedentes e de significado totalmente novo para a região.

Em ambos os casos, os povos indígenas organizados em movimentos sociais, converteram-se em movimentos políticos para disputarem o poder público; também formaram alianças com outros movimentos sociais e civis.

O movimento indígena mexicano enveredou por um caminho diverso. Mas, diferente de disputar eleitoralmente o poder instituído, criou sua própria autoridade coletiva à revelia e oposta ao Estado-nação estabelecido; assim, ficou conhecido por ter efetuado as “autonomias de fato”. O movimento consistiu numa reação às condições estruturais que caracterizavam sociedade e Estado mexicanos durante todo o século XX. A debilidade da ausência do estado em Chiapas, sobretudo o estado social, e o predomínio de relações oligárquicas, que entravaram ao longo de todo o século XX, desde o triunfo da Revolução Mexicana (1910), o cumprimento da principal demanda dos povos da região, a reforma agrária, formaram o pano de fundo que impulsionaram as experiências autogestivas das décadas de 1970 e 1980 na região.

Diante do não-cumprimento estatal das suas principais demandas, o povo deu curso a estas experiências de autogestão, caracterizadas, a seguir, como ‘autonomias de fato’.

Las experiencias de las autonomías de facto en Chiapas son diversas tanto en su extensión como en su funcionamiento, y todas ellas no siempre encuentran puntos de coincidencia; por el contrario, a veces han competido. El año de 1987 se registra en Chiapas como el inicio de la primera experiencia de una autonomía de facto indígena, en la región *tojolab'al*, que incorporó ejidos y localidades de los municipios de Las Margaritas y Altamirano. Siete años después, en octubre de 1994, organizaciones miembros del Consejo Estatal de Organizaciones Indígenas y Campesinas (CEOIC) declararon “autónomas” a amplias regiones indígenas de la entidad e instauraron las “Regiones Autónomas Pluriétnicas”. Luego de dos meses, en diciembre de 1994, el EZLN realizó la acción militar, “rompiendo el cerco”, con lo que instauraron treinta y ocho “municipios rebeldes”; los mismos que, después de 1997, serían llamados de manera más consistente como “municipios rebeldes y autónomos”. *Todas estas autonomías han desafiado e impugnado al Estado*. Muchos de sus líderes fueron por ello a la cárcel o fueron reprimidos.

Pero de todas estas autonomías de facto declaradas en la década de los ochenta y noventa, la mayoría no pudo sostenerse; sólo la del EZLN ha tenido larga vida. (...) No obstante, las autonomías de facto se realizan en condiciones difíciles: en un contexto hostil, de cerco militar y de confrontación con sus vecinos que no comparten su proyecto. Adicionalmente la experiencia autonómica zapatista se enfrenta con el desafío de lograr su reconocimiento y la institucionalización de la misma (CAL Y MAYOR, 2005, p. 244, grifo meu).

No México, mais precisamente na região de Chiapas, o movimento indígena organizou-se de forma para constituir sua própria autoridade coletiva, autônoma e em oposição ao estado mexicano, que ignorava diretamente suas demandas. Tal iniciativa caracterizou a originalidade histórica da ação do movimento indígena no México e a razão da celebração de tal empreitada. Destaca-se, então, a diferença entre o movimento indígena mexicano face ao equatoriano e ao boliviano no que concerne a relação com o poder político: os três movimentos caracterizam-se por sua dimensão política, porém, diferente do boliviano e do equatoriano, o movimento mexicano não se propôs conquistar o poder institucional pelas vias eleitorais; mas manifestou insatisfação com o Estado-nação estabelecido, decidindo criar sua própria autoridade coletiva autônoma e soberana frente ao Estado-nação mexicano.

Na Guatemala, o movimento indígena tem antiquíssima atuação junto aos outros movimentos sociais do país. Ele foi um dos atores principais da revolução de 20 de outubro de 1944 no país e teve atuação permanente desde então. No fim do século XX, especialmente da década de 1980 em diante, assumiu uma peculiaridade, colocando-se como pan-maiaísmo - “pan-mayanism”, e centralizando a atividade dos intelectuais indígenas Warren (1998a; 1998b).

Respecto de Chiapas y de Guatemala, la prensa internacional ha hecho mundialmente famoso el movimiento de los ‘indígenas’ de Chiapas y a su mediático vocero el subcomandante Marcos y en gran medida gracias a él, lo mismo que sobre Guatemala, por la prolongada y sangrienta guerra civil y la presencia de la premio Nobel Rigoberta Menchú (QUIJANO, op. cit., p. 55-6).

Peru é o país onde a população indígena era, relativamente, a maior dos países andinos. Todavia, hoje não tem um movimento indígena forte, tal qual Equador e Bolívia. A explicação dada por Aníbal Quijano para o caso peruano está no processo de ‘des-indianização’ pelo qual passou a população indígena peruana, a qual lhe foi imposta a identidade ‘chola’ ou ‘mestiza’, inicialmente de caráter estigmatizante. No desenrolar do processo histórico, a população se apropriou e fez positiva esta identidade, resultando improvável regresso para aceitar a identificação como índia (QUIJANO, op. cit., p. 47-8).

Na Colômbia, o movimento indígena lutou e soube aliar-se com outros setores participantes do processo constituinte; logrou garantir constitucionalmente, na forma de direitos, as demandas do movimento, as principais delas centradas em “el pluralismo político, cultural y étnico; y la autonomía y la descentralización territoriales”. (GONZÁLEZ, 2011, p. 76).

Na Argentina, o movimento mapuche desponta a partir de meados da década de 1980, no marco pela defesa dos direitos humanos que denunciou os crimes cometidos pela ditadura militar. No bojo deste movimento, a questão indígena começou a se fazer visível.

Como resultado de un complejo proceso de organización política indígena en interacción con diferentes agencias – muchas de ellas vinculadas con la defensa de los derechos humanos – se consiguió una serie de reconocimientos jurídicos para los Pueblos Indígenas cuyo hito fundamental fue la reforma constitucional de 1994 (KROPFF, 2005, p. 104).

No Chile, a consolidação dos movimentos indígenas é datada historicamente na década de 1980. “Todos esses movimentos se consolidaram a partir da década de 1980, quando ocorre um processo de relativa desvinculação das principais organizações mapuche dos partidos políticos de esquerda, no período de maior resistência popular à ditadura militar de Augusto Pinochet.” (CONTRERAS, 2008, p. 188).

La permanente vulneración de los derechos como de la identidad histórico-cultural del pueblo mapuche y el desarrollo de sus procesos reflexivos y de organización social y política le han permitido conformarse en el principal, tal vez, único movimiento social que hoy se despliega al interior de la sociedad neoliberal avanzada chilena. La actual rebelión mapuche cuestiona todo el orden social construido en Chile en estos últimos treinta y cinco años. En efecto, sus demandas trascienden lo meramente económico, pues desde la década del ochenta, este movimiento plantea un cambio en la discusión de sus derechos, en cuanto a presentar estrategias que privilegian la autonomía política territorial. De la reivindicación por tierras se pasa a una demanda por territorios; de una participación en el Estado, hacia una que se centra en la autonomía. Esta transformación en la demanda implica una novedosa forma de relación con el Estado nacional el que, por cierto, niega de manera rotunda y categórica la posibilidad de autonomía (LEYTON, 2010, p. 406).

Para o caso do Uruguai, durante muito tempo prevaleceu a tese do extermínio completo dos povos indígenas, dado na batalha de Salsipuedes, em 11 de Abril de 1831.

La confrontación de Salsipuedes es el resultado del enfrentamiento prolongado de más de tres siglos entre el blanco y el indígena. (...) Es el final de un dramático choque de culturas en los que desaparece un modo de vida que no se ajustaba a los tiempos de la República, a su cuerpo de leyes y a su organización (KLEIN, F., 2007, p. 8).

A história uruguaia conta que a população indígena foi praticamente dizimada nesse episódio. “Desse evento resulta a ideia da extinção étnica desses índios no Uruguai. De forma resumida, em grande parte da historiografia desse país, essa data sela o fim da existência dos Charrua” (CADAVAL, 2013, p. 12). Porém, esta tese é contestada e outra averiguação é feita. A população indígena remanescente permaneceu, na verdade, invisibilizada.

Atualmente, se reverte essa invisibilização. Os povos indígenas do Uruguai vivem o processo conhecido como etnogênese¹ (CADAVAL, 2013, p. 12), que pode ser considerado parte necessária da constituição dos movimentos indígenas – e dos movimentos étnicos em

¹ Etnogênese diz respeito ao “ressurgimento de grupos étnicos considerados extintos, totalmente ‘miscigenados’ ou ‘definitivamente aculturados’ e que, de repente, reaparecem no cenário social, demandando seu reconhecimento e lutando pela obtenção de direitos ou recursos.” (BARTOLOMÉ, 2006, p. 39-40).

geral. Este processo é o que está na base da *reetnização* da América Latina, identificada pela literatura, e é vivido pelos povos indígenas do Uruguai.

Cadaval (2013, p. 18) identifica, presentemente, vozes e narrativas dos descendentes charruas “que se mobilizam nacionalmente pelo reconhecimento étnico e pelas políticas de inserção social”. Ou seja, está em curso a luta pelo reconhecimento étnico dos povos charrua no Uruguai, e tal luta se estabelece em antagonismo ao discurso do extermínio (p. 16).

A etnogênese, vista anteriormente, é acompanhada de mobilização social e é fortalecida por ela. Tal processo é parte constitutiva da mobilização social indígena.

No Paraguai, os grupos indígenas manifestaram expressiva organização sociopolítica a partir de 1991, quando da convocação da assembleia constituinte. Inicialmente, foram excluídos de participação. Todavia, diante desta exclusão, pressionaram para serem ouvidos e lograram na nova constituição, um capítulo dedicado aos povos indígenas, coisa que os partidos, então participantes, não planejavam.

En cuanto a Paraguay, en el período de elaboración de la nueva Constitución Nacional no existió un espacio de participación de los pueblos indígenas. A pesar de ello los indígenas, con apoyo de organizaciones aliadas, realizaron en 1991 el primer encuentro general con líderes e integrantes de comunidades, exponiendo los derechos que debían ser incluidos en la Carta Magna. Las propuestas resultantes fueron presentadas en la Convención Nacional Constituyente (MARTÍ I PUIG y VILLALBA, 2012, p. 86).

Neste início de século, o movimento indígena no Paraguai reivindicou, principalmente, a recuperação dos territórios históricos, o acesso aos serviços estatais, como saúde e educação, e o suporte para estabelecer modos de subsistência compatíveis com as necessidades das comunidades.

Aunque con sus características propias, el Paraguay tampoco fue ajeno a este fenómeno. En el 2000 y en el 2001 surgieron dos organizaciones políticas indígenas: el Movimiento 19 de Abril (M19) y el Movimiento 11 de Octubre (MIO). Ambas se originaron en la Región Occidental, zona con una marcada población indígena. Estas organizaciones políticas se han presentado como una alternativa a los partidos políticos nacionales y como una herramienta para la lucha por una mejor calidad de vida de las comunidades indígenas (VILLALBA, 2009, p. 1).

No mesmo país, a questão indígena irrompeu definitivamente como questão social com maciça privatização e expropriação da terra ocorrida na década de 1970 (RIQUELME, 2011, p.212). Coincidindo, como no Brasil, uma política de estado de ocupação empresarial da região amazônica, mediante incentivos financeiros para empresas adquirirem terras da região, tendo como consequência a expropriação e violência de comunidades camponesas e indígenas.

A década de 1970, no mundo, foi o período de virada no modo de produção, a flexibilização do capital. No bojo das mudanças da década, este foi o período da história em que a terra e outros recursos naturais passaram a ser considerados diretamente como bens econômicos no mundo todo (WOLF, 1972). Desse modo, a América Latina se tornou sede de exploração inconsequente dos recursos naturais, com graves impactos para as populações camponesas e indígenas.

Por esta razão, na região da América Latina, de lá para cá, é preciso contemplar os movimentos que se posicionam contra a exploração capitalista de recursos naturais – vale lembrar que os movimentos indígenas, por vezes, desempenham esta qualidade de ação. A partir desta década, a centralidade que tais recursos ganham nas condições de reprodução sociometabólica do capital, colocam estes movimentos no exato caminho das formas de subordinação do capital; trata-se de região no espaço social, por sua centralidade da reprodução social capitalista, extremamente sensível aos momentos de crise capitalista. A cada irrupção de crise, os conflitos se agudizam, assim como na presente década.

A principal fonte sobre movimentos indígenas na Venezuela para os fins modestos desta seção é uma entrevista dada por Aloha Núñez (2011), Vice-ministra do Poder Popular para os Povos Indígenas da Venezuela e militante de organizações indígenas estudantis, ao jornal Brasil de Fato. Quanto à existência de um movimento indígena na Venezuela, a autora aponta diversas organizações indígenas:

Há diferentes organizações indígenas tanto em nível nacional como regional. Cada povo indígena, ou, pelo menos, cada região, tem organizações que representam um estado. Há, também, organizações nacionais como o Conselho Nacional Indígena da Venezuela, a Frente Indígena Waike'puru e a Conbive, Confederação Bolivariana Indígena da Venezuela.

Núñez relata aquilo que explica a diferença da existência do movimento indígena na Venezuela em relação aos outros países latino-americanos. A relação do estado venezuelano com os povos indígenas, desde a revolução de 2001, tem sido a de reconhecimento e de incorporação da população indígena no atendimento do estado e nos processos decisórios dos assuntos públicos. A assembleia constituinte foi convocada quando da mudança de regime teve deputados indígenas e a Constituição passou a ter um capítulo dedicado aos povos e comunidades indígenas, direitos que estes, anteriormente, nunca tiveram.

Há uma lei orgânica e um ministério para os povos indígenas dirigido por uma indígena. A diferença de outros países que no máximo têm fundações do Estado dedicadas aos povos indígenas, porém que geralmente não são sequer dirigidas por indígenas. A demarcação de terras está em curso e a educação intercultural bilíngue institucionalizada. Ou seja, as demandas dos povos indígenas estão sendo atendidas e o movimento atua na concretização das demandas, sem necessidade de atuação contra outras forças sociais e/ou contra o próprio estado. Há o movimento, mas a sua relação com o estado e com a sociedade envolvente não é de conflito.

Aníbal Quijano assim descreve o caso venezuelano e explica as possíveis razões de sua diferença em relação aos demais países.

Y en algunos casos, en Venezuela y Canadá, los grupos dominantes han preferido no arriesgar sus Estados-Nación y ceder territorios relativamente extensos, políticamente autónomos, para determinados grupos indígenas. Pero en esos países, como en Argentina, Chile y Uruguay, o en Brasil, las poblaciones 'indígenas' son minoritarias y bien pueden alguna vez acceder a espacios relativamente autónomos (QUIJANO, 2005, p. 56).

Conforme o autor, países com maiores populações indígenas em relação à população não-índia e ao território, têm circunstâncias completamente diferentes.

Otro muy distinto es el caso de países con grandes poblaciones ‘indígenas’, México, Guatemala, Ecuador, Bolivia, inclusive Perú si los procesos identitarios se movieran en otras direcciones. Los aymaras han ya imaginado, explícitamente, la posibilidad de territorio autónomo. Pero ellos habitan en cinco países, y su situación podría parecerse alguna vez a la de los kurdos en el Medio Oriente. *En estos países, el conflicto entre el Estado-Nación y el Estado Plurinacional está planteado en serio* (QUIJANO, 2005, p. 56).

Aqui volta-se para a questão posta no início do capítulo. A tendência de países com maior população indígena num território pequeno, é o conflito de se expressarem e os movimentos indígenas terem condições de se imporem politicamente; relativamente, países com menor população indígena e vasto território, quando dispostos a resolverem a questão indígena (leia-se: ausente as pressões próprias da reprodução ampliada do capital), resolvem na demarcação de terras – caso de Canadá e Venezuela; quando não dispostos, países com extensão territorial e pequena população indígena, ou seja, países cooptados pelo grande capital, a tendência é a demarcação não avançar, como no Brasil.

No Brasil, caso tivesse população proporcional à não-índia, o conflito poderia expressar-se eleitoral-politicamente, como em Equador e Bolívia. Já que não tem, o conflito toma a forma de guerra, na qual a população indígena é francamente mais vulnerável. O movimento indígena encontra seus limites na hostilidade e racismo da sociedade nacional e na apatia da pequena parcela da sociedade que é sensível à sua causa. Eleger candidatos indígenas em quantidade e para cargos que possam mudar os rumos da história regional soa quase impossível, dado que mesmo a parcela que é sensível à sua causa, é pequena e, por vezes, não está disposta a votar em candidatos que fariam essa diferença, menos ainda em candidatos indígenas. A fragmentação da esquerda, a falta de um projeto político unitário das esquerdas e/ou que una e represente as minorias também é fator obstáculo para qualquer transformação, diante da unidade das forças do capital.

Para começar uma história um pouco mais detalhada dos movimentos indígenas de cada país da América Latina, é válido considerar: ao Equador, Felipe Addor (2012, p. 211-97); ao México, Cal y Mayor (2005) e Martha Harnecker (2002, p. 5-13); à Bolívia, Pablo Regalsky (2006); Peru, Quijano (2005). Quanto à Colômbia, as raízes do movimento Archila y González (2010) e alguns de seus desafios atuais González (2011). Ao Chile, uma visão geral e especialmente das raízes do processo, Victor Contreras (2008, pps. 19-113, 191-8); uma descrição da atualidade, Leyton (2010, p. 393-408); e Piñeiro (2010) para história do povo mapuche e análise interna do movimento social. À Guatemala, Natalia Garavito Mendez (2013). À Argentina, Kropff (2005). Uma descrição das atuais organizações indígenas charrua no Uruguai, Cadaval (2013, p. 65-79). Uma análise aprofundada da mobilização indígena no Paraguai, Villalba (2014, p. 170-219; e 2007). No que concerne à Venezuela, uma descrição das organizações e alguns episódios da história recente dos movimentos indígenas pode ser encontrada em Maxim Repetto (2004). Ao Brasil, Daniel Munduruku (2012), Gersem Baniwa (2007), e Belleau (2014).

IRRUPÇÃO HISTÓRICA DA RESISTÊNCIA INDÍGENA NA FORMA DE MOVIMENTO SOCIAL

A resistência indígena começou no início da colonização. Entretanto, nos últimos anos é um fenômeno novo que se apresenta.

Sabe-se que a luta dos indígenas de resistência à colonização europeia/branca é secular. Na atualidade, o elemento novo é a forma e o caráter que estas lutas têm assumido – não apenas de resistência, mas também de luta por direitos: reconhecimento de suas culturas e da própria existência, redistribuição de terras em territórios de seus ancestrais, escolarização na própria língua etc. (GOHN, 2010, p. 18).

Domingues refere-se a este processo como reetnização da América Latina.

Mais surpreendente que qualquer outro fenômeno tem sido o que se poderia considerar uma “re-etnização” da América Latina. Isso é verdade particularmente na região andina e na América Central (sobretudo na Guatemala e no México), mas ocorre por toda parte. Quéchuas, aymaras, mapuches, indígenas de Chiapas, Sonora e Yucatan parecem haver subitamente redescoberto serem “índios” – ou “povos originários”, como preferem muitos (DOMINGUES, 2007, p. 177).

Contudo, compreende-se que há menos uma reetnização do que uma politização dos povos étnicos nos quadros do campo político hegemônico.

Mesmo assim, é preciso compreender esta nova assunção da luta vinculada a esta resistência de séculos. O processo organizativo atual dos movimentos indígenas, conquanto assumam características que o tornam historicamente novo, emana de uma longa trajetória de resistência por sua autonomia. Nas palavras de González, “debemos comprender estos fenómenos como procesos politizados por los múltiples conflictos en los cuales estas comunidades humanas han estado sumidas durante cientos de años.” (GONZÁLEZ, op. cit., p. 81).

A datação histórica da virada neste processo organizativo varia conforme a localidade, dada a emergência independente dos diversos movimentos indígenas. Entretanto, Bruckmann indica a década de 1970 como do ressurgimento dos movimentos indígenas.

O conteúdo étnico do movimento indígena renasce nos anos 70, quando os indígenas reivindicam suas origens como uma estrutura ideológica para as lutas sociais contemporâneas e exigem a liderança dos movimentos guerrilheiros. Um exemplo desta nova perspectiva é a luta guatemalteca, por meio da qual os indígenas deixam claro que a guerrilha era dirigida por eles apesar da participação externa, sempre subordinada à sua liderança. Esta vertente vai se manifestar também no caso mexicano, que alcançará uma expressão clara no “zapatismo”, onde a vertente indígena assume o caráter de uma postura ideológica própria, que tem sua inspiração indigenista, mas tem também um objetivo universal. Este reconhecimento e identidade indígena latino-americana é um fenômeno muito profundo que pretende, também, ser mundial: indígenas de diferentes regiões do mundo buscam formar um movimento que afirme suas lutas em uma postura ecológica baseada em uma relação forte com a natureza, em uma ideologia oposta ao capitalismo e às supostas forças progressistas que veem o progresso como um caminho destruidor das formas anteriores (BRUCKMANN, 2011, p. 324).

A natureza própria da política dos movimentos indígenas é ancorada nesta resistência ancestral. “Si bien este proceso organizativo emana de una larga trayectoria de resistencia

por su autonomía, en las últimas décadas ha desarrollado múltiples acciones e instancias, enmarcadas en episodios políticos exitosos” (BRUCKMANN, 2011, p. 324).

A especificidade de um esforço científico de compreensão dos movimentos indígenas não pode perder de vista ambos aspectos. Uma certa interação dialética entre passado e presente existe na conformação atual do movimento indígena, de uma forma única.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os movimentos sociais indígenas que se tornaram movimentos políticos, sendo eles Equador, Bolívia, México e Guatemala, partiram para a disputa pela direção política do poder estatal e pela criação de suas próprias instituições de autoridade coletiva. Os movimentos que não partiram para este tipo de liderança e controle, participaram ativamente das assembleias constituintes, ou seja, deliberando sobre o pacto constitucional a ser estabelecido na reabertura democrática desses países.

Os movimentos indígenas em Argentina, Chile, Paraguai e Brasil, tiveram, relativamente, estreita relação com os movimentos de contestação dos regimes militares e com os processos de reabertura democrática, fortalecendo-os e inserindo-se nas macroestruturas de oportunidades políticas geradas por eles.

O caso do Paraguai é revelador da influência ativa dos movimentos indígenas sobre os processos de reabertura democrática. Nesse país, inicialmente, o processo de abertura democrática quis excluir os indígenas. Estes tiveram de, efetivamente, conquistar sua participação no processo, incluindo capítulos específicos dedicados aos povos indígenas na constituição.

Os casos de Venezuela e Canadá têm as suas singularidades na postura estatal de garantir amplos territórios aos povos indígenas, para sua reprodução cultural e sua autonomia política. Na Venezuela, o Estado de caráter socialista implica a observância da terra não como primariamente valor de troca, o que possibilitou a demarcação ampla de terras indígenas – diferente dos países onde prevalece a lógica capitalista, que compreende a terra, antes como valor de troca e como modo de produção, do que como direito, dificultando os processos de demarcação.

Quanto ao Canadá, três fatores podem ser elencados que explicam esta atitude estatal diferencial face aos povos indígenas: o primeiro, o fato de ser um capitalismo com forte caráter de garantia do bem-estar social; o segundo, a imensa dimensão territorial do país relativamente à sua população, não havendo população ou empreendimentos econômicos de magnitude suficientes para causar conflitos fundiários; e o terceiro, o lugar do país na divisão internacional do trabalho, que o exime de exploração intensiva de recursos naturais ou produção de alimentos em seu próprio território, exportando para outros países, sua indústria de exploração de recursos naturais – por exemplo, na forma de usinas hidrelétricas na Amazônia brasileira.

O caso dos aymaras da Bolívia é demonstrativo de outra circunstância: é fator interviniente da formação dos movimentos indígenas, o modo como as divisões políticas oficiais dos estados-nação cortam e dividem o território de cada povo. Os aymaras almejavam a criação de um Estado autônomo, assim como os indígenas de México, todavia, o fato de estarem

divididos cinco estados nacionais diferentes, se lhes apresenta como dificuldade específica para a constituição de um estado autônomo, devendo este fato ser incluído como fator para o desembocar do movimento indígena em Bolívia para vias eleitorais.

O mesmo fator influi sobre a mobilização do povo Guarani, distribuído em quatro países diferentes: Paraguai, Brasil, Argentina e Bolívia. Para ambos os povos, é legítimo imaginar que se tivessem toda sua população concentrada sob o mesmo estado-nação, teriam condições mais propícias e maior força política – devido à estrutura de oportunidades políticas relativamente diferente – para reivindicação de autonomia territorial.

Em muitos países, os movimentos indígenas emergiram em conjunto com os movimentos de contestação dos regimes militares e na efervescência política em torno das assembleias constituintes, nos processos de reaberturas democráticas desses países. A participação dos movimentos indígenas nesses processos, não teve apenas caráter quantitativo, como também, especialmente qualitativo quanto aos rumores desses processos e o tipo de pacto social a ser firmado.

REFERÊNCIAS

- ADDOR, F. *Teoria democrática e poder popular na América Latina: contribuições a partir das experiências de Cotacachi/Equador e Torres/Venezuela*. Tese de doutorado em Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2012.
- BANIWA, G. L. *Movimentos e políticas indígenas no Brasil contemporâneo*. Campo Grande/MS: *Tellus*, ano 7, n. 12, 2007, p. 127-146.
- BARTOLOMÉ, M. A. *As etnogêneses: velhos atores e novos papéis no cenário cultural e político*. *Mana*, vol. 12, n. 1, 2006, p. 39-68.
- BELLEAU, J-P. *Le mouvement indien au Brésil. Du village aux organisations*, Rennes, França: Presses Universitaires de Rennes, 2014, 340 p.
- BRUCKMANN, M. *Ou inventamos ou erramos: A nova conjuntura latino-americana e o pensamento crítico*. Tese (Doutorado em Ciência Política) - Universidade Federal Fluminense. Departamento De Ciência Política. Programa de Pós-graduação em Ciência Política. Niterói, 2011.
- CADAVAL, D. da C. *Bernardino García e descendentes Charrua no Uruguai contemporâneo: Uma etnografia sobre configurações de memória e identidades ameríndias em Tacuarembó*. Trabalho de conclusão de curso (Dissertação) - Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS). Universidade Federal de Pelotas (UFPel), 2013.
- CAL Y MAYOR, A. B. *Uma década de autonomias de facto em Chiapas (1994-2004): los limites*. In: DÁVALOS, P. (Org). *Pueblos indígenas, Estado y democracia*. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales-CLACSO, 2005.
- CONTRERAS, V. R. O. *Etnopolítica, territorialização e história entre os Mapuche no Chile e os Kaiowá-Guarani no Brasil: um estudo comparativo*. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Campinas, SP: [s. n.], 2008.
- DOMINGUES, J. M. *Movimentos sociais latino-americanos contemporâneos: diversidade e potencialidades*. In: *Aproximações à América Latina: desafios contemporâneos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- GOHN, M. da G. *Movimentos sociais e redes de mobilizações civis*. Petrópolis: Vozes, 2010.
- GONZÁLEZ, C. *Naturaleza política y acciones colectivas de los movimientos sociales, un emblemático caso de movilización indígena*. *Universitas Humanística*, n. 70, julio-diciembre. Pontificia Universidad Javeriana, 2010, p. 79-100.
- HARNECKER, M. *América Latina: la izquierda después de Seattle*. Siglo XXI Editorial, 2002.
- KLEIN, F. *El destino de os indígenas del Uruguay. Nómadas*. *Revista Crítica de Ciencias Sociales y Jurídicas*, n.15, Publicación Electrónica de la Universidad Complutense, 2007.
- LALANDER, R. *Retorno de los Runakuna. Cotacachi y Otavalo*. Quito, Equador: Ediciones Abya-Yala, 2010.

- MARTÍ I PUIG, S.; VILLALBA, S. M. ¿Pocos pero guerreros?: multiculturalismo constitucional en cinco países con población indígena minoritaria. *Revista Uruguaya de Ciencia Política*, vol. 21, no.spe, 2012, p.77-96.
- MUNDURUKU, D. *O caráter educativo do movimento indígena brasileiro (1970-1990)*. São Paulo: Paulinas, 2012
- NÚÑEZ, A. *Os indígenas na Venezuela não eram nem reconhecidos como parte da sociedade*. Entrevista a Vinícius Mansur. *Brasil de Fato*, 2011. Disponível em: <<https://www.alainet.org/pt/active/46586>>. Acesso em: 13 set. 2015.
- QUIJANO, A. *El 'movimiento indígena' y las cuestiones pendientes en América Latina*. *Revista Tareas*, Nro. 119, enero-abril. CELA, Centro de Estudios Latinoamericanos, Justo Arosemena, Panamá, R. de Panamá. 2005. p. 31-62. Disponível em: la World Wide Web: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/tar119/quijano.rtf>>. Acesso em: 13 set. 2015.
- REGALSKY, P. *Bolivia na encruzilhada*. O governo Morales e a política indígena. Outubro, n.15, 2007, p. 45-78.
- REGALSKY, P. *Etnicidad y clase*. El Estado boliviano y las estrategias andinas de manejo de su espacio. 2. ed. La Paz: Editora Plural, 2006.
- REPETTO, M. Ascensão dos Movimentos Indígenas na América do Sul e Possíveis Reflexos para o Brasil: o caso da Venezuela. In: BRASIL. *I Reunião de Estudos: Ascensão de Movimentos Indigenistas na América do Sul e Possíveis Reflexos para o Brasil*. Brasília: Gabinete de Segurança Institucional; Secretaria de Acompanhamento e Estudos Institucionais, 2004, p. 39-62.
- RIQUELME, Q. Paraguay: nuevo escenario para viejos conflictos. In: REBÓN, J.; MODONESI, M. (comp.). *Uma década em movimento*. Luchas populares em America Latina em el amanecer del siglo XXI. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales - CLACSO; Prometeo Libros, 2011, p.203-23.
- VILLALBA, S. M. P. *En defensa del territorio*. Movilización indígena en Áreas Naturales Protegidas de Argentina y Paraguay. Tesis doctoral. Universidad de Salamanca, Facultad de derecho. Salamanca, 2014.
- VILLALBA, S. M. P. *Organizaciones políticas indígenas de Paraguay*. Estudio de dos casos. II Taller Paraguay como objeto de estudio de las ciencias sociales. Grupo de Estudios Sociales sobre Paraguay. Universidad de Buenos Aires. Asociación Paraguaya de Estudios de Población. Asunción, Paraguay. 2009.
- VILLALBA, S. M. P. Organizaciones Políticas Indígenas en Paraguay. *Suplemento Antropológico*. Vol. XLII, n. 01, junio, Asunción, 2007, p.155-270.
- WARREN, K. B. *Indigenous movements and their critics. Pan-Maya activism in Guatemala*. Princeton University Press, 1998.
- WEBER, M. A "objetividade" do conhecimento nas Ciências Sociais. São Paulo: Ática, 2006.
- WOLF, E. R. Revoluções sociais no campo. In: SZMRECSÁNYI, T.; QUEDA, O (org.). *Vida rural e mudança social: leituras básicas de sociologia rural*. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1972, p.116-27.

AS PERCEPÇÕES DA SALA DE AULA: A IMPORTÂNCIA DA SOCIOLOGIA E A MEDIDA PROVISÓRIA 746/2016

Elane de Souza dos Santos
Raylana Quelly Pantoja de Aquino
Luciano Magnus de Araújo

INTRODUÇÃO

A inclinação pessoal e acadêmica em realizar essa pesquisa é oriunda das observações e inquietações no decorrer das nossas práticas docentes, nas quais ministramos a disciplina de Sociologia, no ensino médio nas escolas estaduais Prof.^a Nanci Nina da Costa e a Reinado Damasceno, na cidade de Macapá. A atuação nessas unidades de ensino surgiu no momento em que estávamos cursando a disciplina Práticas de Ensino IV, sob a orientação do professor Luciano Magnus de Araújo, no curso de Licenciatura em Sociologia na Universidade Federal do Amapá, que se estendeu de 2017 a 2018.

Neste trabalho, a vertente de interesse é o ensino da Sociologia e suas múltiplas abordagens sociais, políticas e culturais no ensino médio, pois a sua importância para os indivíduos é crucial, no sentido de fornecer uma compreensão crítica e desnaturalizada da realidade social. Portanto, essa investigação comunga com os nossos interesses pessoais e profissionais, haja vista que atuaremos como professoras da disciplina.

É perceptível que trabalhar com a disciplina de Sociologia, é trazer para a sala de aula assuntos que emergem do próprio cotidiano em que os jovens estão inseridos. Logo, a construção do conhecimento em Sociologia supõe a escolha de temáticas sociais emergentes e o entendimento das teorias sociológicas explicativas da realidade, com seus conceitos inter-relacionados (ARAÚJO; BRIDI; MOTIM, 2014).

Conforme os referidos autores, alguns desafios da Sociologia consistem em levar os discentes a compreenderem as várias dimensões da realidade – política, econômica, cultu-

ral, ideológica, científica, religiosa – bem como diferentes visões interpretativas, de maneira articulada e simultânea, sem pretensão de exauri-las.

Acrescenta-se a isto, o fato da perspectiva sociológica ancorar-se nos estudos dos fenômenos sociais empiricamente, juntamente com as discussões teóricas e a revisão de literatura; observando, de maneira disciplinada e sistemática, os padrões de comportamento e ideias; descrevendo e classificando os fenômenos com o máximo de fidelidade às suas expressões; comparando essas ocorrências com outras similares em sociedades distintas e em momentos históricos diferentes. Desse modo, a ótica sociológica tenta demonstrar que o resultado das pesquisas não são apenas opiniões, mas a consequência de um esforço reflexivo para descobrir as causas ou os sentidos dos fenômenos pesquisados (RAMALHO, 2012).

Isto posto, durante as discussões e reflexões tecidas na sala de aula nas escolas *locus* desta pesquisa, a discussão da Reforma do Ensino Médio estava aflorada, promovendo amplos debates e polêmicas, dos quais emergiram alguns questionamentos durante a prática docente referente à relevância do ensino de Sociologia, tais como: qual perspectiva dos professores sobre a importância da Sociologia? Qual a sua concepção sobre a luta pela permanência da disciplina no Ensino Médio? Existe interesse por parte dos docentes em acompanhar esses processos? Feito isso, foi elaborada a seguinte indagação como problema de pesquisa: quais as perspectivas dos professores das referidas escolas quanto a Reforma do Ensino Médio, com a Medida Provisória 746/2016?

Foi ressaltado que a sobredita Medida Provisória, tornou-se a lei 13.415/2017, que ficou conhecida como a Reforma do Ensino Médio. Esta pauta estava em efervescência no período em que as discente estagiaram (2017-2018), porém, até então a lei ainda não modificou a grade curricular no estado do Amapá e não é possível afirmar que a Sociologia foi banida do currículo escolar, como será demonstrado no transcurso deste trabalho. Por esse motivo, esta investigação discorre sobre as percepções das estagiárias em sala de aula e dos docentes entrevistados, no sentido de mobilizar e continuar lutando pela obrigatoriedade da disciplina e sua aplicação com maior responsabilidade social.

Assim, o objetivo central deste trabalho consiste em averiguar as perspectivas dos docentes quanto à Reforma do Ensino Médio nas duas unidades de ensino *locus* desta investigação. Além disso, foram elencados os seguintes objetivos específicos, a saber: realizar o levantamento dos fundamentos históricos da sociologia, bem como suas intermitências no ensino médio e a relevância do conhecimento sociológico para a compreensão da dinâmica social.

Em relação aos procedimentos metodológicos, foram adotadas a pesquisa bibliográfica com base nos textos científicos atinentes ao ensino de Sociologia, sobretudo, os utilizados durante as disciplinas de Prática de Ensino I, II, III e IV; e a pesquisa qualitativa, por meio de entrevista com perguntas direcionadas aos docentes das referidas escolas como instrumento de coleta de dados, totalizando duas entrevistas realizadas para este trabalho.

O ENSINO DE SOCIOLOGIA: APONTAMENTOS DIDÁTICOS E METODOLÓGICOS

Na contemporaneidade é recorrente presenciar discursos e ataques contra a presença da Sociologia no ensino médio, no sentido de afirmarem que esta disciplina tende a ideologizar os estudantes. Objetivando descortinar essa perspectiva, bem como apontar que o ensino de Sociologia não consiste meramente em opiniões pessoais, nesta seção buscou-se realizar apontamentos didáticos atinente à oferta desta disciplina no ensino médio.

Em face do contexto do fenômeno globalização¹ e, conseqüentemente, das inúmeras mudanças sociais, econômicas e culturais, o espaço escolar – como constructo histórico e não universal -, tende a formatar-se conforme o período histórico. De início, também é válido salientar que as unidades de ensino refletem os interesses da sociedade. Por isso, hodiernamente, a escola deve repensar sua forma de ensinar, razão das múltiplas informações que atravessam o cotidiano dos discentes e do espaço escolar.

A desintegração social, que nos bate à porta, recoloca a importância da formação integral, intelectual e política, que preserve o compromisso com a vida e os valores humanistas. Trata-se de uma necessidade histórica, embora isso não signifique acreditar na escola como salvadora ou redentora dos homens, visto que um conjunto de fatores, para além do alcance da escola, interfere de modo a não ser ela a única responsabilizada pela atual ordem das coisas que vivemos. (BRIDI, ARAÚJO e MOTIM, 2014, p. 89).

Diante disto, é relevante situar que a escola não é o espaço messiânico incumbido de formar o indivíduo integralmente; cabe dizer que isso não condiz em desresponsabilizar o corpo escolar da sua função social, mas sim, reconhecer que a identidade do estudante é constituída por um processo denso, envolvendo outras dimensões, tais como a esfera familiar. O estudante ao ingressar na unidade de ensino, já traz consigo valores e conhecimentos prévios, por esse motivo, o espaço escolar é marcado pela diversidade cultural, sendo um lugar onde múltiplas identidades culturais e sociais se encontram e convivem.

Assim sendo, a escola propõe uma função socializadora, objetivando uma educação voltada para a cidadania e ocupada com a formação e resgate de valores caros à humanidade devendo necessariamente levar em conta a diversidade cultural existente (BRIDI; ARAÚJO; MOTIM, 2014). Propor um ensino fincado na compreensão da imensa diversidade de grupos sociais que constituem a sociedade, diz respeito a romper preconceitos e estereótipos presentes no meio social, os quais ultrapassam os muros da escola.

A esta altura da argumentação, é pertinente a seguinte indagação: Como trabalhar a sociologia no Ensino Médio e qual a relevância desta disciplina para os estudantes? Para clarificar tal pergunta, iremos mesclar algumas de nossas percepções na prática docente no período da disciplina Prática de Ensino IV, bem como o referencial teórico elencado para este trabalho.

¹ É um processo cultural que se acentuou a partir da segunda metade do século XX. Compreende processos de internacionalização dos mercados produtivos para além das fronteiras nacionais, constituindo amplas redes de relações interfirmas e integrando os grupos econômicos, as empresas transnacionais e as instituições econômicas aos mercados financeiros mundiais, mediante o uso de redes globais suportadas pelas tecnologias da informação (BRIDI; ARAÚJO; MOTIM, 2014).

A princípio, quando fomos para a sala de aula, percebemos as discrepâncias existentes entre a prática e a teoria, isto é, de quanto o conteúdo que aprendemos na graduação por vezes se distancia da realidade sociocultural dos discentes. Compreendemos que esta é uma percepção corriqueira na mente do graduando ao lecionar no ensino médio de uma escola pública pela primeira vez.

Logo, a dialética é necessária para uma prática docente exitosa. Além disso, também constatamos que a Sociologia é compreendida, por parte de alguns discentes, como uma disciplina que expressa opiniões pessoais, a lógica do entendimento seria essa: basta ter alguma opinião sobre determinado fenômeno social para entender e passar na disciplina.

Isto posto, Ramalho (2019) afirma que uma característica expressiva dos ocidentais é a conversa. Conversar sobre alguém ou alguma coisa, não importa o lugar; seja na fila do banco, na praça ao caminhar, na parada de ônibus etc. E nesse bate-papo os assuntos são diversos, tais como: as últimas eleições, os filmes assistidos, a pobreza e a desigualdade social existente no país, o amigo que passou no vestibular, sobre sexualidade, dentre outros. Nesse sentido, o autor concorda que a Sociologia pode ser compreendida como um bate-papo:

A sociologia também pode ser entendida como uma espécie de bate-papo. A conversação sociológica também se interessa por tudo o que existe no mundo social humano. Os sociólogos discutem sobre religião, família, sexualidade, trabalho, meios de comunicação, criminalidade, moda e muitos outros fenômenos sociais ou, como preferem alguns sociólogos, fatos sociais, que seriam os nossos modos de agir e de pensar, herdados de gerações anteriores, mas permanentemente ajustados às novas situações e expectativas. É importante destacar que esses fenômenos não dependem, exclusivamente, dos indivíduos, mas resultam de processos extremamente complexos no interior de cada grupo. (RAMALHO, 2012, p.10).

Conforme o exposto, compreende-se que a Sociologia abrange os mais diversos aspectos da dinâmica social, porém, a distinção da concepção do senso comum e o conhecimento sociológico é crucial para entender o propósito desta disciplina. As opiniões e expressões pessoais que cada indivíduo emite sobre determinados assuntos, presentes na lógica do bate-papo supramencionado, muitas vezes é permeado de preconceitos e impressões subjetivas e fragmentárias, que são munidas de valor por parte do emissor. Essa forma de conhecimento, sem uma reflexão crítica e reflexiva, pode-se denominar de senso comum.

O conhecimento sociológico, por sua vez, procura compreender o mundo social através do método científico, por meio do qual os sociólogos podem observar, medir, classificar, explicar e, então, compreender os fenômenos sociais (RAMALHO, 2012). Vale sublinhar, que isto não significa dizer que os valores pessoais não fazem parte do ofício do sociólogo, mas sim, que a formação acadêmica, pautada pelos procedimentos técnicos, auxiliam no sentido de minimizar a interferência dos valores pessoais.

Um dos exercícios centrais inerente à Sociologia crítica, apontados por Bridi, Araújo e Motim (2014), é o processo de desnaturalização. Tal processo possibilita o estudo da diversidade dos povos, por ser compromisso da educação trabalhar a multiplicidade de culturas e visões de mundo como atitudes de respeito ao outro, desnaturalizando os lugares sociais,

o que é eminentemente social e fruto de políticas constituídas pelos seres humanos, historicamente.

Não obstante, os referidos autores apontam que a escola hoje é desafiada a ajudar o aluno no processo de analisar os fenômenos sociais e o que foi produzido através desses nos processos sociais, bem como ideologias justificadoras da desigualdade social. Neste sentido, esse exercício de descoberta das contradições sociais e do papel dos opostos implica refletir, discutir, analisar sistematicamente e intencionalmente tais questões, para construir e propor alternativas.

Deve-se atentar, também, para o entorno social da escola e na realidade social e cultural em que o discente está inserido, para que os conteúdos apreendidos na sala de aula sejam valiosos e tenham um sentido prático na vivência do estudante.

O conhecimento acumulado e a própria dimensão do “para quê” devem estar presentes e nortear a proposta da escola e do professor ao ensinar sociologia. Por sua vez, os conteúdos trabalhados são meios e não encerram um fim em si mesmo, por isso, o projeto educativo deve ser significativo para os sujeitos envolvidos, principalmente para o que se busca em relação à humanidade. (BRIDI; ARAÚJO; MOTIM, 2014, p. 94).

Compreende-se, então, que os conhecimentos trabalhados em sala de aula devem ser abordados à luz das experiências do discente, isto é, os saberes pedem contextualização constante, redimensionamento dos conceitos e do próprio presente. A exemplo, em uma determinada aula a qual abordamos o tema da Cultura, solicitamos que os estudantes falassem um pouco sobre o conceito a partir da música, quer dizer, eles iriam escolher uma canção que gostavam e identificar através dela apontamentos sobre o conceito de Cultura. Avaliamos que essa atividade foi exitosa, pois muitos estudantes conseguiram detectar o conceito de cultura, por exemplo, nos gêneros musicais de Funk e Rap, apreendendo a cultura como um sistema de códigos de significados para um determinado grupo. Dessa forma, os discentes se identificaram através da narrativa dos gêneros musicais, não somente assimilando o conceito isoladamente, mas também, observando o sentido do conteúdo ensinado na sala de aula sobre o cotidiano.

Conforme Bridi, Araújo e Motim (2014), o aprendizado ocorre no momento do confronto dos saberes. Ou seja, quando os alunos, por exemplo, são incentivados a identificar a ideologia de um programa de televisão ou de um filme, eles colocam em xeque aqueles conhecimentos construídos por critérios de cientificidade e outras formas de conhecimento. Em suma, o processo de conhecimento na Sociologia revela-se uma chave para compreender os problemas atuais da vida do ser humano na sociedade.

REFORMA DO ENSINO MÉDIO E SUAS IMPLICAÇÕES NO ENSINO DA SOCIOLOGIA

Esta seção tratará do itinerário da Sociologia no Ensino Médio brasileiro até o período pertinente à reforma, mediante a Medida Provisória² 746/2016, que tornou-se a Lei nº

2 Medida provisória é um instrumento com força de lei, aprovado pelo presidente da República em casos de relevância e urgência. É uma decisão tomada em caráter de exceção, cujo trâmite legislativo se dá por via alternativa à usual. Tem um prazo de vigência de 60 dias úteis, prorrogável uma vez por igual período. Possui efeitos imediatos, dependendo de aprovação do Congresso Nacional para transformação definitiva em lei (MACHALA, 2019).

13.415/2017. Buscará, sobretudo, delinear os principais fatores sócio-históricos que influenciaram tanto a inserção desta disciplina no currículo escolar, assim como os motivos da sua retirada. Desta forma, será possível inferir apontamentos sobre as diversas fases da relação do pensamento social e a Sociologia no seu contexto histórico.

Distante de ser um ataque unicamente característico do século XXI, a Reforma do Ensino Médio expressa como os interesses políticos, sociais e econômicos, agiram e afetaram a Sociologia no currículo escolar, logo, uma das marcas expressivas desta disciplina nas matrizes curriculares é a sua intermitência, passando por diversas fases, em que o conhecimento sociológico foi visto como maléfico ou benéfico para os governos e para a sociedade, de maneira geral.

Assim sendo, as primeiras rotas aproximativas desta disciplina no território brasileiro data no final do século XIX, período fincado em transformações sociais, principalmente no que diz respeito à desagregação da estrutura escravocrata e senhorial. Apresentando-se fortemente marcada pela ciência positivista e ausente de estudos sistemáticos, a Sociologia foi incorporada pelo pensamento social brasileiro como possibilidade – no campo do saber – para a compreensão das mudanças sociais vigentes da época.

Cabe lembrar que a disciplina foi inserida inicialmente no ensino secundário para, posteriormente, engendrar nos cursos de ensino superior.

Desse modo, nossa história sobre a sociologia enquanto disciplina escolar inicia-se no final do Século XIX no contexto do nascimento de República e difusão dos seus ideais positivistas – de oposição ao regime monárquico influenciado pela Igreja – que influíram também no âmbito da educação. Ainda no final do Segundo Reinado, em 1882, houve a primeira sugestão da Sociologia como disciplina, pela proposição de projetos de lei que incluíam a disciplina no ensino secundário, de autoria do então deputado Rui Barbosa. (FEIJÓ, 2012, p. 135).

Observa-se que a inclinação pela ciência positivista se justifica pela vontade de uma organização social que desembocasse uma nova sociedade. Dessa forma, o positivismo tendo um dos seus eixos o progresso, era visto como alternativa fecunda na transição para a recente sociedade republicana e o ideal de modernização para o país. Conforme Feijó (2012), em face dos problemas sociais, a partir de 1920 o ensino das Ciências Sociais passou a ser incentivado pelas elites brasileiras com o intuito de formar lideranças e criar soluções nacionais e pacíficas para as questões sociais.

Em 1930, ocorreu a primeira reforma educacional em âmbito nacional, na qual determinou a Sociologia como disciplina obrigatória nos anos finais do ensino secundário, em todas as áreas de formação daquele nível. Além disso, de acordo com Paixão (2010), na mesma década ocorreu a criação dos cursos superiores de Ciências Sociais na Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo e a fundação da Universidade de São Paulo, que deram maior fôlego à disciplina.

Nesse período também surgiu o desenvolvimento de pesquisas e a preocupação de formação de quadros intelectuais para o desenvolvimento do país. Simultaneamente, houve uma preocupação com a formação de professores secundários (principalmente para a escola normal). Em 1942, a esfera educacional era vista pelo pensamento nacional, como uma for-

ma de controle de poder ideológico sobre a população. Neste mesmo ano aconteceu a Reforma Capanema, na era do governo Vargas, a qual retirou a obrigatoriedade da disciplina, que desapareceu dos currículos das escolas secundárias, permanecendo nos cursos superiores.

Nota-se que instalava-se no país, uma postura fortemente totalitária do estado, buscando controlar a educação utilizando-se da ideia do controle às aspirações comunistas. Ressalta-se, que a primeira LDB não se diferenciou grandemente da referida reforma, pois não abriu espaço para a Sociologia como matéria obrigatória no ensino secundário, mas sim, como disciplina facultativa nos currículos.

Dessa forma, com a democratização e o término do Estado Novo, abriu-se novamente espaço para a inserção da disciplina no currículo do ensino médio, todavia, sorrateiramente a Sociologia é retirada novamente, no período da ditadura militar.

No contexto do golpe de 1964, a Sociologia perde ainda mais espaço, pois, apesar do regime autoritário não ter retirado completamente a Sociologia do currículo, acabou por desarticular o debate acadêmico mobilizado sobre essa temática nas décadas anteriores. Desse modo, a disciplina praticamente desapareceu dos currículos, devido ao caráter profissionalizante e pragmático atribuído ao currículo de segundo grau, com a nova legislação educacional que vigorara na década de 1970. (FEIJÓ, 2012, p.143).

É possível assinalar como o pensamento sociológico era visto no período militar. Esta disciplina era interpretada por parte das elites e dirigentes governamentais, como sinônimo do comunismo, o que indicava um perigoso indicador à ordem do Brasil. No período militar, a educação voltou-se para a formação prática do trabalho, com conteúdos que pudessem ser aplicados de modo mais imediatistas e pragmáticos.

Neste sentido, as disciplinas da área de Ciências Humanas foram drasticamente reduzidas em sua carga horária, afetando a Sociologia e a Filosofia – enquanto disciplinas voltadas à reflexão -, que foram praticamente excluídas da grade curricular, sendo substituídas por matérias de caráter ufanista, tendo por finalidade afirmar a doutrina do regime militar, como a Organização Social e Política do Brasil (OSPB) e Educação Moral e Cívica (EMC).

Em 1996, a nova LDB, lei nº 9394/96³, capitaneou mudanças no sistema educacional, tais como a supressão dos termos “primeiro grau” e “segundo grau”, substituindo-os por Ensino Fundamental e Ensino Médio, respectivamente. Conforme salienta Feijó (2012, p. 147),

O artigo 35 da Lei, nos seus incisos II e III (BRASIL, 1996), deixa clara a dimensão humana da formação do aluno no Ensino Médio, onde deve ocorrer a formação cidadã e ética, além do desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico, metas peculiares à Sociologia e à Filosofia, ainda que não se restrinja somente a elas.

Consta no artigo 36 da mesma lei, § 1º, inciso III, que “[ao final do ensino médio o educando deve demonstrar] domínio dos conhecimentos de Filosofia e Sociologia necessário ao exercício da cidadania” (BRASIL, 1996 *apud* FEIJÓ, 2012, p. 147). No entanto, a autora supra-mencionada alerta que, o artigo expressa a intenção do ensino da Sociologia e da Filosofia no ensino médio, porém, deixa lacunas para outras interpretações.

O artigo fala da obrigatoriedade dos alunos saírem do ensino médio dominando os conhecimentos filosóficos e sociológicos, mas não aborda a criação das disciplinas ne-

³ A LDB 9394/96 está disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm>. Acesso em: 26 jan. 2020.

cessárias à assimilação desses conhecimentos, ou seja, a forma como esse aprendizado acontecerá. Em consequência disso, houve uma série de interpretações do artigo que levaram a Sociologia a figurar como uma disciplina optativa ou de caráter interdisciplinar, ou seja, a ser tratada juntamente com outras matérias já estabelecidas. (FEIJÓ, 2012, p. 147).

Somente com a lei nº 11.684/08, que alterou diretamente a LDB 9394/96 no seu artigo 36, que deixa claro um novo inciso tratando da obrigatoriedade das disciplinas Sociologia e Filosofia no Ensino Médio, obrigando os estados, que ainda não haviam aderido ao ensino dessas matérias, a oferecerem no currículo de suas escolas.

Após este breve apontamento histórico, continuamente será analisada a lei da Reforma do Ensino Médio. A princípio, o cenário político em que tal lei foi gestada condiz à ascensão de uma agenda política conservadora originada após o impeachment da presidenta Dilma Rousseff (PT) e a chegada à presidência do seu vice, Michel Temer (MDE).

Ferreira e Santana (2018) propõem uma análise interessante relativa ao contexto da reforma. Conforme os autores, é preciso observar esta reforma associada à Emenda Constitucional 241, apelidada de “PEC do Teto dos Gastos”, que virou lei e acabou com a vinculação obrigatória de recursos para diversas áreas sociais, inviabilizando o aumento de financiamento da educação pública por vinte anos.

Baseado nisso, observa-se o desmantelamento do setor público e a valorização do mercado industrial voltado à educação, criando poderosos grupos que fazem do ensino um lucrativo negócio. Neste contexto, a lógica educacional é o mercado e a competição dita a tônica do processo de ensino e da educação, em sentido lato.

Isto posto, a Reforma do Ensino Médio, inicialmente conhecido como Medida Provisória 746/2016⁴, tornou-se a lei nº 13.415/2017⁵, após a aprovação no congresso nacional, constituindo-se em um ato do governo federal aliado às tendências liberais. E no ideário neoliberal, a configuração é posta da seguinte maneira: o estado reduz seus investimentos sociais em nome da liberdade de mercado, o que, por sua vez, resulta na precarização da educação pública a despeito dos discursos de negação e de proclamação da sua prioridade.

O uso de Medida Provisória como instrumento de aplicação de mudanças estruturais em políticas públicas expôs um governo com dificuldade de diálogo junto à sociedade. A aprovação da MP 746/2016 ocorreu no congresso nacional de forma acelerada, impedindo uma discussão mais profunda com os estudantes, professores e profissionais da educação a fim de avaliar os reais impactos desta medida (FERREIRA; SANTANA, 2018). Assim, essa medida também foi uma tentativa de silenciar o debate educacional.

Ainda sobre a Medida Provisória como instrumento escolhido para efetuar a reforma, Machala (2019) chama a atenção para o viés ideológico de tal medida, uma vez que utilizou as propagandas veiculadas pela mídia para apresentar informações falsas aos telespectadores, na medida em que propuseram a possibilidade de participação popular através de discussões que não foram viabilizadas na prática, bem como ao promoverem o pensamento de

4 A Medida Provisória 746 (MP 746) está disponível em: <<https://www.congressonacional.leg.br/materias/medidas-provisorias/-/mpv/126992>>. Acesso em: 26 jan. 2020.

5 A lei 13.415 está disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Lei/L13415.htm>. Acesso em: 26 jan. 2020.

que os estudantes escolherão o itinerário formativo que quiserem, quando, em verdade, são os sistemas de ensino que escolherão os itinerários que fornecerão aos estudantes.

O texto⁶ da Reforma indica português e matemática como disciplinas obrigatórias nos três anos do ensino médio, e, em contrapartida, retirou a obrigatoriedade do ensino de Artes, Educação Física, Filosofia e Sociologia do currículo. Entretanto, após forte mobilização social, o texto final foi modificado pelo congresso, passando a apresentar a obrigatoriedade de estudos e práticas de Educação Física, Artes, Sociologia e Filosofia.

Portanto, o texto não determina precisamente a obrigatoriedade das disciplinas, e sim, somente seus estudos, deixando margens e a incógnita de que realmente esses conteúdos serão desenvolvidos em sala de aula. Em linhas gerais, os traços desta Medida Provisória convertida em lei, demonstra o quão a perspectiva neoliberal opera nas modificações educacionais geradas no governo Temer, em que a educação passou a funcionar para suprir os vácuos do mercado, preparando mão de obra, de preferência barata, para alicerçar a economia, ditando os caminhos da visão neoliberal.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS E ANÁLISE DOS DADOS

Nesta seção, serão discutidos os critérios metodológicos adotados neste trabalho com vias a clarificar a problemática elencada para a presente investigação, a saber: Quais as percepções dos docentes da disciplina de sociologia quanto a reforma do ensino médio, em específico, no tocante da Medida Provisória 746/2016, que tornou-se a lei nº 13.415/2017? Seguidamente, será mostrada a interpretação e análise dos dados apreendidos.

Adotamos como instrumento para coleta de dados, a entrevista semiestruturada, em que o entrevistado tem a possibilidade de discorrer sobre o tema em foco sem se prender à questão formulada (MINAYO, 2016).

Entrevistamos uma docente da disciplina de Sociologia de cada instituição escolar, sendo que decidimos denominá-los de Professora A (da escola Nanci Costa) e Professora B (da escola Reinaldo Damasceno), assim, mantemos o sigilo dos interlocutores conforme orienta os procedimentos éticos previstos na Resolução 466/12, na qual regulamenta o desenvolvimento de pesquisas envolvendo seres humanos. No sentido de compreender a relevância da abordagem sociológica do ponto de vista das docentes, elaboramos a pergunta: “Para você, qual a importância de abordar a Sociologia no Ensino Médio?”. Assim, conseguimos apreender os seguintes dados:

Considero que a importância reside no *despertar o senso crítico* do aluno, instigando-o a interpretar de maneira autônoma as relações sociais. Neste cenário, o docente através do conhecimento teórico alia-o à prática social, fazendo que o aluno *analise e reflita sobre seu cotidiano de maneira crítica, independente, autônoma, que questione, que participe, que seja conhecedor de seus direitos e obrigações* (informação verbal⁷, grifo nosso).

A professora B ressaltou a importância da Sociologia no sentido amplo e da ótica da formação para o exercício da cidadania. Neste sentido, colocando que as aulas desta disci-

6 Enfatizamos que não é o nosso objetivo expor e analisar o texto da reforma integralmente, pois ultrapassa os limites desta pesquisa. O que importa, aqui, é averiguar os trechos específicos que tratam sobre o ensino de Sociologia.

7 Entrevista realizada pelas autoras com a Professora B, docente alocada na Escola Estadual Reinaldo Damasceno, no dia 25/10/2019, em Macapá-AP.

plina proporcionam ao estudante o contato direto com ferramentas de potencial análise do mundo, de forma crítica, reflexiva e abrangente.

Na minha experiência que eu tenho tido aqui na minha escola, eu vejo que os alunos, eles passam a *desenvolver a crítica*, eles começam a perceber situações que eles não tinham antes observado na vida deles, nas relações deles como indivíduos, então, acho importante porque ela promove a crítica e a reflexão dos alunos sobre a realidade ou a suposta realidade que a gente vive, então é muito satisfatório para mim quando eles falam assim, ah! professora eu nunca tinha percebido isso, aí você verifica a importância da disciplina, *então eles passam a questionar, passam a querer modificar* (informação verbal⁸, grifo nosso).

Nota-se que o ponto de vista da professora A se assemelha à da professora B, que compreende o conhecimento sociológico como ferramenta de questionamento da realidade social, com vias a fornecer um pensamento crítico e desnaturalizado das relações sociais, políticas e culturais.

Além do processo de “desnaturalização”, mencionado anteriormente, também observamos em ambas as falas das docentes, o dispositivo do “estranhamento”, que junto com o primeiro, conforme afirma Ferreira e Santana (2018, p. 50), são “métodos de observação [da Sociologia, que] permitem aos jovens a interpretação do cotidiano com a consciência de que os fenômenos políticos, econômicos e culturais são fruto (sic) de um amplo processo histórico e social”.

Ademais, é interessante perceber que as depoentes trataram a importância da sociologia, principalmente, pelo viés do questionamento e exercício da cidadania. Não constatamos a incorporação da disciplina no sentido mais instrumental e pragmática, isto é, a incorporação da matéria, sobretudo, para a realização do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM); não somente pelas questões específicas de sociologia, mas também, na realização da redação, visto que um dos critérios para obter boa pontuação é redigi-la com base no senso crítico e intervenção social sobre o tema abordado.

Outra indagação que elencamos diz respeito, diretamente, aos desdobramentos educacionais/formativos da Medida Provisória 746/2016, a saber: “Qual é a sua percepção sobre a permanência ou exclusão da disciplina de Sociologia da grade curricular do Ensino Médio?”. Conseguimos captar as seguintes falas:

Eu vejo, que vai ser *qualquer pessoa*, pelo que já escutei e li, que vai *trabalhar sociologia e filosofia, vai ser o geógrafo, o historiador, o filósofo e talvez até o sociólogo, mas não vão abrir mais vaga para concurso público para sociologia*. Isso para mim está posto, pois não terá mais necessidade, não está definido, mas são as discussões que estou observando, não sei se essa implementação começará ano que vem, não tenho ainda essa clareza, parece que ainda tem que passar alguma coisa no congresso, uma formalização para jogar na LDB, ela ainda não está na LDB. (PROFESSORA B, grifo nosso).

Quanto aos desdobramentos da Medida Provisória e a possibilidade da retirada da Sociologia como disciplina obrigatória nas matrizes curriculares, a preocupação da professora refere-se ao problema da matéria ser ministrada por docentes de outras áreas. Observamos,

⁸ Entrevista realizada pelas autoras com a Professora A, docente alocada na Escola Estadual Nanci Costa, no dia 28/08/2018, em Macapá-AP.

nessa perspectiva, a fragilização do quadro docente da Sociologia, que pode se reverberar na extinção de vagas específicas para esta disciplina em concursos públicos, bem como na contratação em unidades de ensino privadas.

É possível inferir que no passado recente existia a ausência de um quadro docente com formação específica na área de ciências sociais, em função da oferta limitada de professores e de cursos de formação superior, o que não ocorre atualmente. Caso qualquer docente de outra área ministre esta disciplina, o que também está em pauta é a gestão administrativa da educação pública, que estimula políticas que priorizam a economia de gastos na contratação de novos professores, e, desta forma, aproveitam os docentes com formação em outras áreas do conhecimento no ensino de Sociologia (VARGAS, 2011).

De acordo com o autor supramencionado, esta prática revela, por um lado, a precariedade da educação pública no Brasil, por outro, ela supõe, ainda, uma desvalorização das Ciências Sociais como área legítima de conhecimento. Dessa forma, presume-se que qualquer professor estaria habilitado para ministrar a disciplina de Sociologia e manusear seus conteúdos e métodos de ensino.

Historicamente o ensino de sociologia no Brasil é permeado da dualidade inclusão versus exclusão, provocando um grande movimento de descontinuidade e de certa forma até marginalização deste componente curricular no ensino médio. Eu, enquanto profissional da educação, percebo que o governo não tem interesse em consolidar a sociologia, pois ela é nociva aos interesses da classe dominante e a busca do reconhecimento do Ensino da Sociologia é uma dura tarefa que esbarra no problema de lapso temporal de continuidade e descontinuidade, falta de interesse do governo em proporcionar à sociedade um e no de qualidade que forme indivíduos questionadores e conhecedores de seus direitos. A luta dos profissionais das Ciências Sociais é longa, e como a própria história se revela está longe de terminar. (PROFESSORA A, grifo nosso).

Observamos que a professora ressalta o histórico de descontinuidade da disciplina, soma-se a isso, a resistência do governo em relação ao caráter da disciplina; aqui, o que podemos compreender são aspectos operantes sobre a legitimidade da Sociologia no pensamento social. Quer dizer, se a legislação e os documentos oficiais reconhecem, definitivamente a legitimidade da sociologia no contexto de uma nova concepção de educação; por outro lado, essa legitimidade afirma-se com dificuldades tanto no âmbito da vida e das práticas escolares como no âmbito da formação de professores.

Sobre a legitimidade, para Vargas (2011), a fragilidade da pesquisa sobre o ensino de sociologia, o limitado acúmulo de experiências e de produção de materiais didático-pedagógicos, a desvalorização da profissão docente e da própria formação de professores são processos que limitam o alcance da legitimidade, já reconhecida nos documentos oficiais.

Ainda sobre as reflexões deste autor, no processo histórico de banimento da Sociologia dos currículos escolares, a disciplina foi convertida numa espécie de “conhecimento maldito”. Isto é, tal conhecimento maldito não é propriamente um saber inferior, que ocupe ou deva ocupar posições inferiores na hierarquia do saber, e sim, definido como um “conhecimento perigoso”, que sequer deve integrar o quadro de conhecimento e saberes reconhecidos.

Com o processo de redemocratização da sociedade brasileira, esse banimento foi abolido, a sociologia foi reabilitada, considerada legítima, deixando de ser um conhecimento maldito. No entanto, seu processo de integração ao mundo escolar se efetiva através de um reconhecimento insuficiente, frágil, incerto. (VARGAS, 2011, p. 5).

Assim, compreende-se que a obrigatoriedade da disciplina no espaço escolar é impulsionada, sobretudo, por uma exigência legal do que uma necessidade oriunda do corpo escolar na construção de uma formação mais humanista. Dado isso, o que é evidenciado por meio da fala da Professora A, é o fato de que a formação, percepção e sensibilidade sociológica esbarra em fortes empecilhos nos valores socioculturais de estruturas sociais específicas de sociedades individualistas, materialistas, competitivas e, principalmente, regidas pela lógica governamental do ideário liberal.

E o que eu vejo, na verdade, não vejo manifestação nacional nenhuma sobre isso, eu digo para vocês o seguinte, em 1991, eu estava terminando meu curso de licenciatura, vim aqui para estado trabalhar, fui para Brasília, uma amiga e eu, que é a Socorro Oliveira, que ela é até da UNIFAP, antropóloga, professora nas Ciências Sociais. Nós fomos para Brasília, para ir a um congresso que teve lá, discutindo na época a retirada da Sociologia de vez dos currículos, foi para votação, eu ainda não tinha muita noção, tinha acabado de me formar, fui mais fazer número e representando o Amapá. *Nunca ficou muito claro para nós essa situação da obrigatoriedade, por que motivo a disciplina fica somente como uma aula por semana para cada turma? Por que que outros profissionais podem dar sociologia?* Nas escolas particulares se vocês forem fazer uma pesquisa, são poucos de fato que são formados em sociologia/ ciências sociais que estão dando aula, pegam qual professor que tenha mais proximidade com disciplina, não tendo fiscalização. (PROFESSORA B, grifo nosso).

No relato pessoal da Professora B acerca da sua luta e participação em manifestações em prol da permanência da Sociologia no ensino médio, observa-se, ainda, o quanto histórico de permanência desta disciplina na grade curricular gera dúvidas e incômodos. As indagações giram em torno da baixa carga horária, tal como os porquês que outros docentes podem ministrar a referida disciplina.

Uma aula por semana, assim isso é uma questão problemática pois não estimula nem o professor e nem o aluno, os alunos gostam da sociologia, da filosofia, nós percebemos que eles gostam, porém não dá para fazer um trabalho que traga um resultado mais amplo e profundo das questões sociais. (PROFESSORA B).

Aqui, o que está em pauta é, novamente, a legitimidade, pois, embora a professora reconheça os impactos positivos do conhecimento sociológico para os estudantes e o desejo destes pela matéria, uma aula por semana não é suficiente, conforme a fala. A legitimidade passa pela luta da introdução da Sociologia nos currículos escolares, sendo esta uma luta pelo reconhecimento de um determinado campo do conhecimento, bem como pelo desenvolvimento de certa sensibilidade intelectual e humana no processo de formação dos cidadãos.

Ademais, os processos de retirada e inserção da Sociologia no ensino médio também são sintomáticos para o Ensino Superior, pois conforme afirma Oliveira (2016), devemos interpretar a Educação Básica e o Ensino Superior como polos visceralmente ligados, ou

seja, ambas sofrem as transformações, se ocorrem naquelas tem um impacto nestas. O autor destaca, então, que a reintrodução da Sociologia em nível nacional a partir da lei nº 11.648/08 teria implicado na expansão do número de licenciaturas em Ciências Sociais/Sociologia, especificamente cursos capitaneados pelas instituições privadas e no modelo EAD (Ensino à Distância), possuindo particularidades em cada região.

Os reflexos da implementação da lei acima, impossibilitaram o amadurecimento nas discussões dos diversos modelos formativos sobre o ensino de Sociologia, o que, devido a sua intermitência histórica, não permitiu o desenvolvimento linear da temática (OLIVEIRA, 2016). Essa descontinuidade, para as professoras entrevistadas, gera não somente uma fragilidade da legitimidade da disciplina, como também a desvalorização profissional e a ausência de oportunidades, tais como a extinção de vagas específicas para professores de Sociologia.

Em acréscimo, Vargas (2011) propõe, que ocupar posições e participar do controle das decisões nesse campo deve se constituir como a condição e o resultado de um ensino e de uma legitimidade socialmente partilhada. Assim, todas as áreas do conhecimento e do saber, as artes, a cultura, os esportes, devem estar representadas no espaço escolar e participar ativamente de um processo de construção pedagógica que reflita de forma crítica e permanente sobre os fins e os meios do processo educacional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir de 2008, a produção científica e teórica sobre o ensino de Sociologia no Ensino Médio ganhou envergadura intelectual e começou a sair do lugar marginal que ocupava, historicamente, nas agendas de pesquisa das Ciências Sociais em âmbito nacional. Todavia, no percurso investigativo deste trabalho, observou-se que a produção acadêmica sobre o ensino desta disciplina no estado do Amapá ainda é incipiente; com poucos materiais disponíveis e lacunas existentes.

Sobre o ensino da Sociologia no Ensino Médio de Macapá, objetivou-se elaborar um trabalho que possa inspirar outras pesquisas neste recorte temático, bem como viabilizar, para a sociedade em geral, aspectos do surgimento da disciplina, sua importância e os impactos da lei da Reforma do Ensino Médio. Além disto, foi possível gerar um diagnóstico inerente às perspectivas das docentes entrevistadas das Escolas Estaduais Nanci Costa e Reinando Damasceno, relacionado à relevância da referida disciplina no Ensino Médio e os desdobramentos educacionais/formativos da Medida Provisória 746/2016.

O itinerário que teve como questão-problema apreender a perspectiva dos docentes a respeito da Medida Provisória 746/2016, evidenciou que, para as professoras entrevistadas, a tal medida expressa uma característica peculiar da Sociologia no Brasil: sua intermitência histórica, que é sintomática para a disciplina em nível profissional e na sua permanência na grade curricular do Ensino Médio. Pois, caso a disciplina seja banida do currículo escolar, para as professoras haverá a fragilização do quadro docente em Sociologia, sem abertura de edital em concursos públicos e na contratação na rede privada.

Nas matrizes curriculares, por sua vez, as professoras atentaram para a legitimidade da disciplina, que é atravessada por opiniões e concepções distorcidas por parte do governo,

que não incentiva e nem reconhece a validade do conhecimento sociológico para toda a sociedade. Este fato gera a desvalorização da Sociologia como área legítima de conhecimento, desencadeando no desinteresse e/ou desconhecimento do corpo escolar em abordar assuntos sociológicos; elencando tal conteúdo, sobretudo, mais por um viés de exigência legal.

Em função da sua intermitência histórica, constatou-se que a obrigatoriedade da disciplina é vista de maneira confusa e insegura pelas professoras, uma vez que a permanência e/ou retirada não expressa um fato atípico na história da Sociologia no Ensino Médio. Assim, é uma perspectiva cética das professoras sobre a estabilidade e permanência da disciplina no currículo; ao mesmo tempo, a ótica de que participar e lutar politicamente faz parte do processo histórico da Sociologia e tal postura não pode esmorecer.

Além disso, foi possível apreender que a relevância da disciplina para as docentes consiste em despertar o senso crítico nas relações sociais do cotidiano, a participação e conhecimento de seus direitos e obrigações. As entrevistadas não trataram da disciplina no sentido mais instrumental e pragmático, tais como a preparação para a prova do ENEM. Os aspectos centrais elencados foram os processos de desnaturalização e o conhecimento crítico, com vias a desvelar os processos sociais que circundam a vida dos jovens.

Em linhas gerais, as mobilizações, lutas e manifestações em prol da Sociologia e sua inserção no ensino médio constituem um amplo processo histórico concernente à identidade deste campo do saber. Atentar-se aos movimentos contrários e que almejam banir a disciplina, sobretudo, partindo das instâncias governamentais, é crucial para fortalecer a legitimidade e a continuidade da Sociologia nas matrizes curriculares. Portanto, os estudantes e profissionais da educação precisam manter-se vigilantes e engajados, não somente para conservar a sua obrigatoriedade, como também, não permitir o afunilamento e a precarização do trabalho docente.

REFERÊNCIAS

- ANDRÉ, M. E. *Etnografia da prática escolar*. Campinas, SP: Papirus, 1995.
- BRASIL. Lei nº 9394/1996. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB*. Brasil, 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm>. Acesso em 26 jan. 2020.
- BRAZIL; MINISTÉRIO DA SAÚDE. *RESOLUÇÃO Nº 466, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2012*. Disponível em: <[HTTP://BVSMS.SAUDE.GOV.BR/BVS/SAUDELEGIS/CNS/2013/RESO466_12_12_2012.HTML](http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/2013/RESO466_12_12_2012.html)>. Acesso em: 06 jun. 2019.
- BRIDI, M.; ARAÚJO, S.; MOTIM, B. *Ensinar e aprender Sociologia*. São Paulo: Contexto, 2014.
- FEIJÓ, F. Breve histórico do desenvolvimento do ensino médio de sociologia no Brasil. *Revista Percursos*. Florianópolis, v. 13, n. 01, 2012, p. 133-153.
- FERREIRA, W.; SANTANA, D. A reforma do ensino médio e o ensino de sociologia. *Perspectiva Sociológica*. Rio de Janeiro, n. 21, 2018, p. 41-53.
- FILHO, D.; SANTOS, J. *Metodologia Científica*. São Paulo: Cengage Learning, 2011.
- MACHALA, Bárbara. A Reforma do Ensino Médio no Brasil e seu impacto no ensino de Sociologia. *Revista Três Pontos*. Belo Horizonte: n.14, 2019, p. 17-25.
- MINAYO, M. C. S (org.); DESLANDES, M. F.; GOMES, R. *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. Rio de Janeiro: Vozes, 2016.
- OLIVEIRA, A. A formação de professores de sociologia na região Norte: configuração e tendências. *Novos Cadernos NAEA*. Belém, n.1, 2016, p. 253-274.
- PAIXÃO, A. E. da. *Sociologia Geral*. Curitiba: Ibplex, 2010.

RAMALHO, J. R. *Sociologia para o Ensino Médio*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

SELL, C. E. *Sociologia Clássica: Marx, Durkheim e Weber*. Petrópolis-RJ: Vozes, 2015.

VARGAS, F. E. B. *O Ensino de Sociologia: Dilemas de uma disciplina em busca de reconhecimento*. Prof. Francisco E. Beckenkamp Vargas. Pelotas, 2011, p. 1-13.

SERVIÇO DA COMPUTAÇÃO EM NUVEM E SUA RELAÇÃO COM OS ARRANJOS DE GOVERNANÇA DE TI E O ALINHAMENTO ESTRATÉGICO

Cláudio Márcio Campos de Mendonça

Manoel Veras de Sousa Neto

INTRODUÇÃO

A Tecnologia da Informação (TI) vem desempenhando um papel importante no ambiente empresarial devido às organizações possuírem grande parte de suas transações comerciais em ambientes informatizados e, geralmente, pelo seu elevado custo. A TI está cada dia mais presente nos pontos da cadeia de valor das organizações, permitindo o suporte das atividades e das ligações entre elas (PORTER, 1999). Outro fator de destaque é a migração de um papel de suporte administrativo para a função de um suporte estratégico (LAURINDO; ROTONDARO, 2006).

Frequentemente, em grandes empresas, as decisões são tomadas por comitês, sendo a TI parte integrante na definição das estratégias organizacionais. A governança de TI, dentro do ambiente organizacional, apresenta uma maneira de tratá-la de forma colegiada, porque há um poder e participação nas decisões por parte dos gestores de negócio, garantindo assim um aumento na sua efetividade, por conseguinte, um reflexo no desempenho empresarial, visto que a TI passará a agregar maior valor ao negócio (ALBERTIN; ALBERTIN, 2010).

Para se alcançar uma boa governança de TI, questões como o papel e responsabilidades dos tomadores de decisão é um fator fundamental (VAN GREMBERGEN; DE HAES; GULDENTOPS, 2004). A responsabilidade compartilhada entre dirigentes de TI e dirigentes do negócio nas decisões de TI dão sustentação ao valor de negócios da TI (PETERSON, 2004).

Um problema descrito por Weill e Ross (2010) é que, mesmo com as implicações estratégicas das decisões sobre o financiamento da área de TI, os principais gestores das organi-

zações relutam em assumir a responsabilidade das decisões de TI, deixando-as a cargo dos seus gestores. Este fato, também observado por Mendonça et al. (2013), em sua pesquisa sobre governança de TI em instituições públicas e privadas, salienta as decisões que envolvem aspectos mais técnicos da TI.

A temática de Alinhamento Estratégico (AE) vem ganhando relevância para os pesquisadores, visto que há pesquisas que abarcam novos fatores influenciadores do AE, além do mais, contribui para o estudo da governança de TI, pois corresponde ao ponto central, conforme afirma Rigoni (2010), a importância do Alinhamento Estratégico da área de TI com outros segmentos da organização vem sendo discutido desde 1970. Entretanto, somente com o trabalho de Henderson e Venkatraman (1993), esse conceito começou a ser sistematicamente entendido e implementado pelos gestores.

Já a Computação em Nuvem (CN) ou *cloud computing*, é vista por muitos como uma evolução da área de TI. Segundo Taurion (2013), a TI vem evoluindo, principalmente a CN, na qual ocorre um amadurecimento do seu próprio conceito. As mudanças estratégicas proporcionadas pela adoção da CN devem extrapolar a TI, envolvendo o negócio em si.

De acordo com Weill e Ross (2006), a governança de TI é favorecida e se torna mais eficaz quando os gestores de negócios participam ativamente do processo decisório, incorporando os gestores de TI, o que gera um conselho decisório (decisões em conjunto), o qual permite uma interação entre a TI e os negócios. Segundo os autores, em acréscimo, Mendonça et al. (2013), as decisões que envolvem aspectos mais técnicos são tomadas com maior frequência por gestores de TI. Diante disso, este artigo identificou o seguinte problema de pesquisa: Quais são as relações entre os arranjos de governança de TI e o Alinhamento Estratégico com a Infraestrutura como Serviço da Computação em nuvem?

É interessante compreender essas relações, uma vez que o AE e, conseqüentemente, os arranjos de governança de TI estão relacionados com uma maior participação de arquétipos que integram (decisões em conjunto) gestores de negócios e gestores de TI nas decisões-chave da governança de TI. Logo, a falta de AE entre negócio e TI é observada como um dos motivos dos questionamentos que envolvem os resultados dos investimentos feitos em TI (HENDERSON; VENKATRAMAN, 1993).

Deste modo, o presente artigo tem como objetivo analisar as relações entre os arranjos de governança de TI e o Alinhamento Estratégico com a Infraestrutura como Serviço da Computação em Nuvem.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

GOVERNANÇA DE TI

A integração entre a estratégia de negócio e a estratégia de TI deve ser consolidada para que se consiga alcançar os níveis de qualidade desejados pelos acionistas e clientes. A Governança de Tecnologia da Informação (GTI) pode favorecer esse alinhamento. Segundo o ITGI (2009), a TI é fundamental para o gerenciamento das informações e conhecimento gerados pelas organizações, além de permitir a sustentação das atividades econômicas e sociais.

Diversos autores¹ tratam, de alguma forma, a GTI através de uma forte característica, que é o processo decisório da TI e sua relação com o negócio. Weill e Ross (2006, p. 8) aprofundam o conceito sobre GTI como sendo “[...] a especificação dos direitos decisórios e do framework de responsabilidades para estimular comportamentos desejáveis na utilização da TI”. Já segundo o ITGI (2004), a GTI é de responsabilidade da diretoria e gerência executiva da organização. Um de seus fatores cruciais é conseguir identificar os responsáveis pelas decisões e quem responderá (de forma positiva ou negativa) por elas. No mais, a GTI é a estrutura de uma empresa sobre os direitos e deveres decisórios de TI (WEILL; ROSS, 2010).

A GTI almeja o compartilhamento de decisões de TI à alta administração da organização, além de permitir a padronização de regras e de processos norteadores da utilização da TI pelos *stakeholders*, determinando como a TI deve fornecer os serviços para a empresa (ILES; PREECE; CHUAI, 2010; FERNANDES; ABREU, 2014).

Veras (2009) afirma a existência de 3 modelos de GTI: 1. O *modelo de Aragon e Ferraz*, que possui a proposta de uma visão da GTI baseada em ciclo de vida, a qual acaba ultrapassando as definições de governança; 2. O *modelo COBIT (Control Objectives for Information and Related Technology)*, que possibilita um direcionamento rumo à GTI baseada em processos; e 3. O *modelo de Weill e Ross*, baseado na *Matriz de Arranjo de Governança de TI*, o qual permite uma melhor visualização das decisões-chave e quem são os tomadores de decisões. Além disso, existem modelos que sugerem a criação de estruturas organizacionais e processos que possibilitam a sua implementação adequada e estabelecimento do nível satisfatório de maturidade (WEILL; ROSS, 2006; ALBERTIN; ALBERTIN, 2008; TAROUCO; GRAEML, 2011; LUNARDI; BECKER; MAÇADA, 2012).

MATRIZ DE ARRANJO DE GOVERNANÇA DE TI

Weill e Ross (2006) implementaram a *Matriz de Arranjo de Governança de TI*. Para Veras (2012), a matriz permite sistematizar as decisões de TI, considerando quais as principais decisões a serem tomadas e quem são esses tomadores. A matriz abrange a relação entre 5 decisões-chave inter-relacionadas, com um conjunto de arquétipos que permitem especificar os direitos decisórios na TI. Weill e Ross (2006) e Weill e Ross (2010) sugerem que toda empresa precisa ter como base essas 5 decisões-chave inter-relacionadas para a GTI, as quais envolvem: 1. Princípios de TI; 2. Arquitetura de TI; 3. Infraestrutura de TI; 4. Necessidades de aplicações de negócio; e 5. Investimentos e priorização de TI.

Os autores ainda utilizam arquétipos políticos para descrever os grupos de pessoas. Esses arquétipos estão divididos em 6 grupos: 1. Monarquia de negócio; 2. Monarquia de TI; 3. Feudalismo; 4. Federalismo; 5. Duopólio de TI; e 6. Anarquia (WEILL; ROSS, 2006).

ALINHAMENTO ESTRATÉGICO ENTRE NEGÓCIO E TI

A TI deve se alinhar com a capacidade da organização de obter melhores resultados, possibilitando um aumento dos benefícios, além de favorecer a GTI e a vantagem competitiva. Para obter essa importância, faz-se necessária a relação entre a TI e o desempenho

¹ Brown e Magill (1994); Dreyfuss (2003); Weill e Ross (2005); Peterson (2004); ITGI (2004).

organizacional, a qual depende de fatores como o AE, que é a ligação entre a estratégia do negócio e de TI (HENDERSON; VENKATRAMAN, 1993).

Segundo Luftman (2003), nas organizações, o alinhamento entre negócio e TI existe em algum nível. Por sua vez, Fernandes e Abreu (2014) destacam que o processo de AE da TI deve procurar determinar qual deve ser o alinhamento da TI em termos de arquitetura, infraestrutura, aplicações, processos e organização com as necessidades presentes e futuras do negócio. O AE entre negócio e TI pode ser um fator preponderante para que as organizações obtenham um aumento no seu desempenho econômico e competitividade (WEILL; ROSS, 2006).

Um dos grandes desafios da área de TI e, respectivamente, da GTI, é o de possibilitar o alinhamento entre negócio e a TI (FERNANDES; ABREU, 2014). Esse almejado alinhamento requer negociação e educação entre os dirigentes de negócio e de TI, isto é, tem que existir cumplicidade entre essas duas áreas (ALBERTIN; ALBERTIN, 2008). Tão logo, o Alinhamento Estratégico é o ponto de partida para a Governança de TI.

AVALIAÇÃO DO NÍVEL DE MATURIDADE DO ALINHAMENTO ESTRATÉGICO

Dentre os modelos de avaliação do nível de maturidade do AE, o que possui um maior destaque na sua implantação é o de Luftman (2000). Este autor publicou um modelo que tem como fundamentação principal Henderson e Venkatraman (1993), com o objetivo de identificar os níveis de maturidade através de 6 critérios: 1. Comunicação; 2. Medidas de Valor e Competência; 3. Governança; 4. Parcerias; 5. Escopo e da Arquitetura; e 6. Habilidades. Uma das características relevantes desse modelo é a possibilidade da melhoria constante dos elementos que envolvem AE, o que possibilita à organização, algum nível de alinhamento (RIGONI, 2010).

Os critérios de maturidade são avaliados com base na metodologia *Capability Maturity Model* (CMM), pois os elementos são medidos com a utilização de níveis que variam de inicial até otimizado, a saber: Nível 1 – Processo inicial/ad hoc/improvisado (sem alinhamento existente); Nível 2 – Processo disciplinado/comprometido (a organização é comprometida com o alinhamento e as oportunidades potenciais começam a ser identificadas); Nível 3 – Processo Estabilizado/Focado/Melhorado (processo já padronizado e consistente com os objetivos organizacionais, ou seja, a TI já se encontra inserida nos negócios); Nível 4 – Processo Gerenciado/Melhorado (a TI já é vista como centro de resultados, isto é, como elemento gerador de vantagem competitiva e contribuinte estratégico para que a organização alcance seus objetivos); e Nível 5 – Processo Otimizado (alinhamento completo, governança sustentada, planejamento integrado entre as áreas de negócio e TI) (LUFTMAN, 2003).

Essas descrições permitem uma análise dos níveis de maturidade (mensurados a partir de cada critério), a qual é alcançada conforme uma metodologia específica. Caso uma organização esteja no nível mais alto, o alinhamento será total, se estiver no primeiro nível, o alinhamento é inexistente (AFFELDT; VANTI, 2009).

COMPUTAÇÃO EM NUVEM

Progressivamente, as empresas buscam se manter no mercado competitivo, e a TI é uma ferramenta que permite o fornecimento rápido de informações que ajudam a tomada de decisão e auxiliam as organizações a alcançarem seus objetivos. A internet vem mostrando sua contribuição com o ambiente organizacional, e uma nova tendência é a de Computação em Nuvem (CN). Conforme Oliveira (2011), existem algumas denominações sobre o tema: Computação nas Nuvens, Computação em Nuvem (CN) e a terminologia em inglês *Cloud Computing* (CC).

A CN apresenta o conceito de uma computação utilitária, porque é possível fazer provisão de recursos computacionais que são medidos e cobrados pelo uso, assim como serviços cotidianos (água, energia, etc.) (RITTINGHOUSE; RANSOME, 2009). Carr (2009) compara a CN com o forte e fácil acesso à energia elétrica. Por outro lado, Sultan (2010) e Weiss (2007) ampliam o conceito afirmando que ela é um novo paradigma computacional que permite um fornecimento de novas oportunidades para que se possa entregar uma variedade de serviços de uma maneira nunca antes proporcionada. É válido saber que uma das funções da CN é cortar custos operacionais (VELTE; VELTE, ELSENPETER, 2012).

A CN, na sua conceituação, tem alguns aspectos em comum abordados por vários autores², dentre esses aspectos destacam-se: a redução de custo, a padronização dos serviços de TI, a maior facilidade de mensuração, o pagamento somente do que realmente se utilizou, acesso à inovação, disponibilidade imediata de recursos e a escalabilidade.

Dois grupos vêm servindo de base quando se trata de definições para a CN: o NIST (*National Institute of Standards and Technology* – Instituto Nacional de Padrões e Tecnologia) e a CSA (*Cloud Security Alliance* - Aliança de Segurança da Nuvem). O NIST, sem sombra de dúvidas, é a fonte mais citada na literatura sobre CN, na qual muitos autores baseiam seus conceitos. Conforme o NIST (2011a, p. 2), a CN é definida como:

[...] a model for enabling ubiquitous, convenient, on-demand network access to a shared pool of configurable computing resources (e.g., networks, servers, storage, applications, and services) that can be rapidly provisioned and released with minimal management effort or service provider interaction.

Já para a CSA (2010), a CN é uma terminologia que vem evoluindo e que representa o desenvolvimento de várias tecnologias e abordagens existentes em computação para algo distinto. A nuvem agrupa separadamente as aplicações e os recursos de informação de sua infraestrutura básica, como também os mecanismos que são empregados para entregá-los. A CN enfatiza a colaboração, agilidade, escalabilidade e disponibilidade, ofertando o potencial para redução de custos através de computação eficiente e otimizada. Neste caso, ela expõe o uso de um conjunto de serviços, aplicações, informação e infraestrutura composta por *pools* de recursos computacionais, de rede, de informação e de armazenamento.

Na busca por uma padronização de conceitos, o NIST (2011b) definiu 5 características essenciais para descrever a CN, são elas: 1. Autoatendimento sob demanda (*On-demand sel-*

² Veras (2012); Marston (2011); ISACA (2009); CSA (2010); NIST (2011b); Oliveira (2011); Vaquero; Caceres; Lindner (2009); Smith (2009).

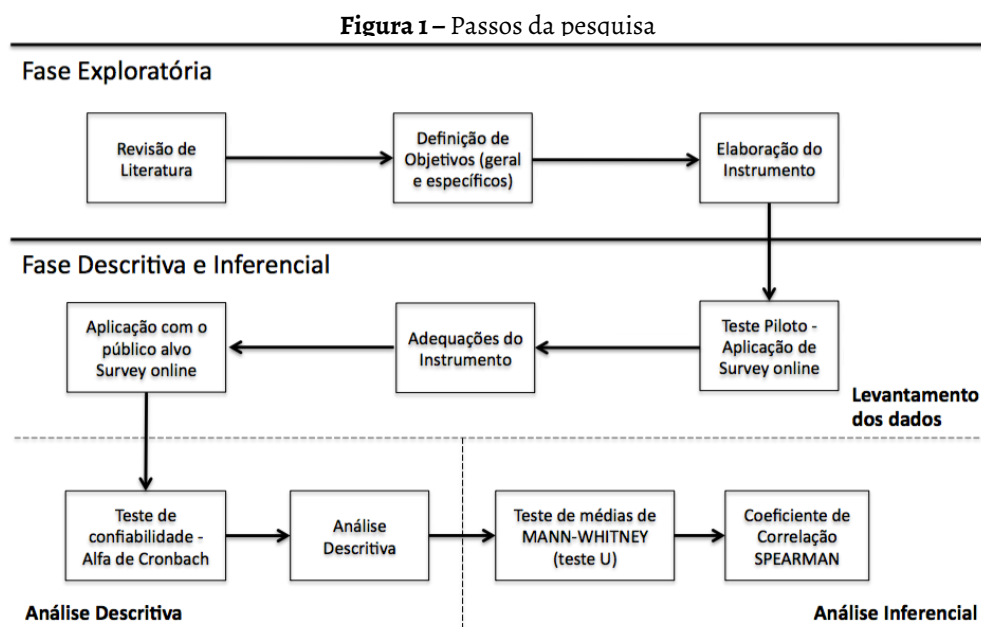
f-service); 2. Amplo acesso a serviços de rede (*Broad Network Access*); 3. *Pool* de Recursos (*Resource pooling*); 4. Elasticidade rápida (*Rapid elasticity*); e 5. Serviços mensuráveis (*Measured service*). Além dessas características, a percepção do NIST é complementada por modelos de serviço: a Infraestrutura como Serviço (IaaS); a Plataforma como Serviço (PaaS) e o Software como Serviço (SaaS), bem como os modelos – público, privado, híbrido e comunitário – de implantação da CN.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O presente estudo caracteriza-se como exploratório, descritivo e inferencial, devido buscar identificar possíveis relações e diferenças entre um conjunto de variáveis e sem necessariamente se preocupar com o quesito da causalidade, as quais foram analisadas mediante a aplicação de testes não paramétricos. Somando a isso, o trabalho pode ser classificado como pesquisa de campo, dado que foi realizado em um ambiente não controlado – o empresarial brasileiro.

No tocante à abordagem do problema, foi feita uma pesquisa quantitativa através do método de pesquisa *survey* descritivo, que segundo Lima (2004), é quando a investigação tem o compromisso de fazer a identificação das situações, eventos, atitudes ou opiniões em determinada população ou delinear a ocorrência de algum fenômeno que tenha ocorrido na população ou amostra. E quanto ao momento de coleta da pesquisa, foi utilizado o corte transversal (*cross-sectional study*) em um só momento, cuja pretensão foi de descrever e analisar o estado das variáveis em um dado momento.

A pesquisa exploratória, descritiva e inferencial foi desenvolvida levando em consideração os seguintes passos (Figura 1):



Fonte: Dados da pesquisa (2015).

A amostra foi calculada através da fórmula para determinação do tamanho amostral, que é citada por Martins (2005). A fórmula demonstrou que de um universo de 720 associados foi determinado um plano amostral de 5%, com um nível de confiança de 95%, resultando numa amostra aleatória necessária de 146 associados. Foram coletadas respostas de 164

associados (respondentes da pesquisa), sendo 109 da ISACA do estado de São Paulo-SP e 55 da ISACA do Distrito Federal-DF. A amostragem utilizada foi a não probabilística e seus elementos foram selecionados de acordo com a conveniência do pesquisador. Segundo Cooper e Shindler (2003, p. 167), “é possível usar os procedimentos de amostragem não-probabilística, porque eles atendem satisfatoriamente aos objetivos de amostragem”. Esta amostragem, desde que cuidadosamente controlada, pode produzir resultados aceitáveis.

Para coleta dos dados, em decorrência da temática de CN não estar relativamente madura, conforme demonstra estudo da CSA (2012), buscou-se opções de aplicação em grandes centros urbanos do Brasil e, majoritariamente, com empresas de grande porte. Procurou-se apoio da *Information Systems Audit and Control Association* – ISACA Internacional, a qual é reconhecidamente uma organização que atua em nível mundial e com conhecimento na área de GTI e CN. A partir do retorno da ISACA Internacional, efetuou-se contato com os *chapters* ISACA-SP e ISACA-DF, obtendo-se apoio de ambas. A aplicação ocorreu de forma eletrônica no primeiro trimestre de 2015.

A ISACA-SP e a ISACA-DF fizeram o envio, respectivamente, para 526 e 194 associados, totalizando 720 associados no Brasil. É válido salientar que a ISACA possui mais de 110.000 associados em 180 países, e o seu objetivo é auxiliar líderes de TI e negócios para maximizar o valor e gerenciar o risco relacionado à TI. Foi fundada em 1969, sendo uma instituição independente e sem fins lucrativos, representando profissionais envolvidos em segurança da informação, auditoria, gerenciamento de riscos e governança. É uma fonte reconhecida de conhecimento, comunidade de profissionais, padrões e certificações em TI.

O questionário do teste piloto foi enviado, através do idealizador e coordenador dos cursos, para 60 alunos de pós-graduação da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), das especializações em Gestão de Tecnologia da Informação e de Arquitetura de Nuvem, em sua grande maioria, gestores e profissionais da área de TI, bem como acadêmicos com conhecimento em GTI e CN, dado que estes já cursaram disciplinas relacionadas aos respectivos assuntos.

O instrumento da pesquisa foi dividido em 4 partes: 1. Questões relacionadas às características dos associados (nível hierárquico, porte da organização, natureza jurídica, etc.); 2. Questões que envolvem a estrutura de decisão (arranjos) com base na *Matriz de Arranjo de Governança* de TI, de Weill e Ross (2006); 3. Medição do nível de maturidade do AE entre negócio e TI com base em Luftman (2000) e Rigoni (2010); e 4. Esta parte só foi visualizada pelos respondentes que informaram ter algum tipo de Serviço de Infraestrutura (tem relação com a maturidade do modelo de IaaS pública), com base no NIST (2011b); CSA (2010); Veras (2012) e Sosinsky (2011).

A primeira providência empírica adotada foi a determinação da confiabilidade de consistência interna da *Escala Likert*, através do *Alfa de Cronbach*. Os valores obtidos foram relativamente altos para as questões que envolvem o AE, variando entre 0,89 a 0,93; e para as questões que envolvem a maturidade da CN, o valor também foi aceitável (0,792).

O tratamento estatístico foi realizado com a utilização do *Statistical Package for the Social Science* – SPSS, versão 17.0, em que foi calculado o Teste não paramétrico *Mann-Whitney* (Teste U), com objetivo de verificar se existe diferença estatística entre as organizações que

utilizam ou não a CN, considerando as variáveis ligadas ao AE e coeficiente de *Correlação de Spearman*.

ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS RESULTADOS ATRAVÉS DA ESTATÍSTICA DESCRITIVA E INFERENCIAL

ESTATÍSTICA DESCRITIVA

PERFIL DOS RESPONDENTES

Na estatística descritiva, observou-se uma maior participação dos associados da ISACA-SP, com 66,5% dos respondentes, e 33,5% da ISACA-DF. Esses valores correspondem a 20,72% do total de associados em SP, e 27,35% do DF, portanto, proporcionalmente, o maior percentual de respondentes foi de associados do DF.

Já com relação à utilização ou não do modelo de Serviço de Infraestrutura (IaaS) pública, observou-se que dos 164 respondentes, 94 (57,3%) não possuem o serviço, e 70 (42,7%) possuem. O percentual de utilização foi aproximado nos dois *chapters*, sendo a não utilização em SP de 56,9% e no DF de 58,1%, e a utilização, respectivamente, de 43,1% e 41,9%, logo, conclui-se que SP apresenta número um pouco superior de organizações com IaaS pública. Esse valor pode ter sido superior em razão da quantidade de organizações públicas no DF ter sido mais elevada, deste modo, tem-se um percentual menor de utilização de IaaS pública. A distribuição está disposta na Tabela 1:

Tabela 1 - Frequência, percentual, sem ou com Infraestrutura como Serviço (IaaS) pública dos entrevistados por <i>Chapter</i> ISACA (SP e DF)						
<i>Chapter</i>	Frequência	<i>Chapter</i> Percentual (%)	Sem IaaS pública	Sem IaaS pública Percentual (%)	Com IaaS pública	Com IaaS pública Percentual (%)
DF	55	33,5	32	58,1	23	41,9
SP	109	66,5	62	56,9	47	43,1
Total	164	100	94	57,3	70	42,7

Fonte: Dados da pesquisa (2015).

Conforme os resultados relacionados à formação dos respondentes, constata-se que existe um alto percentual com formação na área técnica (TI), cerca de 78,7% na área de gestão. Observou-se, ainda, que existe um número relativamente alto quanto à formação na área de gestão³, representando 40,9%. Atualmente, 43,3% dos respondentes são gestores de TI, enquanto 20,1% ocupam cargos de gestão de negócio, ou seja, a maioria (63,4%) ocupa algum cargo de gestão de negócio ou de TI. Ademais, notou-se que 36,6% não ocupam cargos de gestão.

Os dados obtidos com a pergunta se a organização possui algum modelo de serviço de infraestrutura, como serviço em nuvem, demonstram que 94 (57,32%) dos entrevistados não utilizam nenhum modelo de IaaS pública de CN, sendo que destes, 41 são gestores relacionados à área de TI. Por outro lado, os entrevistados que afirmaram a existência do serviço na organização em que trabalham correspondem a 30 gestores de TI, dos quais 24 não são gestores e apenas 16 são gestores da área de negócio.

³ Essa busca por formação na área de gestão também foi observada por Mendonça e Sousa Neto (2012).

Sobre o ramo de atividade, existe um maior equilíbrio com destaque para organizações prestadoras de serviço, com 42,1% das respostas; seguida pela indústria (25%); comércio (15,9%) e instituições financeiras (12,8%).

A maioria das organizações observadas na pesquisa é brasileira (81,7%). Desse percentual, mais da metade (58,9%) não utiliza nenhuma IaaS pública de CN. Sobre as organizações estrangeiras, observou-se que 50% delas já utilizam alguma IaaS pública de CN. Desse modo, as organizações estrangeiras possuem um percentual maior de utilização do modelo de serviço da nuvem.

Percebeu-se, também, o alto nível hierárquico relativo ocupado pelos respondentes. O modelo utilizado foi baseado em Pereira, Sousa Filho e Lucian (2009), no qual a escala varia de 0 a 1, sendo 0 (zero) o nível mais alto hierárquico e 1 (um) o último nível (mais operacional). A média obtida foi de 0,54, com desvio padrão de 0,20 e variância de 0,04. Aproximadamente 56,1% dos respondentes possuem um nível hierárquico que varia de 0 a 0,5, ou seja, a maioria dos respondentes faz parte de níveis hierárquicos mais superiores da organização. Além do mais, sugere-se a participação do percentual de 3,7% por parte dos gestores principais da organização (índice hierárquico 0 – zero).

MATRIZ DE ARRANJO DE GOVERNANÇA DE TI COM E SEM A UTILIZAÇÃO DA IAAS PÚBLICA

Os entrevistados foram questionados sobre decisões-chave da área de TI, com a finalidade de descobrir quem são os tomadores das 5 decisões-chave que envolvem a TI nas organizações com base na *Matriz de Arranjo de Governança de TI*, de Weill e Ross (2006). Os tomadores de decisões foram divididos em altos executivos (CxOs, altos gestores), especialistas de TI (CIOs, gestores de TI, profissionais de TI), líderes das mais diversas unidades de negócio e indivíduos ou por pequenos grupos (sem participação CEO e CIO).

Diferentemente dos arquétipos definidos por Weill e Ross (2006), em que o instrumento dos respondentes optou por escolher os sobreditos tipos de arquétipos, os quais eram excludentes, nesta pesquisa, foi utilizado os percentuais de participação de cada um dos tipos de decisores.

Quando a *Matriz de Arranjo de Governança de TI*, de Weill e Ross (2006), foi analisada por meio das decisões-chave e decisores *versus* organizações que utilizam ou não a IaaS pública, observou-se que as organizações que possuem algum tipo de IaaS pública (independentemente do tempo de utilização), os percentuais de participação dos altos executivos (monarquia de negócio) em todas as cinco decisões-chave são mais elevados do que as organizações que não possuem.

Já para os especialistas de TI (monarquia de TI), os percentuais de participação nas decisões-chave foram menores em organizações que possuem a CN; em contrapartida, a participação dos altos executivos (monarquia de negócio), também nas decisões mais técnicas – arquitetura de TI, estratégias de infraestrutura de TI e necessidades de aplicações – apresentou uma elevada diferença entre os pontos percentuais, respectivamente, 16, 17 e 17. Enquanto nas decisões menos técnicas – princípios de TI e investimentos e priorização

– a diferença foi menor, respectivamente, 9 e 10 pontos percentuais, conforme demonstra o Quadro 1.

Quadro 1 - Média dos percentuais de participação nas decisões-chave (com e sem Computação em Nuvem).

Tomadores de decisão	Princípios de TI (%)		Arquitetura de TI (%)		Estratégias de Infraestrutura (%)		Necessidades de Aplicações (%)		Investimentos (%)	
	Com	Sem	Com	Sem	Com	Sem	Com	Sem	Com	Sem
Altos Executivos (CxOs, altos gestores)	35	25	25	9	24	7	45	28	69	60
Especialistas de TI (CIOs, gestores de TI, profissionais de TI)	62	69	72	85	74	89	38	50	26	31
Líderes das mais diversas unidades de negócio	3	5	3	5	3	4	17	20	5	7
Tomada de decisão isolada individual ou por pequenos grupos (sem participação CEO e CIO)	0	1	0	1	0	1	0	1	0	1
Total (%)	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100

Fonte: Dados da pesquisa (2015)

Na pesquisa de Weill e Ross (2006), os direitos decisórios sobre princípios de TI ficaram basicamente divididos entre duopólio (36%), monarquia de negócio (27%) e monarquia de TI (18%); se comparado com os dados do Quadro 1, nas organizações com IaaS pública há uma predominância dos especialistas de TI (62%), mas o percentual de participação na decisão dos altos executivos também é elevado (35%), caracterizando um compartilhamento da decisão e sugerindo o arquétipo duopólio. Portanto, quanto aos princípios de TI, os valores desta pesquisa estão equivalentes aos valores da pesquisa de Weill e Ross (2006) e Mendonça et al. (2013), diferentemente do que foi observado por Assis e Laurindo (2010), que a predominância foi do arquétipo federalismo.

Nesta pesquisa, assim como nas pesquisas de Weill e Ross (2006), Assis e Laurindo (2010), Mendonça et al. (2013) e Jaeger-Neto et al. (2009), afirma-se que nas decisões-chave da arquitetura de TI e estratégias de infraestrutura de TI, que são decisões com características mais técnicas, existe maior predominância dos especialistas de TI. A porcentagem relacionada às organizações que possuem ou não IaaS pública, encontra-se, respectivamente, da seguinte forma: Arquitetura de TI (72%; 85%); Infraestrutura de TI (74%; 89%). Essa diminuição da participação nas decisões, por parte dos especialistas de TI, fez com que as organizações com IaaS pública elevassem o percentual de participação dos altos executivos (monarquia de negócio) em comparação às organizações sem IaaS pública.

Na decisão sobre necessidade de aplicações de negócio, que é uma decisão menos técnica do que aquelas supracitadas, e um pouco menos de negócio se comparada com princípios e investimentos, existe um equilíbrio maior entre os percentuais dos altos executivos e dos especialistas de TI, sendo que nas organizações com IaaS pública, esse tipo de decisão, na maioria, foi tomada pelos altos executivos (45%). Deste modo, sugere-se que os líderes

das mais diversas unidades de negócio também tiveram uma participação maior para esse tipo de decisão-chave (17%).

Em contraste com as pesquisas de Weill e Ross (2006), os valores foram similares, tendo em vista que existiu um percentual de 27% de decisões compartilhadas (duopólio), e um elevado percentual do federalismo com 30%, isto é, as decisões sobre necessidades de negócio são compartilhadas não somente entre os principais decisores, altos executivos e especialistas de TI (duopólio), mas com líderes de unidades de negócio.

Já para as organizações sem IaaS pública, a predominância é dos especialistas de TI (50%), todavia com elevada participação dos altos executivos (28%) e dos líderes de unidades organizacionais (20%). Esse resultado aproxima-se da pesquisa de Mendonça et al. (2013), na qual existiu um predomínio do duopólio.

Na decisão-chave que envolve investimentos e priorização da TI, diferentemente da maioria das outras decisões-chave, o maior percentual é dos altos executivos. Os valores ficaram equivalentes nas organizações com (69%) ou sem (60%) IaaS pública.

Os especialistas em TI obtiveram a média de 26% nas organizações com IaaS pública e 31% sem IaaS pública, também existindo uma participação dos líderes das mais diversas unidades de negócio, com 5% nas organizações com IaaS pública e 7% sem IaaS pública. Esse predomínio foi um pouco superior ao observado na pesquisa de Weill e Ross (2006), em que 30% da decisão era tomada pela monarquia de negócio.

Vale ressaltar que outros 30% eram decisões através do arquétipo duopólio, que tem na sua composição altos executivos e especialistas de TI. A principal diferença foi com relação ao arquétipo federalismo, que exercia uma participação mais elevada (27%). Esse perfil está de acordo com o defendido por Tiernan e Peppard (2004), quando afirmam que o processo decisório de TI não deve ocorrer somente internamente no ambiente da TI, mas sim com a contribuição das demais unidades organizacionais.

ALINHAMENTO ESTRATÉGICO ENTRE NEGÓCIO E TI

O nível de maturidade do AE foi desenvolvido com base em Luftman (2000), Rigoni (2006) e Souza (2008). Para fins da pesquisa, utilizaram-se 4 critérios: 1. Comunicação (interação/comunicação entre negócio e TI), que é relacionado ao aspecto social do AE; 2. Medidas de Valor e Competência (utilização de indicadores de desempenho da TI); 3. Governança (alocação de recursos); e 4. Escopo e Arquitetura (responsável por avaliar a utilização efetiva da TI), que segundo Rigoni (2010), são aspectos mais técnicos da relação de alinhamento entre negócio e TI.

No Quadro 2, destacam-se a média geral e a classificação, de acordo com a escala de Luftman (2000). Além da média geral do AE nos 4 critérios, verificou-se o nível de maturidade em organizações com e sem IaaS pública. Esta pesquisa revela que a média geral dos 4 critérios e do nível de maturidade do AE, bem como a escala resultaram em *estabilizado e focado*, que no modelo de Luftman (2000) diz respeito ao nível 3.

Quadro 2 - Escala de maturidade do Alinhamento Estratégico.

Critérios de maturidade	Escala de Maturidade da Média Geral		Escala de Maturidade da Média Sem Nuvem		Escala de Maturidade da Média Com Nuvem	
Comunicação na organização	4,73	Estabilizado e Focado	3,90	Comprometido	5,85	Estabilizado e Focado
Medidas de Valor e Competência	4,32	Estabilizado e Focado	3,48	Comprometido	5,44	Estabilizado e Focado
Governança	4,67	Estabilizado e Focado	3,83	Comprometido	5,80	Estabilizado e Focado
Escopo e Arquitetura	4,63	Estabilizado e Focado	3,77	Comprometido	5,78	Estabilizado e Focado
Alinhamento Estratégico	4,59	Estabilizado e Focado	3,75	Comprometido	5,72	Estabilizado e Focado

Fonte: Dados da pesquisa (2015) com base na Escala de Maturidade de Luftman (2000).

Quando avaliado o escore das organizações sem nuvem, a escala foi mais reduzida, sendo considerado *comprometido*, ou seja, nível 2. Enquanto avaliadas as organizações com nuvem, a escala definida foi de nível 3, *estabilizado e focado*, para todos os critérios de maturidade. Isto posto, compreende-se que as organizações com IaaS pública obtiveram escala superior às organizações sem IaaS pública.

Quando comparado os valores obtidos com as pesquisas de Rigoni (2006), através dos critérios, denominados por ele, de promoção, e a pesquisa de Souza (2008), na qual foi utilizado o alinhamento na percepção dos profissionais da área de TI, comprovou-se que de acordo com a escala de Luftman (2000), as organizações com nuvem possuem valores da escala iguais ao trabalho de Rigoni (2006) em todos os critérios (*estabilizado e focado*), enquanto ao trabalho de Souza (2008), as organizações sem nuvem possuem a escala referente a *comprometido*.

MATURIDADE DA NUVEM – INFRAESTRUTURA COMO SERVIÇO (IAAS) PÚBLICA

Em referência à maturidade da nuvem, mais especificamente à Infraestrutura como Serviço (IaaS) pública, utilizando-se como embasamento teórico a divisão dos modelos de serviço da CN definidos pelo NIST (2011b) e CSA (2010), verificou-se a identificação do tempo de utilização da CN (IaaS) pública e dos 164 respondentes, dos quais 70 (42,68%) responderam que têm o serviço.

No quesito tempo de utilização da IaaS pública na organização, foi constatada uma média de 4,2 anos e desvio-padrão de 1,94 anos. A média é relativamente baixa, se levada em consideração que a IaaS pública é uma das mais antigas disponibilizadas na nuvem, porém, pode ser explicada por alguns fatores, dentre eles, o citado por Gomes (2012), de que alguns marcos da evolução da CN aconteceram com a entrada em 2006 do *Elastic Compute Cloud* (Amazon EC2) e em 2009, de grandes empresas como *Google, IBM e Microsoft*. Mediante o

estudo, conclui-se que de 1 a 5 anos representa 70% dos respondentes e que os maiores percentuais estão com 2 (14,3%), 4 (14,3%) e 5 (18,6%) anos de utilização.

Para a maturidade da IaaS pública, alguns desígnios foram alcançados perante a média das características essenciais, tais como: o amplo acesso à rede (os recursos da IaaS pública são acessados pelos mais diferentes tipos de dispositivos); a rápida elasticidade (os recursos da IaaS pública podem ser rapidamente provisionados de acordo com a demanda); serviços mensuráveis (os recursos da IaaS pública podem ser monitorados, controlados e reportados); o autoatendimento sob demanda (os recursos da IaaS pública podem ser provisionados pelo próprio cliente); e *pool* de recursos (facilidade de acesso aos recursos computacionais disponibilizados pelo provedor) (NIST, 2011b).

Acrescenta-se que foram utilizados os 5 níveis de maturidade empregados pelo ITGI (2007) e por Luftman (2000) no seu instrumento de avaliação dos níveis de maturidade de AE. Esses níveis estão divididos da seguinte forma: 1. Inexistente/Inicial (valores entre 1 e 2); 2. Repetível ou comprometido, porém, intuitivo (valores entre 2, 1 e 4); 3. Processo definido ou estabilizado e focado (valores entre 4, 1 e 6); 4. Gerenciado e Mensurável (valores entre 6, 1 e 8); e 5. Otimizado (valores entre 8, 1 e 10), além de uma escala com 10 pontos. A média da maturidade da IaaS pública obtida foi de 5,9 e desvio-padrão de 1,50, sendo considerada a classificação *processo definido* (nível 3); também obtiveram a mesma classificação, as características essenciais da IaaS pública de autoatendimento sob demanda (5,6), amplo acesso à rede (5,6) e *pool* de recursos (4,9).

O nível 3 indica que existe uma padronização e comunicação dos processos que envolvem a utilização dos recursos da IaaS pública. Sugere-se, portanto, que as organizações que adotam o sobredito serviço, encontram-se com processos definidos (nível 3) e que já estariam em um nível intermediário de maturidade da IaaS pública. Essa classificação está de acordo com a pesquisa feita pelo CSA (2012), na qual é sugerida que a maturidade do mercado da IaaS pública estaria no estágio de maturidade aproximadamente no ano de 2014.

As características essenciais de elasticidade e mensuração, encontram-se no nível 4 – gerenciado (6,9) e mensurável (6,7). Sendo assim, afere-se que com a utilização dessas características essenciais, os processos são medidos e controlados, além de já serem utilizados como geradores de vantagem competitiva (ITGI, 2007; LUFTMAN, 2000). Destaca-se, como ficou sugerido na dimensão do AE de GTI, ser mais elevado em organização com IaaS pública, alcançando uma preocupação nos controles e mensuração dos resultados.

Mediante a pesquisa, é possível deduzir que as organizações estão buscando medir/mensurar e ter mais controle sobre os indicadores de utilização dos recursos da nuvem, para além da utilização de elasticidade, o que pode estar auxiliando a implantação e acompanhamento de estratégias organizacionais e seus impactos na infraestrutura de TI.

ANÁLISE INFERENCIAL

MATRIZ DE ARRANJO DE GOVERNANÇA DE TI VERSUS UTILIZAÇÃO DA IAAS PÚBLICA

Para se conseguir fazer, através da estatística inferencial, afirmações de uma população por meio de uma amostra, as inferências devem ser desenvolvidas com base nos testes de

hipóteses. Com destaque à *Matriz de Arranjo de Governança de TI*, as decisões-chave foram vinculadas com os decisores das organizações, além de relacionadas com a utilização ou não da IaaS pública.

As hipóteses foram testadas por meio do *Mann-Whitney*, também chamado de teste U, que é uma prova não paramétrica destinada a comparar duas amostras (BRUNI, 2010). Para a aplicação do teste U, foram tomados dois grupos separados e independentes, um formado pelas organizações que não possuem a IaaS pública, e outro formado pelas organizações que possuem, deste modo, foi possível comparar as percepções de cada grupo sobre as decisões-chave. O Quadro 3 demonstra o modelo utilizado para os testes das hipóteses relacionadas com as decisões-chave.

Quadro 3 - Testes de hipóteses sobre as decisões-chave de TI versus utilizadores ou não da IaaS pública (com base no teste *Mann-Whitney* ou teste U)

Decisões-chave	4 tipos de tomadores de decisões em empresas com e sem Infraestrutura como Serviço (IaaS) pública.	
	Não existe diferença estatisticamente significativa	Existe diferença estatisticamente significativa
<i>Princípios de TI</i>	H ₀	H ₁
<i>Arquitetura de TI</i>	H ₀	H ₁
<i>Infraestrutura de TI</i>	H ₀	H ₁
<i>Necessidades de Aplicações de Negócio</i>	H ₀	H ₁
<i>Investimentos e a Priorização da TI</i>	H ₀	H ₁

Fonte: Dados da pesquisa (2015)

Para fins do trabalho, os tomadores de decisão foram baseados nos arquétipos de Weill e Ross (2006), os quais são: altos executivos, especialistas de TI, líderes das mais diversas unidades de negócio e tomada de decisão isolada individual ou por pequeno grupo. Para obtenção de uma maior precisão na participação dos decisores, não foram colocados os arquétipos predefinidos do modelo dos referidos autores, e sim percentuais de participação de cada um dos 4 tipos de decisores. Como exemplo, pode ser destacado o arquétipo duopólio, que tem a participação dos altos executivos e dos especialistas de TI, mas no modelo dos autores não é possível identificar dentro do duopólio o percentual de participação de cada um nas decisões-chave.

O Quadro 4 indica que as diferenças estatisticamente significativas na participação em decisões ocorrem, sobretudo, nas decisões mais técnicas, como arquitetura de TI, infraestrutura de TI, incluindo as necessidades de aplicações de negócio, este último devido ao aumento de participação do arquétipo de líderes das diversas unidades de negócio. Sendo assim, sugere-se, através dos dados revelados, uma participação diferente dos altos executivos em todas as cinco decisões-chave nas organizações que possuem IaaS pública das que não possuem.

Quadro 4 - Resumo das hipóteses da matriz de arranjo de governança x IaaS (com base no teste U)

Decisões-chave	Altos executivos	Especialistas de TI	Líderes das mais diversas unidades	Tomada de decisão isolada ou por pequenos grupos
----------------	------------------	---------------------	------------------------------------	--

<i>Princípios de TI</i>	H ₁	H ₀	H ₀	H ₀
<i>Arquitetura de TI</i>	H ₁	H ₁	H ₀	H ₀
<i>Infraestrutura de TI</i>	H ₁	H ₁	H ₀	H ₀
<i>Necessidades de Aplicações de Negócio</i>	H ₁	H ₁	H ₀	H ₀
<i>Investimentos e a Priorização da TI</i>	H ₁	H ₀	H ₀	H ₀

Fonte: Dados da pesquisa (2015)

Diante disso, é possível inferir que a *Matriz de Arranjo de Governança de TI* é afetada com a utilização da IaaS pública de CN nas organizações que foram pesquisadas, principalmente, quanto à participação no processo decisório que envolve altos executivos (monarquia de negócio) e especialistas de TI (monarquia de TI). A realidade apresentada pode estar acontecendo, em razão da CN possibilitar análises mais detalhadas dos recursos que estão sendo utilizados (HEIER; BORGMAN; BAHLI, 2012).

Assim, conclui-se que existe diferença estatisticamente significativa nas cinco decisões-chave que envolvem os altos executivos (monarquia de negócio) e nas decisões mais técnicas (arquitetura de TI e infraestrutura de TI); e para as necessidades de aplicações de negócio, existe diferença estatisticamente significativa para os especialistas de TI (monarquia de TI) nas organizações que utilizam ou não a IaaS pública, precisamente as questões mais técnicas.

CRITÉRIOS DO ALINHAMENTO ESTRATÉGICO VERSUS UTILIZAÇÃO DA IAAS PÚBLICA

Com base em Luftman (2000) e Rigoni (2010), para se conseguir fazer, através da estatística inferencial, afirmações de uma população com base em uma amostra, as inferências também foram desenvolvidas com base nos testes de hipóteses, aos quais utilizou-se o *Mann-Whitney* (Teste U). Nesse campo, sua finalidade é verificar a existência de diferença significativa entre o AE e a utilização ou não do serviço de nuvem (IaaS pública). O Quadro 5 expõe o modelo utilizado para os testes das hipóteses relacionadas.

Quadro 5 - Testes de hipóteses sobre o Alinhamento Estratégico *versus* utilizadores ou não do IaaS (com base no teste U)

Crítérios do Alinhamento Estratégico	Não existe diferença estatisticamente significativa	Existe diferença estatisticamente significativa
<i>Comunicação na sua organização</i>	H ₀	H ₁
<i>Medidas de Valor e Competência</i>	H ₀	H ₁
<i>Governança</i>	H ₀	H ₁
<i>Escopo e Arquitetura</i>	H ₀	H ₁
Alinhamento Estratégico (média)	H ₀	H ₁

Fonte: Dados da pesquisa (2015).

Nesta comparação, entende-se que os 4 critérios do AE (comunicação, medidas de valor e competência, governança e escopo e arquitetura), bem como o seu nível de maturidade, tiveram a H₀ rejeitada, ou seja, existe uma diferença entre as organizações que utilizam a nuvem e as que não utilizam, esse resultado relaciona-se com os autores Heier, Borgman e

Bahli (2012), os quais afirmam a existência de diferença entre o AE nas organizações com e sem nuvem.

É importante ressaltar que nas organizações com IaaS pública, os gestores de negócio participam mais das decisões, segundo demonstrado também pela *Matriz de Arranjo de Governança de TI*. Esse nível de participação ou compartilhamento de conhecimento entre gestores de negócio e de TI, favorece o AE, pois quanto maior o nível de similaridades cognitivas entre esses grupos, maior é o AE entre negócio e TI (TAN; GALLUPE, 2006).

Os resultados obtidos desta pesquisa revelam que as organizações que utilizam IaaS pública possuem uma maior maturidade do AE, e isso pode estar acontecendo porque o serviço, através de suas ferramentas de monitoramento e medições, permite maior controle dos serviços e estruturas de TI e um monitoramento dos resultados obtidos de estratégias de negócio implementadas.

No entanto, as informações obtidas nesta pesquisa divergem dos resultados da pesquisa de Heier, Borgman e Bahli (2012), os quais afirmam que a adoção da CN não afeta a GTI, principalmente quando se trata do AE. É válido enfatizar que na época da pesquisa dos autores, a CN ainda se encontrava em um estado de “infância”, como afirma o CSA (2012).

Ademais, a relação entre AE e, conseqüentemente, a GTI com a CN, pode proporcionar ganhos de eficiência, maior agilidade, melhor criatividade e inovação, melhoria no gerenciamento da segurança e risco da TI (PRASAD; GREEN, HEALES, 2014).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como principal objetivo, o presente trabalho buscou analisar as relações entre os arranjos de Governança de Tecnologia da Informação (GTI) e o Alinhamento Estratégico (AE) com a Infraestrutura como Serviço (IaaS) pública da Computação em Nuvem (CN). Para alcançá-lo, foram utilizadas as análises da estatística descritiva e inferencial, bem como as reflexões suscitadas, frutos do conhecimento alcançado em articulação ao respaldo bibliográfico e ancorados nos dados coletados. Deste modo, apresentou-se as argumentações sobre as questões que envolvem decisões-chave de TI (arranjos de GTI), AE e a utilização da CN, notadamente a IaaS pública, decorrentes do estudo em questão.

Inicialmente, a pesquisa constatou que as organizações que utilizam a IaaS pública ainda são minoria, tanto no estado de São Paulo-SP como no Distrito Federal-DF. Observou-se, também, que há uma busca de parte dos gestores de TI por formação na área de gestão. Nesse contexto, em termos percentuais, as organizações internacionais são as que mais utilizam a IaaS pública.

Com relação aos arranjos de GTI (estruturas de decisão), independentemente de terem ou não a IaaS pública, foram similares aos apresentados em pesquisas nacionais e internacionais, existindo predominância dos gestores de TI em decisões-chave que envolvem aspectos mais técnicos, por exemplo, a arquitetura de TI e infraestrutura de TI, caracterizando-se como monarquia de TI. Em se tratando das decisões-chave de princípios de TI e necessidades de aplicações de negócio, é notório que há uma participação de gestores de negócio e de TI, revelando-se como o arquétipo de duopólio. Já para investimentos e

priorização, existe uma predominância dos gestores de negócio, que é similar ao arquétipo monarquia de negócio.

Quando comparadas as estruturas de tomada de decisões (arranjos) sobre a TI nas organizações com e sem IaaS pública, com base na *Matriz de Arranjo de Governança de TI*, de Weill e Ross (2006), é possível compreender, através dos métodos estatísticos utilizados na pesquisa, que a *Matriz de Arranjo de Governança de TI* nas organizações com IaaS pública, possui diferença estatisticamente significativa nos percentuais de participação, quando comparada com organizações sem IaaS pública.

Nas organizações com IaaS pública na estrutura de arranjo de GTI, em todas as cinco decisões-chave (princípios de TI, arquitetura de TI, infraestrutura de TI, necessidades de aplicações de negócio, e investimentos e priorização de TI), percebe-se que teve aumento na participação dos altos executivos e, conseqüentemente, uma diminuição na participação dos especialistas/gestores de TI, aproximando-se mais do arquétipo de duopólio, visto que há um equilíbrio na participação das decisões entre os gestores de negócio e os gestores de TI.

Deste modo, o arranjo de GTI com as cinco decisões-chave, propostas por Weill e Ross (2006), é alterado, sendo os arquétipos mais utilizados aqueles que possuem participação de gestores de negócio e especialistas de TI. Essa maior participação dos executivos de negócio nas decisões de TI pode, de acordo com diversos autores nacionais e internacionais, melhorar o AE e conseqüentemente a GTI.

O estudo esclareceu que nas organizações pesquisadas, com referência à avaliação da maturidade do AE, existe uma diferença estatisticamente significativa entre as organizações com e sem IaaS pública. Dessa forma, o AE é alterado com a CN, tendo as organizações com IaaS pública uma maturidade do AE diferente e superior. Nesse sentido, a GTI pode ser favorecida, pois tem entre seus pressupostos, as especificações dos direitos decisórios e responsabilidades, que são normalmente definidos a partir do alinhamento entre o negócio e a TI.

Portanto, reitera-se que o nível de maturidade avaliado com base nos critérios de comunicação na organização, medidas de valor e competência, governança, além de escopo e arquitetura, é mais elevado nas organizações com IaaS pública, sendo todos os critérios classificados com o nível 3 (*estabilizado e focado*); já as organizações sem o serviço, obtiveram o nível 2 (*comprometido*) do AE (LUFTMAN, 2000).

Quando avaliada a maturidade do modelo de IaaS pública da CN, a pesquisa sugeriu, através das respostas dos 42,68% das organizações que possuem o serviço, que a média de tempo de utilização da IaaS pública foi de 4,2 anos e que, aproximadamente, 70% dos respondentes têm entre 1 e 5 anos de utilização, esse tempo está de acordo com pesquisas internacionais, quando afirmam que a CN ainda está em fase de amadurecimento. E através da estatística descritiva da avaliação do nível de maturidade da IaaS pública, constatou-se que ela se encontra no nível 3 (processo definido). Esse nível é considerado intermediário, ou seja, já existe um processo padronizado e consistente com os objetivos organizacionais, e o recurso (IaaS pública) já se encontra inserido nos negócios.

Quando os elementos essenciais da IaaS pública, referentes à elasticidade e mensuração, são avaliados com base nas médias e no nível obtido, considera-se o nível 4 (gerenciado e mensurável). Esse nível indica que o recurso da CN já é visto como centro de resultados, além de ser um recurso gerador de vantagem competitiva e contribuinte estratégico para que a organização alcance seus objetivos. O cenário descrito propõe que as organizações estão buscando medir/mensurar, ter mais controles sobre os recursos utilizados na nuvem; ainda mais, o elemento da elasticidade é considerado o mais maduro, acarretando que as organizações podem estar utilizando a nuvem para implantação de estratégias de negócio e seu respectivo monitoramento de resultados.

A contribuição desta pesquisa foi ratificar que a introdução de soluções de CN, mais especificamente, da IaaS pública nas organizações, ocasiona mudanças nas relações entre os tomadores de decisões-chave (arranjos de GTI) que afetam diretamente a TI, bem como o AE entre negócio e TI, inclusive, a própria GTI. Essas mudanças podem proporcionar o alcance dos objetivos financeiros e Retorno dos Investimentos (ROI) em TI, por meio da melhoria no custo total do ciclo de vida das entregas de TI, uma vez que a área de negócio participa mais ativamente do processo decisório.

Portanto, após análise das relações entre os arranjos de GTI e o AE com a IaaS pública da CN, foi possível comprovar que elas estão relacionadas e são afetadas, dado que as organizações com IaaS pública possuem uma maior participação nas decisões por parte dos executivos de negócio (decisões compartilhadas) e no nível de maturidade do AE. Este, além de ser alterado, também é mais elevado quando comparado com organizações sem IaaS pública. Em síntese, a maior participação dos gestores de negócio nas decisões que envolvem a Tecnologia da Informação (TI), em decorrência da utilização da Infraestrutura como Serviço (IaaS pública) da Computação em Nuvem (CN), favorece o Alinhamento Estratégico (AE) e, conseqüentemente, a Governança de Tecnologia da Informação (GTI).

REFERÊNCIAS

- AFFELDT, F. S.; VANTI, A. A. Alinhamento estratégico de tecnologia da informação: análise de modelos e propostas para pesquisas futuras. *Revista de Gestão da Tecnologia e Sistemas de Informação*, São Paulo, v. 6, 2009, p. 203-226.
- ALBERTIN, A. L.; ALBERTIN, R. M. M. Benefícios do uso de tecnologia de informação para o desempenho empresarial. *Revista de Administração Pública* [online], v. 42, n. 2, 2008, p. 275-302. ISSN 0034-7612.
- ALBERTIN, R. M. de M.; ALBERTIN, A. L. *Estratégia de governança de tecnologia da informação: estrutura e práticas*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.
- ASSIS, C. B.; LAURINDO, F. J. B. Governança de TI e seu impacto na gestão de TI. In: *XXX ENCONTRO NACIONAL DE ENGENHARIA DE PRODUÇÃO*, São Carlos: Anais - ENEGEP, 2010.
- BROWN, C. V.; MAGILL, S. L. Alignment of the IS function with the enterprise: toward a model of antecedents. *MIS Quarterly*, Minneapolis, v. 18, n. 4, 1994, p. 371-403.
- BRUNI A, L. *Estatística aplicada à gestão empresarial*. São Paulo: Atlas, 2010.
- CARR, N. *The Big Switch: Re-Wiring the World, from Edison to Google*. New York & London: W.W, 2009.
- CLOUD SECURITY ALLIANCE. *Cloud computing market maturity study results*. [S. l.]: ISACA, 2012. Disponível em: <<http://www.isaca.org/Knowledge-Center/Research/ResearchDeliverables/Pages/2012-Cloud-Computing-Market-Maturity-Study-Results.aspx>>. Acesso em: 23 maio 2013.
- CLOUD SECURITY ALLIANCE. *Guia de segurança para áreas críticas focado em Computação em Nuvem V2.1*. [S. l.]: CSA, 2010. Disponível em: <<https://cloudsecurityalliance.org/guidance/CSAGuidance-pt-BR.pdf>>. Acesso em: 23 ago. 2013.

- COOPER, D. R. SCHINDLER, P. S. *Métodos de pesquisa em Administração*. 7. ed. Porto Alegre: Bookman, 2003.
- CRESPO, A. A. *Estatística fácil*. São Paulo: Saraiva, 2010.
- DREYFUSS, C. *Create a governance architecture that adapts to change*. Nova York: Gartner, 2003.
- FERNANDES, A. A.; ABREU, V. F. de. *Implantando a Governança de TI: da estratégia à Gestão dos Processos e Serviços*. 4. ed. Rio de Janeiro: Brasport, 2014.
- GOMES, C. N. *Estudo do Paradigma Computação em Nuvem*. 109 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Engenharia Informática e de Computadores, Departamento de Engenharia Eletrônica e Telecomunicações e de Computadores, Instituto Superior de Engenharia de Lisboa, Lisboa, 2012.
- GONÇALVES, A. de P. *Análise das Relações entre Governança Corporativa e Governança de Tecnologia da Informação em Organizações Brasileiras*. 132 f. Tese (Doutorado) - Curso de Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.
- HEIER, H., BORGMAN, H. P., BAHLI, B. *Cloudrise: Opportunities and Challenges for IT Governance at the Dawn of Cloud Computing*. IEEE, 45th Hawaii International Conference on System Sciences, 2012, p. 4982-4991.
- HENDERSON, J.; VENKATRAMAN, N. Strategic alignment: Leveraging information technology for transforming organizations. In: *IBM Systems Journal*, v. 32, 1993. Disponível em: <<http://gunston.gmu.edu/e-commerce/itgovernance/doc/henderson.pdf>>. Acesso em: 14 jul. 2014.
- ILES, P.; PREECE, D.; CHUAI, X. Talent Management as a Management Fashion in HRD: Towards a Research Agenda. *Human Resource Development International*, v. 13, n. 2, p. 125-145, 2010. Disponível em: <<http://tees.openrepository.com/tees/handle/10149/107373>>. Acesso em: 16 dez. 2014.
- INFORMATION SYSTEMS AUDIT AND CONTROL ASSOCIATION. *Computação em nuvem: benefícios para o negócio com perspectivas de segurança, governança e qualidade*. [S. l.]: ISACA, 2009. Disponível em: <<http://www.isaca.org/portuguese/Pages/default.aspx>>. Acesso em: 23 ago. 2014.
- IT GOVERNANCE INSTITUTE. *An executive view of IT Governance*. [S. l.]: ISACA, 2009. Disponível em: <<http://www.itgi.org>>. Acesso em: 5 jul. 2012.
- IT GOVERNANCE INSTITUTE. *Board briefing on IT Governance*. 2nd ed. [S. l.]: ISACA, 2004.
- IT GOVERNANCE INSTITUTE. *COBIT 4.1. Framework, control objectives, management guidelines and maturity models*. [S. l.]: ISACA, 2007.
- JAEGGER-NETO, J. et al. A percepção dos Gestores de TI em relação às práticas de Governança de TI adotadas em empresas do Rio Grande do Sul. *Revista Eletrônica de Sistemas de Informação*, Curitiba, v. 8, n. 1, out. 2009. Disponível em: <<http://www.periodicosibepes.org.br/index.php/reinfo/article/view/307>>. Acesso em: 08 jul. 2013.
- LAURINDO, F.; ROTONDARO, R. *Gestão Integrada de Processos e da Tecnologia da Informação*. São Paulo: Atlas, 2006.
- LIMA, M. C. *Monografia: a engenharia da produção acadêmica*. São Paulo: Saraiva, 2004.
- LUFTMAN, J. N. Assessing business IT – alignment maturity. *Communications for the Association for Information Systems*, [s. l.], v. 4, n. 14, 2000.
- LUFTMAN, J. N. Assessing business – IT alignment. *Information System Management*, [s. l.], v. 20, n. 3, 2003, p. 9-15.
- LUFTMAN, J. N. *Managing the information technology resource: leadership in the information age*. New Jersey: Pearson Education, 2004.
- LUNARDI, G. L.; BECKER, J. L.; MAÇADA, A. C. G. Um estudo empírico do impacto da governança de TI no desempenho organizacional. *Production*, São Paulo, v. 22, n. 3, 2012. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=So103-65132012000300019&lng=en&nrm=iso>. Acessado em: 22 set. 2012.
- LUNARDI, G. L. *Um Estudo Empírico e Analítico do Impacto da Governança de TI no Desempenho Organizacional*. Tese (Doutorado) - Departamento de Pós-graduação em Administração, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/13248?show=full>>. Acesso em: 21 dez. 2012.
- MARSTON, S. et al. Cloud Computing: The Business Perspective. *Decision Support Systems* 5, [s. l.], 2011, p. 176-189.
- MARTINS, G. A. *Estatística geral aplicada*. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2005.

- MENDONÇA, C. M. C. de *et al.* Governança de tecnologia da informação: um estudo do processo decisório em organizações públicas e privadas. *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, v. 47, n. 2, abr. 2013, p. 443-468. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0034-76122013000200008>>. Acesso em: 17 ago. 2013.
- MENDONÇA, C. M. C.; SOUSA NETO, M. V. O Perfil do Chief Information Officer (CIO) e a sua Percepção com relação aos arranjos de Governança de TI. *Revista de Economia e Administração* [Impresso], São Paulo, v. 11, 2012, p. 250-272.
- NATIONAL INSTITUTE OF STANDARDS AND TECHNOLOGY. *NIST cloud computing reference architecture: recommendations of the National Institute of Standards and Technology*. Gaithersburg: NIST, 2011a. Disponível em: <<http://csrc.nist.gov/publications/nistpubs/800-145/SP500-292.pdf>>. Acesso em: 23 set. 2013.
- NATIONAL INSTITUTE OF STANDARDS AND TECHNOLOGY. *The NIST definition of cloud computing: recommendations of the national institute of standards and technology*. Gaithersburg: NIST, 2011b. Disponível em: <<http://csrc.nist.gov/publications/nistpubs/800-145/SP800-145.pdf>>. Acesso em: 23 set. 2013.
- OLIVEIRA, A. A. de. *Aplicação do Método de Análise Hierárquica na Tomada de Decisão para Adoção de Computação em Nuvem: um Estudo de Caso na Federação das Indústrias do RN*. 2011. 128 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado em Engenharia de Produção, Departamento de Programa de Engenharia de Produção, Universidade Federal Do Rio Grande Do Norte, Natal, 2011.
- PEREIRA, F. A.; SOUZA FILHO, J. M.; LUCIAN, R. *O processo da estratégia em empresas de Tecnologia da Informação: um estudo no Porto Digital*. Trabalho apresentado no 4º Encontro de Estudos em Estratégia, 2009, Recife.
- PETERSON, R. Crafting information technology governance. *Information Systems Management*, [s. l.], v. 21, n. 4, 2004, p. 7-22.
- PORTER, E. M. *On Competition*. Boston: Harvard Business Review Book, 1999.
- PRASAD, A.; GREEN, P.; HEALES, J. On governance structures for the cloud computing services and assessing their effectiveness. *International Journal of Accounting Information Systems*, Amsterdam, v. 15, n. 4, dec. 2014, p. 335-356. Disponível em: <<https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S1467089514000311>>. Acesso em: 15 jun. 2015.
- RIGONI, E. H. *Alinhamento estratégico entre negócios e tecnologia da informação: práticas promovidas em empresas industriais da região sul do Brasil*. Dissertação (Mestrado em Administração) – Departamento de Programa de Pós-Graduação em Administração, Universidades Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, 2006.
- RIGONI, E. H. *Identificação de relações de importância entre elementos de maturidade de alinhamento negócios: TI e tipos estratégicos*. Tese (Doutorado) – Curso de Pós-graduação em Administração, Departamento de Programa de Pós-Graduação em Administração, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010, 183f. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/18802/000732788.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 29 jul. 2014.
- RITTINGHOUSE, J. W.; RANSOME, J. F. *Cloud computing: implementation, management, and security*. Boca Raton: CRC Press, 2009.
- SMITH, R. Computing in the cloud. *Research-Technology Management. Industrial Research Institute*, [s. l.], v. 52, n. 5, set./out. 2009, p. 65-68.
- SOSINSKY, B. *Cloud computing bible*. Indianapolis: Wiley, 2011.
- SOUZA, J. G. A. de. *Alinhamento Estratégico de TI: avaliando as percepções de executivos de negócio e TI*. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado em Gestão Empresarial, Departamento de Centro de Formação Acadêmica e Pesquisa, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2008, 126f.
- SULTAN, N. Cloud computing for education: A new dawn? *International Journal of Information Management*, [Amsterdam], v. 30, 2010, p. 109-116.
- TAN, F.; GALLUPE, R. Aligning Business and Information Systems Thinking: A Cognitive Approach. *IEEE Transactions on Engineering Management*, Maui, v. 53, n. 3, may 2006.
- TAROUCO, H. H.; GRAEML, A. R. Governança de tecnologia da informação: um panorama da adoção de modelos de melhores práticas por empresas brasileiras usuárias. *Revista de Administração – RAUSP*, São Paulo, v. 46, n. 1, jan./mar. 2011. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=223418642001>>. Acesso em: 14 ago. 2015.
- TAURION, C. A evolução da Computação em Nuvem e o futuro da TI. In: *IMASTERS* [s. l.], 2013. Disponível em: <<http://imasters.com.br/infra/cloud/a-evolucao-da-computacao-em-nuvem-e-o-futuro-da-ti/>>. Acesso em: 16 abr. 2014.

- TIERNAN, C.; PEPPARD, J. Information technology: of value or a vulture? *European Management Journal*, [Amsterdam], v. 22, n. 6, dec. 2004, p. 609-623.
- VAN GREMBERGEN, W.; DE HAES, S.; GULDENTOPS, E. Structures, processes and relational mechanisms for IT governance. In: VAN GREMBERGEN, W. *Strategies for information technology governance*. Hershey: Idea Group Publishing, 2004.
- VAQUERO, L. M.; CACERES L.; LINDNER J. A break in the clouds: toward a cloud definition. *Computer Communication Review*, v. 39, 2009, p. 50-55.
- VELTE, A. T.; VELTE, T. J.; ELSENPETER, R. *Computação em Nuvem: uma abordagem prática*. Rio de Janeiro: Alta Books, 2012.
- VERAS, M. *Cloud Computing: nova Arquitetura da TI*. Rio de Janeiro: Brasport, 2012.
- VERAS, M. *Datacenter: componente central da infraestrutura de TI*. Rio de Janeiro: Brasport, 2009.
- WEILL, P.; ROSS, J. W. A matrixed approach to designing IT Governance. *MIT Sloan management Review*, [Cambridge], v. 46, n. 2, winter 2005, p. 26-34.
- WEILL, P.; ROSS, J. W. *Conhecimento em TI: o que os executivos precisam saber para conduzirem com sucesso a TI em suas empresas*. São Paulo: M. Books do Brasil, 2010.
- WEILL, P.; ROSS, J. W. *Governança de TI: como as empresas com melhor desempenho administram os direitos decisórios de TI na busca por resultados superiores*. São Paulo: M. Books do Brasil, 2006.
- WEISS, A. Computing in the Clouds. *Networker*, [s. l.], v. 11, n. 4, 2007, p. 16-25.

CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS NA ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DO RIO CURIAÚ/AP

Daguinete Maria Chaves Brito
Cecília Maria Chaves Brito Bastos

INTRODUÇÃO

A criação de áreas legalmente protegidas é considerada uma das mais importantes medidas governamentais e de entidades ambientalistas para a conservação e preservação do ambiente natural. No Brasil, a lei que regulamenta a criação, gestão e manejo de um tipo dessas áreas, as Unidades de Conservação (UC), é a Lei Federal nº 9.985/2000, que instituiu o Sistema Nacional de Unidade de Conservação da Natureza (SNUC), parte da lei é regulamentada pelo Decreto Federal nº 4.349/2002. No Brasil, as UC podem ser criadas, geridas e manejadas pelos três níveis de Governos (federal, estadual e municipal).

O SNUC dividiu as UC em dois grupos, as unidades de proteção integral e as de uso sustentável. O grupo de proteção integral é formado por cinco (5) diferentes categorias: Estação Ecológica (ESEC), Reserva Biológica (REBIO), Parque Nacional (PARNA), Monumento Natural (MN) e Refúgio de Vida Silvestre (REVIS). Enquanto, o grupo de uso sustentável abrange sete (7) categorias: Área de Proteção Ambiental (APA), Área de Relevante Interesse Ecológico (ARIE), Floresta Nacional (FLONA), Reserva Extrativista (RESEX), Reserva de Fauna (RF), Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) e Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN).

No Brasil houve aumento de instituições de UC, a partir da década de 1990 e início do século XXI. Com o incremento de criação de novas UC, simultaneamente, os conflitos socioambientais cresceram nestas áreas. Pois, geralmente, os processos de criação, gestão e manejo destas unidades não envolvem as populações que utilizam os seus recursos naturais

nos processos decisórios. Essa situação pode ser explicada a partir da análise da corrente preservacionista, que historicamente é predominante na política ambiental brasileira. Esta corrente prevê que para a proteção ambiental ser efetivada é necessária a exclusão (expulsão) total das populações humanas destes espaços.

Entretanto, existe outra corrente denominada de socioambientalismo que se fundamenta na concepção de um novo paradigma voltado ao princípio da promoção não apenas focada na sustentabilidade estritamente ambiental - como biomas, ecossistemas, processos ecológicos e espécies da fauna e da flora -, mas também, para a sustentabilidade social que prevê a promoção de valores como justiça, ética, equidade social e redução das desigualdades sociais. Esta corrente parte do pressuposto que as políticas públicas para o ambiente somente têm eficácia se houver sustentabilidade social, ou seja, quando incluem as populações locais, promovendo, assim, uma repartição socialmente justa e equitativa dos benefícios advindos da exploração dos recursos ambientais.

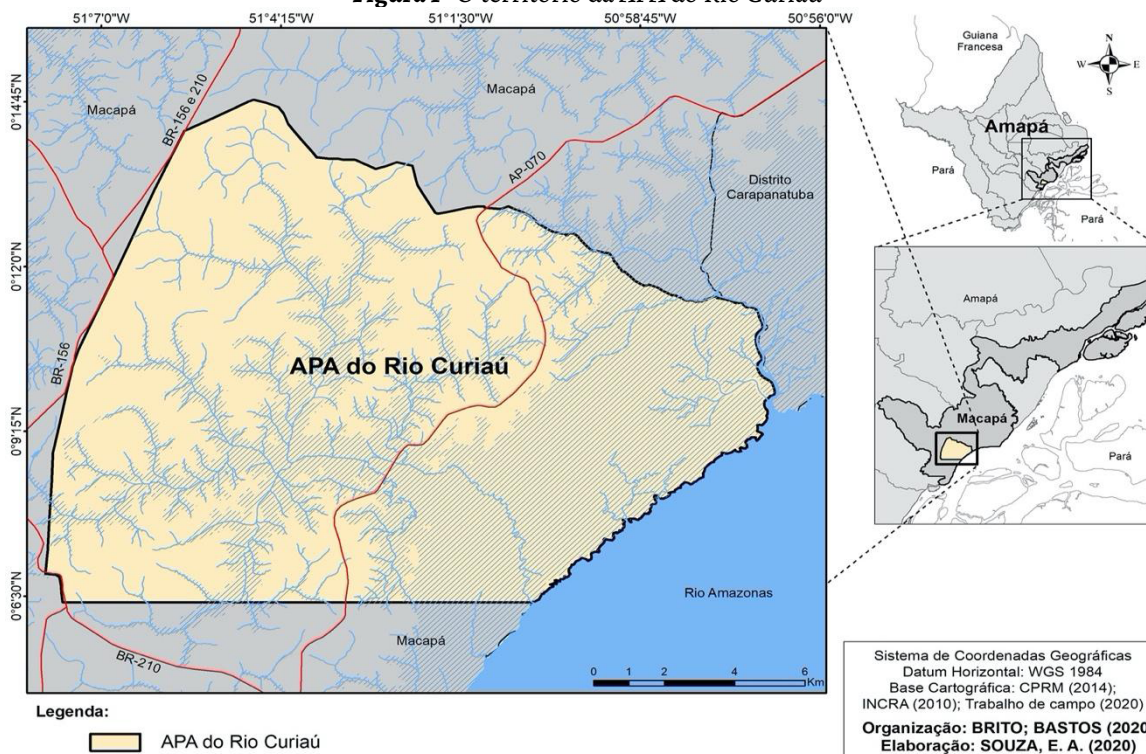
Na corrente preservacionista, o ambiente natural se torna o centro das preocupações desvinculando o homem deste processo. Ou seja, o ambiente natural passa a ser o cerne de disputas e negociações em que o caráter mais preservacionista das normas legais, relativas ao meio ambiente, defronta-se com as complexas interações historicamente estabelecidas entre as sociedades humanas e o ambiente no qual se inserem. Surgem desta relação, os conflitos socioambientais.

Os conflitos socioambientais é uma das categorias dos conflitos sociais. Este tipo de conflito designa as relações sociais com disputas entre diferentes grupos ou atores sociais pela apropriação, gestão e manejo do patrimônio natural, considerando que os litígios decorrentes destas disputas podem ocorrer nos níveis material e imaterial (simbólico) e podem, ou não, assumir formas de embate mais direto. As tensões, muitas vezes, ocorrem devido ao esforço investido na prevenção ou na reparação dos danos ambientais.

Deste modo, o *locus* desta pesquisa é a APA do Rio Curiaú (figura 1), uma UC criada, gerida e manejada pela Secretaria de Estado do Meio Ambiente (SEMA), vinculada ao Governo do Estado do Amapá. Segundo o SNUC, a APA é a categoria de UC que tem maior flexibilização quanto ao uso dos seus recursos ambientais e, por conseguinte, são focos de diversas tipologias de conflitos, principalmente os socioambientais (categoria de análise deste estudo) que ocorrem em diversos níveis e magnitudes.

Nesta perspectiva, a questão que impulsionou esta pesquisa foi quais conflitos socioambientais existentes na APA do Rio Curiaú vêm impactando o ambiente dos seus residentes e os recursos naturais? A hipótese estruturada para responder este questionamento é que os conflitos socioambientais na APA do Rio Curiaú, diversos e com várias intensidades, afetam a sustentabilidade de sua comunidade e da natureza, comprometendo o desenvolvimento socioeconômico e cultural das comunidades envolvidas pela UC.

Figura 1 - O território da APA do Rio Curiaú



Fonte: Organizado pelas autoras e Elaborado por Souza (2020).

Desta forma, o presente estudo objetivou identificar e analisar os conflitos socioambientais existentes na APA do Rio Curiaú, em Macapá/AP. Para atender a este objetivo geral foi necessário estruturar três objetivos específicos: (1) historicizar a instituição da APA do Rio Curiaú; (2) discutir teoricamente os conflitos socioambientais; e (3) diagnosticar e analisar os conflitos socioambientais que afetam a sustentabilidade da comunidade residente e dos recursos ambientais da área protegida.

A pesquisa iniciou no ano de 2019, entretanto, as informações de campo sobre as comunidades foram levantadas em 2020. Assim, o estudo foi efetivado da seguinte forma: a) pesquisa bibliográfica em livros, dissertações, teses, artigos científicos e legislações; b) levantamento documental com pesquisas no Plano de Manejo da APA (2007); e c) coleta de dados com a realização de levantamento de campo, por meio de observação *in loco*, anotações em caderneta e registros fotográficos do cenário natural da APA.

A escrita da pesquisa foi dividida, além desta introdução e das considerações, em três (3) partes: a primeira está relacionada ao *locus* da pesquisa, a APA do Rio Curiaú; a segunda versa sobre os teóricos e as teorias dos conflitos socioambientais e a terceira descreve os dados e analisa os conflitos socioambientais na unidade investigada.

A ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DO RIO CURIAÚ: SEU AMBIENTE E CULTURA

A APA do Rio Curiaú é uma UC que pertence ao grupo de unidades de uso sustentável e tem como pressuposto básico a compatibilização da conservação da natureza com o uso sustentável de parcelas dos recursos naturais disponíveis na área. O artigo 15 da lei que estabelece o SNUC determina que a categoria APA:

[...] é uma área em geral extensa, com um certo grau de ocupação humana, dotada de atributos abióticos, bióticos, estéticos ou culturais especialmente importantes para a qualidade de vida e o bem-estar das populações humanas, e tem como objetivos básicos proteger a diversidade biológica, disciplinar o processo de ocupação e assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais (BRASIL, LEI nº 9.985/2000, Art. 15, *Caput*).

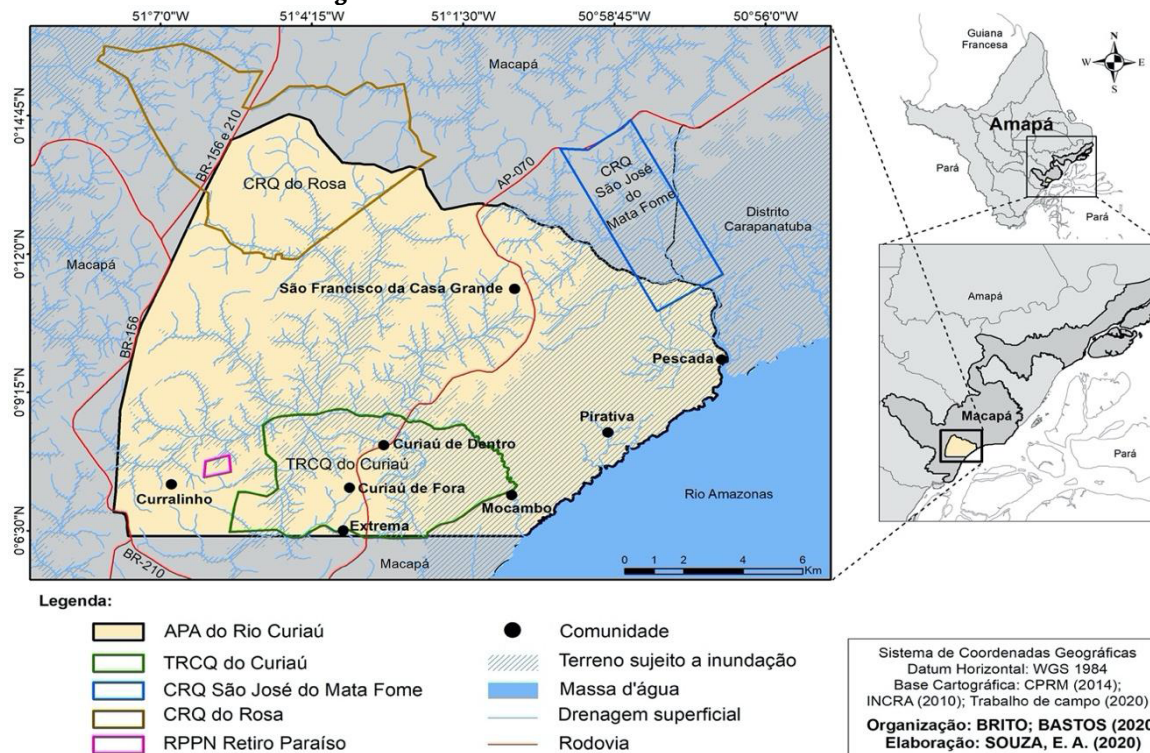
A APA do Rio Curiaú foi a primeira a ser criada no Amapá. Esta área é gerida pelo governo estadual, conforme determina a Lei nº 0431/1998. Entretanto, sua instituição passou por três momentos distintos.

O primeiro, em 1990, ocorreu quando foi criada a Área de Relevante Interesse Ecológico e Cultural (ARIEC). A ARIEC do Curiaú foi sancionada por meio do Decreto Estadual (Amapá) nº 24/1990, com área de aproximadamente 5.700 hectares. Entretanto, esta categoria de área protegida não constou e não consta nas categorias de manejo de UC instituídas no Brasil; o segundo momento aconteceu em 1992, quando o governo do Amapá, atendendo as reivindicações das comunidades que estão vinculadas ao rio Curiaú e a própria necessidade de proteção da Bacia do Rio Curiaú, aprovou o Decreto Estadual nº 1417/1992, criando a APA do Curiaú, com aproximadamente 23.000 hectares; finalmente, o terceiro momento adveio em 1998, quando foi aprovada pela Assembleia Legislativa do Amapá e sancionada pelo governador do Estado a Lei nº 431/1998, que instituiu a APA do Rio Curiaú, com uma área de 21.676 hectares (figura 1).

É importante destacar que nos limites da APA existe uma RPPN denominada de Retiro Paraíso, instituída em 6 de agosto de 1997, pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), por meio da Portaria Nº 86-N. A RPPN, com área de 46,75 hectares. Localizada no Sudoeste da APA (figura 2), atualmente sob responsabilidade do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio).

Dentro da APA do Rio Curiaú existe, desde 1999, um Território Remanescente de Comunidade de Quilombo (TRCQ), também denominado de Curiaú. Esse Território envolve três (3) comunidades: Curiaú de Dentro, Curiaú de Fora e Extrema. O TRCQ do Curiaú foi instituído por meio do Título de Reconhecimento nº 1, em 25 de novembro de 1999, pela Fundação Cultural Palmares (FCP) e abrange uma área de 3.321,8931 hectares. Além do TRCQ do Curiaú, também existe nos limites da APA partes das Comunidades Quilombolas de São José do Mata Fome e do Rosa (figura 2).

Figura 2 - As territorialidades na APA do Rio Curiaú



Fonte: Organizado pelas autoras e elaborado por Souza (2020).

Atualmente, segundo informações obtidas em campo e corroboradas com dados do Plano de Manejo da UC (2007), além das três comunidades que compõem o TRCQ do Curiaú (Curiaú de Dentro, Curiaú de Fora e Extrema) e dos Quilombos do Rosa e São José do Mata Fome, existem as Comunidades de São Francisco da Casa Grande, Curralinho, Pirativa, Pescada e Mocambo (Curiaú Mirim), totalizando dez (10) comunidades (figura 2); e também há três (3) localidades: Cedro, Fugido e Fugidinho. É importante frisar que a maioria das comunidades e das localidades tem ancestralidade negra.

Ainda segundo pesquisas em campo e evidenciadas, também, no Plano de Manejo da UC (2007), a história das comunidades negras da APA do Rio Curiaú tem suas origens no século XVIII, no período da construção da Fortaleza de São José de Macapá, quando o Brasil era Colônia de Portugal. A história demonstra que parte da área que atualmente constitui a APA serviu de refúgio para os negros que fugiram dos trabalhos pesados da edificação da Fortaleza.

Para Marin (1997), a ocupação da área está vinculada a um senhor de terras chamado Miranda, que migrou para a região com sete (7) escravos. Após o falecimento do senhor Miranda, que não tinha herdeiros, a área da bacia do Rio Curiaú teria sido partilhada entre os escravos que, posteriormente, formaram as comunidades negras da APA. Inclusive três (3) comunidades tiveram seu território titulado como TRCQ, inicialmente, Curiaú de Dentro e Curiaú de Fora e na década de 1990 a estruturação, no limite sul da APA, da comunidade Extrema (figura 2).

Consta no Plano de Manejo (2007) e na fala dos moradores, uma curiosidade com relação ao nome Curiaú vinculada à linguagem própria dos moradores do Quilombo. Provavelmente, a expressão advém da associação dos vocábulos *Criar Gado* (Cria) e *mugido das vacas*

(Mur), resultando no termo *Cria-UM*, em seguida *CRIAÚ*, evoluindo para *CURIAÚ*, como é conhecido atualmente.

Por sua formação populacional, é possível inferir que as comunidades residentes na APA do Rio Curiaú apresentam particular perfil étnico-cultural. Assim, as principais manifestações culturais são os festejos religiosos que ocorrem em janeiro, maio, junho e agosto, com as festas de São Sebastião, Santa Maria, festas juninas (Santo Antônio, São João, São Pedro e São Paulo) e São Joaquim, respectivamente. Nestas festas, são comuns as realizações de atividades religiosas e profanas, como: missas, ladainhas, novenas, além de batuques e danças de marabaixo (manifestações típicas das comunidades negras no município de Macapá/AP).

De acordo com as visitas *in loco* foi possível perceber que durante as manifestações culturais das comunidades são servidas iguarias como: vatapá, tacacá, caldos, mingau; e a gengibirra, bebida típica composta por gengibre, cachaça, açúcar e água, produzida por membros das próprias comunidades negras da APA e seu entorno.

Outro aspecto importante das comunidades da APA do Rio Curiaú são as características ambientais associadas à ancestralidade do Quilombo. Este local tem beleza cênica ímpar, especialmente a microbacia do rio Curiaú. Seu sistema de drenagem é interligado por lagos temporários e permanentes e é influenciado pelos regimes pluviais e fluviais. Com relação à cobertura florestal, a APA possui três (3) fisionomias naturais predominantes: o cerrado (vegetação savânica), as matas ou florestas de várzeas e os campos de várzea ou campos inundáveis (IEPA, 2008).

Pelo panorama exposto, é notório que essas riquezas culturais e ambientais estão entrelaçadas. A disponibilidade do patrimônio ambiental (fauna, flora e recursos hídricos) e a exploração inadequada desta riqueza vêm, ao longo dos anos, provocando conflitos socioambientais na área, pois afetam o patrimônio cultural da comunidade. Acrescenta-se a este cenário a proximidade da APA com o meio urbano de Macapá/AP.

Assim, manter a sustentabilidade dos bens ambientais e culturais não é tarefa fácil, são necessários programas eficazes e eficientes de fiscalização e monitoramento. Neste sentido, é imprescindível analisar os teóricos e teorias que se ocupam dos conflitos socioambientais para avaliar como eles ocorrem a partir da exploração do patrimônio ambiental da APA.

CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS: CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS

Teoricamente, os conflitos socioambientais são discutidos externa e internamente, por autores internacionais, como Libiszewski (1992), Turner (2004) e Ruiz (2005), e nacionais, como Little (2001) e Acselrad (2004). É importante destacar que existem outros autores que discutem a temática, entretanto, para este estudo foram considerados apenas estes cinco.

De modo geral, estes autores consideram os conflitos socioambientais como uma tipologia dos conflitos sociais, que especificamente envolvem a noção de escassez e uso desregrado da natureza. Isto é, envolvem o desequilíbrio entre a utilização e a reposição dos bens naturais demandados pelas sociedades humanas.

Os autores internacionais, Libiszewski (1992), Turner (2004) e Ruiz (2005), afirmam que os conflitos socioambientais ocorrentes no mundo são ocasionados pela escassez dos

bens naturais provocados pelas atividades socioeconômicas que degradam o ambiente do planeta. Ou seja, a escassez e o modo como são utilizados os recursos da natureza determinam os desequilíbrios social, econômico e ambiental envolvendo os aspectos materiais e simbólicos do ambiente natural.

Libiszewski (1992) fundamenta sua teoria afirmando que os conflitos socioambientais ocorrem quando a escassez de bens naturais é decorrente das atividades socioeconômicas. Em outras palavras, ocorre uma alteração na taxa normal de regeneração da natureza, tendo como principais consequências a diminuição da produção agrícola, o empobrecimento das comunidades e aumento da emigração das populações locais. Por fim, o autor assegura que esta tipologia de conflito tem vinculações diretas com o uso desregrado da natureza pelas sociedades.

Para Turner (2004), é necessário dar atenção especial à segurança ambiental, haja vista o desequilíbrio entre a oferta e a demanda de bens naturais. A principal causa deste desequilíbrio é a ação predadora das atividades socioeconômicas desenvolvidas pelas sociedades. Neste sentido, o autor afirma que o estresse ambiental associado às grandes demandas por bens ambientais, provoca graves conflitos socioambientais que associam escassez e uso dos recursos.

Ruiz (2005) afirma que os conflitos socioambientais envolvem aspectos materiais e imateriais (simbólico). O autor defende que essa tipologia de conflito ocorre pela incompatibilidade de interesses sobre o uso de um mesmo território ou de bens ambientais e que estes conflitos podem ocorrer envolvendo indivíduos de uma mesma comunidade, ou entre grupos independentes de pessoas.

No Brasil, a temática é discutida por diversos autores, entretanto, os que serão considerados nesta pesquisa são Little (2001) e Acselrad (2004). Estes autores explicam que essa tipologia de conflito social ocorre a partir de disputas entre grupos sociais que mantêm distintas formas de relações com o meio natural ou com modos diferenciados de apropriação, uso e significado do território. Ou seja, os conflitos socioambientais ocorrem quando um ou mais grupos identificam ameaças quanto à continuidade de suas formas de apropriação do ambiente e as suas existências ou sobrevivências na área.

Para Little (2001), os conflitos socioambientais decorrem de disputas entre grupos sociais oriundos de distintas formas de relações mantidas com o ambiente natural. Diferente dos demais autores, Little considera três dimensões básicas a serem analisadas no processo de entendimento dos conflitos socioambientais: o mundo biofísico e os ciclos naturais, o mundo humano e suas estruturas sociais e o relacionamento dinâmico e interdependente entre estes mundos (biofísico e humano). Desse modo, os conflitos socioambientais se encontram nos planos material e simbólico, os quais estão fortemente entrelaçados.

Acselrad (2004) analisa os conflitos socioambientais com base no envolvimento de grupos sociais com diferentes formas de apropriação, significado e uso do território. Para o autor, os conflitos são originados quando pelo menos um dos grupos sofre ameaças quanto à continuidade de suas práticas socioambientais. Ou seja, a associação entre degradação ambiental e ações de grupos sociais. O autor caracteriza os conflitos socioambientais em quatro dimensões: apropriação simbólica, apropriação material, durabilidade (base mate-

rial necessária para a continuidade de determinadas formas sociais de existência) e interatividade (ação cruzada de uma prática espacial sobre a outra).

De acordo com as percepções dos autores, é possível inferir que os conflitos socioambientais são ocasionados, sobretudo, pela reduzida oferta de bens naturais e pela degradação do ambiente. Situações que ocorrem pela execução das atividades socioeconômicas. Em outros termos, a escassez e a forma de utilização da natureza determinam os desequilíbrios ambiental, social e econômico, envolvendo as territorialidades e as desterritorialidades de grupos sociais. Nas comunidades da APA do Rio Curiaú, que têm grande dependência da natureza, esses conflitos emergem constantemente e com vários graus de intensidades, nos seus aspectos material e simbólico.

ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DO RIO CURIAÚ: SEUS CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS

Após visitas, com observações (caderneta de campo) e registros fotográficos, à APA do Rio Curiaú e análise do Plano de Manejo (2007) foi possível diagnosticar ações e atividades que originam os conflitos socioambientais na área e impactam na sua gestão e no seu manejo, contribuindo para a degradação socioambiental da área.

A principal ação percebida que provoca conflitos socioambientais no território da APA, é a pressão antrópica, que ocorre a partir de invasões aos açazais, exploração indiscriminada dos recursos madeireiros, caça e pesca predatória, além da deposição inadequada de resíduos sólidos, formando lixeiras viciadas (figura 3). Neste cenário, ocorrem roubos de gado e de outros animais criados por moradores da área. Essas atividades são realizadas por pessoas que não moram na APA, mas invadem a área e retiram estes recursos, provocando conflitos entre moradores e invasores, corroborando com a teoria de Little (2001), quando afirma que os conflitos socioambientais são baseados nas disputas entre grupos sociais que mantêm relações diferentes com a natureza. Isto é, a maioria dos moradores da APA do Rio Curiaú utilizam os recursos naturais da área tendo como princípio a sustentabilidade, diferentemente dos invasores que acessam os recursos sem critérios e com alto grau de degradação da fauna e flora da UC. Compreende-se, então, que as invasões ocorrem nos limites sul da APA, por ter proximidade com a área urbana de Macapá (figura 3); nas áreas de cerrado, onde não há comunidades instaladas; nos igarapés Pescada e Fugido, pela reduzida presença de moradores; nas comunidades do Curiaú de Fora, Casa Grande, Curralinho, Mocambo e Extrema, pela presença constante de visitantes e turistas; nas margens do Rio Amazonas e ao longo da BR 210, pela facilidade de acesso e reduzida fiscalização e monitoramento da área.

Figura 3 - Lixeira viciada - limite sul da APA do Rio Curiaú



Fonte: Pesquisa de campo (2020).

É possível relacionar outras atividades e ações causadoras da degradação que são praticadas por invasores e moradores da área, são elas: queimadas e incêndios, desmatamentos e desflorestamentos, erosão das margens do rio Curiaú e dos igarapés, caça, captura e pesca desordenadas e bubalinocultura.

As queimadas são feitas nas áreas de cerrado, no período mais seco do ano. Em geral, são provocadas pela ação humana quando cultivam suas roças, pois utilizam a queima após a derrubada da vegetação. Esse procedimento é responsável por incêndios que se propagam, tanto em áreas de cerrado, como em ilhas de mata, causando graves danos à flora e à fauna (figura 4).

Figura 4 - Queimadas em ecossistema de Cerrado



Fonte: Pesquisa de campo (2020).

As queimadas provocam danos ambientais e proporcionam os conflitos socioambientais, situação que é corroborada por Acselrad (2004), quando avalia que o surgimento dos conflitos socioambientais envolve diferentes formas de apropriação do território, por diferentes grupos sociais e quando há ameaças de descontinuidade das práticas socioambientais por um dos grupos que está em disputa.

Os desmatamentos para a exploração de madeira são feitos por moradores e pessoas externas à APA. Neste caso, o ecossistema mais afetado é a floresta de várzea (figura 5). Outra prática recorrente é o desflorestamento que acontece a partir da exploração seletiva da madeira, uma prática antiga nas áreas da APA que causa o empobrecimento da diversidade biológica. Neste sentido, Libiszewski (1992) afirma que os conflitos socioambientais ocorrem quando há carência de bens naturais em decorrência de atividades socioeconômicas. Assim dizendo, a regeneração da natureza é alterada e a consequência natural é o empobrecimento das comunidades humanas.

Figura 5 - Desmatamento no ecossistema de Várzea



Fonte: Pesquisa de campo (2020).

As retiradas de vegetação na APA do Rio Curiaú causam vários danos ambientais que provocam conflitos relacionados ao ambiente natural, como o empobrecimento ou a exaustão da própria flora, a redução da fauna e a erosão ou desbarrancamento das margens do rio Curiaú e dos igarapés (figura 6). A erosão sobrevém como consequência da retirada da vegetação ciliar que intensifica o fluxo diário das marés e são ocasionados em decorrência da limpeza dos açazais e para a formação de pastos. A erosão é um dano grave na APA, pois causa o desmoronamento das margens do rio e dos igarapés afetando, muitas vezes, a habitação dos ribeirinhos que são obrigados a procurar outros espaços para sua moradia e desenvolvimento de suas atividades socioeconômicas.

Figura 6 - Processo erosivo nas margens do rio Curiaú



Fonte: Pesquisa de campo (2020).

As consequências do processo erosivo na APA do Rio Curiaú, relacionam-se diretamente com a teoria de Turner (2004), quando defende que uma das causas dos conflitos socioambientais é a ação predadora das atividades socioeconômicas desenvolvidas pelas comunidades/sociedades, sendo que o estresse do ambiente natural aliada às demandas por bens ambientais suscitam conflitos relacionados, simultaneamente, ao ambiente e sociedade, situação que vem ocorrendo no rio e nos igarapés da APA.

A caça, a captura e a pesca desordenadas são realizadas, em geral, por pessoas estranhas à APA. Mas é importante ressaltar que estas ações também são realizadas por residentes da área, para o consumo das famílias e para o comércio clandestino. A caça e a captura acontecem, sobretudo, nas áreas de mata. A pesca clandestina ocorre no rio, nos igarapés e lagos na época do defeso. Estas ações vêm provocando a extinção de várias espécies da fauna local.

Com relação ao desenvolvimento das atividades de caça e pesca, Libiszewski (1992) afirma que os conflitos socioambientais podem ser originados pela escassez de bens naturais decorrentes das alterações ambientais ocasionadas pelas ações econômicas; o uso desregrado do ambiente pelas comunidades. No caso da APA do Rio Curiaú, a extinção de espécies da fauna é um provocador de conflitos relacionados ao ambiente e às comunidades.

Além dos conflitos anteriores, existe a criação extensiva de gado bubalino ou bubalinocultura (figura 7), realizada pelos moradores. Esse tipo de pecuária suscita graves danos ao ambiente da área, pois ao se locomovem nos ambientes aquáticos, principalmente nos lagos, estes animais escavam canais, destroem a vegetação e provocam erosão hídrica regressiva. Os sulcos formados pelo pisoteio dos búfalos provocam novos sistemas de circulação da água, ocasionando impactos sobre a flora e a fauna destes ambientes e, conseqüentemente, a dispersão de espécies exóticas.

Figura 7 - Criação extensiva de búfalo nos lagos do Curiaú



Fonte: Pesquisa de campo (2020).

Com relação aos conflitos socioambientais causados pela bubalinocultura na APA do Rio Curiaú é possível perceber similaridades com a teoria de Ruiz (2005), a qual defende que essa tipologia de conflito ocorre pela incompatibilidade de interesses sobre o uso de um mesmo território ou de bens ambientais e podem envolver indivíduos de uma mesma comunidade, ou entre grupos independentes de pessoas. Quanto à APA, a criação de búfalos nos lagos provoca a alteração do ecossistema e reduz a biodiversidade diminuindo a disponibilidade de peixes, base alimentar das comunidades ribeirinhas do Curiaú.

É importante enfatizar que as ações e atividades discutidas neste trabalho, não são as únicas provocadoras de conflitos socioambientais na APA, pode-se citar, também, o uso público inadequado dos lagos, a destinação imprópria dos resíduos, o roubo de animais e a produção de carvão vegetal. Entretanto, as avaliadas são as que têm maior grau de impacto ao ambiente e às comunidades afetando, inclusive, os aspectos materiais e imateriais, como preconizado por Ruiz (2005).

Outra análise importante neste contexto é a multiplicidade de destinação da APA, pois em seu território existem várias territorialidades, como: uma RPPN, um TRCQ, partes de duas Comunidades Quilombolas, propriedades privadas, propriedades públicas e propriedades coletivas. Estas territorialidades são gerenciadas por diferentes órgãos, por exemplo: a APA do Rio Curiaú é administrada pela SEMA/AP; a RPPN Retiro Paraíso pelo ICMBio; o TRCQ do Curiaú, pela FCP e as Comunidades Quilombolas (Rosa e São José do Mata Fome) pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste estudo, a concepção de conflitos socioambientais tornou-se fundamental para conduzir o processo investigativo que focaliza a APA do Rio Curiaú como importante Unidade de Conservação da biodiversidade do Amapá. Assim, os dados coletados evidenciaram a

pressão antrópica, mais especificamente as invasões, como a ação provocadora de conflitos socioambientais mais antiga e lesiva para os moradores da APA do Rio Curiaú e seu ambiente natural.

Esta ação promotora de conflitos se propaga desde a criação da unidade até os dias atuais e ocorre, particularmente, por causa da proximidade com a zona urbana de Macapá. Em geral, os invasores acessam inadequadamente os recursos naturais e há registros de roubos de animais criados pelos moradores. As invasões que acontecem pelas populações externas provocam conflitos socioambientais provenientes da necessidade de convivência adequada entre o ser humano e a natureza.

Entretanto, os conflitos socioambientais também são provocados pelas populações residentes na unidade, pois os habitantes têm grande dependência dos recursos ambientais e, em várias atividades, a relação homem e natureza não ocorre de maneira harmônica, tendo como consequência o surgimento de constantes conflitos socioambientais com vários graus de intensidades, nos seus aspectos material e simbólico.

As principais atividades prejudiciais à APA, além das invasões, são: bubalinocultura, erosão do solo, invasões aos açais, exploração indiscriminada dos recursos madeireiros, caça e captura de animais, pesca predatória, queimadas e desmatamentos, ações que têm causado agressões ao meio ambiente e às comunidades. Assim, essas questões têm se traduzido nos maiores conflitos socioambientais e afetam a subsistência das comunidades dentro da UC.

Portanto, com a pressão antrópica e o crescimento de atividades geradas pela presença de população proveniente de diversas territorialidades na UC (RPPN, TRCQ, partes de duas Comunidades Quilombolas, propriedades privadas, propriedades públicas e propriedades coletivas), nota-se que, ao longo dos anos, ocorre a solidificação dos conflitos socioambientais em virtude do uso desordenado do espaço protegido e pela manutenção das práticas socioeconômicas ali efetivadas.

A respeito das multiplicidades de territorialidades é possível afirmar que há existência de conflitos de interesses, por causa das variadas finalidades e instituições gestoras, o que reverbera na gestão da área e, na maioria dos casos, na promoção e propagação de conflitos socioambientais, mesmo considerando que todas as instituições têm vínculos com a gestão ambiental.

Neste sentido, é plausível considerar a importância de um plano de manejo atualizado e exequível, pois é essencial ao planejamento das atividades da APA, de modo que seja coibido o aumento dos conflitos socioambientais na UC. Mas, para isso, são necessários recursos orçamentários e financeiros para a manutenção e execução das ações de políticas de gestão, como: educação ambiental, monitoramento ambiental, cadastro dos moradores, fiscalização ambiental e elaboração do Zoneamento Ecológico Econômico (ZEE).

A atualização e implementação do Plano de Manejo, certamente, combateria os maiores conflitos socioambientais e auxiliaria a gestão da APA do Rio Curiaú. Isto posto, recomenda-se aos órgãos gestores presentes na área, sejam eles em âmbito federal, estadual e municipal, que façam estudos e diagnósticos da situação atual da área, considerando as

diversas territorialidades e os fatores de pressão antrópica ou invasões que afetam a subsistência e a qualidade de vida dos moradores.

A atenção a essas questões é importante para a criação e expansão de políticas que minimizem os conflitos socioambientais nesta importante UC no cenário ambiental amapaense, além de promover ações de sustentabilidade dos recursos naturais, desenvolvimento sociocultural e econômico para os moradores e a preservação e conservação do ambiente natural da APA do Rio Curiaú.

REFERÊNCIAS

ACSELRAD, H. As práticas espaciais e o campo dos conflitos ambientais. In: *Conflitos Ambientais no Brasil*. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2004.

AMAPÁ. *Decreto Estadual nº 0024, de 20 de fevereiro de 1990*. Cria a Área de Relevante Interesse Ecológico e Cultural (ARIEC) do Curiaú. SEMA, 1990. CD Rom.

AMAPÁ. *Decreto nº 1417, de 28 de setembro de 1992*. Cria a Área de Proteção Ambiental - APA do Curiaú, situada no Município de Macapá, Estado do Amapá e dá outras providências. SEMA, 1992. CD Rom.

AMAPÁ. *Lei nº 0431, de 15 de setembro de 1998*. Dispõe sobre a criação da Área de Proteção Ambiental do Rio Curiaú, no Município de Macapá, Estado do Amapá. Publicada no Diário Oficial do Estado nº 1891, em 15.09.98. Disponível em: <http://www.al.ap.gov.br/pagina.php?pg=buscar_legislacao&aba=legislacao&submenu=listar_legislacao&especie_documento=13&ano=1998&pesquisa=&n_doeB=&n_leiB=0431&data_inicial=&data_final=&orgaoB=&autor=&legislaturaB> . Acesso em: 30 nov. 2020.

AMAPÁ. Secretaria de Estado do Meio Ambiente. *Plano de manejo da Área de Proteção Ambiental do Rio Curiaú*. Macapá: SEMA, 2007. Disponível em: <<https://sigdoc.ap.gov.br/login.jsf>>. Acesso em: 30 nov. 2020.

BRASIL. *Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000*. Regulamenta o artigo 225, § 1º, incisos I, II, III e IV, da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/hpsenado>>. Acesso em: 11 out. 2020.

BRASIL. *Decreto nº 4.340, de 22 de agosto de 2002*. Regulamenta artigos da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza - SNUC, e dá outras providências. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2002/decreto-4340-22-agosto-2002-451270-normaatualizada-pe.html>>. Acesso em: 11 out. 2020.

BRASIL. Fundação Cultural Palmares. *Título de Reconhecimento nº 01*, institui o Território Remanescente de Comunidade de Quilombo do Curiaú, em 25 de novembro de 1999.

IEPA/ZEE. *Macrodiagnóstico do Estado do Amapá, primeira aproximação do ZEE*. Macapá: IEPA-ZEE, 2008. Disponível em: <<http://www.iepa.ap.gov.br/arquivopdf/macrodiagnostico.pdf>>. Acesso em: 11 out. 2020.

LIBISZEWSKI S. *What is an environmental conflict?* Zurich: Center for Security Studies. 1992. 14 p.

LITTLE, P. E. Os Conflitos Socioambientais: um Campo de Estudo e de Ação Política. (Org.) BURSZTYN, M. In: *A Dificil Sustentabilidade: Política energética e conflitos ambientais*. Rio de Janeiro: Garamond Ltda, 2001, p. 107-122.

MARIN R. E. A. *Nascidos no Curiaú*. UFRA/NAEA: Belém, 1997.

RUIZ, S. *Cambios institucionales y conflictos sociales en El uso del bosque del norte amazónico boliviano*. Ph.D. Thesis. Albert-Ludwigs-University, Freiburg, Germany. 2005.

TURNER, M. D. *Political ecology and the moral dimensions of "resource conflicts": the case of farmer-herder conflicts in the Sahel*. *Political Geography*, 23, 2004, p. 863-889.

OS ESTUDOS DA TRADUÇÃO E A CRÍTICA PÓS-MODERNA NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS: CONVERGÊNCIAS EM MARTIN CARTER-O POETA DA RESISTÊNCIA

Izabel Cristina Medina Brum¹

Este trabalho está situado no campo epistemológico da Tradução e tem como objetivo apresentar uma breve parcela da investigação conduzida ao longo do processo de doutoramento desta autora. O estudo busca o diálogo dos Estudos da Tradução com pressupostos teóricos como a crítica pós-moderna nas Relações Internacionais (RESENDE, 2010), com o conceito de alteridade nas RI (ROCHA; MASO, 2020), denúncias da escritora caribenha Jamaica Kincaid (2012) e ainda, com Bassnett & Trivedi (2002) cuja obra examina interconexões entre teorias pós-coloniais e a tradução, além das relações entre língua e poder entre fronteiras culturais.

A tradução interlingual envolve o contato entre um par linguístico determinado, o qual vem carregado de interferências culturais e contextuais específicas, o encontro entre dois universos que se fundem em busca de um resultado híbrido, quase um centauro linguístico cuja figura, por maior estranhamento que venha a causar, justifica-se por si só, ao fazer a ponte entre dois mundos. Tais mundos podem se concretizar em objetos de naturezas variadas, manifestos em grande parte, através de obras de gêneros literários também variados.

Aqui se vislumbra a tradução poética na pessoa e obra do autor caribenho Martin Carter, nascido em Georgetown, Guiana Inglesa (1927-1997). Carter veio de uma família de classe média urbana cujas origens eram mistas entre descendentes de africanos, indianos e europeus. Foi um jovem socialista e ativista político em busca da independência de seu país durante o período colonial e marcou fortemente a cultura local. O autor ficou conhecido como o Poeta da Resistência e sua atuação política foi uma das principais razões para o pouco conhecimento de sua obra fora da região caribenha, e foi deliberadamente retaliada

¹ Graduada em Letras, Especialista em Língua Inglesa; Mestra em Estudos da Tradução; Doutoranda em Estudos Literários. Membro do Departamento de Filosofia e Ciências Humanas e docente do Curso de Relações Internacionais da Universidade Federal do Amapá. Pesquisadora no campo de Estudos da Tradução. Endereço eletrônico: izabelmedinabrum@gmail.com

por décadas. Entre seus poemas mais importantes estão “*University of Hunger*”, “*This is the Dark Time My Love*” e “*I Come From the Nigger Yard*”, os quais se tornaram clássicos na literatura socialista e foram traduzidos em várias línguas europeias e asiáticas. Apesar disso, seus poemas raramente foram reconhecidos como parte do cânone da poesia em língua inglesa, cenário que vai sendo alterado através da crescente valorização de seu trabalho, nacional e internacionalmente.

Carter se comprometeu com a luta pela justiça de seu povo; alguns de seus poemas foram escritos durante o período em que esteve preso (nos anos 50) e falam sobre esperança, desafio, irmandade, desolação e dor. Em 1954 foram publicados os *Poems of Resistance from British Guiana* e sua voz descreveu a jornada do colonialismo até a independência. Anos mais tarde, sua obra apresentou uma roupagem mais meditativa baseada em reflexões e filosofia sobre o lugar, o propósito e as possibilidades do homem. Martin Carter foi professor e ministrou na *University of Guiana* por muitos anos. Chegou a ser Ministro da Informação e Cultura, função da qual abdicou após fortes desilusões com políticas raciais corruptas.

As seções apresentadas traçam caminhos compartilhados pelo campo de Estudos da Tradução com a pós-colonialidade e com o delicado ofício da tradução literária e poética, culminando com uma exposição de cinco poemas de Martin Carter vertidos para o português do Brasil, entre eles, um acompanhado de comentários, metodologia adotada no desenvolvimento da tese. Quatro poemas não estão presentes naquela, uma vez que foram escritos na década de 1960 e, já que o *corpus* de seleção do trabalho maior teve como recorte poemas da década de 1950. Contudo, os da primeira década referida, estão igualmente recheados da grandeza poética e protestante de Carter e servem de ilustração da dimensão de sua produção.

ESTUDOS DA TRADUÇÃO COMO CAMPO

Em *Depois de Babel*, obra fundamental sobre a tradução, publicada em 1975, George Steiner afirma que a tradução (particularmente a de textos literários) não deveria ser reduzida exclusivamente à dimensão linguística. [...] A teoria da tradução não é uma linguística aplicada. Ela é um campo novo na teoria e na prática da literatura. Sua importância epistemológica consiste em sua contribuição a uma prática teórica da homogeneidade entre significante e significado própria à prática social que é a escrita. (OUSTINOFF, 2003, p.61)

Os escritos teóricos sobre a tradução surgiram a partir das experiências de seus praticantes (BATALHA; PONTES Jr., 2007). Um dos primeiros tradutores a fazê-lo foi São Jerônimo (347-420 d.C.), o tradutor da Vulgata, cuja prática levantou a questão da diferença entre a tradução palavra por palavra ou sentido por sentido, ou seja, o dilema entre a tradução literal e a tradução livre, incógnita de longa data. Os autores nos indicam que a “tradutologia”, voltada inicialmente para os problemas linguísticos (métodos, pedagogia e filologia), interessou-se gradualmente pelo aspecto propriamente literário (estética e poética) e pelo aspecto filosófico da questão (ética). Merece menção o fato de o próprio nome da nova disciplina ter sofrido inúmeras flutuações ao longo do tempo, entre eles *Translatologia* e *Tradutologia*; os Estudos da Tradução foi um termo que surgiu nos anos 70 com James Holmes. Em seguida nos anos 80 e 90, com o reconhecimento da comunidade acadêmica, o reconhecimento do

tradutor também cresceu, os eventos científicos se multiplicaram e a relação com outros campos do saber se intensificou, haja vista que o ofício da tradução se caracteriza também pelo constante diálogo interdisciplinar.

A “Introdução dos Tradutores” da Bíblia Sagrada (1611) conceitua o trabalho do tradutor: “É a tradução que abre a janela, para deixar a luz entrar; que quebra a casca, a fim de podermos comer a polpa; que abre a cortina, a fim de podermos olhar o lugar mais sagrado, que remove a tampa do poço, a fim de podermos tirar água...” (CAMPOS, 1987 *apud* MILTON, 1998, p.2). As metáforas são inúmeras para o processo tradutório, algumas privilegiando o conteúdo ao invés da forma e outras o contrário. Fato é, que a tradução liga dois universos: o estrangeiro e o doméstico, o estranho e o familiar e nessa troca há um processo, no mínimo, delicado.

Tradução, interpretação, legendagem, sobretítulos, audioguia, tradução automática, tradução audiovisual, tradução intersemiótica e audiodescrição são apenas algumas das diferentes vertentes contempladas nos Estudos da Tradução. Entre outros exemplos das muitas classificações, se insere a de Roman Jakobson (*apud* OUSTINOFF, 2003, p.23) com: tradução interlingual (de uma língua para outra), tradução intralingual ou “reformulação” (em inglês “*rewording*”) e a tradução intersemiótica (a qual busca verter signos verbais em signos não-verbais).

Longe de ser uma atividade neutra, a tradução é altamente manipuladora e carregada de intencionalidade. Eric Cheyfitz (*apud* BASSNETT & TRIVEDI, 2002, p.4) afirma que a tradução foi o ato central da colonização e do imperialismo europeu na América. Contudo, as ideias de “original” e “traduzido/tradução”, e deste segundo como inferior ao primeiro, só apareceram após o surgimento da imprensa e da vulgarização da literatura. Antes disso não havia registros na história da tradução, do status do original e do autor como proprietário do texto. No início do período renascentista os tradutores eram vistos como exercendo uma função servil e, portanto, desempenhando papel inferior ao do escritor e seu trabalho original. Após 1650, o tradutor deixa de ser um servo e passa a ser amigo ou conselheiro, o qual tem muita afinidade com o autor, sendo capaz de preservar a “chama” do original, mantendo assim, a sua essência. (MILTON, 2010, p.25)

Em distintos momentos da história o tradutor ganhou diferentes status, de semideus a traidor, de luz à sombra, de benfeitor a malfeitor, e assim veio a tradução caminhando até o ponto em que se encontra hoje, ganhando reconhecimento enquanto próprio campo de estudos.

O movimento do saber entre culturas e línguas diferentes possui uma historiografia relevante que poderia ser expressa através das questões: Quem traduziu? O que foi traduzido? De que língua para que língua? Quando foi traduzido? Por quê? Como? A interpretação das informações resultantes dessas perguntas no contexto social e cultural de produção das traduções pode nos ajudar a construir pouco a pouco, retratos mais abrangentes das trocas culturais, sociais, políticas e institucionais, mediadas pela atividade da tradução. (ROSCOE-BESSA, BELL-SANTOS; LAMBERTI, 2015, p.17)

Esse processo ainda está alinhado com a teoria dos polissistemas de Even-Zohar (anos 90) a qual vai de encontro às teorias puramente imanentistas e busca enxergar os sistemas

socioculturais como dotados de outros vários subsistemas, sendo um deles a própria literatura. Batalha & Pontes Jr. (2007) explicam que a literatura traduzida pode determinar convenções tradutórias e políticas editoriais que contribuem para orientar a escolha das obras e das línguas selecionadas para serem traduzidas e, por conseguinte, incorporadas ou não ao patrimônio da língua de chegada.

Segundo Itamar Even-Zohar (EVEN-ZOHAR, 1990), existe uma interdependência entre os diferentes sistemas literários e uma literatura estrangeira pode se tornar veículo direto ou indireto de transformação de uma literatura nacional. Deste ponto de vista, a literatura traduzida assume um papel de destaque nos estudos da produção literária de um país, deixando de lado o lugar secundário que tradicionalmente ocupava (BATALHA; PONTES Jr., 2007, p.79)

A teoria dos polissistemas considera a tradução como um processo que se dá através da decomposição e recomposição, ou seja, um processo de reformulação. Nesse caso, são eliminadas as noções de fidelidade ao original, influência e superioridade do texto-fonte, e são consideradas as condições de produção do texto, buscando mapear e explicar exemplos de diferentes “comportamentos tradutórios”. Esse tema encontra correspondência nos pressupostos de estudiosos como Bassnett na tradução pós-colonial.

TRADUÇÃO PÓS-COLONIAL

Traduções estão sempre plantadas em sistemas políticos e culturais, e na história. Por muito tempo a tradução foi vista como um ato puramente estético, e problemas ideológicos eram desconsiderados. Porém, as estratégias utilizadas pelos tradutores refletem o contexto nos quais os textos são produzidos. (BASSNETT & TRIVEDI, 2002, p.6, tradução nossa)²

A crítica pós-moderna ou pós-estruturalista tem cada vez mais buscado a reflexão sobre a produção de conhecimento e o estímulo ao pensamento crítico voltado para a ética e para a celebração da diferença, das identidades, dos discursos, das representações.

Resende (2010, p.11) em *A Crítica Pós-moderna nas RI*, explica que certos paradigmas construíram verdadeiras estruturas sociais capazes de determinar o que devemos julgar como realidade, verdade ou conhecimento, já que esses nunca foram naturalmente dados. A autora apresenta em sua obra o embate entre racionalistas e reflexivistas apontando teóricos como Keohane cuja principal crítica ao reflexivismo – rótulo por ele mesmo imposto, e que evoca um sentido de conhecimento ilegítimo - seria “a falta de um programa de pesquisa definido que pudesse ser reproduzido pela comunidade acadêmica, com teorias e hipóteses que admitissem teste”. Resende explica que o paradigma racionalista ainda predomina, porém, o reflexivismo “tem demonstrado cada vez mais fôlego na compreensão de diversos fenômenos nas relações internacionais contemporâneas” (Ibid., p.16).

A preocupação reflexivista está voltada para os processos de produção do conhecimento e suas respectivas implicações para a vida humana. A pesquisadora cita uma diversidade de correntes de pensamento que compartilham o compromisso com a reflexão crítica, tida como fundamental para o resgate da responsabilidade humana sobre um mundo que é

² *“Translations are always embedded in cultural and political systems, and in history. For too long translation was seen as purely an aesthetic act, and ideological problems were disregarded. Yet the strategies employed by translators reflect the context in which texts are produced.”*

construído socialmente. Entre elas está, por exemplo, a Teoria Crítica (Escola de Frankfurt) a qual dialoga com as ideias de Antonio Gramsci ao apontar as estruturas sociais que produzem e perpetuam uma ordem internacional injusta e desigual. Seus principais representantes são: Cox, Gill, Booth, Brown, Linklater, Lipschutz, Sinclair. Outras correntes como a Teoria Feminista, Teorias Normativas, do Pós-colonialismo, Pós-modernismo e Pós-estruturalismo fazem parte dos principais debates desde as décadas de 1980/1990 (RESENDE, 2010).

A obra da autora caribenha Jamaica Kincaid defende, de maneira semelhante, que a literatura pós-colonial, enquanto busca exatamente romper com o sujeito e com a antologia do homem branco, europeu, têm gerado novas teorias em RI. Jamaica já recebeu vários prêmios literários e sua obra denuncia a realidade de sociedades pós-coloniais.

Nas ilhas caribenhas, o contato entre a elite branca, os afro-descendentes e os asiáticos que para lá migraram, construiu relações sociais complexas, moldando universos sociais ambíguos, de diferentes jogos de interesse, carregado de mitos, ódio racial, intolerâncias, afastamento, rupturas, resistência e restrições culturais. Assim, as diferenças construíram um intrincado cenário social em que cada população instituiu sua própria forma de se relacionar dentro de sua cultura e fora dela, fazendo com que houvesse uma fusão inevitável das características culturais individuais por meio da coexistência de forças de dominação e resistência. (VIVAS, 2012, p. 451)

Rocha e Maso (2020, p.5-24) contribuem efetivamente com essa discussão ao discorrerem sob o viés da paz e da alteridade nas RI, bem como ao criarem outra conexão com as perspectivas pós-coloniais, decolonias e feministas. As autoras refletem sobre o caráter belicista e patriarcal das produções acadêmicas e sobre as práticas políticas. Ao fazerem uma análise de teorias liberais e realistas, surge a denúncia da desqualificação do “Outro” enquanto sujeito ativo e diverso, ao tratar os Estados com igualdade formal e como inimigos potenciais. O texto inicia questionando a postura de suposta neutralidade do campo diante do mundo e de suas injustiças; parte-se da perspectiva de que o local e o global estão imbricados e de que conceitos de alteridade e de emancipação humana são chaves para um conhecimento profundo que seja capaz de denunciar agressões raciais (entre outras) operadas pelo saber científico e por outras fontes organizadas de poder.

Quando se trata de colonização,

existe um mito que legitima a divisão entre um mundo social, pacífico e ordenado no interior dos Estados e um contexto político, conflitivo e anárquico nas relações internacionais. A compreensão dicotômica da realidade promove práticas violentas de interação social (Galtung, 1996). O mito fundador do Estado serve de base para distinguir entre o natural e o moderno, estabelecendo também uma diferença entre os “civilizados” superiores e os “selvagens” do mundo. (Chakrabarty, 2008; Beier, 2002). Nesta lógica, o tempo é linear e progressivo, a guerra é a dinâmica condutora necessária em relação aos/às outros/outras; portanto, a alteridade é impedida por meio da violência. (Rocha e Maso, 2000, p.5-24, Tradução nossa)³

³ “...existe um mito que legitima la división entre un mundo social, pacífico y ordenado, en el interior de los estados y un contexto político, conflictivo y anárquico en las relaciones internacionales. La comprensión dicotómica de la realidad promueve prácticas violentas de interacción social (Galtung, 1996). El mito fundacional del Estado sirve de base para distinguir entre lo natural y lo moderno, estableciendo también una diferencia entre los “civilizados” (superiores) y los “selvajes” del mundo. (Chakrabarty, 2008; Beier, 2002). Em esta lógica, el tiempo es lineal y progresivo, y la guerra es la dinámica conductual necesaria en relación a los/las Otros/Otras; por lo tanto, la alteridad es prohibida por medio de la violencia.”

Com o surgimento da comunidade internacional e sua ação como civilizadora “na periferia do sistema” buscando evitar a guerra, há a perpetuação da ocultação de desigualdades históricas, sociais e políticas que garantem a permanência da violência. Para Rocha e Maso (*apud* Nascimento, 2014, p.4), isso se deve a perpetuação de um cientificismo calcado nas bases do Ocidente e que propaga e perpetua um discurso científico racista, bem intencionado, porém, que segue na dominância de ideias como a de que os países não-centrais, não tem condições de manter a ordem interna, incentivar a democracia liberal, nem a economia de mercado.⁴ A tradução também pode exercer um poder libertário, isto é, o de dar voz à sociedades emudecidas pela colonização.

Nesse sentido, o universo da tradução também pode ilustrar o embate entre minorias e maiorias consagradas ao longo da história. Bassnett (2002, p.6) cita o exemplo de tradução de Edward Fitzgerald, autor de uma das mais famosas traduções do século XIX, “*The Rubayat of Omar Khayyam*” e que foi capaz de acusar os persas de incompetência artística e sugerir que sua poesia se tornou arte somente a partir do momento em que foi traduzida para o inglês.⁵ Susan Bassnett continua, que Edward Lane e Edward Fitzgerald foram muito bem sucedidos como tradutores, no entanto, ao se examinar as premissas nas quais embasavam suas traduções, o que emerge é a clareza de que os dois criam pertencer a um sistema cultural superior (BASSNETT; TRIVEDI, 2002). Esses são apenas dois grandes nomes entre os que se julgavam superiores aos artistas de outras culturas e sistemas linguísticos.

Assim, a tradução, pode se prestar à realização do sucesso de escritores em outras línguas, mas por outro lado ainda tem o poder de reforçar a supremacia de uma cultura dominante. O tradutor e suas escolhas tradutórias têm participação definitiva no estabelecimento de paradigmas históricos e culturais de um povo.

De retorno ao Poeta da Resistência, Martin Carter foi, de maneira conveniente, facilmente taxado de radical anticolonial. Brown, ao prefaciá-lo a reunião de seus poemas (Brown & MacDonald, 2006, p.xiii), aponta que o posicionamento do poeta pró-revolução eclodiu na pronta e impiedosa crítica do seu verso “simples e mal elaborado”. Brown ainda atesta que essa visão da poesia de Carter jamais poderia ser sustentada por qualquer crítico que viesse a se dedicar com o mínimo de seriedade ao exame de sua obra: “A astúcia linguística e a medida do ritmo que sustentam um poema como ‘Universidade da fome’, contribuem tanto para o seu poder mesmérico enquanto poema, quanto para as ideias que o conduzem e as imagens que assombram qualquer um que o leia.” (Tradução nossa)⁶ Brown coloca que, assim como muitos poetas ao redor do mundo, Carter escrevia sob os dentes afiados da política opressora e da desintegração cultural e, por esse motivo, sabia o verdadeiro valor das palavras, que poderiam ser armas e ao mesmo tempo um meio de sobrevivência espiritual.

4 “En este contexto la acción de la comunidad internacional, en la periferia del sistema asume el papel de ‘misión civilizadora’ (Paris *apud* Nascimento 2004:3), con el objetivo de contener los desvíos en los Estados que son incapaces de mantener el orden interno, e incentivar la democracia liberal y la economía de mercado”

5 “Edward Fitzgerald, author of one of the most successful translations of the nineteenth century, *The Rubayat of Omar Khayyam*, could accuse the Persians of artistic incompetence and suggest that their poetry became art only when translated into English.”

6 “The linguistic cunning and rhythmic measure underpinning a poem such as ‘University of hunger’, for example, contribute as much to its mesmeric power as poem, as do the ideas that drive it and the imagery that so haunts anyone who reads it.” (Brown & Ian MacDonald, 2006, p.xiv)

Essa pesquisa incentiva a “sobrevivência espiritual” de Martin Carter e de sua belíssima performance literária, desta feita, na cultura brasileira, através da tradução. As bases da tradução literária trazem iluminação ao processo, algumas delas a seguir.

DO OFÍCIO DA TRADUÇÃO DE POESIA E ALGUNS PORMENORES

Uma vez exposta a responsabilidade do tradutor, seu papel enquanto mediador e transmissor de uma cara mensagem de uma cultura à outra, o processo de tradução é tomado com essa seriedade, a de um processo de construção que busca no produto tradutório a concretização de um novo conhecimento para o público-alvo. Esse será influenciado de acordo com a manipulação do discurso enquanto fazer tradutório de falas, ideias, filosofias, crenças, políticas e defesas do ser de um povo ou de um autor. Assim, certos pormenores regem e devem ser lembrados no fazer da tradução.

Em sua obra *Terminologia da Tradução*, Lee-Jahnke, Deslile e Cormier (2013, p. 51) afirmam que a tradução ou o procedimento de tradução busca traduzir uma expressão fixa na língua de partida por uma expressão fixa que, mesmo remetendo a uma expressão distinta na língua de chegada, exprima a mesma ideia. Os autores explicam que a equivalência seria a relação de identidade estabelecida no discurso entre duas unidades de tradução de línguas diferentes cuja função discursiva é idêntica ou quase idêntica. A ideia de equivalência gera, por si só, uma questão importante e controversa no processo tradutório; uma observação especial se faz necessária quando objeto é a poesia:

Considerando as complexas dificuldades em determinados textos (como, por exemplo, em textos poéticos) de se estabelecer uma identidade, seja entre unidades lexicais, seja entre frases inteiras, alguns respeitadores teóricos da tradução propõem que se adote, nesses casos, no lugar de equivalência, o termo correspondência, mais adequado por evitar a ilusão de igualdade que o termo equivalência evoca. (LEE-JANKEE; DESLILE; CORMIER, 2013, p.50)

Batalha & Pontes Jr., em sua obra *Tradução* (2007, p.15), elucidam que a teoria da especificidade das línguas e da intransponibilidade entre elas encontrou eco ao longo da história, deixou um legado que ainda preconiza que a poesia é intraduzível, considerando a ligação intrínseca e indissociável entre forma e sentido. Os autores tentam desconstruir essa ideia e citam como referência Octavio Paz e Jacques Derrida, para quem a tradução está no centro da atividade humana. Paz (*apud* Bassnett, 2002, p. 154) chega a enunciar que o mundo é uma pilha de textos: traduções de traduções de traduções e que nenhum texto seria original uma vez que cada um em sua essência já é uma tradução, a começar do mundo não verbal para o verbal.

Poeta e tradutor, Paulo Henriques Britto, em seu *A Tradução Literária* também discorre sobre as particularidades do processo de tradução poética:

No campo da tradução, poucos temas têm sido tão discutidos, e têm levado à adoção de posturas tão radicalmente opostas, quanto à tradução de poesia. [...] Num extremo, temos aqueles que defendem a absoluta impossibilidade de se traduzir poesia; no extremo oposto, temos os que afirmam que se pode traduzir poesia tal como qualquer outro tipo de texto (BRITTO, 2012, p.119)

Conforme o autor, os que ficam “em cima do muro” são, na verdade, a maioria, quando o assunto é a possibilidade ou não da tradução de poesia. Entre as ideias de que, na prática, todas as traduções poéticas seriam falhas e, portanto, as poesias deveriam ser recriadas, imitadas, parafraseadas ou transpoetizadas e não avaliadas além do gosto próprio de cada leitor, o posicionamento do autor é o de que um poema é um texto literário como qualquer outro, e, por conseguinte, pode ser traduzido como qualquer outro texto literário. O cerne da questão estaria no fato de que o tradutor deve observar atento à tudo o que pode ser imprescindível para a própria constituição do poema; ou seja, ele terá de observar e determinar tudo o que será de alta significância, os elementos indispensáveis a serem recriados na tradução. Tais elementos podem ser: o agrupamento de versos em estrofes, o número de sílabas por verso, a distribuição de acentos em cada verso, as vogais, as consoantes, as rimas, as aliterações, a aparência visual das palavras no papel, etc.⁷

A tradução de poesia deverá levar em conta as opções de forma tomadas pelo poeta (Britto, 2012, p. 120), e o posicionamento sobre os defeitos e qualidades de uma tradução poética necessitam de um parâmetro que vá além do gosto próprio de cada leitor. O grau de correspondência entre original e tradução pode ser de grande utilidade para a emissão desse julgamento. Uma das questões centrais passa necessariamente pela empreitada em busca da interpretação do poema:

Na verdade, a tradução é uma das formas explícitas de recepção de uma obra, pois tem sua atenção centrada na interpretação e representa, assim, uma das leituras possíveis de um texto. Todo ato tradutório é necessariamente um ato hermenêutico, isto é, implica a interpretação; daí que como sugere José Paulo Paes, cotejar o original de um poema com a sua tradução pode, muitas vezes, trazer uma luz para o seu entendimento, até mesmo quando o leitor tem o domínio da língua do poema-fonte. (BATALHA & PONTES JR., 2007, p.78)

Anne Cluysenaar (*apud* Bassnett, 2005, p.107) corrobora com a ideia de que é necessário um olhar atento e cuidadoso em direção às estruturas essenciais da obra a ser traduzida e dá a sentença de que certo prejuízo é inevitável:

O tradutor não deve trabalhar com princípios gerais quando determina o que preservar e o que tornar paralelo ao texto em LF, mas trabalhar observando cada estrutura individual, se em prosa ou verso, pois cada uma enfatizará certas características ou níveis linguísticos em detrimento de outros.

Susan Bassnett esclarece que há certa ‘verdade’ estabelecida pelo leitor passivo e que isso implica a hierarquia da correção na qual certa categorização é feita ao ponto de exigir que o objeto traduzido deva produzir uma única leitura de caráter invariável. Caso o ofício do tradutor se restrinja a essa ideia, qualquer “desvio” seu será considerado uma transgressão. Tal posicionamento seria aceitável no caso de traduções de textos científicos cujas terminologias de campos especializados já cristalizados não admitem nenhuma variação. No caso da tradução literária e de poesia, se adota um olhar que permita certa autonomia no processo de escolhas tradutórias. Afora a especulação teórica e ciente do labirinto imposto pela prática da tradução, Bassnett (2005, p.106) expõe a catalogação de André Lefevere “so-

⁷ Britto, 2012, p. 119.

bre os métodos empregados por tradutores ingleses do poema 64º de Catulo”, e apresenta sete estratégias diferentes para a tradução de poemas bem como considerações sobre os seus efeitos práticos, as quais seguem:

- a. *Tradução fonêmica*, que procura reproduzir o som da LF na LM, ao mesmo tempo em que produz uma paráfrase aceitável do sentido. Lefevere chega à conclusão de que, embora isto funcione relativamente bem na tradução da onomatopeia, o resultado geral é esquisito e geralmente desprovido de sentido geral.
- b. *Tradução literal*, em que a ênfase na tradução palavra-por-palavra distorce o sentido e a sintaxe do original.
- c. *Tradução métrica*, onde o critério dominante é a reprodução do metro da LF. Lefevere conclui que, assim como a tradução literal, este método se concentra em um aspecto do texto em LF em detrimento do texto como um todo.
- d. *Poesia em prosa*. Aqui, Lefevere conclui que a distorção do sentido, do valor comunicativo e da sintaxe do texto em LF resulta deste método, embora não tanto quanto nos tipos de tradução literal ou métrica.
- e. *Tradução rimada*, em que o tradutor “prende-se a dois critérios” de metro e rima. As conclusões de Lefevere aqui são particularmente inflexíveis, pois ele sente que o produto final é uma mera “caricatura” de Catulo.
- f. *Tradução em verso branco*. Mais uma vez, as restrições impostas ao tradutor pela escolha da estrutura são destacadas, embora a maior precisão e o grau mais elevado de literalidade obtidos tenham sido notados.
- g. *Interpretação*. Sob esse título, Lefevere discute o que ele chama de *versões*, onde a substância do texto em LF é retida, mas a forma é alterada, e *imitations* onde o tradutor produz um poema que tem apenas o “título e o ponto de partida, se os tiver, em comum com o texto original.”

Uma leitura rápida das sete estratégias é suficiente para que se observe a fragilidade e as perdas implicadas nas escolhas feitas ao longo do processo tradutório. Fica exposto que o tradutor deve ser ousado e de opinião definida; essa é uma das premissas do desafio da tradução, sobretudo de poesia.

Faveri e Torres (2004) resgatam e compilam a tradução de clássicos da teoria da tradução, entre os quais Etienne Dolet discorre sobre “A maneira de bem traduzir de uma língua para outra”, texto que honra a fama de liberdade de pensamento do autor em pleno século XIV (anos de 1540). Ele lista cinco requisitos: a percepção do tradutor em relação ao sentido da matéria do autor, ou seja, que aquele se certifique de que entendeu “perfeitamente” o sentido que o autor queria dar ao texto; “pois com tal compreensão sua tradução nunca será obscura; e se o autor traduzido for confuso, poderá torná-lo fácil e totalmente inteligível.”; o conhecimento “perfeito por parte do tradutor da língua do autor que ele traduz (...) Destarte, não violará e nem diminuirá a majestade de nenhuma das duas línguas”; habilidade e engenho para que o tradutor não fique preso a tradução palavra por palavra; certa abstenção de palavras que caíram em desuso; e, por último, a busca pela harmonia da linguagem e do discurso, “sem a excelência, não se pode ser excelente em qualquer composição.” (p.15) Diante dos requisitos de Dolet, a responsabilidade do verter qualquer expressão de uma língua para

outra torna-se ainda maior e um fardo pesado para o tradutor. O tratamento dado ao texto é o de um templo sagrado.

Em Traduzir com Autonomia (Alves; Magalhães; Pagano, 2000, p.7-12), os autores expõem igualmente a necessidade de o tradutor “monitorar suas ações e examinar com cuidado as decisões tomadas ao longo do processo tradutório”, porém, trazem uma reflexão que descontrói crenças limitantes como: a tradução é um dom especial que poucos podem exercer; a tradução requer apenas conhecimento da língua e um dicionário; o tradutor deve ser falante bilingue e, necessariamente, deve ter vivido em um país onde se fala a língua com a qual trabalha; só se pode traduzir da língua estrangeira para a língua materna, “uma vez que só dominamos esta última”; toda tradução envolve certo grau de traição ao texto-fonte ou texto original. Todas essas ideias, de certa maneira, permeiam ou assombram o ambiente da tradução, sobretudo dos menos experientes. Um antídoto é oferecido pelos autores que, ao longo de toda obra, trabalham com a desconstrução de credos sobre essa atividade que exige cautela, mas tem o poder de carregar e transportar culturas, histórias e identidades de um lugar a outro. Nessa busca parcimoniosa, essa pesquisa visa apresentar Martin Carter e sua dedicação à história da Guiana através de alguns de seus poemas ao Brasil. A seguir, algumas das produções do autor que não estão presentes na tese, porém, carregam o mesmo espírito de luta diante do desejo de ser uma nação livre, não mais subjugada.

PARA VERTER CARTER AO PORTUGUÊS BRASILEIRO

Os poemas de Carter foram utilizados como instrumento de luta, quando multidões os recitavam durante manifestos populares contra a opressão colonial. Essa força estava presente na linguagem e na forma de seus poemas, inclusive, e foi capaz de quebrar barreiras de classe e raça (Brown & Ian MacDonald, 2006, p.xv).

A partir das leituras explanadas, foram escolhidos e são apresentados alguns poemas do autor que ilustram parte da luta por ele travada, um esforço colocado no papel e que hoje é cada vez mais reconhecido na região caribenha e no mundo. Os poemas foram escritos nos anos de 1960 (a exceção do último, comentado, que é dos anos de 1950) e extraídos da obra “*Poems by Martin Carter*” editado por Stewart Brown & Ian MacDonald (2006).

A temática da luta do povo da Guiana foi o próprio critério que norteou a seleção dos poemas aqui apontados. Nos primeiros dois poemas, *The Poems Man* e *They Say I Am*, Carter manifesta um pouco do sentimento do poeta enquanto porta-voz de seu povo. O segundo *Where are Free Man?* é, na verdade, um extrato de um dos maiores poemas da obra (*Jail me Quickly*), o qual possui nada menos que 22 estrofes. Seu tema gira em torno da liberdade, contrastando luzes e sombras, asas e grades, vôos livres e prisões. O último poema apresentado, *Run Shouting Through The Town*, traduzido de forma comentada, revela uma cena de angústia de momentos em que a cidade era invadida, tomada e por vezes, tinha suas casas incendiadas. Serve de indicador para a metodologia a ser aplicada na produção do trabalho completo que resultará na tese.

THE POEMS MAN

*Look, look, she cried, the poems man,
running accross the frail bridge
of her innocence. Into what house
will she go? Into what guilt will
that bridge lead? I
the man she called out at
and she, hardly twelve
meet in the middle, she going
her way; I coming from mine;
The middle where we meet
is not the place to stop.*

O HOMEM DOS POEMAS

Olha, olha, exclamou ela, o homem dos poemas
correndo pela débil ponte
de sua inocência. Para qual casa
ela irá? A qual crime levará
aquela ponte? Eu
o homem de quem ela falou
e ela, que mal tinha doze anos
nos encontramos no meio, ela indo
pelo seu caminho; eu vindo do meu:
O meio em que nos encontramos
não é onde paramos.

THEY SAY I AM

*They say I am a poet write for them:
Sometimes I laugh, sometimes I solemnly nod.
I do not want to look them in the eye
lest they should squeal and scamper far away.*

*A poet cannot write for those who ask
hardly himself even, except he lies;
Poems are written either for the dying
or the unborn, no matter what we say.*

*That does not mean his audience lies remote
inside a womb or some cold bed of agony.
It only means that we who want true poems
must all be born again, and die to do so.*

ELES DIZEM QUE EU SOU

Eles dizem que eu sou um poeta que para eles penejo:
Às vezes eu rio, às vezes solenemente assinto.
Eu evito encará-los, olhar em seus olhos
para evitar que gritem para longe afugentados.

Um poeta não pode escrever para os que pedem
e raramente até para si, a menos que minta;
Poemas são escritos para os que morrem
Ou que ainda não nasceram, não importa o que se diga.

Isso não significa que a plateia esteja distante dentro de uma tumba ou em um frio leito de agonia. Isso significa que nós que queremos poemas de verdade temos todos que nascer de novo, e morrer antes mesmo de tal dia.

WHERE ARE FREE MEN?

(Extrato da última parte do poema *JAIL ME QUICKLY*, p.48)

*O we have endured such absurd times
and waited so long, so weary with time.
Over the city our souls will fly like birds
crying in the night.*

*There will be wild cries in the still night.
Over the city they will sound like the cries
of the ghosts of homeless birds
flying to the forest
flying from the sea.*

*And what in dreams we do in life we attempt.
But where are free men, where the endless streets?
Since we were born our wings have had no rest
Our prison of air is worse than of iron!
Childhood Of A Voice
The light oppresses and the darkness frees
a man like me, who never cared at all:
Imagine it, the childhood of a voice
and voice of childhood telling me my name.*

ONDE OS HOMENS LIVRES?

Oh, nós temos resistido a tempos tão absurdos e esperado tanto tempo, tão cansativo tempo. Sobre a cidade nossas almas voarão como pássaros clamando na noite.

Haverá clamores selvagens na calada da noite. Sobre a cidade eles soarão como os clamores dos fantasmas dos desabrigados pássaros voando para a floresta voando do mar.

E o que fazemos nos sonhos, na vida nós tentamos. Mas onde os homens livres, onde as ruas eternas? Desde que nascemos nossas asas não encontram descanso Nossa prisão de ar é pior que a das barras! Infância De Uma Voz
A luz oprime e a escuridão liberta um homem como eu, que nunca se importou: Imagine! A infância de uma voz e voz de infância pronunciando o meu nome.

RUN SHOUTING THROUGH THE TOWN

*Oh! Wake and give to me
the flames, the red flames!*

*See me? I would rip off my clothes
run shouting through the town
“Wake up houses – open windows
I want flames, red flames!”*

*A black child in a kitchen
searching in a black pot
smoke – hanging on his head
naked! naked! naked!*

*O wake and give to me
the flame! the red flames!*

CORRO GRITANDO PELA CIDADE

Oh! Desperta e me dá
as chamas, as vermelhas chamas!

Me vês? Eu arrancaria as minhas roupas
Corro gritando pela cidade
“Despertem casas – abram janelas
Quero chamas, vermelhas chamas!”

Uma preta criança na cozinha
buscando em um preto pote
fumaça – sobre a sua cabeça
nu! nu! nu!

Oh desperta e me dá as chamas
as chamas! as vermelhas chamas!

A tradução realizada considera a característica de Carter como poeta de versos livres. Desse modo, não há ênfase em busca de tradução literal tampouco de sentido. O que se buscou foi a transposição da maior parte das características dos poemas na tentativa de preservar aspectos sonoros, de sentido e de estrutura, ou seja, o mesmo efeito na leitura e na interpretação. Há uma preocupação em preservar traços do autor e, quando possível, na mesma proporção, preservar efeitos de recepção na cultura de chegada, nesse caso, a brasileira.

O poema de Carter apresenta a força da emoção expressa através da pontuação, razão pela qual foi mantida. Exclamações aliadas às aspas e ainda às interjeições evocam a angústia da cena retratada pelo autor e o próprio grito expresso no título do poema. A tradução buscou respeitar ao máximo o aspecto visual das estrofes com o intuito de alcançar o mesmo efeito de ênfase do texto de partida. Houve a reprodução do uso de maiúsculas e minúsculas conforme o poema de Carter.

Em busca de harmonia na sonoridade, se optou por manter na sintaxe a construção adjetivo-substantivo para “*red flames*” também em português: “vermelhas chamas”. O mesmo foi feito com a disposição dos vocábulos “preta” e “preto”. Ainda no quesito sonoro, as características fonológicas do poema em inglês apresentam o uso de paralelismos, rimas e aliterações, presentes em palavras com “e”, “es”, “o”, “ow”, “u”. O poeta faz através disso, um encadeamento de sons que aponta para uma lógica e elaborada organização interna do poema. Por essa razão, se optou pela tradução de *run* na primeira pessoa do singular, conforme as outras frases, ainda que o pronome “*I*” não esteja expresso.

O modo imperativo foi mantido com a opção pelo vocábulo “desperta” em direção à harmonização com os outros termos terminados com o fonema /a/ na tentativa da reprodução do efeito provocado no original em que o fonema /e/ predomina.

Na tradução de *black*, se optou por “preto” e não “negro”, uma das principais escolhas tradutórias na obra de Carter, já que os movimentos brasileiros pela valorização da raça negra, também têm se expressado livremente com o uso do termo “preto”. Em contextos de países falantes de língua inglesa, essa opção carrega uma carga semântica de negatividade e preconceito, porém, no Brasil, o mesmo não ocorre.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa de caráter multidisciplinar possibilitou a riqueza do diálogo entre teorias das relações internacionais, teorias literárias e teorias de tradução. Correntes pós-estruturalistas têm obtido cada vez mais espaço na academia e têm oportunizado a fala de vozes colonizadas, até poucas décadas, desvalorizadas ou de todo ignoradas. Teorias reflexivistas percebem o outro como dono de seus modos, e dão aporte a trabalhos como esse, que intenta comunicar ao Brasil que há certo talentoso poeta, cujo trabalho é de tal relevância que reluziu na luta da Guiana pela liberdade, desejo unânime da humanidade, o que sobrepuja qualquer diferença e une povos.

O corpus de trabalho justifica a empreitada da tradução de corte da obra de Carter, e a crítica literária reforça o valor da incorporação de seus poemas ao arcabouço literário de qualquer cultura, não apenas a brasileira. Martin Carter é exemplo de um trabalho que foi deliberadamente negligenciado por questões políticas e de relações de poder entre colônia e colonizado. No entanto, sua obra tem alcançado cada vez mais reconhecimento. Que mais tradutores o vertam para suas línguas e ganhem com o seu legado.

A tradução rompe fronteiras linguísticas, sociais e políticas, e se mostra cada vez mais engajada com produções que ocorrem fora da chamada “*mainstream*”. A literatura traduzida leva de uma parte a outra do mundo, história imbricada em uma realidade social distinta e da qual se extraem conhecimentos, aprendizados, análises, comparações, julgamentos, e ainda mais importante, verdades de uma voz legitimada por uma cultura específica que fala por si.

REFERÊNCIAS

- BASSNETT, Susan; TRIVEDI, Harish. *Post-colonial translation – Theory and Practice*. New York: Routledge, 2002.
- _____. *Estudos de Tradução*. Tradução: Sônia Terezinha Gehring; Letícia Vasconcellos Abreu; Paula Azambuja Rossato Antinolfi. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2005.
- BATALHA, Maria Cristina; PONTES Jr., Geraldo. *Tradução*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.
- BRITTO, Paulo Henriques. *A Tradução literária*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.
- BROWN, Stewart.; McDONALD, Ian. *Poems by Martin Carter*. Oxford: MacMillan Publishers, 2006.
- FAVERI, Cláudia Borges; TORRES, Marie-Hélène Catherine, orgs. *Clássicos da Teoria da Tradução*. Florianópolis: UFSC, Núcleo de Tradução, 2004.
- GALTUN, Johan. *Peace by Peaceful Means: Peace and Conflict, Development and Civilization*. London: Siege, 2000.
- GENTZLER, Edwin. *Teorias Contemporâneas da Tradução*. Tradução: Marcos Malvezzi. 2 ed. São Paulo: Madras, 2009.

- ROSCOE BESSA, Christiane; SANTOS, Cynthia Ann Bell; LAMBERTI, Flávia. *A Tradução em Contextos Especializados*. Editora Verdana, 2015, p.17.
- LEE-JANKEE, Hannelore; DELISLE, Jean; CORMIER, Monique C. *Terminologia da Tradução*. Tradução Álvaro Faleiros e Claudia Xatara. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2013.
- MILTON, John. *Tradução: Teoria e Prática*. São Paulo: Martins Fontes, 2010.
- NASCIMENTO, Daniela. *As estratégias de resposta a conflitos violentos e de (re)construção da paz: uma análise crítica*. Revista Crítica de Ciências Sociais 105. 2014, p. 3-18
- OUSTINOFF, Michaël. *Tradução: história, teorias e métodos*. Tradução: Marcos Marcionilo. São Paulo: Parábola Editorial, 2011.
- PAGANO, Adriana; MAGALHÃES, Célia; ALVES, Fábio. *Traduzir com autonomia: estratégias para o tradutor em formação*. 4.ed., 2ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2014.
- RESENDE, Erica S.A. *A Crítica pós-moderna/pós estruturalista nas relações internacionais*. Boa Vista: Editora da UFRR, 2010.
- ROCHA, Elizabete Sanches; Maso, Tchella Fernandes. *Alteridad: la reinveición de la paz en las relaciones internacionales*. Revista Crítica de Ciências Sociais, 121. 2020, p. 5-24
- VIVAS, Livia. Pós-colonialismo e identidade na literatura caribenha de língua inglesa: memória e autorrepresentação na escrita de Jamaica Kincaid. *Diacrítica*, Braga, v. 26, n. 2, p. 446-468, 2012. Disponível em: <http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0807-89672012000200026&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 25 jul. 2018.

JUSTIÇA ITINERANTE FLUVIAL: O ACESSO À JUSTIÇA DAS COMUNIDADES RIBEIRINHAS NO ESTADO DO AMAPÁ (2015-2017)

Thalyta Rocha Belfort Pereira
Simone Maria Palheta Pires

INTRODUÇÃO

Com o objetivo de ampliar o acesso à justiça, as instituições judicantes no país se assemelham pelo fato de terem aumentado a estrutura da máquina judiciária e desenvolvido projetos que visam à aproximação da justiça de seu jurisdicionado. Contudo, percebe-se que grupos minoritários e excluídos socialmente ainda sofrem com a ausência de uma política pública específica de acesso à justiça (AVRITZER; MARONA; GOMES, 2014).

Na tentativa de minimizar e/ou eliminar esse problema, a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (CRFB/88) tornou obrigatória em âmbito nacional a implantação de estratégias específicas para promoção do acesso à justiça. Dentre elas, destaca-se a instalação da justiça itinerante em todos os tribunais do país, prevista por meio da Emenda Constitucional nº 45/2004 (Reforma do Poder Judiciário). Assim, sob o mandamento constitucional, todos os estados do país contam, ou já contaram, com pelo menos uma modalidade de itinerância, embora com grandes variações no grau de institucionalização e alcance do projeto (IPEA, 2015).

Registros históricos apontam que o primeiro tribunal a institucionalizar um projeto de justiça itinerante no país foi o Tribunal de Justiça do Estado do Amapá (TJAP), em 1996 (IPEA, 2015). Com o passar dos anos, o TJAP aprimorou esse projeto e, atualmente, a justiça itinerante é executada tanto no 1º quanto no 2º grau de jurisdição e tem abrangência estadual, com atuação em todas as comarcas (TJAP, 2020).

As jornadas itinerantes são realizadas pelas vias terrestre ou fluvial. A itinerância fluvial é realizada no Arquipélago do Bailique, composto essencialmente por comunidades tradicionais ribeirinhas, que possuem um forte laço de comportamento comunitário com os recursos naturais (LIMA, 2004). Em razão disso, surgiu o interesse em pesquisar sobre as jornadas itinerantes fluviais conduzidas pelo TJAP a essa localidade. Até o momento foram realizadas 139 Jornadas Fluviais no Arquipélago do Bailique (TJAP, 2020), e, apesar de ser considerado pioneiro em projetos de itinerância para o atendimento de comunidades ribeirinhas, o TJAP não possui dados estatísticos oficiais documentados e publicados sobre a jurisdição prestada.

Assim, esta pesquisa buscou responder a seguinte problemática: Qual o perfil das demandas cíveis ajuizadas pelas comunidades ribeirinhas no âmbito da justiça itinerante fluvial desenvolvida pelo TJAP?

O objetivo geral foi identificar quais os principais litígios cíveis presentes nos seios dessas comunidades. Para isso, foram estipulados como objetivos específicos: a) estudar o direito de acesso à justiça e as comunidades ribeirinhas do Amapá; b) pesquisar todas as demandas cíveis ajuizadas durante as jornadas itinerantes fluviais no Arquipélago do Bailique, entre junho de 2015 e outubro de 2017; c) elaborar um perfil sistematizando todas as demandas cíveis ajuizadas no referido período; d) verificar o êxito do TJAP na utilização de métodos alternativos de autocomposição de conflitos para a solução dos litígios no Arquipélago do Bailique.

Para alcançar os objetivos propostos, efetuou-se pesquisa exploratória, visto a necessidade de um estudo prévio acerca do direito de acesso à justiça e das características das comunidades ribeirinhas do Amapá. Após essa fase inicial, realizou-se pesquisa descritiva a fim de observar e registrar as demandas cíveis ajuizadas no âmbito das jornadas itinerantes fluviais. Sendo assim, trata-se de pesquisa com abordagem quali quantitativa, considerando que foi realizada coleta de dados no Juizado da Infância e Juventude - Área de Políticas Públicas e Execução de Medidas Socioeducativas de Internação e Semiliberdade, Justiça Itinerante e Cartas Precatórias (Vara de Itinerância), localizado no Fórum de Macapá, durante o período de 10/11/2017 à 22/01/2018, onde se analisou 228 processos cíveis; e em seguida, houve a sistematização desses processos utilizando-se como critérios a natureza das ações propostas e o percentual de conciliações/mediações frutíferas.

Os procedimentos empregados durante a coleta de dados envolveram pesquisas bibliográfica e documental, com utilização de fontes primárias e secundárias. Fontes primárias consultadas compreenderam os processos cíveis disponíveis na Vara de Itinerância. Por sua vez, fontes secundárias envolveram livros, artigos científicos em meio eletrônico, monografias e dissertações.

O enfoque utilizado foi o interpretativo-compreensivo, visto que a coleta de dados proporcionou uma percepção objetiva acerca dos litígios envolvendo comunidades ribeirinhas. Em uma perspectiva jurídica, a pesquisa teve caráter empírico-social, pois partiu da observação da realidade social das comunidades ribeirinhas do Amapá.

Para tanto, o artigo encontra-se dividido em cinco seções. Após esta breve introdução, aborda-se o direito de acesso à justiça e suas nuances. Em seguida, o objetivo é introduzir a

discussão acerca das comunidades tradicionais ribeirinhas e da justiça itinerante, para na seção cinco abordar a justiça itinerante fluvial amapaense. Por último, expõe-se a conclusão.

O DIREITO DE ACESSO À JUSTIÇA

Diante da crise institucional observada no Judiciário Brasileiro em razão da excessiva litigiosidade, verificada principalmente a partir da redemocratização do país, impôs-se a necessidade de pesquisas que visassem apontar soluções para a efetividade do acesso à justiça.

Nesse sentido, Cappelletti e Garth (1988, p. 12) – alguns dos maiores estudiosos do assunto – entendem o acesso à justiça como o “requisito fundamental de um sistema jurídico” e o mais básico dos direitos humanos.. Além disso, ele é consagrado em instrumentos normativos, como na Declaração Universal dos Direitos Humanos¹ (1948), na Convenção Europeia para a Proteção dos Direitos do Homem e das Liberdades Fundamentais² (1950), na Convenção Americana sobre Direitos Humanos – Pacto de São José da Costa Rica³ (1969) e, mais recentemente, na Carta Mundial do Direito à Cidade⁴ (2005) (BOCHENEK, 2011, p. 207-208).

Ao tratar da temática da efetividade do acesso à justiça, Santos (2007) defende a promoção de uma “*Revolução Democrática da Justiça*”. Para o autor, essa revolução seria um processo de transformação no sistema judiciário, com a inclusão da democratização do Estado e da sociedade e o envolvimento de uma verdadeira mudança na cultura jurídica e forte vontade política. Segundo Santos (2007), os principais vetores dessa transformação se resumiriam em: profundas reformas processuais; novos mecanismos e novos protagonismos no acesso ao direito e à justiça; o velho e o novo pluralismo jurídico; nova organização e gestão judiciárias; revolução na formação profissional, desde as faculdades de direito até a formação permanente; novas concepções de independência judicial; uma relação do poder

1 Artigo 8º: “Toda a pessoa tem direito a recurso efectivo para as jurisdições nacionais competentes contra os actos que violem os direitos fundamentais reconhecidos pela Constituição ou pela lei. Artigo 10.º: Toda a pessoa tem direito, em plena igualdade, a que a sua causa seja equitativa e publicamente julgada por um tribunal independente e imparcial que decida dos seus direitos e obrigações ou das razões de qualquer acusação em matéria penal que contra ela seja deduzida” (citado por BOCHENEK, 2011, p. 207). Disponível em: <http://www.mp.go.gov.br/porta/web/hp/7/docs/declaracao_universal_dos_direitos_do_homem.pdf>. Acesso em: 20 set. 2020.

2 Artigo 6º (Direito a um processo equitativo): “1. Qualquer pessoa tem direito a que a sua causa seja examinada, equitativa e publicamente, num prazo razoável por um tribunal independente e imparcial, estabelecido pela lei, o qual decidirá, quer sobre a determinação dos seus direitos e obrigações de carácter civil, quer sobre o fundamento de qualquer acusação em matéria penal dirigida contra ela. O julgamento deve ser público, mas o acesso à sala de audiências pode ser proibido à imprensa ou ao público durante a totalidade ou parte do processo, quando a bem da moralidade, da ordem pública ou da segurança nacional numa sociedade democrática, quando os interesses de menores ou a protecção da vida privada das partes no processo o exigirem, ou, na medida julgada estritamente necessária pelo tribunal, quando, em circunstâncias especiais, a publicidade pudesse ser prejudicial para os interesses da justiça” (citado por BOCHENEK, 2011, p. 207). Disponível em: <https://www.echr.coe.int/documents/convention_por.pdf>. Acesso em: 20 set. 2020.

3 “Artigo 8º. Garantias judiciais - 1. Toda pessoa tem direito a ser ouvida, com as devidas garantias e dentro de um prazo razoável, por um juiz ou tribunal competente, independente e imparcial, estabelecido anteriormente por lei, na apuração de qualquer acusação penal formulada contra ela, ou para que determinem seus direitos ou obrigações de natureza civil, trabalhista, fiscal ou de qualquer outra natureza” (citado por BOCHENEK, 2011, p. 208). Disponível em: <https://www.cidh.oas.org/basicos/portugues/c.convencao_america.htm>. Acesso em: 20 set. 2020.

4 “Artigo X. Direito à Justiça: 1. As cidades devem adotar medidas destinadas a melhorar o acesso de todas as pessoas ao direito e à justiça. 2. As cidades devem fomentar a resolução dos conflitos civis, penais, administrativos e trabalhistas mediante a implementação de mecanismos públicos de conciliação, transação, mediação e arbitragem. 3. As cidades devem garantir o acesso ao serviço de justiça estabelecendo políticas especiais em favor dos grupos vulneráveis da população e fortalecendo os sistemas de defesa pública gratuita” (citado por BOCHENEK, 2011, p. 208). Disponível em: <<https://normativos.confex.org.br/downloads/anexo/1108-10.pdf>>. Acesso em: 20 set. 2020.

judicial mais transparente com o poder público e a mídia, e mais densa com os movimentos e organizações sociais; e, uma cultura jurídica democrática e não corporativa.

Nesta pesquisa, destacaram-se dois dos vetores descritos por Santos (2007): os novos mecanismos e novos protagonismos no acesso ao direito e à justiça e o novo pluralismo jurídico.

O primeiro vetor implica na difusão da ideia de que o “acesso à justiça não se restringe somente a possibilidade de uma pessoa estar num tribunal, mas também compreende a prestação de informações e do conhecimento sobre os direitos, bem como uma resposta efetiva e justa por meio de uma decisão, que não cause outros prejuízos” (BOCHENEK, 2011, p. 203). É o que Santos (2007) denomina de “acesso aos direitos e à justiça”, e é a visão de acesso à justiça defendida ao longo desta pesquisa.

Já o segundo vetor – o novo pluralismo jurídico – aplica-se no contexto pós-colonial às sociedades urbanas industrializadas, e “exige a reflexão sobre novas categorias de classificação para a teia normativa da regulação social” (SANTOS, 2007, p. 79). Como esta pesquisa também se propõe a contestar a exclusividade do direito estatal e a defender a existência de uma pluralidade de ordens jurídicas no interior do mesmo espaço geopolítico, a necessidade de reconhecimento de um novo pluralismo jurídico também será abordada.

Apesar de alguns dos vetores apontados por Santos (2007) já estarem sendo postos em prática no Brasil, como as reformas processuais e a busca por uma nova organização e gestão judiciárias, ainda existe um longo caminho a se percorrer para a consolidação de um direito de acesso à justiça nos moldes definidos pelo autor.

COMUNIDADES TRADICIONAIS DA AMAZÔNIA: OS RIBEIRINHOS

Conforme o art. 3º, I, do Decreto nº 6.040/2007, povos e comunidades tradicionais são:

[...] grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição (BRASIL, 2007).

Grzebieluka (2012, p. 118) define comunidades tradicionais como populações que possuem uma relação direta com o ambiente natural no qual encontram-se inseridas e utilizam-se desse ambiente, garantindo a utilização de recursos por sucessivas gerações. Segundo o autor:

Estas comunidades desenvolveram formas particulares de manejo dos recursos naturais, que não visam diretamente ao lucro, mas à reprodução cultural e social, além de percepções e representações em relação ao mundo natural, marcadas pela idéia (sic) de associação com a natureza e a dependência de seus ciclos. Culturas tradicionais, nessa perspectiva, são aquelas associadas à pequena produção (GRZEBIELUKA, 2012, p. 118)

No Brasil, podem-se destacar algumas comunidades tradicionais, tais como: os Caiçaras, os Quilombolas, os Ribeirinhos, os Seringueiros e Castanheiros, as Quebradeiras de Coco, as populações de Fundo de Pasto, os Ciganos e os Faxinalenses (GRZEBIELUKA, 2012).

De acordo com Pires e Orsini (2018), ribeirinho é a pessoa que mora às margens de rios, lagos ou igarapés, logo, a denominação está relacionada com o espaço geográfico onde essas pessoas habitam. Grzebieluka (2012) aponta que essa comunidade se destaca pela diversificação em suas atividades produtivas, que giram em torno da cultura dos conhecimentos adquiridos sobre a natureza e seu funcionamento. Segundo o autor, o conhecimento que os ribeirinhos possuem acerca dos ciclos da natureza facilita a elaboração de técnicas de manejo dos recursos naturais.

Pires e Orsini (2018) explicam que assim como os indígenas, os ribeirinhos têm consciência de sua dependência do rio e das matas. Não obstante, destacam que apesar de haver uma tradição cultural de preservação do meio ambiente, a perda de traços identitários e a negligência do Poder Público na elaboração de políticas públicas próprias para essas comunidades têm feito com que as novas gerações aos poucos percam essa relação com a natureza. Pires e Orsini (2018) citam que na região do Bailique, por exemplo, muitos ribeirinhos deixaram a economia de subsistência para se dedicarem a outras atividades, como o comércio. De todo modo, Grzebieluka (2012) entende que os ribeirinhos desempenham um papel fundamental na preservação da biodiversidade local em que estão inseridos.

A JUSTIÇA ITINERANTE

Azkoul (2006, p. 117) define a Justiça Itinerante da seguinte forma:

[...] prestação de serviço da tutela jurisdicional do Estado, que se efetiva juridicamente com a sentença ou acórdão, ato pelo qual o juiz põe termo ao processo, decidindo ou não o mérito da causa em outros espaços que não os fóruns, ou seja, unidades móveis, em colégios, estádios de futebol, locais comunitários e em repartições públicas em geral, devidamente equipadas, preferivelmente, com sistema informatizado e de telecomunicações.

Ferraz (2017) salienta que desde o início dos anos 1990 já existe no Brasil a prática da itinerância, onde fóruns móveis adaptados em veículos (ônibus, vans e barcos) se deslocavam até áreas remotas ou não atendidas pelo Judiciário, para prover assistência legal e judicial às populações carentes. Segundo o Ipea (2015), a iniciativa partiu de juízes do Amapá e de Rondônia, preocupados com o isolamento das populações e seu completo afastamento das instituições de justiça. O primeiro projeto institucionalizado de Justiça Itinerante se deu no Tribunal de Justiça do Amapá, em 1996 (IPEA, 2015). No entanto, a instalação obrigatória do modelo de justiça itinerante no país foi introduzida apenas a partir de 2004, pela Emenda Constitucional nº 45 (Reforma do Poder Judiciário), que estabeleceu que Tribunais Regionais Federais, Tribunais Regionais do Trabalho e Tribunais de Justiça deveriam contar com esse serviço (BRASIL, 1988).

O Ipea (2015) categoriza as modalidades de itinerância existentes em três: itinerância típica, justiça de trânsito e itinerância de descentralização ou fixa e de atendimento pontual. A itinerância típica se caracteriza pela existência de projetos institucionalizados que servem para levar atividades jurisdicionais para regiões que não dispõem de atendimento jurisdicional. Já a justiça de trânsito, tem competência para tratar sobre questões relativas aos acidentes de trânsito, e, em geral, se destina às regiões mais populosas dos estados e que

já possuem uma jurisdição bem formalizada. Por fim, a itinerância descentralizada funciona com polos fixos de conciliação e com equipes fixas, e tem o objetivo de levar atividades jurisdicionais às regiões afastadas de maneira permanente; e a itinerância com temporalidade fixa e atendimento pontual, costuma funcionar em eventos como o carnaval e as festas juninas (IPEA, 2015).

Quanto à itinerância típica, que é a que interessa nesta pesquisa, o Ipea (2015) constatou que ela é encontrada em dezenove Unidades da Federação, sendo que uma delas tem dois projetos diferenciados, o que totaliza vinte projetos de itinerância típicos em funcionamento no país. O tipo de transporte utilizado na itinerância varia de acordo com as regiões, mas constataram-se atividades nas modalidades terrestre, fluvial e aérea. A modalidade terrestre é a mais comum e ocorre em todos os projetos. A modalidade fluvial ocorre em concomitância com a terrestre em quatro estados (Amapá, Pará, Rondônia e Roraima), todos na região Norte. Já a modalidade aérea é encontrada somente no estado do Pará (IPEA, 2015).

Ferraz (2017) assevera que a Justiça Itinerante é capaz de suplantando obstáculos territoriais, financeiros e até psicológicos e culturais ao acesso. Todavia, o principal obstáculo é o processual, pois as formalidades excessivas e as soluções eminentemente adjudicadas depõem contra um programa que pretende levar justiça aos grupos socioeconomicamente vulneráveis.

A JUSTIÇA ITINERANTE FLUVIAL NO ESTADO DO AMAPÁ

Como já destacado, o Tribunal de Justiça do Estado do Amapá (TJAP) desenvolve a itinerância típica desde 1996, ano em que institucionalizou o projeto. Atualmente, os serviços prestados pelo tribunal chegam à população tanto pela via terrestre como fluvial.

A itinerância terrestre se divide em rural e urbana. Ambas são realizadas em várias comunidades, bairros periféricos, vilarejos e municípios vizinhos próximos da Comarca de Macapá, a exemplos, Curiaú, São Tomé do Pacuí, Santa Luzia, Abacate da Pedreira, Brasil Novo, Vale Verde, Novo Horizonte e Araxá. A itinerância fluvial é realizada no Arquipélago do Bailique, definido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) como um distrito do Município de Macapá, composto pelas Ilhas de Bailique, Macedônia, Brigue, Curuá, Faustino, Franco, Marinheiro, Igarapé do Meio e Parazinho (PIRES, 2017).

O Decreto nº 0069/1991 (Lei de Organização Judiciária do Estado do Amapá), em seu art. 32, inciso III, alínea g, e § 4º, estabelece que um dos três juízes do Juizado da Infância e da Juventude da Comarca de Macapá terá a competência geral, concorrente na Capital, para o processamento e julgamento dos feitos recebidos nas jornadas itinerantes, inclusive nos feitos em andamento encaminhados pelos juízes para a prática de atos nas jornadas itinerantes, exceto nas demandas relativas ao Tribunal do Júri, execução penal e execução de penas e medidas alternativas (TJAP, 1991).

Segundo a Resolução nº 023/2005 do TJAP, que disciplina o funcionamento, organização e competência da justiça itinerante estadual, no 1º grau, a justiça itinerante terrestre corresponde à realização de jornadas periódicas em comunidades, vilas, distritos ou municípios, acessíveis por terra. A justiça itinerante fluvial é realizada em comunidades, vilas, distritos ou municípios, acessíveis exclusivamente por água, com uso de embarcações pró-

prias ou alugadas. No 2º grau, a justiça itinerante realiza sessões jurisdicionais do Tribunal de Justiça – Pleno, Secção Única e Câmara Única – fora da capital do estado, em comarcas do interior (TJAP, 2005).

Sabe-se que com as jornadas, além da prestação jurisdicional, o TJAP tem se preocupado em oferecer a essas comunidades serviços públicos agregados, como os de saúde, saneamento, expedição de documentos, etc., os quais são viabilizados por meio de convênios firmados com entidades parceiras, como Defensoria Pública do Estado, Ministério Público, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, Secretaria Municipal de Assistência Social – SEMAST, Companhia de Água e Esgoto do Amapá – CAESA, Centro de Especialidades Odontológicas do Estado do Amapá, Polícia Técnica (POLITEC), dentre outras (TJAP, 2018).

Ademais, o TJAP tem utilizado práticas de conciliação e mediação para solucionar os conflitos na comunidade, e investido na capacitação de líderes comunitários, professores e alunos das escolas da região, através de cursos de Mediação Escolar e Mediação Comunitária, realizados pelo Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos do Tribunal (NUPEMEC/TJAP) (TJAP, 2016).

Considerando tal contexto, é necessário entender qual o perfil das demandas que vêm sendo ajuizadas pelos ribeirinhos e o quão exitosa tem sido a utilização de métodos alternativos de autocomposição de conflitos para a solução dos litígios dessa comunidade.

PERFIL DAS DEMANDAS AJUIZADAS NA JUSTIÇA ITINERANTE FLUVIAL

Inicialmente, ressalta-se que os dados referentes à quantidade e à natureza de ações ajuizadas na justiça itinerante já foram apresentados no VI Congresso Nacional da FEPODI, no ano de 2018, e publicados nos anais do evento em 2019, motivo pelo qual são feitas as devidas citações. No entanto, os dados referentes a conciliações e mediações **são inéditos**.

Durante o período de 10/11/2017 a 22/01/2018, realizou-se a análise dos processos em curso na Vara de Itinerância, localizada no Fórum de Macapá. No total, 228 processos cíveis foram analisados, todos oriundos de ações da Justiça Itinerante Fluvial realizada pelo TJAP no Arquipélago do Bailique, entre junho de 2015 a outubro de 2017. Por meio do levantamento realizado, constatou-se que desses 228 processos cíveis, 186 processos (81,57%) estavam relacionados a procedimentos de jurisdição contenciosa e 42 (18,42%) de jurisdição voluntária (PEREIRA; MERGULHÃO; PIRES, 2019).

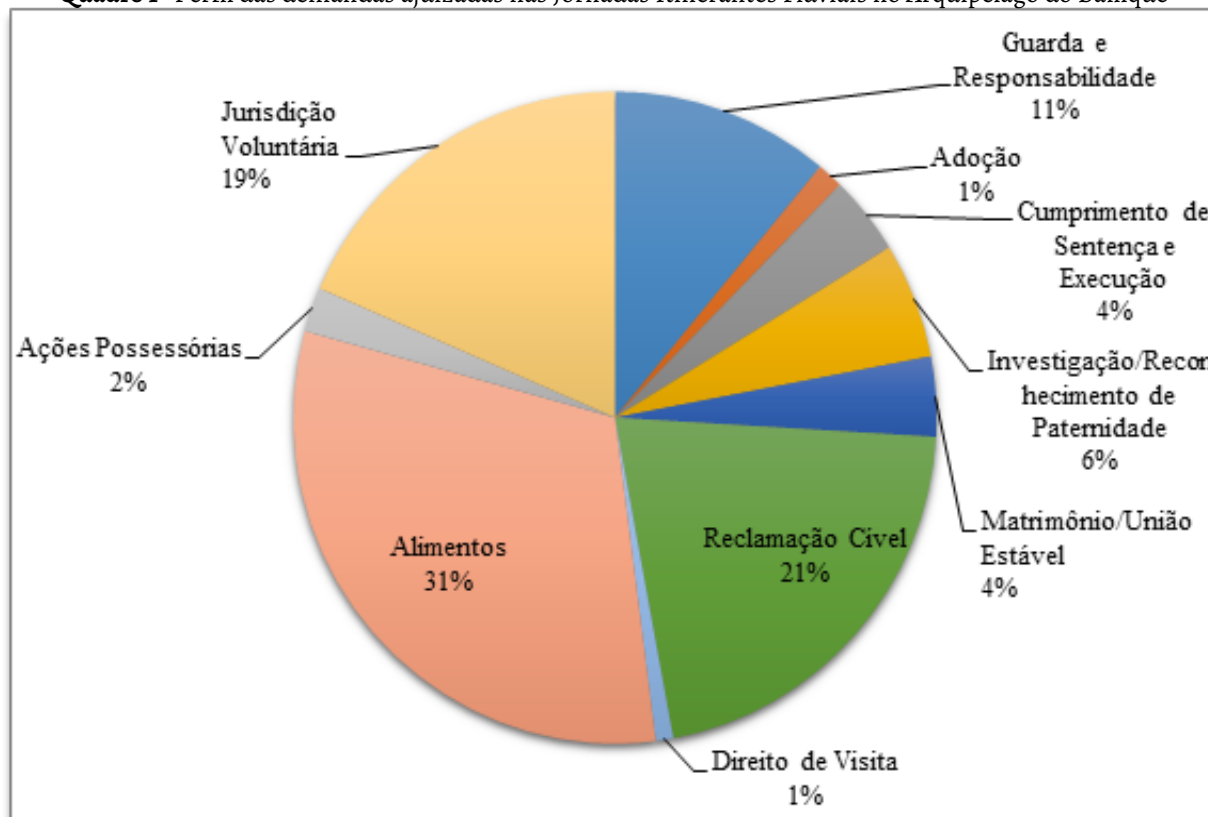
Conforme Donizetti (2017, p. 150, grifos do autor), a jurisdição contenciosa é “*a função estatal exercida com o objetivo de compor litígios*”. Por sua vez, a jurisdição voluntária “*cuida da integração e fiscalização de negócios jurídicos particulares*”. Assim, adotou-se nesta pesquisa, a corrente jurisdicionalista, a qual defende a jurisdição voluntária como função jurisdicional, diferentemente da corrente administrativista ou clássica.

Constatou-se que a maioria das demandas de jurisdição contenciosa versava sobre direito de família, como ações de guarda e responsabilidade, alimentos, adoção, investigação e reconhecimento de paternidade, casamento e união estável e estipulação de direito de visita. As demais versavam sobre questões exclusivamente patrimoniais, como reclamações

cíveis, cumprimentos de sentença, processos de execução e ações possessórias (PEREIRA; MERGULHÃO; PIRES, 2019).

Observou-se ainda que na maioria das ações de jurisdição voluntária, os ribeirinhos pleiteavam serviços públicos, como retificação de registros de nascimento e casamento, extinção consensual de união estável e matrimônio e a 2ª via de documentos oficiais. A seguir, o gráfico demonstra o total de ações ajuizadas em jurisdição contenciosa e voluntária:

Quadro 1 - Perfil das demandas ajuizadas nas Jornadas Itinerantes Fluviais no Arquipélago do Bailique



Fonte: Pereira, Mergulhão e Pires (2019).

É possível concluir que as ações contenciosas mais recorrentes estão relacionadas ao inadimplemento de obrigações (reclamações cíveis e ações de alimentos), visto que correspondem a 56% das demandas identificadas no gráfico. Tal fato pode ter relação com as infinitas carências que assolam as comunidades tradicionais que residem no Arquipélago. Na Vila Progresso – comunidade mais estruturada economicamente da região – os moradores, em sua maioria, dedicam-se às atividades de subsistência (como a caça e a pesca) ou sobrevivem de pequenos comércios locais. Com a inexistência de políticas públicas que busquem incentivar atividades econômicas na região, o ribeirinho acaba deixando de cultivar seu modo de vida peculiar, e migrando para a capital em busca de oportunidades de emprego para o atendimento de suas necessidades básicas (PIRES, 2017). Portanto, os problemas sociais e econômicos que assolam a comunidade pode ser um dos fatores que contribui para o alto índice de inadimplementos (PEREIRA; MERGULHÃO; PIRES, 2019, p. 43).

Outro dado que chama atenção é o alto número de procedimentos de jurisdição voluntária (19%), que como supracitado, em sua maioria buscam o acesso aos serviços públicos. Tal percentual ratifica a ideia de que quando há oferta de serviços de emissão de documentos oficiais, estas costumam ser atividades extremamente demandadas, e ainda, de que para

o Poder Judiciário se aproximar da realidade social das comunidades ribeirinhas, precisa se utilizar da estratégia de disponibilização de serviços públicos (IPEA, 2015; PIRES, 2017 *apud* PEREIRA; MERGULHÃO; PIRES, 2019, p. 44).

Uma observação feita durante a análise dos processos e dos termos de audiências, é que o desconhecimento dos ribeirinhos sobre os seus direitos e deveres ainda é alto. A justiça itinerante, enquanto mecanismo de acesso à justiça tem como objetivo não só promover o acesso à tutela jurisdicional, mas também à informação, à participação, à assistência e consultoria jurídica e à cidadania. Todavia, observou-se que o TJAP tem falhado nesse aspecto. Um número significativo de ribeirinhos não possui documentos oficiais, e muitos relataram em audiência que desconheciam a necessidade de emissão de tais documentos, que não foram informados da existência de prazo legal para requerê-los (é o caso da certidão de nascimento), ou ainda, que por não existir cartório na região, não tinham condições financeiras de ir à capital (Macapá) para proceder com o registro (PEREIRA; MERGULHÃO; PIRES, 2019).

A promoção do acesso à justiça – entenda-se aos direitos e à justiça – também tem relação com a prestação de informação às comunidades atendidas, a respeito dos direitos e deveres que possuem. Mesmo detendo a faculdade de não exercê-los, é importante que a população saiba da existência deles. Nesse sentido, percebeu-se que mesmo com a realização de 139 jornadas, o TJAP ainda apresenta dificuldade no diálogo com a comunidade ribeirinha.

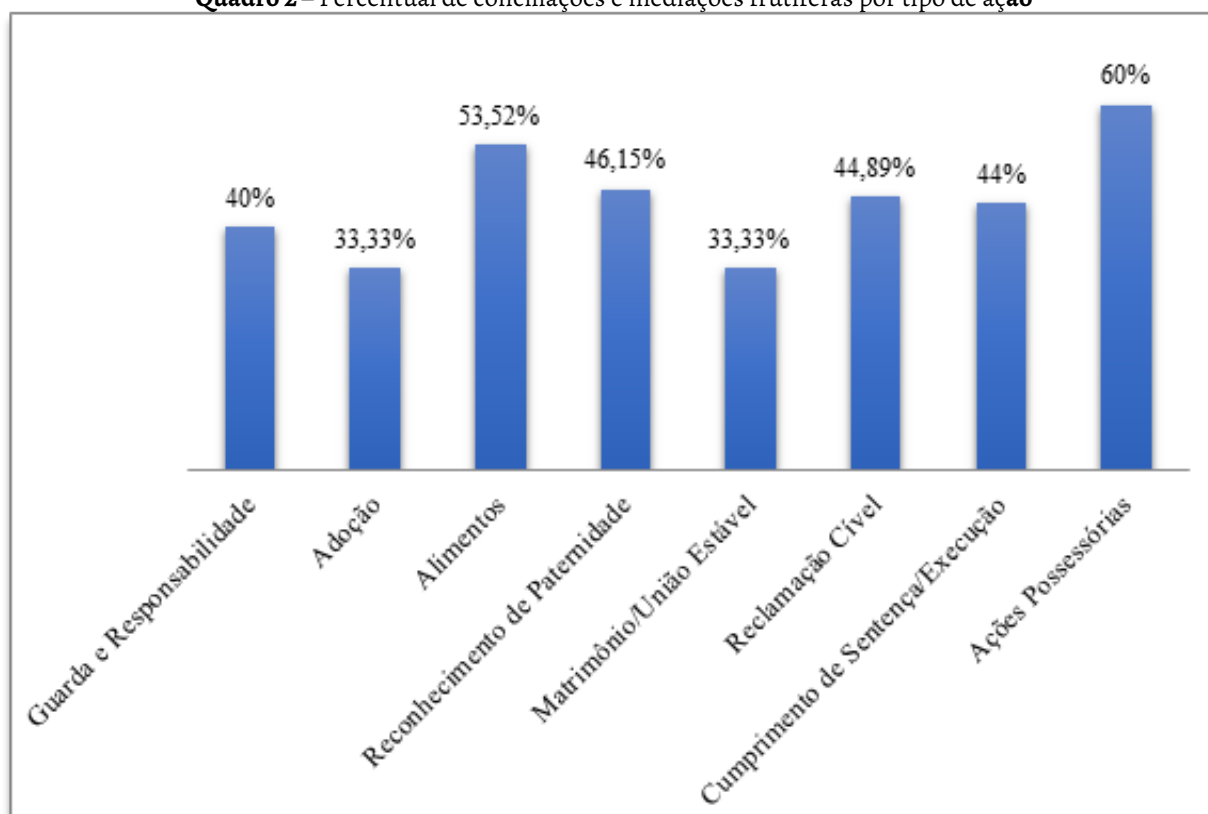
Bochenek (2011, p. 206) assevera que “A concepção de que o acesso é apenas a oportunidade de disponibilizar meios de ingresso ao sistema judicial, por intermédio do ajuizamento de demandas, está ultrapassada”. Atualmente, segundo o autor:

Há dimensões prévias (que antecedem o ajuizamento de uma ação e atuam na prevenção dos litígios ou na adequada preparação para a solução dos litígios, seja pela via judicial, seja extrajudicial) e posteriores (após o ajuizamento até a conclusão do processo e, ainda, podendo haver repercussões até a efetiva realização ou não do direito) (BOCHENEK, 2011, p. 206).

Portanto, o acesso dos ribeirinhos aos direitos não deixa de ser uma medida de prevenção dos litígios, considerando que muitas ações de jurisdição voluntária são ajuizadas apenas com intuito de ter acesso aos serviços públicos básicos e constitucionalmente garantidos.

Dado que o TJAP adota como política própria o incentivo ao uso dos métodos alternativos de solução de conflitos e também tem aplicado esses métodos nas jornadas itinerantes, optou-se por verificar o quão exitosa tem sido a utilização desses métodos na resolução dos litígios dessa comunidade. Assim, realizou-se o levantamento dos percentuais de conciliações e mediações frutíferas somente nas ações de jurisdição contenciosa que contabilizaram 5 ou mais processos, conforme o seguinte gráfico:

Quadro 2 – Percentual de conciliações e mediações frutíferas por tipo de ação



Fonte: elaboração própria.

Constatou-se que o TJAP mantém um bom índice de conciliações e mediações frutíferas, principalmente nas demandas envolvendo discussões possessórias e fixação de alimentos. Em média, o percentual de conciliações e mediações chega a 47%. Ou seja, uma quantidade significativa dos processos ajuizados nas jornadas itinerantes acaba em acordo.

Quantitativamente, o TJAP tem se mostrado eficiente no uso dos métodos alternativos de solução de conflitos, o que contribui para a pacificação social na comunidade. No entanto, destaca-se que quando do uso desses métodos, é importante que seja levado em consideração as práticas de autocomposição já existentes no seio dessas comunidades.

Pires (2017) afirma que o TJAP constantemente alimenta a ideia do acesso à justiça sob o manto exclusivo do monopólio estatal, através da capacitação de líderes comunitários, professores e alunos das escolas das comunidades, por meio de cursos de Mediação Escolar e Mediação Comunitária, sem possibilitar a participação da comunidade ribeirinha na conformação do próprio direito.

A autora afirma que em visita ao Arquipélago, os ribeirinhos informaram que possuíam métodos próprios de resolução de conflitos antes do início das jornadas:

Havia um líder local, que era eleito, informalmente, pelos moradores, sua função era a de dirimir os conflitos. Após as jornadas essa prática deixou de existir porque foi disseminada a ideia de que somente a Justiça Itinerante é competente para resolver conflitos, portanto, deveriam aguardar a chegada do barco, apesar de que ainda há muitos acordos realizados sem a presença da Justiça Itinerante (PIRES, 2017, p. 97).

O tema é controverso quando submetido ao crivo dos juízes do TJAP. Há magistrados que afirmam categoricamente que não havia nenhum método tradicional de resolução de

conflito operado pela comunidade antes do início das jornadas (PIRES, 2017). Todavia, a autora afirma que, em entrevista, o juiz coordenador das jornadas do ano de 2017 já se manifestou de forma diferente.

Através das análises dos termos de audiências, percebeu-se que os ribeirinhos narram nas próprias audiências que possuem meios próprios de resolução de conflitos. Muitas ações de execução, por exemplo, têm como “títulos executivos extrajudiciais” cadernos de comerciantes com anotações dos nomes das pessoas para as quais venderam a prazo. É comum o relato em audiência de que cobranças sucessivas foram realizadas antes da propositura da ação. Além disso, observou-se que, comumente, os ribeirinhos aceitam pagamentos de débitos parcelados em várias vezes – mesmo quando o valor devido é considerado irrisório – o que demonstra que o pensamento adversarial e a cultura do conflito são exceções dentro da comunidade.

Sabe-se que, geralmente, as comunidades tradicionais possuem meios de coesão e controle social internos. Portanto, é de suma importância que haja o reconhecimento da identidade e da etnicidade da população ribeirinha, na perspectiva do novo pluralismo jurídico de Santos.

De acordo com Santos (2007), de um ponto de vista sociológico, as sociedades são jurídica e judicialmente plurais, compostas por vários sistemas jurídicos e judiciais, sendo que o sistema jurídico estatal nem sempre é, sequer, o mais importante da gestão normativa do cotidiano da grande maioria dos cidadãos.

Portanto, para que o acesso à justiça seja efetivo, ele deve estar fundado em uma política intercultural, o que exclui a ideia de que os métodos de auto e heterocomposição devem estar sob a égide exclusiva do Judiciário, e consagram a teoria de que estes devem se pautar, principalmente, no reconhecimento de identidades (PIRES, 2017). Desse modo, ressalta-se a necessidade de que os saberes locais das comunidades ribeirinhas sejam incluídos no processo de capacitação de mediadores e conciliadores realizado pelo TJAP, a fim de que haja a emancipação do ribeirinho frente aos seus próprios conflitos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio da pesquisa realizada, foi possível perceber que a justiça itinerante se tornou um mecanismo bastante eficiente de promoção do acesso ao Judiciário, mas que ainda precisa ser aperfeiçoado pelos tribunais.

O TJAP tem assumido uma posição vanguardista nesse ponto e tem expandido cada vez mais a prestação de seus serviços para as localidades mais longínquas do estado do Amapá, tanto pela via terrestre quanto fluvial. As jornadas itinerantes fluviais, em específico, atendem uma comunidade tradicional da Região Norte que foi historicamente excluída da política de acesso à justiça adotada pelo Estado brasileiro (PEREIRA; MERGULHÃO; PIRES, 2019).

Os ribeirinhos, assim como toda e qualquer comunidade, possuem litígios próprios e demandas reprimidas comuns ao dia a dia. O projeto de itinerância desenvolvido pelo TJAP tem sido bastante importante para a solução dos conflitos cíveis existentes no Arquipélago do Bailique. Não obstante, o projeto também tem demonstrado que a carência de serviços

básicos é uma realidade da região, e que em grande parte dos casos, os ribeirinhos recorrem ao judiciário reclamando apenas os serviços públicos que lhes são negados pelo estado por falta de políticas públicas específicas (PEREIRA; MERGULHÃO; PIRES, 2019).

Conclui-se que a comunidade ribeirinha do Amapá possui acesso precário – por vezes inexistente – a serviços básicos; e a Justiça Itinerante pode ajudar na modificação dessa realidade, proporcionando não só o acesso à justiça enquanto meio de ingresso ao sistema judicial, mas também enquanto instrumento de acesso ao conhecimento, à participação e à informação acerca de direitos e deveres.

Apesar das dificuldades enfrentadas, percebe-se que os ribeirinhos não nutrem uma cultura adversarial, pelo contrário, geralmente buscam uma resolução rápida e simples para os seus litígios, e são bastante receptivos aos métodos alternativos de solução de conflitos. Os servidores do TJAP relatam que, muitas vezes, as reclamações nem chegam a ser reduzidas a termo, porque ainda durante a triagem prévia dos casos, o problema é resolvido. O baixo índice de ajuizamento de demandas de jurisdição contenciosa (considerando o lapso temporal utilizado na pesquisa), assim como os percentuais de conciliações e mediações frutíferas nas demandas mais recorrentes, também evidenciam isto. Logo, o investimento em dimensões prévias, como cidadania, informação, justiça social, acesso aos serviços públicos, poderia gradativamente diminuir o número de demandas.

É perceptível que o TJAP tem explorado essa visão ribeirinha, investindo na conciliação e na mediação durante as jornadas. Contudo, o uso de métodos alternativos deve ser aplicado de forma a possibilitar a troca de experiências com essa comunidade tradicional que, antes do início das jornadas, possuía meios próprios de resolução de litígios. O tratamento dos conflitos de comunidades tradicionais exige uma sensibilidade maior por parte do Judiciário, que também exerce a função de proteger os direitos das minorias.

Em suma, o TJAP tem desenvolvido um papel importante no acesso à jurisdição por parte da comunidade ribeirinha, resolvendo as demandas que lhe são submetidas e contribuindo para a prestação de serviços básicos ao longo das jornadas. Por outro lado, é válido reiterar que o acesso à justiça engloba mais do que o acesso ao Judiciário; envolve o acesso aos direitos básicos e à emancipação da própria comunidade diante de seus conflitos.

REFERÊNCIAS

AVRITZER, L.; MARONA, M.; GOMES, L. *Cartografia da justiça no Brasil: uma análise a partir de atores e territórios*. São Paulo: Saraiva, 2014.

AZKOUL, M. A. *Justiça itinerante*. 215 f. Tese (Doutorado em Direito) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2006. Disponível em: <<https://leto.pucsp.br/handle/handle/6956>>. Acesso em: 20 set. 2020.

BOCHENEK, A. C. *A interação entre tribunais e democracia por meio do acesso aos direitos e à justiça: análise de experiências dos juizados especiais federais cíveis brasileiros*. 546 f. Tese (Doutorado em Direito) – Faculdade de Economia e Faculdade de Direito, Universidade de Coimbra, Coimbra, 2011. Disponível em: <<https://estudogeral.uc.pt/handle/10316/21359>>. Acesso em: 20 set. 2020.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília, DF. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/ConstituicaoCompilado.htm#adct>. Acesso em: 13 set. 2020.

BRASIL. *Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007*. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Brasília, DF. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm>. Acesso em: 10 out. 2020.

CAPPELLETTI, M.; GARTH, B. *Acesso à justiça*. Trad. Ellen Gracie Northfleet. Porto Alegre: Fabris, 1988.

DONIZETTI, E. *Curso didático de direito processual civil*. 20. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

FERRAZ, L. S. Desafios e limitações à pesquisa empírica em Direito no Brasil: explorando o estudo sobre Justiça Itinerante. *Revista de Estudos Empíricos em Direito*, v. 4, n. 1, 14 fev. 2017. Disponível em: <<https://reedrevista.org/reed/article/view/199>>. Acesso em: 10 out. 2020.

GRZEBIELUKA, D. Por uma tipologia das comunidades tradicionais brasileiras. *Revista Geografar*, v. 7, n. 1, 2012. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/geografar/article/view/21757>>. Acesso em: 10 out. 2020.

IPEA, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. *Democratização do acesso à justiça e efetivação de direitos: Justiça itinerante no Brasil. Relatório de Pesquisa*. Brasília, 2015. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/7492/1/RP_Democratiza%C3%A7%C3%A3o_2015.pdf>. Acesso em: 20 set. 2020.

LIMA, D. de M. Ribeirinhos, pescadores e a construção da sustentabilidade nas várzeas dos rios Amazonas e Solimões. *Boletim Rede Amazônia*, v. 3, n. 1, p. 57-66, 2004.

PEREIRA, T. R. B.; MERGULHÃO, E. C.; PIRES, S. M. P. O acesso à justiça da comunidade tradicional ribeirinha no estado do Amapá. *Anais do VI Congresso Nacional da FEPODI*. São Paulo: Universidade Presbiteriana Mackenzie, 2019. p. 39-46. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1tsRLHzYo-cdR3xMBGUNBCve3rFMTq6u4/view?usp=drive_open>. Acesso em: 10 out. 2020.

PIRES, S. M. P. *Análise sociológica da justiça itinerante fluvial*. Belo Horizonte: Vorto, 2017.

PIRES, S. M. P.; ORSINI, A. G. de S. Comunidade Ribeirinha do Bailique: A hermenêutica diatópica como instrumento de reconhecimento de identidade. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Pará*, v. 4, n. 01, 2018. Disponível em: <<http://www.ihgp.net.br/revista/index.php/revista/article/view/91>>. Acesso em: 10 out. 2020.

SANTOS, B. de S. *Para uma revolução democrática da justiça*. São Paulo: Editora Cortez, 2007.

TJAP, Tribunal de Justiça do Estado do Amapá. *Arquipélago do Bailique receberá 130ª Jornada Fluvial do Programa Justiça Itinerante na segunda-feira*. Macapá, 2018. Disponível em: <<https://www.tjap.jus.br/portal/publicacoes/noticias/7511-arquip%C3%A9lago-do-bailique-receber%C3%A1-130%C2%AA-jornada-fluvial-do-programa-justi%C3%A7a-itinerante-na-segunda-feira.html>>. Acesso em: 20 set. 2020.

TJAP, Tribunal de Justiça do Estado do Amapá. *Decreto (n) n.º 0069, de 15 de maio de 1991*. Dispõe sobre a organização e divisão judiciárias do estado do Amapá. Macapá, 1991. Disponível em: <https://www.tjap.jus.br/portal/images/stories/documentos/CHECK-LIST/GAB-PRESIDENCIA/decreto_069_1991_atualizado_ate_lei_099_2016.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2020.

TJAP, Tribunal de Justiça do Estado do Amapá. *NUPEMEC realiza atendimento no Arquipélago do Bailique*. Macapá, 2016. Disponível em: <<https://www.tjap.jus.br/portal/publicacoes/noticias/5350-nupemec-realiza-atendimento-no-arquip%C3%A9lago-do-bailique.html>>. Acesso em: 20 set. 2019.

TJAP, Tribunal de Justiça do Estado do Amapá. *Programa Justiça Itinerante levará jurisdição e cidadania ao Arquipélago do Bailique em sua 139ª Jornada Fluvial*. Macapá, 2020. Disponível em: <<https://www.tjap.jus.br/portal/publicacoes/noticias/10228-programa-justi%C3%A7a-itinerante-levar%C3%A1-jurisd%C3%A7%C3%A3o-e-cidadania-ao-arquip%C3%A9lago-do-bailique-em-sua-139%C2%AA-jornada-fluvial.html>>. Acesso em: 20 set. 2020.

TJAP, Tribunal de Justiça do Estado do Amapá. *Resolução nº 023/2005-TJAP*. Disciplina o funcionamento da Justiça Itinerante Estadual de 1º e 2º Graus, e dá outras providências. Macapá, 2005. Disponível em: <https://www.tjap.jus.br/portal/images/justica_itinerante_2005_023_tjap.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2020.

O JOGO DO PASSATEMPO COMO RECURSO DIDÁTICO NO ENSINO DE GEOGRAFIA

Rosana Torrinha Silva de Farias
Alexandre Pinheiro de Freitas
Frederico Silva de Carvalho

INTRODUÇÃO

Diante da realidade que se apresenta no mundo globalizado, recheado de novidades quanto aos meios de informação e comunicação que disponibilizam muitas novidades e entretenimentos, pensar e refletir sobre as práticas didático-pedagógicas da disciplina Geografia tem sido um grande desafio para os professores da área, principalmente, no que diz respeito a encontrar caminhos para que o processo de ensino-aprendizagem seja interessante, dinâmico e atraente. Em termos gerais, é preciso que o docente adeque suas práticas pedagógicas a esse novo contexto que se apresenta.

As aulas tradicionais baseadas apenas nos livros didáticos e em instrumentos que se resumem no quadro e no pincel, têm provocado desânimo e desinteresse por parte do aluno na aprendizagem, logo, é preciso desenvolver práticas contextualizadas e que fazem parte do cotidiano do discente (CASTROGIOVANNI, 2006). Por exemplo, no dia-dia do aluno, estão presentes os celulares e a internet que oferecem uma enorme quantidade de jogos e informações que instigam a curiosidade e tomam sua atenção.

Neste sentido, Bastos (2011) defende que é necessário oferecer uma aula de Geografia mais conectada com o cotidiano. É interessante buscar uma renovação da prática de ensino com métodos que prendam mais a atenção dos alunos e que despertem a vontade de aprender. Dentro desta compreensão, este texto apresenta o passatempo como mais uma proposta pedagógica de auxílio na construção do conhecimento geográfico no ensino escolar.

O passatempo é sinônimo de divertimento, entretenimento, lazer, recreação e jogos. É da classe gramatical substantivo masculino. A origem etimológica da palavra vem da união

de duas expressões, passar + tempo (DICIO, s. d.). Por essa razão, o principal objetivo deste trabalho é demonstrar o passatempo como uma importante ferramenta que possa contribuir com a construção do conhecimento geográfico de forma a tornar o processo de ensino mais dinâmico e prazeroso, instigando a criatividade e proporcionando as interações socio-educativas, além de estimular as habilidades e o raciocínio geográfico dos alunos sobre os conteúdos da disciplina.

A experiência de ensino-aprendizagem com o passatempo foi desenvolvida no ano de 2019, com uma turma do Curso de Licenciatura em Geografia da Universidade Federal do Amapá (UNIFAP), durante o desenvolvimento da disciplina Estágio Supervisionado em Docência no Laboratório de Ensino (LAPEGEO).

A atividade com o passatempo foi pensada com base no processo de ensino da formação acadêmica do futuro professor de Geografia, a partir de reflexões e debates sobre as ferramentas de apoio que o docente poderia utilizar, visando o despertar do interesse do aluno pela aprendizagem. Dentre os vários instrumentos que foram trabalhados, destacam-se: os cartográficos, os midiáticos, as charges, músicas, poemas, jogos e teatro, em meio a estas, que usualmente eram utilizadas na sala de aula, surgiu a ideia de incluir o passatempo.

Entendendo o Estágio Supervisionado em Docência como um processo significativo na formação do professor de Geografia, e que um dos objetivos da disciplina é de estimular a criatividade do futuro docente e as habilidades e competências em criar novas possibilidades de ensino, o passatempo foi experimentado como mais uma ferramenta capaz de unir a teoria e a prática, assim podendo congrega o rol de atividades didáticas à disposição da educação. Sabe-se que não é algo novo, porém, na sala de aula, ainda é pouco utilizado.

O PASSATEMPO COMO CONTRIBUIÇÃO PARA UM ENSINO DE GEOGRAFIA DINÂMICO E INTERESSANTE NA SALA DE AULA

A Geografia como disciplina escolar propõe a compreensão do espaço geográfico, como um “[...] fruto do trabalho humano na necessária e perpétua luta dos seres humanos pela sobrevivência. Nessa luta, o homem usa, destrói/constrói/modifica a si mesmo e a natureza” (KAERCHER, 2001, p. 11). Cabe ao professor de Geografia, a tarefa de desenvolver os procedimentos teórico-metodológicos na construção dos conhecimentos que visem à compreensão das relações espaciais.

Neste contexto, pensar, refletir e construir, não apenas um ensino de qualidade, mas um ensino atrativo, dinâmico e interessante, torna-se fundamental, por isso, é importante a busca incessante por ferramentas pedagógicas de auxílio na construção do conhecimento durante a mediação didática. Em virtude disso, a procura por novos caminhos didáticos de auxílio tem representado um grande desafio para os professores, dado que as diversidades textuais e instrumentais como charges, imagens fotográficas, poemas, poesias, músicas, sistemas de informação e comunicação, jogos, dentre outros, vêm se configurando, cada vez mais, como importantes suportes indispensáveis na sala de aula.

O passatempo pode ser considerado como uma valiosa possibilidade para ampliar as formas de ensinar. Na visão de Castellar e Vilhena (2010), os jogos no processo de ensino-aprendizagem proporcionam a interação entre os alunos e professores, assim como con-

tribuem para a formação dos conhecimentos. Para estes autores, os jogos inserem o aluno diretamente no processo de aprendizagem, são atividades de integração e que despertam as esferas cognitiva, psicomotora, atitudinal e afetiva dos alunos. Portanto, tratam-se de ferramentas pedagógicas em potencial na mediação didática.

Neste direcionamento, Castrogiovanni (2006, p. 8) revela que:

Faz-se necessário que os professores criem condições de trabalho que favoreçam as diferentes estratégias cognitivas e ritmos de aprendizagem, para que o aluno aprenda de forma ativa, participativa, evoluindo dos conceitos prévios aos raciocínios mais complexos e assumindo uma postura ética, de comprometimento coletivo.

Ratificando a preocupação do autor, existe a necessidade de proporcionar o ensino e a aprendizagem por diferentes meios e técnicas que possam integrar diretamente o aluno num processo educativo mais atraente e motivador. Para isso, é importante que as ferramentas de auxílio possam estar de acordo com a realidade global e do aluno, ou seja, aplicar instrumentos e linguagens relacionadas ao cotidiano do discente. Neste sentido, Castellar e Vilhena (2010) asseguram que os jogos auxiliam a pensar sobre o espaço em que se vive.

A própria Base Nacional Comum Curricular (BRASIL; BNCC, 2017) orienta para que, no processo educativo, o professor possa trabalhar com uma diversidade de linguagens e ferramentas didáticas que busquem aproximar o aluno da realidade local e global. Neste caso, admitimos os jogos, especificamente, o passatempo como um indicativo de atividade escolar.

Sobre esta discussão, Castrogiovanni (2006, p. 13) revela que:

Existe ainda pouca aproximação da escola com a vida, com o cotidiano dos alunos. A escola não se manifesta atraente frente ao mundo contemporâneo, pois não dá conta de explicar e textualizar as novas leituras de vida. A vida fora da escola é cheia de mistérios, emoções, desejos e fantasias, como tendem a ser as ciências. A escola parece ser homogênea, transparente e sem brilho no que se refere a tais características. É urgente teorizar a vida, para que o aluno possa compreendê-la e representá-la melhor e, portanto, viver em busca de seus interesses.

Acredita-se que para inserir o cotidiano do aluno na sala de aula é necessário que o docente não somente tenha o domínio dos saberes específicos, aqueles relacionados diretamente aos conteúdos e aos métodos que serão utilizados no processo educativo para a realização de análises e interpretações espaciais, mas que se lance ao desafio da constante busca por caminhos, ferramentas, mecanismos e elementos de auxílio nesta empreitada. A procura por novas propostas didático-pedagógicas deve fazer parte do dia a dia do professor.

Os estudos realizados por Jean Piaget (1986) concluíram que os jogos contribuem para o desenvolvimento intelectual das crianças, além de se tratar de um processo de socialização. Nesta perspectiva, compreende-se que os jogos são estímulos para a compreensão dos conteúdos geográficos, por exigir do aluno, habilidades, ações reflexivas e críticas e o poder de decisão.

Neste mesmo direcionamento, Silva (2006) compreende que os jogos são recursos metodológicos eficientes para trabalhar os assuntos geográficos, principalmente, instigando o raciocínio em relação aos conceitos. Sendo assim, avaliamos que o passatempo, quando bem

explorados na sala de aula pelo professor de Geografia, pode representar um importante recurso didático como auxílio na aprendizagem do conhecimento geográfico, pois, ativam a memória e a criatividade, bem como promovem o saber de forma dinâmica e motivadora. Assim posto, emerge repensar o passatempo no ensino da Geografia como mais uma forma de condução das práticas pedagógicas que convirjam para um processo educativo atraente e estimulante.

O PASSATEMPO COMO FERRAMENTA METODOLÓGICA NA CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO GEOGRÁFICO ESCOLAR

O passatempo tem origem no antigo Egito, entretanto, foi modernizado pelo jornalista Arthur Wynne, no jornal *The New York World*, no ano de 1913. Em 1925, chegou ao Brasil editado no jornal carioca *A Noite* e, como teve boa aceitação pelo público, em 1948, a Ediouro Publicações lançou sua primeira revista de passatempo. O jogo é difundido por vários meios de comunicação: jornais, revistas, livrinhos, panfletos, folhetos, além das mídias dispostas nos aparelhos celulares e computadores.

O passatempo ingressou oficialmente como uma ferramenta de auxílio na educação no ano de 2002, por meio do ofício nº 001/02/MEC/GM/ASS/CAB, Protocolo N. 304/2002. A revista *Coquetel* em parceria com o Ministério da Educação (MEC), criou o programa *Coquetel nas Escolas*, em que as revistas são distribuídas gratuitamente para as escolas públicas e privadas que se cadastrarem no site da referida revista. A finalidade deste programa é auxiliar o aprendizado de forma divertida.

As revistas passatempo apresentam uma variedade de jogos, dentre eles encontram-se as palavras cruzadas, jogos da memória e os caça-palavras. O jogo de palavras cruzadas é formado por várias linhas na horizontal e na vertical que se cruzam umas com as outras, cada linha compreende uma palavra que deve ser descoberta por dicas expostas nas cruzadas (figura 1). As palavras cruzadas são consideradas um passatempo bastante difundido e de acordo com Costa (2014), elas proporcionam entretenimento na educação, geram benefícios intelectuais, contribuem para aumentar o nível de cultura e mantêm a mente ativa, ajudando a exercitar o cérebro.

Figura 1 - Exemplo de palavras cruzadas

Cruzadinha – Coordenadas Geográficas

1 - Linhas imaginárias que circundam a Terra no sentido Leste-Oeste.
2 - É a distância entre um ponto qualquer na superfície terrestre e o Meridiano de Greenwich.
3 - É o principal meridiano e divide a Terra em dois hemisférios.
4 - Sistema de localização estruturado através de linhas imaginárias.
5 - É a distância entre qualquer ponto da superfície terrestre e a Linha do Equador.
6 - É o principal paralelo e divide o planeta Terra em dois hemisférios.
7 - Linhas imaginárias traçadas de um polo a outro, de Norte a Sul.

Fonte: suportegeografico77.blogspot.com.br

No caso específico do uso das palavras cruzadas na prática pedagógica da Geografia, é fundamental a abordagem de um conteúdo referente ao currículo escolar, conforme demonstrado na figura 1, ao tratar das Coordenadas Geográficas. Neste caso, o aluno irá exercitar o seu conhecimento sobre o assunto com o auxílio das dicas/proposições para a descoberta de cada palavra. Observa-se que este jogo desenvolve a habilidade de estimular a memória do aluno em relação ao assunto previamente desenvolvido em sala de aula, portanto, um dos seus objetivos é o de auxiliar no desenvolvimento do raciocínio geográfico.

Os caça-palavras consistem em um aparelhamento de letras e em meio a elas então algumas palavras escondidas que precisam ser encontradas. As palavras podem estar na vertical, horizontal, na diagonal ou no sentido contrário. Em relação ao ensino escolar de Geografia, é importante que as palavras tenham significados, ou seja, que estabeleçam relação com os conceitos, fatos e fenômenos, conforme se apresenta na figura 2, logo, as dicas/proposições sobre o espaço geográfico precedem de um contexto sobre o conteúdo abordado, fato que estimula o raciocínio geográfico do aluno.

Figura 2 - Exemplo de caça-palavras

<p style="text-align: center;">ESPAÇO GEOGRÁFICO</p> <p>Espaço geográfico é um termo utilizado pela Geografia para caracterizar o lugar onde se realizam as modificações no meio ambiente feitas pelos humanos ao longo da história.</p> <p>Este espaço foi transformado pela organização social, técnica e econômica daqueles que habitaram e habitam diferentes lugares. Ele também abriga todas as partes do planeta possíveis de serem analisadas, catalogadas e classificadas pelas especialidades da ciência geográfica.</p> <p>Em termos gerais, o espaço geográfico se difere do espaço natural, pois este último não sofre as consequências das práticas econômicas, sociais, culturais e cotidianas presentes nas sociedades, que envolvem tanto o meio rural quanto o meio urbano.</p> <p>Então, o espaço geográfico constrói-se destas transformações dos elementos naturais pelas práticas antrópicas, guardando com ele marcas históricas das civilizações e suas transformações ao longo do tempo, tendo em vista que novas construções e reconstruções estão sempre acontecendo, porém não de forma igualitária ao longo da extensão das sociedades.</p> <p style="font-size: small; text-align: center;">Disponível em <https://www.significados.com.br/espaço-geografico/></p>	<p>► Encontre as palavras grifadas no caça palavras.</p> <p>Ê S Í A I F A R G O E G Ê Û Í T D L Û A B M R T Û M S Ò Í C Û K Ê Ó X R C A Ò S É X Ú G E Í Ô B Õ Â Ó U Ú À N A Ê R G E R H L Á K T B Ç Z R L U G A R N J U É Õ À ã Ê S S B S E D A D E I C O S À R B Ç K Ê D E Õ S O T N E M E L E O F D O C U U M O D I F I C A Ç Õ E S Ó Õ O É I O R O V K A T O T A G T Í S C O É R Ó E N T N C É D É Y E R Ò E E O H C Y M Ú M S S A U Ô I C I M S A Â Ó N B F U A B H E N B Ò Ê L N Õ P G Ó Õ U A A Â Û Ç X T Q O R L N A I Ò O N R X Â M Â L Õ Õ L U C U X Ó I C Ô H Ê Ô Û U U Â U P E U U Ê U O É Ó C A Â V À Õ E M H Õ D À S Z V N G I Ç Ê E Û Ú O L V J H I S T Ó R I A C M E Ç Ò P Q F Ó H V U Â É Ç A I C N Ê I C M G P S K S E Õ Ç A Z I L I V I C P A L H Õ Í E S P A Ç O N A T U R A L À N S Z P V Q A ã J S À X P H P À O Á F Õ É Ò ã M J Ò Ô O C I F Á R G O E G O Ç A P S E</p> <p style="text-align: center; font-size: small;">Fonte: suportegeografico77.blogspot.com.br</p>
--	--

Nas escolas, o professor pode utilizar este instrumento de maneira personalizada, podendo ser construído tanto manualmente, quanto através de plataformas digitais, aos exemplos: o Crossword Puzzle Maker, o Crossword Creator e o Kurupira Crossword. Essas ferramentas possibilitam a formulação dos jogos mediante os assuntos e temas que estão sendo trabalhados em sala de aula.

Os passatempos podem ser utilizados para abordagens de todos os conteúdos geográficos do currículo e em todas as séries, no entanto, faz-se necessário que o professor planeje a atividade de forma clara e concisa para que o aluno possa desenvolver um raciocínio lógico sobre o tema, assim como esclarecem Castellar e Vilhena (2010), qualquer que seja a atividade que o professor irá desenvolver em sala de aula é preciso definir os objetivos e traçar as estratégias de execução.

Ademais, os passatempos podem auxiliar na aprendizagem de diferentes conteúdos, contribuindo para a eficácia do processo de construção do conhecimento geográfico. Os jogos permitem que o aluno raciocine sobre as relações espaciais e faça comparações, diferenciações e observações pertinentes a um determinado assunto ou conceito (CASTELLAR; VILHENA, 2010).

Construir conhecimento em Geografia requer um esforço concentrado daqueles que estão envolvidos no processo, dado que abrange um conjunto de ferramentas, formas de fazer as leituras espaciais, maneiras de abordagens dos conceitos e das categorias de análises, atualizações e a busca constante por caminhos, materiais e métodos promissores, a fim de atingir os objetivos propostos.

No processo de ensino e aprendizagem da Geografia, é fundamental que o aluno seja preparado para ler o mundo de forma crítica e construtiva e que saiba fazer representações espaciais (CASTROGIOVANNI, 2006), para isso, é imprescindível que o aluno obtenha uma

boa formação escolar, que seja capaz de despertar o senso de cidadania e de democracia. Nesta perspectiva, acreditamos que o professor precisa propor os estudos por diferentes vias de conhecimento, que aplique diversos instrumentos que favoreçam análises e interpretações da formação do espaço inerentes à construção dos conceitos geográficos.

Nas compreensões geográficas, é indispensável que o professor, enquanto mediador do conhecimento, utilize ferramentas que possibilitem ao aluno desvendar as linguagens e os elementos que compõem o espaço, por essa razão, é importante instigar no aluno, mediante as atividades didáticas interativas, as percepções dos fatores e os fenômenos geográficos.

Sobre a aprendizagem do aluno, Callai (2006, p. 93) compreende que:

O processo de ensino-aprendizagem supõe um determinado conteúdo e certos métodos. Porém, acima de tudo, é fundamental que se considere que a aprendizagem é um processo do aluno, e as ações que se sucedem devem necessariamente ser dirigidas à construção do conhecimento por esse sujeito ativo.

A autora esclarece que o professor é responsável diretamente pelo planejamento didático-pedagógico, porém, o foco deve destinar-se ao aprendizado do aluno de forma participativa neste processo. Cabe ao docente, criar condições para que o discente possa construir conhecimentos geográficos, portanto, é tarefa do professor pensar, idealizar e materializar o ensino em sala de aula. Neste contexto, indicamos os passatempos para integrarem o conjunto de materiais didáticos geográficos que visem a aprendizagem do aluno com participação ativa no processo de construção do saber.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O trabalho com os passatempos foi desenvolvido no ano de 2019, com uma turma do Curso de Licenciatura em Geografia da Universidade Federal do Amapá (UNIFAP), durante o desenvolvimento da disciplina Estágio Supervisionado em Docência no Laboratório de Ensino (LAPEGEO). Os participantes que se habilitaram a essa experiência correspondem à professora da disciplina, ao monitor e aos 21 alunos.

A metodologia foi desenvolvida a partir da proposta em conjunto (turma, professora e monitor) da construção de uma revista, denominada Passatempo: criptogeografia. Os procedimentos ocorreram nas seguintes etapas:

Etapa 1: compreendeu a seleção dos conteúdos para compor os jogos do passatempo. Esta fase foi desenvolvida em duas oficinas pedagógicas. A turma foi dividida em sete grupos, cada grupo ficou responsável em apresentar dois jogos que contemplassem os conteúdos do currículo de Geografia. O livro didático e as pesquisas em *sites* na *internet* com o uso de computadores e celulares foram os instrumentos utilizados para a pesquisa dos conteúdos.

Etapa 2: após a seleção de todos os conteúdos estabelecidos na primeira fase, os alunos iniciaram as oficinas pedagógicas para a construção dos jogos que iriam compor o passatempo. A plataforma utilizada para esta finalidade foi o Crossword Creator com o suporte dos computadores do LAPEGEO.

Etapa 3: montagem da revista Passatempo: criptogeografia. Dois alunos da turma ficaram responsáveis em fazer a montagem da revista com os jogos construídos pelos grupos.

Etapa 4: desenvolvimento da experiência. Os alunos estagiários trabalharam os jogos do passatempo em sala de aula com os alunos da escola campo.

Etapa 5: avaliação, reflexões e discussões sobre a atividade. No final do estágio, fez-se a socialização da experiência em forma de seminário, cada aluno/estagiário se posicionou criticamente em relação à atividade desenvolvida e a professora fez as anotações sobre as manifestações dos acadêmicos. As falas foram condensadas em ideias gerais acerca do passatempo como auxílio do professor de Geografia nas práticas pedagógicas.

Esclarecemos que no presente texto, as experiências foram apresentadas em forma de dissertação, com base nas observações realizadas na sala de aula e nos debates sobre as práticas pedagógicas com o uso do passatempo.

A EXPERIÊNCIA DESENVOLVIDA COM O PASSATEMPO NO ESTÁGIO SUPERVISIONADO: RESULTADOS E DISCUSSÕES

O Estágio Supervisionado em Docência é um componente curricular do Curso de Licenciatura em Geografia da UNIFAP. A vivência acadêmica dos estagiários ocorreu em duas etapas de acordo com o planejamento de ensino: primeiramente, trabalhou-se as metodologias e a construção de materiais didático-pedagógicos no LAPEGEO por meio de oficinas, sob o acompanhamento e orientação da professora responsável e com o auxílio de um aluno da monitoria (carga horária de 60 horas); o segundo momento consistiu na prática docente na escola campo, ou seja, os alunos estagiários foram direcionados para uma instituição de ensino com o objetivo de desenvolverem 150 horas de observação e docência. Com base nestes dois períodos que se completam, serão apresentados os resultados e as discussões para melhor entendimento do processo da experiência, disponíveis nas próximas duas subseções.

OS ALUNOS ESTAGIÁRIOS E A CONSTRUÇÃO DO PASSATEMPO

Na primeira etapa do desenvolvimento da disciplina, os estagiários confeccionaram e apresentaram várias ferramentas de apoio para trabalhar com os alunos em sala de aula durante o estágio na escola campo (segunda etapa), tais como: jogos, material cartográfico (mapas, cartas, maquetes e plantas), poemas, músicas, painéis e mídias (TIC), além dos jogos do passatempo.

A utilização de metodologias didáticas diferenciadas tem provocado ampla discussão entre os cursos de formação de professores de Geografia, principalmente, por conta das orientações apresentadas nos documentos oficiais (ALMEIDA, 2015), como é o caso no qual a BNCC recomenda que o desenvolvimento de competências e habilidades deverá se sobrepôr à mera memorização de conteúdo. Colaborando com essa discussão, Passini (2007) compreende que o Estágio e as Práticas de Ensino são fundamentais na formação do professor, tratam-se do alicerce na construção do saber didático-pedagógico nos espaços escolares.

Neste caso, é importante despertar nos futuros docentes, durante o processo de formação dos professores, a criatividade e o interesse em diversificar os métodos e as técnicas de ensino-aprendizagem. Castellar e Vilhena (2010) afirmam que os jogos são importantes instrumentos que corroboram com o professor na construção do conhecimento geográfico.

Face a isso, na ponta de todo este processo está a atuação do professor na sala de aula como mediador e articulador dos processos de ensino-aprendizagem, assim, junto de suas práticas é necessário o desenvolvimento de estratégias que despertem nos estudantes os questionamentos, o interesse e a curiosidade pelas descobertas dos conceitos e das análises espaciais, essencialmente, que desenvolva o despertar do raciocínio espacial. Neste processo de construção do conhecimento é válido que se estabeleçam, por meio das relações em sala de aula, as atividades individuais e coletivas adequadas ao desenvolvimento educativo.

Dentro destas perspectivas, os alunos estagiários foram incentivados a serem os autores de seu próprio material didático-pedagógico, no caso, a confecção do passatempo. Percebeu-se que durante o processo de construção do referido jogo, os acadêmicos interagiram entre si discutindo os assuntos geográficos e a forma de abordagem por meio dos jogos do passatempo, também, trabalharam conceitos e as relações espaciais. Desta maneira, as trocas de experiências e conhecimentos manifestaram-se entre as equipes de trabalho.

Junto à possibilidade de criação autoral, o aluno estagiário teve autonomia para inserir o conteúdo no passatempo, tendo assim, total liberdade para que pudesse estabelecer correlações entre os conteúdos curriculares e as dinâmicas sociais, econômicas e culturais que rodeiam o cotidiano dos estudantes na escola e fora dela.

De modo geral, na avaliação da turma sobre a atividade do passatempo, permeou-se uma forma dinâmica, diferente e prazerosa para exercitar o conteúdo da disciplina, ainda, foi esclarecido que os passatempos servem como exercícios/atividades de fixação e que despertam o raciocínio geográfico à medida que fazem o aluno pensar e refletir sobre a relação entre o que deve ser descoberto e a informação (dica ou pista) relacionado ao tema abordado.

Em acréscimo, os jogos do passatempo auxiliam o professor a trabalhar o conteúdo de forma divertida, descontraída e atrativa, fazendo com que sua utilização como recurso didático no ensino de Geografia crie novas oportunidades que favorecem a construção do conhecimento.

A APLICAÇÃO DO PASSATEMPO NA ESCOLA CAMPO PELOS ALUNOS ESTAGIÁRIOS

Na segunda etapa da disciplina, alguns estagiários trabalharam o passatempo geográfico com os alunos na escola campo e compartilharam essa experiência durante a rodada de discussão. Eles concluíram que: o passatempo geográfico prendeu a atenção dos alunos na atividade; o jogo despertou o interesse dos discentes em participar da dinâmica proposta; foi um momento de interação e integração entre os alunos que em grupos tentavam resolver os jogos do passatempo; os alunos se esforçaram para recordar os assuntos geográficos que foram abordados, às vezes, até recorrendo aos apontamentos ou livros didáticos para desvendar as respostas.

Ainda, segundo os alunos/estagiários, a experiência com os alunos da escola campo demonstrou que o uso do passatempo foi uma importante ferramenta de auxílio que contribuiu para aprendizagem de forma dinâmica, além de que despertou o interesse pela atividade e promoveu a sociabilidade entre os alunos. É neste sentido que Silva (2006) propõe os jogos, com a finalidade em aguçar o interesse dos alunos pela aprendizagem, que seja

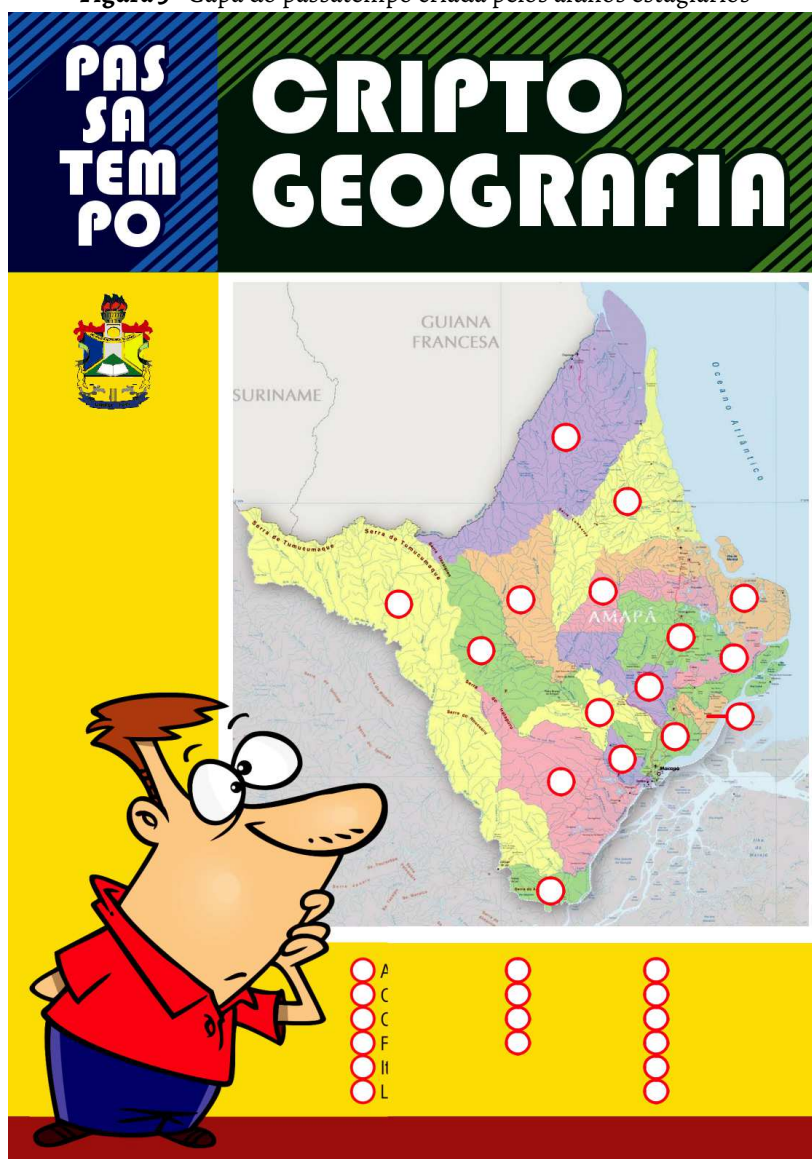
um momento de descontração e atraente. No mesmo rumo, Jean Piaget (1986) considera os jogos importantes no desenvolvimento psicossocial da criança e do adolescente.

Especificamente, em relação ao ensino-aprendizagem de Geografia, os passatempos foram capazes de promover a fixação de conteúdos já trabalhados em sala de aula, desenvolver o pensamento lógico dos alunos sobre o espaço geográfico de acordo com as propostas temáticas, bem como estimular o raciocínio sobre os conteúdos.

As formulações dos jogos do passatempo envolviam tanto os conteúdos gerais, quanto os específicos do lugar de vivência dos alunos da escola campo, isso proporcionou uma aproximação com as respectivas realidades. Reiterando, Castrogiovanni (2006) chama a atenção para a importância de retratar o cotidiano do aluno nas práticas escolares.

Portanto, os passatempos apresentam um papel informativo, formativo e instrutivo no processo de ensino-aprendizagem, propiciam oportunidades para que os alunos possam desenvolver uma aprendizagem de forma compartilhada, divertida e participativa. A seguir, serão apresentados exemplos dos jogos do passatempo criados pelos alunos estagiários (figuras 3, 4 e 5):

Figura 3 - Capa do passatempo criada pelos alunos estagiários



Fonte: Frederico Silva de Carvalho (2019).

A própria capa do passatempo criado pelos alunos estagiários contém um jogo que motiva a aprendizagem por meio da fixação sobre os municípios que compõem o estado do Amapá, visto que o mapa exposto e o comando associativo exigem o esforço cognitivo do aluno e estimulam a mentalização do mapa (mapa mental). Essa atividade é muito importante, uma vez que a leitura de mapas são habilidades que devem ser desenvolvidas durante o processo de ensino e aprendizagem de Geografia (BRASIL; BNCC, 2017).

Figura 4 - Jogo de caça-palavras do passatempo

PASSATEMPO GEOGRÁFICO - CAÇA PALAVRAS



CAÇA PALAVRAS

CONTINENTES

Ache o nome dos seis continentes

O	C	E	A	N	I	A	O	P	O	F
O	C	I	A	N	I	O	M	O	A	A
Á	S	I	O	X	T	A	O	L	M	C
A	N	T	Á	T	I	C	A	B	É	I
P	K	J	S	F	P	A	H	U	R	R
O	O	K	I	J	R	A	O	R	I	É
R	Z	É	A	N	I	I	W	O	C	M
U	C	Ó	X	Y	O	A	C	P	O	A
E	F	E	Á	N	I	A	D	A	S	A



20

Autor: Frederico Silva de Carvalho.

Fonte: Frederico Silva de Carvalho (2019).

Na figura 5, os alunos desenvolveram o conteúdo sobre os domínios morfoclimáticos, a fim de despertar o conhecimento de forma descontraída e divertida, sem a pressão e a obrigação da memorização, ou seja, o aluno aprende enquanto se diverte. Os jogos são instrumentos pedagógicos que ajudam os discentes a fazerem suas descobertas, assim, ele é inserido diretamente no processo de aprendizagem, além do mais, desafiam os alunos a buscarem soluções e alternativas para as problemáticas expostas. Então, é por todas estas condições favoráveis à construção do conhecimento através dos jogos, que orientamos aos professores que os utilizem nas suas práticas educativas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente ensaio sobre os jogos dos passatempos como referência no auxílio das práticas pedagógicas no ensino de Geografia, teve como finalidade a condução de mais um caminho didático para os professores. Não se trata de nenhuma nova práxis, mas de algo que já existe há séculos, porém, buscou-se ressaltar e ratificar a importância do trabalho com os passatempos no processo de ensino-aprendizagem de Geografia, tendo em vista que ainda são pouco utilizados como ferramentas de apoio na sala de aula, por isso, consideramos pertinente socializar nossas experiências.

Os licenciados do Curso de Geografia da UNIFAP puderam experienciar os jogos do passatempo por meio de duas perspectivas práticas, tanto como alunos estagiários, quanto como professores estagiários que aplicaram a metodologia, esse processo despertou para múltiplas reflexões sobre a referida ferramenta, uma delas é a importância de ser um professor inovador e criativo na busca por caminhos para ensinar.

A experiência com os passatempos conscientizou os futuros professores sobre a importância de serem mediadores que criam possibilidades de práticas pedagógicas baseadas no senso democrático, que visam o desenvolvimento da cidadania e a inclusão de todos no processo educativo. Para Silva (2006), os jogos, quando bem administrados em sala de aula pelos professores, reforçam o convívio social melhorando o comportamento e o relacionamento entre os sujeitos envolvidos no processo educativo.

Foi neste sentido que acreditamos que os passatempos se apresentam como mais uma forma significativa de diversificar o ensino-aprendizagem de Geografia, e partindo do princípio de que cabe aos educadores proporcionar atividades em que os agentes do processo de ensino-aprendizagem possam socializar conhecimentos, sentir desejo e curiosidade de aprender, fazer questionamentos, desenvolver habilidades e competências diversas, que colocamos à disposição dos professores, essa valiosa ferramenta de apoio.

A aplicação dos jogos do passatempo em sala de aula pelos alunos estagiários revelou o efetivo interesse pela aprendizagem, tornou o ambiente da sala mais descontraído, bem como promoveu maior integração e sociabilidade entre os sujeitos envolvidos no processo (professores e alunos). Além de que os jogos do passatempo demonstraram o valor pedagógico em relação à aprendizagem da disciplina Geografia, por favorecer e reforçar o entendimento de conceitos e estimular a memorização em relação aos conteúdos.

Para mais, a experiência desenvolvida com os jogos do passatempo demonstrou que a inclusão destas ferramentas de apoio no processo de ensino-aprendizagem dos conteúdos

geográficos contribuiu para o despertar do raciocínio espacial do aluno de forma dinâmica e motivadora, além de promover a busca pelo saber, portanto, são importantes instrumentos educacionais que estão à disposição dos professores para o desenvolvimento da aprendizagem.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, L. F. de. O ensino escolar e a avaliação do ENEM: reflexões sobre a geografia ensinada nas escolas. *Revista Brasileira de Educação em Geografia*. Campinas, v. 5, n. 10, jul./dez., 2015, p. 76-87.
- BASTOS, A. P. Recursos didáticos e sua importância para as aulas de geografia. *Conhecimento prático: Geografia*, São Paulo, n. 37, mai. 2011, p. 44-50.
- BRASIL. Base Nacional Comum Curricular. 3. ed, 2017. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/imagens/pdf/1_BNCC_final_introducao.pdf>. Acesso em: 21 set. 2020.
- CALLAI, H. C. Estudar o lugar para compreender o mundo. In: CASTROGIOVANNI, A. C. et al. (Orgs). *Ensino de Geografia: práticas e textualizações no cotidiano*. Porto Alegre: Ed. Mediação, 2006.
- CASTELLAR, S.; VILHENA, J. Ensino de Geografia. São Paulo: Cengage Learning, 2010.
- CASTROGIOVANNI, A. C. et al. (Orgs). *Ensino de Geografia: práticas e textualizações no cotidiano*. Porto Alegre: Mediação, 2006.
- COSTA, S. P. *Palavras cruzadas e passatempo*. Disponível em: <<http://www.recreativa.com.br/palavras-cruzadas/on-line/>>. Acesso em: 06 out. 2020.
- DA REDAÇÃO. *Qual a origem das palavras? Passatempo antigo renasceu neste século*. Superinteressante, 2016. Disponível em: <<https://super.abril.com.br/historia/passatempo-antigo-renasceu-neste-seculo/>>. Acesso em: 06 out. 2020.
- DICIO, Dicionário Online de Português. *Significado de Passatempo*. Disponível em: <<https://www.dicio.com.br/passatempo/>>. Acesso em: 21 set. 2020.
- PIAGET, J. *A Linguagem e o pensamento da criança*. Trad. Manuel Campos. São Paulo: Martins Fontes, 1986. 212p.
- KAERCHER, N. A. A geografia é o nosso dia-a-dia. In: CASTROGIOVANNI, A. C. et al. (Orgs). *Geografia em sala de aula: práticas e reflexões*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS/ AGB, 2001.
- PASSINI, E. Y. *Prática de ensino de Geografia e estágio supervisionado*. São Paulo: Contexto, 2007.
- PORTAL EDUCAÇÃO. *Caça-Palavras*. Disponível em: <<https://www.portaleducacao.com.br/conteudo/artigos/psicologia/caca-palavras/49252>>. Acesso em: 06 out. 2020.
- SILVA, L. G. Jogos e situações-problema na construção das noções de lateralidade, referências e localização espacial. In: CASTELLAR, S. *Educação geográfica: teorias e práticas docentes*. São Paulo: Editora Contexto, 2006.

O ESTADO BRASILEIRO E A RELAÇÃO COM AS DIFERENÇAS RACIAIS¹

Roberto José Nery Moraes

INTRODUÇÃO

Para tratar do assunto da laicidade do Estado, primeiramente é válido abordar o Estado Burguês, no qual o processo de exclusão racial se desenvolveu e se manteve, bem como é onde o combate dos excluídos por motivos raciais se trava dentro de uma estratificação social de classes, em que uma a negritude escrava foi alijada da cidadania e da inclusão como parte da sociedade brasileira, apesar de terem construído a riqueza da Nação sob a chibata e possibilitando ao senhorio transformar-se em homem de negócio e, posteriormente, em burguesia, consolidando o modelo burguês capitalista de sociedade (VIALLE, 1985, p. 79).

Em seguida, será feita uma descrição do modelo aberto de civilização dos afros, que não comporta a discriminação, a escravidão, o estigma; e sobre como o conceito de raça foi utilizado para justificar a construção do imaginário coletivo de inferioridade dos negros e a supremacia egocêntrica do modelo civilizatório judaico-cristão ocidental.

A laicidade do Estado é encarada como requisito para a garantia da isonomia dos direitos de todos os atores sociais; e neste trabalho, desenvolveram-se os limites de sua efetividade diante dos desiguais e do espaço público. Ao final, concluir-se-á com o nosso parecer a respeito do tema.

¹ Trabalho apresentado como requisito de avaliação da disciplina Estado, Direito e Sociedade ministrada pela prof^a Dr^a. Eliane Supteri no Curso de Mestrado em Direito Ambiental e Políticas Públicas.

O ESTADO BURGUEÊS E A MANUTENÇÃO DAS DESIGUALDADES RACIAIS²

Primeiramente, é numa base dialética que se procura entender o Estado Burguês, a fim de saber como foi pelas ações políticas construídas, essa é uma leitura do Marxismo, uma vez que o liberalismo não tem esta leitura.

Saes (1994, p. 19), citando o conceito de Lênin sobre o Estado em geral, demonstra a relação de este ser o instrumento de dominação entre uma classe sobre outra, e diz:

[...] o Estado, em todas as sociedades divididas em classes (escravista, feudal, ou capitalista), é a organização especializada (=o “poder *especial* de repressão”) na função de moderar a luta entre as classes antagônicas, garantindo por esse modo a conservação da dominação de classe; ou, por outra, o conjunto das instituições (mais ou menos diferenciadas, mais ou menos especializadas) que conservam a dominação de uma classe por outra (grifo do autor).

É possível afirmar que o Estado liberal não pode existir sem o Capitalismo, mas pode existir o Capitalismo sem Estado, e é nesse Capitalismo que as desigualdades são inerentes ao conflito de classe, no qual uma é explorada para garantir a margem de sobrevivência da burguesia com a mais valia, concentração de capital, de aumento consequente das diferenças de classe. Isto é, o Estado se organiza para lhe dar sustentabilidade, e através do Direito é que nasce o Estado burguês, este mantém o *status quo*, é formal e não pode ser realizado, servindo para a alienação dos excluídos.

O Estado Burguês não é o *locus* da classe burguesa, mas que se põe a todas as classes, criando a ilusão da igualdade, sem classes, de homogeneidade, para manter as relações de reprodução capitalista, fonte das desigualdades, inclusive as de cunho racial. Saes (1990, p. 81), contextualiza que:

A rigor, a categoria dos escravos constitui uma *ordem*: isto é, a fixação *jurídica* de um grupo humano como coisa (meramente objeto de propriedade, incapaz de praticar atos de vontade); ou, por outra, a *negação jurídica*, a esse grupo, da condição de *pessoa* (capaz de praticar atos de vontade).

Evidentemente, não pode existir a *ordem dos escravos* sem que exista o termo oposto: a *ordem dos homens livres*, fixados juridicamente como pessoas e, enquanto tais, insuscetíveis de se transformarem em propriedade de outrem e, ao mesmo tempo, suscetíveis de se transformarem em proprietários daqueles homens fixados juridicamente como coisas.

Assim, a formação social escravista moderna existente no Brasil, de meados do século XVI a fins do século XIX, foi simultaneamente uma *sociedade de classes* (aspecto dominante) e uma *sociedade de ordens* (aspecto subordinado) (grifo do autor).

Deste modo, a burguesia não pode ocupar ou exercer diretamente o poder do Estado, se o faz é por tempo determinado, porque põe em risco sua própria sobrevivência, e os arranjos produtivos e de estratificação social que lhe fornecem o exército de reserva de mão de obra.

² Texto que serviu para a Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Mestrado em Direito Ambiental e Políticas Públicas da Universidade Federal do Amapá (UNIFAP), na linha de pesquisa Meio Ambiente e Políticas Públicas, 2013. Intitulado “O valor ambiental da religião afro-ameríndia: uma análise acerca da intolerância religiosa no Amapá”.

As relações sociais são conflitivas, mas para o Estado manter a dominação e o controle, é preciso manter uma homogeneidade de interesses gerais, através da representação máxima que é o Direito, tem que fazer surgir este interesse geral, que é o bem público, criando uma representação destas classes, sob um ente neutro o POVO-NAÇÃO-IDENTIDADE, fazendo isto pela individualidade sem buscar a representação deste coletivamente, assim mantém-se o poder da classe dominante, os processos excludentes, otimizando o processo de concentração, sustentado em uma aparente igualdade de todos. No entanto, a equivalência não existe porque é uma ilusão de igualdade. Para Saes (1994, p. 31-32):

[...] Ao implantar a coletividade nacional, o Estado Burguês define todos os agentes da produção, produtores diretos ou proprietários, como *iguais*; tal igualdade consistindo na sua condição comum de habitantes de um mesmo território. Ora, essa atribuição de igualdade (condição comum de membros do Povo-Nação), é, ao mesmo tempo, atribuição de individualidade (habitantes como indivíduos). Assim, a unificação aparente ou formal dos agentes da produção no Povo-Nação transforma os produtores diretos em indivíduos: neutraliza a sua tendência à ação coletiva, dá predominância à sua tendência ao isolamento. Essa individualização é um obstáculo à luta dos produtores diretos contra o proprietário dos meios de produção que lhes extorque o sobretrabalho; nessa medida, ela torna possível a renovação contínua desse processo de extorsão (grifo do autor).

As estruturas jurídica e política do Estado Burguês atuam simultaneamente para o processo ideológico da igualdade de todos – a homogeneidade, ideia que predomina, mas não revela a totalidade de suas relações. Ao mediar, faz com que as estruturas atuantes no Estado se mantenham na sociedade capitalista, ou seja, o Estado não é Burguês por defender o interesse da burguesia, mas porque defende a ordem que mantém os interesses desta. Se este não atender a questão social do operariado, para que a ordem não seja colocada em risco, terá que estar aberto às suas demandas, visto que o Estado é parte constituinte da sociedade, pois não existe sociedade sem poder político, ele está acima das estruturas da sociedade, e fazer revolução não é sua função, mas busca descolar discursos e direitos defendendo os interesses da burguesia, sem vínculo direto, apenas como proveniente do povo, da nação, de forma ideológica-indireta, processando-se pelos valores da cultura e forma de organização social para sua manutenção e sobrevivência.

Saes (1994, p. 37-38) informa que o diferencial do direito burguês com relação aos direitos escravista e feudal, está:

[...] na medida em que define *igualmente* o proprietário dos meios de produção e o produtor direto como seres genericamente dotados de vontade subjetiva e, portanto, capazes de praticar *os mesmos atos*. Assim, o direito burguês igualiza todos os agentes da produção, convertendo-os em *sujeitos individuais*; isto é, em indivíduos igualmente capazes de praticar atos de vontade. A igualização e a individualização de todos os agentes da produção ganham uma expressão genérica na figura da *capacidade jurídica* em geral, e uma expressão específica na figura particular do *contrato* (=ato de *troca* resultante de manifestação da vontade de dois sujeitos) (grifos do autor).

Ocorre, então, uma relação dialética da sociedade simultânea, o Estado determina a sociedade e a sociedade determina o Estado, relação múltipla que acontece pelo Direito (Marx

– Décio Saes) e uma relação contraditória com a sociedade, pois não consegue pôr fim aos conflitos, apenas surge para mediar, mas a sociedade tem como estrutura básica o conflito, por isso não media plenamente, totalmente. O Estado Burguês surge da necessidade de fazer a mediação para manter a sociedade capitalista; o Direito burguês como mediador do Estado-Homem-Sociedade dentro do parâmetro da ordem capitalista, por essa razão Marx fala em superação, agindo na totalidade da ordem capitalista.

Sendo assim, o Estado institui mecanismos legais de expropriação do trabalho do operariado e quando não existem mais caminhos, ele cria novos meios para manter a dominação, através do Direito, da legalidade, para manter a ordem capitalista, em que as políticas públicas não são caminhos para superação da ordem, mas para atender as demandas da sociedade, diminuindo a desigualdade das classes populares. Entretanto, não é de forma gratuita que isto acontece, é sob pressão, de fazer valer seus direitos dentro da ordem, para que os movimentos sociais ganhem força e incorporem estas classes à ordem capitalista, por mecanismos ideológicos, dado que o Capitalismo é uma forma de organização social, um sistema, e incorporar-se na ordem capitalista não significa incluir as classes inferiores, mas é meramente formal e a defesa da ordem burguesa envolve além da ordem econômica.

Dentro desta ordem burguesa, é essencial para a manutenção da sociedade haver a separação entre as ideias da classe dominante e ela própria, para não vincular diretamente com os interesses da burguesia, porque a homogeneização e suas ideias são do povo, não da classe dominante, logo, fazendo a individualização do indivíduo nesta homogeneidade, o Estado aceita o indivíduo e não as classes.

O burocratismo é a estrutura burocrática do Estado, visto como mero aparelho que analisa um momento, a burocracia, organização e elementos de dominação e controle, sobre seu próprio organismo para desempenhar seu papel, o qual permite a separação entre o público – onde todos são iguais, são livres – e o privado, mas não é o único e o mais importante. Esta separação entre público e privado é a característica principal do Estado Burguês, porque fica claro que é usado como objeto indireto da manutenção da ordem burguesa, permitindo às classes subalternas o acesso aos cargos na estrutura do Estado, que chega pelo esquema burocrático, o qual é a característica mais importante e específica deste Estado, sem pôr em risco a estrutura burguesa, servindo-se como exemplo, assim a ideologia consegue manter a ordem, o Direito, levando em consideração que a sociedade capitalista não existe sem concordância da classe trabalhadora.

Saes (1994, p. 39), informa que:

Como os demais tipos de Estado (escravista, feudal), o Estado Burguês também é um conjunto de recursos materiais/humanos utilizados na conservação do processo de extorsão do sobretrabalho e, portanto, na conservação da dominação de uma classe (explorada) por outra (exploradora): forças armadas (=homens, armas, conhecimento da arte militar), forças coletoras (=agentes arrecadadores que recolhem, através de *tributos* vários, os meios materiais necessários à criação, conservação e expansão das forças armadas). Entretanto, cada tipo de Estado corresponde a modo particular de organização desses recursos materiais e humanos: ou seja, a um modo particular de organização das forças armadas e das forças coletoras (grifo do autor).

No Brasil, permaneceu o modelo estrutural escravista pelo período imperial, sendo posteriormente desmontado pelo final do 2º império com o fim do tráfico negreiro. Simultaneamente ao fim do ciclo do ouro e da cana, iniciou-se o ciclo do café, por isso a elite dominante mantinha grande influência, mesmo não tendo mais poder econômico; o senhor aristocrata passou a fazer o plantio do café e a relação com o imigrante era de escravo tratando como escravo, porque era este o referencial de estrutura antiga da escravidão, modelo que deu sobrevida aos senhores da cana, os quais passaram a exigir do Império que a cafeicultura feita neste modelo fosse sustentada. E então, estes senhores deram apoio ao 2º Império.

Os novos investidores não poderiam manter os altos custos da escravidão, visto que encarecia muito o produto, não porque era abolicionista, mas por determinações econômicas imperiosas; com isso, adotou-se a viabilização da mão de obra livre, trazendo imigrantes, principalmente os italianos e espanhóis; vieram aqueles que já estavam na Europa, na organização burguesa, gerando um impacto ao serem tratados como escravos.

A aristocracia, portanto, se apossou dos ideais abolicionistas e roubou dos escravos a glória do momento da libertação, bem como tirou o valor de conquista de cidadania. Esta nova classe queria que o Estado investisse em políticas de imigração, com o propósito de dar base a uma infraestrutura para a produção do café, mas este por ser ainda de estrutura escravocrata não reconheceu e nem apoiou o pedido.

Assim, tiveram que criar uma estrutura destinada à exportação do café e, ao mesmo tempo, se relacionar com outros ramos da economia; para tanto, modernizaram as fazendas – secagem do café – onde criaram uma organização semelhante à linha de produção e outra relação com a mão de obra, através da divisão de trabalho, escoamento de produção com a construção de estradas de ferro, associado ao capital internacional. Também passaram a se preocupar com outros encaminhamentos para produzir o café, deixando de ser aristocratas-escravocratas e tornando-se homens de negócio, assim como diz Fernandes (2006, p. 141):

Como e enquanto “homens de negócios”, porém, o fazendeiro de café percorreu outra trajetória. Em regra, ocupava-se muito pouco com os problemas comerciais e financeiros da fazenda, delegando tais papéis a subalternos e contentando-se em concentrar sua atenção e energias em tais problemas (ou em outras questões, relacionadas com o rendimento e a expansão das lavouras) apenas em momentos críticos. Portanto, ele encaixava a fazenda na conexão econômica a que ela devia pertencer, depois que evoluíra para o modelo de plantação comercial típica em regime de trabalho livre.

Nesta perspectiva, os imigrantes não podiam comprar produtos manufaturados, com isso, estes novos aristocratas perceberam que poderiam ganhar dinheiro, trazendo e disponibilizando produtos da Europa para o consumo no Brasil, dos quais o país não produzia, assim, tem-se que a lógica da relação de dependência anterior permaneceu e aprofundou no capitalismo, que nasceu dependente.

O dinheiro resultante da produção e venda do café ocasionou a existência da indústria, o excedente da agricultura. A burguesia nasceu efetivamente vinculada ao café e à indústria, com um modelo dinamizador por força de sua necessidade de investimento – patrimonialização do homem de negócio – que é o pólo dinâmico da economia brasileira e começou a

produzir para um mercado interno pobre, substituindo produtos de importação para a mão de obra livre. Fernandes (2006, p. 129) demonstra esta mudança, ao afirmar que:

O fazendeiro de café, de início, quase não se afasta do protótipo do *senhor rural*, para o qual ele tendia, como participante da aristocracia agrária. No entanto, aos poucos ele é apanhado na rede das pressões que o mercado externo exercia sobre os custos sociais da grande lavoura escravista e passa por duas transformações sucessivas, como e enquanto agente econômico. Primeiro, ele é crescentemente incentivado a operar com a riqueza fora do contexto econômico da grande lavoura. Depois, ele é forçado a renunciar ao *status* senhorial e a adaptar-se às funções de grande proprietário segundo determinações puramente econômicas (grifos do autor).

Esses fazendeiros de café ainda eram aristocratas e estavam formando esta estrutura que levou à burguesia. O fim do Império foi ocasionado pelos cafeicultores não assistidos pelo Estado, o qual não deu condições para os seus negócios, e que passaram a ser considerados o proto-burguês, ou seja, queriam ser cidadãos da República, logo, abandonaram a condição de senhorio – *status* vinculado à posse, não à condição de senhoril vinculado ao escravismo – em busca de serem homens de negócio.

A revolução burguesa produziu a transformação que remodelou a sociedade, sem transformar sua estrutura social, de cima para baixo, mas não rompeu, apenas manteve a elite como elite e a subalterna como subalterna e, no máximo, criou uma classe média, por isso as revoluções no Brasil são conservadoras, uma vez que mantêm a estrutura social, quando transforma o Estado Patrimonialista em Burguês, sustentando a ordem social. Portanto, são mudanças que envolvem a economia e a política, mas que não permitem a ruptura com a ordem, incorporando as demandas a esta. Ele constrói o burguês e é o proto-burguês.

A classe trabalhadora foi composta pelos trabalhadores imigrantes, que ainda não eram proletariado, mas os ex-escravos, não significando que deixaram de existir; eles não eram homogêneos, paupérrimos, explorados como escravos, tinham aqueles que vieram com economias, poupança, e investiram em seus pequenos negócios. A classe mais empobrecida foi a dos escravos – nossa classe trabalhadora mais humilde, filhos da escravidão – e não houve a incorporação plena e cidadã do negro em uma sociedade de classe, burguesa em formação.

A visão de mundo burguês é construída pelos sujeitos suporte das transformações, os imigrantes, que não quiseram ficar como trabalhadores e vieram para enriquecer, tornando-se empreendedores com outras fontes de renda; e os fazendeiros que não dessem esta oportunidade, não conseguiriam sucesso, eles tinham casa e podiam usar disto para outras formas de produção – criações de galinha, porcos, plantação de horta – e aqueles que vieram com alguma economia, tinham capital suficiente para abrirem seus pequenos negócios, logo, tornaram-se pequenos comerciantes, explorando as oportunidades de mercado, bem como elevaram seus negócios mediante o entendimento da lógica do capital.

Deste modo, começou a ser tirado o estigma da escravidão do trabalho, que passou a ser valorizado como forma de crescimento, inclusive pela aristocracia que necessitava do homem livre, que veio para acumular riqueza, meio de poder, objetivo do negócio para acumular capital; com isso, a aristocracia percebeu esta leitura do imigrante sobre a lógica do

capital, encontrando condições propícias que levaram ao desenvolvimento capitalista. Para Fernandes (2006, p. 161):

O imigrante não transplantou apenas, como se pensa vulgarmente, uma *mentalidade capitalista* para o Brasil. Isso não seria, em si mesmo, muito relevante, pois nas regiões do país onde essa mentalidade não encontrou situação propícia para medrar ocorreu regressão econômica, social e cultural (fenômeno conhecido como caboclicização, que chegou a ocorrer mesmo nas proximidades de cidades como São Paulo). O importante é que a mentalidade capitalista se impôs e cresceu internamente, através de atividades econômicas sucessivas, desempenhadas pelo imigrante no meio social ambiente [...] (grifos do autor).

Então, não se pode pensar que a burguesia pensadamente organiza a sociedade, o processo histórico não acontece dessa forma, assim como situar a classe trabalhadora como vítima, é negligenciar o seu papel nesta construção, ela existe porque os trabalhadores colaboraram para isso, e neste contexto histórico, os ex-escravos foram colocados à margem do acesso ao trabalho assalariado, à terra, à participação política e à perfeita integração no processo de transição para uma sociedade burguesa capitalista.

A estrutura do Estado burguês não nasceu por meio democrático, mas por um Estado autoritário, centralizador, forte, tomado por princípios burgueses, que passou a ser sustentado não somente por uma classe, mas pelas demais, fazendo cooptações na classe operária desde que não colocasse em cheque a ordem e aderisse ao projeto burguês de sociedade. Assim, a estrutura representava a burguesia, mas com um projeto diferente desta.

Esta forma autoritária é demonstrada por Ianni (1981, p. 5), ao afirmar que:

[...] trata-se de uma sociedade na qual a passagem para o Capitalismo ocorre sem alteração na estrutura agrária. Em lugar de uma autêntica revolução, de baixo para cima, realizam-se arranjos de cúpula, de cima para baixo. Todas as grandes alternativas concretas vividas pelo país, direta ou indiretamente ligadas àquela transição (Independência, Abolição, República, modificação do bloco de poder em 30 e 37, passagem para um novo patamar de acumulação em 64), encontraram uma resposta à prussiana; uma resposta da qual a conciliação “pelo alto” não escondeu jamais a intenção explícita de manter marginalizadas ou reprimidas – de qualquer modo, fora do âmbito das decisões – as classes e camadas sociais “de baixo”. Portanto, a transição para o Capitalismo (e de cada fase do capitalismo para a fase subsequente) não se deu apenas no quadro da reprodução ampliada da dependência; essa transição se processou também segundo o modelo da modernização conservadora prussiana.

A ordem é a burguesa, da divisão social, mas não das classes populares e o progresso era sempre o econômico para manter essa ordem, na qual a principal contradição de classe no Brasil era que o projeto implantado seria diferente daquilo que a grande massa burguesa pretendia – nasceria dependente e continuaria dependente –, e não conseguindo se livrar da economia cafeeira, do campo, do setor primário, houve conflito intra-elite, desigualdades regionais e conflitos da própria classe dominante, por isso buscou-se apoio entre outras classes, daí o populismo para manter o controle da sociedade. A burguesia era dependente do capitalismo internacional e não conseguia fazer os próprios investimentos internos e a desigualdade era inerente ao conflito de classes, o que motivou a renovação do Capitalismo.

Assim, para se livrar do estorvo negro da escravidão, o Estado Burguês estruturou um branqueamento excludente a fim de eliminar os valores civilizatórios afros e tornar branca a sociedade capitalista em formação, emergente dos novos homens de negócio, cafeicultores que não mais precisavam da mão de obra dos ex-escravos, a qual era cara e desqualificada. Essa estrutura se baseava na ideia de que era melhor eliminar os povos negros, substituindo-os pelos imigrantes, efetivando uma exclusão de fato e de direitos daqueles.

Por esta evolução histórica, não havia condições para uma Revolução Popular, e com a estruturação do Estado Burguês, poder-se-ia chegar à formatação de uma democracia burguesa, dentro dos limites dos interesses e da ordem burguesa, porém, excludente. Os negros, por motivos raciais, ficaram fora dos benefícios desta estruturação e dos frutos do Capitalismo, e como justificativa para essa exclusão, desenvolveu-se a ideologia perversa de uma falsa democracia racial e uma tentativa de branqueamento da sociedade, com a finalidade de atingir o ideal europeu de sociedade, almejado como o ideário de civilização, no qual o elemento negro significaria tudo de mau e atrasado.

O VALOR CIVILIZATÓRIO ABERTO DAS COMUNIDADES TRADICIONAIS URBANAS E O RACIALISMO³

As Comunidades Tradicionais Urbanas – Umbanda, Mina, Candomblé e assemelhados –, que são o repositório dos valores civilizatórios afro, dizem respeito a um sistema de valores aberto (MORAES, 2007), isto é, são democráticas com as diferenças, agregadoras de valores, tolerantes com as diversidades do ser humano e incompatíveis com postura racista, de intolerância, de fundamentalismo.

Diferentemente do modelo europeu, segundo o qual é egocêntrico, fechado, discriminatório e intolerante com as diversidades, em que as teorias racialistas encontraram campo fértil para se desenvolverem e serem aplicadas na concretização do racismo, como forma de exclusão, discriminação e formação de um conceito determinista de inferioridade do negro; o diferencial das Comunidades Tradicionais Urbanas é a valorização da organização comunitária e a democracia participativa (MORAES, 2004) – participação popular –, dos valores compatíveis com a racionalidade ambiental e da convivência com as diversidades, presentes nas comunidades negras e indígenas, pois dessa forma evitam a formação de subgrupos sociais, com cidadania de segunda ou última classe. Portanto, são comunidades com sistemas abertos (MORAES, 2007), universalista, transitando do centro à periferia do *locus* social, levando consigo todos aqueles que lhe são afins, sem discriminá-los ou impor barreiras à sua inclusão na Comunidade, desde que a ela se adapte e aceite suas regras.

Elas são plurais, evangélicos, ecumênicos, não codificados, com racionalidade ambiental, evolucionistas, não reducionistas, o que significa que acolhem todas as diferenças existentes na sua múltipla pluralidade, aceita a pessoa humana na sua identidade própria, não rotula e não discrimina. Os valores universais do cristianismo estão presentes nos valores de respeito à vida e à dignidade da pessoa humana, adotando-se e norteando-se pela ética cristã, por isso é também concordante com o valor civilizatório evangélico.

³ Conteúdo constante da obra “Racismo religioso: bestialização do homem”, em fase final de conclusão para edição.

As comunidades não limitam a perspectiva da evolução do homem com parâmetros rígidos, ao ponto de não aceitarem a diferença do outro, levando a um reducionismo, pelo que adotam a postura do homem ser em permanente evolução como parte do Universo, do cosmo, uma vez que todo o conhecimento da natureza e do absoluto não está codificado em um livro, mas faz parte do patrimônio ancestral, transmitido pelos mais velhos e sem o qual não se faz a conexão do homem com a espiritualidade.

Entretanto, não é a ausência da codificação que impede a ocorrência de fundamentalismo de seus valores civilizatórios, mas sim a característica de ser um sistema aberto à diversidade humana, absorvendo as diferenças como parte do processo natural de crescimento de valores. A racionalidade ambiental se manifesta em todo o sistema civilizatório filo-religioso, fazendo com que, todos adotem um comportamento não dicotômico com a mãe natureza e o absoluto – a espiritualidade – sem folha não há Orixá, diz o fundamento do viver africano, demonstrando a dependência indissociável com a natureza e suas forças cósmicas, da qual o homem faz parte.

Neste contexto de globalização e valores, foi convocada a 1ª Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial, marco histórico do debate sobre as questões raciais a nível interno em consonância com as convenções internacionais, da qual o Brasil é signatário, dando origem ao texto base: *Estado e Sociedade – Promovendo a Igualdade Racial*, instrumento formal das ações de políticas públicas a serem implementadas.

O Estado buscou ouvir a sociedade civil para superação das desigualdades raciais resultantes de um modelo social excludente e discriminatório, objetivando adoção de políticas públicas capazes de modificar o quadro existente, a qual foi resultado da pressão organizada dos movimentos negros espalhados pelo país, que rompeu com o isolamento do século XX.

O referido texto base explicita que o fim formal e legal da escravidão não trouxe a inclusão dos antigos escravos e descendentes na sociedade brasileira; e destaca dois aspectos sobre a declaração da abolição formal da escravidão:

- 1) O fim do sistema escravagista no Brasil impôs a alteração do regime jurídico dos antigos escravizados, abrindo caminho para a construção do reconhecimento da sua igualdade formal diante dos demais cidadãos brasileiros. Entretanto, a abolição da escravatura no Brasil, embora necessária e constituída por muitos, da forma como se deu, foi um verdadeiro golpe às aspirações da população afrodescendente. A abolição enquanto uma medida institucional teve seu conteúdo resumido a dois parágrafos que simplesmente decretava extinta a escravidão, revogando as disposições em contrário. Esta abolição não trouxe consigo a perspectiva de libertação com plena inserção dos descendentes de negros escravizados na sociedade como um todo, isto é, no mercado de trabalho, no sistema educacional, no acesso à moradia digna, à posse da terra, entre outras (BRASIL, 2005, p. 12).

A desigualdade racial no Brasil se sustentou sobre um falso paradigma, o da democracia racial, utilizado para a consolidação dos papéis sociais das diversas raças.

A partir de 1930, com a modernização do país, os problemas raciais negros passaram a ser encarados como resultantes das desigualdades sociais ou um caso de polícia, afastando a real gênese da causa, o Racismo e suas metamorfoses:

4) Uma das principais idéias forjada pelos intelectuais do país foi o mito da democracia racial. Segundo ele, a formação da sociedade brasileira sofreu a influência genética e cultural de três grupos diferentes: portugueses, indígenas e negros, resultando numa sociedade mestiça. Tal origem explica a tolerância ao convívio aparentemente pacífico entre os brasileiros, *desconsiderando-se os conflitos inerentes às relações inter-raciais marcadas pela supremacia da população branca* (grifo nosso).

5) O mito da democracia racial serviu ainda como meio de naturalização de tradicionais papéis raciais ocupados pelos distintos grupos de raça/cor em nossa sociedade. Configurando um modelo de relações sociais pronunciadamente desiguais, em cuja pirâmide social os negros, negras, índios e índias permanecem ocupando as piores posições.

6) Classificar a democracia racial como mito implica dizer que a visão ideológica de uma escravidão benigna e de uma sociedade harmoniosa do ponto de vista do contrato inter-racial, não corresponde à realidade social e histórica. No passado, ao contrário de um modelo de escravidão suave, tivemos um sistema escravista extremamente perverso, violento e rude (BRASIL, 2005, p. 12).

Um exemplo dessa falsa democracia racial e da perversa intolerância ideológica perpetrada contra estes libertos e seus descendentes, é a atual demonização dos seus valores civilizatórios – das religiões de matriz africana – realizada pelo segmento branco protestante – *Valores civilizatórios judaico-cristãos protestantes, fechados e de intolerância com as diversidades*.

Sobre isso, o 6º Locutório da FTU, realizado em 29/06/2005, esclareceu que a manifestação desta intolerância tornou-se mais profunda – pois sempre existiu por parte de todas as Seitas Protestantes – quando “os neopentecostais atacaram a Umbanda como se ela fosse a própria manifestação do demônio”. Iguais acusações criminosas fizeram-se contra o Candomblé, seus membros, sua liturgia e teologia, com total violação de seus direitos humanos; e acrescentou, mostrando a perversidade desta ideologia da falsa prosperidade e de ataque aos valores civilizatórios dos libertos da escravidão: “O que se lamenta é que atacaram as camadas mais sofridas da tão desigual sociedade brasileira (suas classes C, D e E), que hipoteticamente encontrariam fim aos seus males (miséria, que como é óbvio não acabou)”.

Isso significa que é uma forma moderna e tecnológica de racismo, de discriminação, análoga ao antissemitismo alemão e às práticas fascistas. Prostitutos da fé, travestidos de sacerdotes, com títulos pomposos roubados de religiões legítimas, com práticas criminosas, proselitistas, de fundo unicamente de lucro, totalmente negativas ao propósito do ideal constitucional de construção de uma sociedade livre, democrática, justa, igualitária, solidária, sem preconceito e discriminações de qualquer espécie, como propõem os objetivos das políticas de igualdade racial.

Hodiernamente, o combate a todas as formas de racismo, ou melhor, das formas diretas e veladas de discriminação, encontra-se na ordem do debate político atual das organizações negras, como:

9) [...] a Conen (Coordenação de Entidades Negras); o MNU (Movimento Negro Unificado); a Coordenação Nacional de Remanescentes de Quilombos, dentre outros, e em diversos campos de atuação, como, por exemplo, juventude negra, religiões de matriz africana, mulheres negras, artístico-cultural, político-partidário, sindical, dentre outros, e de setores expressivos do movimento social brasileiro. Reunidos em grupos,

entidades e organizações não governamentais, os integrantes do Movimento Negro estruturaram fóruns locais, regionais e nacionais que visam, em última instância, a efetiva organização da população negra. (BRASIL, 2005, p. 13).

O objetivo desta política pública de igualdade racial, consubstanciado no texto base, e no decreto presidencial nº 4.886, de 20 de novembro de 2003, marco legal e histórico, é o resgate efetivo da dívida social com os afrodescendentes do Brasil (BRASIL, 2003). Dessa forma, é imprescindível o reconhecimento e valorização pela sociedade, da existência, da contribuição, do valor civilizatório dos índios e negros que formaram a nossa identidade como Nação, como resgate da vitimização em que estas culturas foram sujeitas pela sociedade dominante e pelo modelo civilizatório judaico-cristã, fundamentado em teorias racialistas nas quais o conceito de inferioridade dado ao homem negro e a outros que não se enquadravam no modelo europeu, foi construído e sustentou a escravidão e o estigma de inferioridade de seus valores civilizatórios.

Schwarz (1995, p. 82-83) explica como o determinismo geográfico e o darwinismo social foi usado como instrumentos do racismo, esclarecendo que:

Existiam neste primeiro momento duas escolas: os deterministas geográficos e os deterministas sociais. Vejam que estamos no século XIX e começamos a montar o contexto europeu e o berço das teorias raciais que chegam ao Brasil. Os deterministas geográficos acreditavam que para se entender a capacidade de uma civilização não interessava estudar o povo, bastava estudar a geografia daquele local. Eram teóricos que acreditavam que se os ventos, o território e o clima fossem estudados, poder-se-ia dizer qual o tipo de povo que vivia no lugar estudado.

Esse tipo de modelo determinista racial vincula-se ao darwinismo social. A idéia é que seria possível aferir componentes físicos precisos e, a partir deles, fazer diagnósticos sobre raças e civilizações. Segundo esta interpretação não interessava entender o indivíduo, o que mais interessava era entender a raça; entender o coletivo. É por isso que o racismo e as teorias raciais são teorias da psicologia coletiva. A idéia é que, na verdade, quem pensa raça não pensa indivíduo, pensa sempre o grupo e aborta a discussão da cidadania. *Louis Dumont afirma que o racismo é uma perversão do próprio liberalismo. O liberalismo afirmou a igualdade entre os homens num mundo profundamente desigual e, mais ainda, tentou naturalizar a idéia da desigualdade sem problematizá-la.* O resultado foi justamente a exaltação das diferenças já no século XIX. Este é o mal do século XIX que se prolonga no século XX, quando, ao lado da utopia da globalização, estouraram guerras e conflitos que não são mais que a afirmação das diferenças e etnicidades (grifo nosso).

O conceito de degeneração pela mestiçagem do nosso povo, entendido principalmente pelo elemento negro, era comumente usado para produzir o estigma da inferioridade, do desequilíbrio, da raça inferior. O autor demonstra que naquele tempo:

[...] já em meados do século XIX, uma série de viajantes começavam a vir ao Brasil, a princípio motivados pela descoberta de nossa flora e de nossa fauna, mas depois intrigados com o espetáculo dos homens: o espetáculo da mistura, o espetáculo das raças. Mas o termo espetáculo não era obrigatoriamente positivo. Por exemplo, um viajante suíço, chamado L. Agassiz, dizia: “Quem quiser ver a mistura de raças venha ao Brasil. Só lá é possível observar o exemplo da degeneração.” E Agassiz não estava só em suas posições (SCHWARZ, 1995, p. 89).

Esta concepção de degenerados, inferiores, coisa ruim, também contaminou o pensamento nacional como fruto de uma ideologia de ciência determinista, que sustentou a escravidão e a não inclusão dos negros em plena cidadania, com a sua libertação formal da escravidão. Segundo Schwarez (1995, p. 90):

Também os teóricos nacionais acreditavam que a mistura de raças era danosa para a Nação. Euclides da Cunha, por exemplo, dizia que o cruzamento de espécies muito diferentes levava à degeneração e ao desequilíbrio. Na Bahia, Nina Rodrigues, um médico baiano da Escola de Medicina, escreveu um texto chamado Crime e Degenerescência, onde defendia essa idéia. Ou seja, a mestiçagem extremada sempre leva à criminalidade e à degenerescência. Existe um estudo desse cientista, pouco conhecido, sobre Serrinha, no qual ele se propõe a analisar uma família mestiça e a partir dela provar a degeneração. Começa pelo pai, que diz ser criminoso, e, portanto, degenerado. A mãe é alienada: degenerada. O filho mais velho é alcoólatra: degenerado. Outro filho mais novo tem mania de ler poemas nas algibeiras, é degenerado. A filha caçula tem a mania inveterada de não casar: degenerada. Por fim, o caçula, afirma N. Rodrigues, até o momento não teria mostrado nenhum sinal, mas com certeza, esse apareceria a qualquer momento. Estigmatizados, todos os membros da família não escapam de sua sina: não há como escapar das certezas de uma ciência determinista.

Retomando-se argumentos anteriores, diante dessa mestiçagem degenerada para os padrões brancos, os teóricos brasileiros racistas começaram a construir uma teoria brasileira do branqueamento da população para atingir o “ideário” da civilização branca, assim como relata Schwarez (1995, p. 92-93):

Vejam o que aconteceu na virada do século XIX, enquanto alguns teóricos começavam a apostar na idéia de que este país não tinha solução, outros introduziram a idéia de que era preciso pensar no branqueamento. Giralda Serferth, em artigo sobre João Batista Lacerda – diretor do Museu Nacional – mostra como o branqueamento era a teoria mais contraditória que existia: ao mesmo tempo em que dizia que a mestiçagem era um mal, afirmava que era a única solução. A idéia é que se deveria cruzar de forma controlada as raças no Brasil, de forma a que ficássemos cada vez mais brancos. É assim que, enquanto os médicos baianos diagnosticavam a falência de nossa Nação, alguns teóricos como João Batista Lacerda começavam a dizer que havia uma saída para o Brasil, e que a saída era branca.

As conformações equivocadas do caráter científico do racismo, se estruturaram absorvendo os valores do imaginário coletivo, transformando as diferenças em intolerância. Santos (2002, p. 60-61) pontua que:

Não seria razoável afirmar que somente uma suposta ojeriza aos negros, demonstrada pelos valores estéticos brancos, justificasse, ou auxiliasse, a invenção do racismo (contra os negros). *Mas parece bastante adequado supor que o racismo apropriou-se de vários elementos dispersos neste imaginário de modo a somá-los e oferecer-lhes um caráter científico como o que já foi apresentado anteriormente.* É bastante adequado supor que a ideologia racista alimentou-se dos valores estéticos em relação ao negro, do fascínio e mistério que a África e seus habitantes exerciam transformando diferença e mistério em anormalidade e monstruosidade. Não parece errôneo pensar que a construção da racionalidade e da cultura europeia e os interesses de dominação, conquista, usurpação das riquezas

encontradas no continente africano fossem os pilares sobre os quais se edificaram as teorias racistas em relação aos povos negros (grifo nosso).

A construção deste estereótipo de inferioridade e do não entendimento das diferenças foram discutidos no século XVIII, quando do texto de Rousseau intitulado *Discurso sobre a Desigualdade entre os Homens*. Schwarcz (1995, p. 75) afirma que:

[...] é preciso que se diga, no entanto, que para Rousseau, o bom selvagem é só um modelo do estado de natureza, necessário para pensar a civilização e não ao contrário. O que Rousseau afirma é que o estado de natureza é o estado de perfeição, por oposição ao estado de civilização que teria corroído os homens. É preciso repetir, no entanto, que Rousseau estava fazendo um modelo. Jamais afirmou que esse bom selvagem existiria na empiria, já que o que interessava a Rousseau era discutir a civilização.

Para esclarecer o que seria este estado de natureza, Nascimento (IEA, p. 1-2) explica que:

Segundo Rousseau, podemos identificar no homem, no estado de natureza, no qual vive isoladamente, uma faculdade que o distingue dos outros animais, isto é, a liberdade, marca da sua constituição metafísica. Mas essa liberdade, sem a qual o homem perderia sua “qualidade de homem”, assume características totalmente diferentes quando ele sai do estado de natureza e ingressa na ordem civil. No estado de natureza, ela se define como liberdade natural, própria do homem no seu insulamento, marca da sua independência absoluta e de sua não-submissão à vontade de nenhum outro homem. No estado civil, ela se definirá como liberdade convencional, civil ou moral, já que, agora, não faz mais sentido a vida isolada, mas a condição de sobrevivência se define necessariamente pela vida em comunidade.

Vê-se, assim, que Rousseau não buscou uma justificativa para a existência do Estado, mas propôs um modelo de sociedade, de democracia, de liberdade, em que os indivíduos são guiados por suas próprias leis, e o Estado deve garantir esta liberdade. Esta foi uma nova proposta lógica do Estado democrático, sociedade democrática, partindo do estado de natureza chegando ao contrato. Nessa democracia, as decisões políticas são tomadas de forma igualitária, sem uma classe se sobrepor às demais, por isso é necessário fazer um pacto. Para Nascimento (IEA, p. 5-6):

O homem civil não pode, portanto, reivindicar o direito à liberdade natural sem, com isso, estar pondo em risco a própria comunidade política. Ele só pode reivindicar a parte que lhe cabe na associação, isto é, sua liberdade convencional e moral, que já não depende exclusivamente da sua vontade, mas que se define pela vontade do conjunto dos membros da associação. Em contrapartida, como se identifica a obrigação do Estado, da comunidade política, para com os seus membros? Certamente, pela preservação de sua liberdade, não a natural, mas a convencional. A reciprocidade da relação entre soberano e súditos, no Estado, será sempre no sentido do cumprimento das cláusulas do contrato social. E a cláusula fundamental consiste na alienação total de cada um, inclusive de sua liberdade natural, para colocar-se inteiramente sob a proteção da comunidade, do corpo político. Não cabe, portanto, ao Estado, preservar a liberdade natural, mas aquela que se convencionou como condição para a conservação da vida. Cabe ao conjunto dos cidadãos, tomados enquanto corpo político, preservar a liberdade convencional e moral de todos os membros da associação e da própria liber-

dade desse ser moral que é o Estado, aqui sempre considerado não como o aparelho administrativo, mas como a comunidade política.

É neste argumento da razão que o estado de natureza não vivia em sociedades complexas, mas em grupos simples, nos quais não existiam regras a serem quebradas, coercitivas para orientar a vida de todos, estado primário, não sendo pacífico nem perigoso. Não existia política de estado, cada grupo determinava seu modo de vida, os homens estavam muito próximos disso e não havia valor de troca, de acumular, eram simples sociedades em condições de natureza; não entra em questão de Deus ter dado estas leis aos homens, são leis naturais dadas pela lei de evolução da vida – fase anterior ao Estado, pré-Estado.

Os homens estavam inicialmente criando suas regras, e pela ideia de progresso, exigiam-se regras mais rígidas para caminhar em sentido progressivo com intuito de chegar à sociedade civil, que, no momento, começou por evolução e progresso, e não por pacto. Com isso, criou-se uma nova proposta de sociedade, com a delimitação da propriedade particular dos bens – terras – a qual gerou o início da sociedade civil, fruto do progresso, e sua organização fez alguns determinados terem poder pela propriedade privada dada aos homens, e outros a estes se submeteram.

Aqueles que tinham o poder da força dado pela propriedade, submeteram os outros às suas regras, gerando a dominação, e assim permaneceram dominados/escravos enquanto não tiveram condições de se opor; não tratava-se de poder político, mas de um poder que partia dos mais fortes sobre os mais fracos. No entanto, o poder dos mais fortes não era real, ele só existia porque os mais fracos acreditavam nele, uma vez que aceitavam que a propriedade era expropriada, o que fazia com que os mais fortes conseguissem controlá-los. Portanto, foi o Estado do mais forte na sociedade civil, onde o mais fraco acreditava e legitimava a dominação, através da qual os dominantes inverteram o discurso da burguesia, em que a propriedade privada não era natureza, mas uma construção social, dos homens para os homens e poderia ser transformada, pois quem fazia a propriedade era o trabalhador, aquele que acreditava e legitimava a própria dominação.

Os poderosos que fizeram as leis na sociedade civil, ditavam as regras, todos os outros foram dominados, escravizados. Não era isso por natureza, a propriedade surgiu da convenção dos homens. Conforme Nascimento (IEA, p. 7-8):

Tal como a liberdade particular, no estado civil, não pode se confundir com a liberdade natural, do mesmo modo, a propriedade está vinculada ao indivíduo particular entendido como parte do corpo político e não como ser independente no estado de natureza. A expressão “depositário do bem público”, para designar o proprietário, assinala, portanto, um limite para a sua ação. Ao alienar-se inteiramente à comunidade, o indivíduo transfere tudo o que tem para a comunidade e recebe em troca o título de proprietário, mas ao soberano, em última instância, cabe o direito maior sobre a vida e os bens de cada associado.

Nesse tempo, criou-se uma sociedade desigual, com regras coercitivas a favor dos poderosos, detentores da propriedade, os quais ditavam como a sociedade deveria ser independente da maioria, fazendo surgir a sociedade civil, porém, não era poder político, mas simplesmente domínio do mais forte. Ter propriedade significaria acumular mais dinheiro,

era o alimento de mais acúmulo, através da exploração do mais fraco, dominando fisicamente e criando leis fazendo com que estes acreditassem pela coerção das leis e convencimento de que teriam que se enquadrar nas regras do mais forte.

Todavia, a maioria dos escravizados se rebelaram contra a escravidão e fizeram um novo contrato, perguntando a quem queriam sair da escravidão, pois era mais fácil se acomodar do que se incomodar, uma vez que se quisessem seria necessário que assumissem um custo, porém, ninguém poderia se sobrepôr com a maioria da sociedade; a vontade geral. O contrato seria a rebelião dos mais fracos para destruir o poder dos mais fortes, sem abolir a propriedade, onde todos os homens participariam da organização e elaboração das leis. A respeito daquele que não se submetesse à vontade da maioria da sociedade, Nascimento (IEA, p. 9-10) relata que:

No *Manuscrito de Genebra*, quando comenta a atitude daquele argumentador que se perguntava sobre as vantagens em obedecer às leis da sociedade e que insistia em permanecer no estado de natureza, agindo como se estivesse sozinho no mundo, fazendo a justiça por si mesmo, Rousseau nos diz: “Esclareçamos sua razão com novas luzes, aqueçamos seu coração com novos sentimentos e esperemos que aprenda a multiplicar seu ser e sua ventura, dividindo-os com seus semelhantes. Se o meu zelo não me cega nessa empresa, não duvidemos de que, com uma alma forte e uma reta razão, esse inimigo do gênero humano não abjure, com seus erros, ao ódio; de que a razão que o levava para o caminho incerto, não o faça votar à humanidade; de que não aprenda a preferir, a seu interesse aparente, seu interesse bem compreendido; de que não se torne bom, virtuoso, sensível e, para tudo afinal dizer, de um bandido feroz que desejava ser, não passe a constituir o mais firme apoio de uma sociedade bem organizada”. (Rousseau, 1962, p. 176). O interesse particular, do homem do estado de natureza, no estado civil, torna-se interesse aparente. Em seu lugar, Rousseau nos apresenta o interesse bem compreendido, que nada mais é do que o interesse do cidadão, isto é, o interesse “particular” de um indivíduo que acatou as exigências da vida no Estado (grifo do autor).

Este modelo de sociedade democrática, da liberdade, ou seja, guiada por leis fundadas na propriedade, no direito do mais forte, da dominação, das desigualdades e da igualdade formal, desconsiderando os condicionantes históricos, fundamentou o Estado Racista e o mascaramento das desigualdades raciais, alijando o negro desta sociedade civil, da cidadania e democracia burguesa, do direito e acesso à propriedade, dando a estes o único direito de serem os mais marginais dos escravos do sistema proposto por Rousseau.

Em consonância com Florestan Fernandes, Schwarcz (1995, p. 95) esclarece que:

No Brasil o racismo não está nas leis, não está no Estado, mas disseminado no cotidiano. O racismo não se discute entre indivíduos, mas o tempo todo entre pessoas. O responsável por esta mágica foi Gilberto Freyre que, de alguma maneira, nos anos 30, tentou transformar a nossa desgraça, em fortuna. Somos um país diferente porque somos mestiços. Mas o que aconteceu entre nós? De alguma maneira o racismo passou da esfera pública para esfera privada. O que ocorre é uma espécie de preconceito retroativo, como chamou Florestan Fernandes. Ou seja, vivemos uma modalidade de preconceito de ter preconceito.

O mestiço liberto (mulato) não tinha situação diferente do negro escravo, uma vez que foi construído todo um arcabouço ideológico de restrições para sua inserção social e política, culminando por fim com a teoria odienta da Linha de Cor, conforme informa Munanga (1999):

O que significa ser “branco”, ser “negro”, ser “amarelo” e ser “mestiço” ou “homem de cor”? Para o senso comum, estas denominações parecem resultar da evidência e recobrir realidades biológicas que se impõem por si mesmas. No entanto, trata-se, de fato, de categorias cognitivas largamente herdadas da história da colonização, apesar da nossa percepção da diferença situar-se no campo do visível. É através dessas categorias cognitivas, cujo conteúdo é mais ideológico do que biológico, que adquirimos o hábito de pensar nossas identidades sem nos darmos conta da manipulação do biológico pelo ideológico⁴ (p. 18).

Embora o casamento com uma mulher de outra “raça” possa ser interpretado como símbolo de uma grande tolerância, é preciso dizer que os casamentos desse tipo foram muito raros. As autoridades das ilhas, no caso da França, insistiam no fato de que do direito de dominação do branco decorria um sistema de castas que interditava os casamentos mistos. Por isso, no contexto colonial a mestiçagem é também vista como uma nova categoria ameaçadora do sistema maniqueísta branco/negro – mestre/escravo, sendo o mulato um elemento perturbador da ordem sócio-racial. A mestiçagem tende a apagar a marca indelével da cor. Por isso as autoridades da colônia viam o casamento misto como uma conjunção criminosa de homens e mulheres de espécies diferentes que geravam frutos considerados como *desordem da natureza, para não dizer desordem social* (p. 29, grifo nosso).

Teoricamente, a mácula servil é afetada por um coeficiente de inferioridade, sendo a cor tomada apenas como signo: Como observava na época Moreau de Saint-Mery “o negro no estado atual das coisas está ainda mais afastado do seu mestre pela cor do que pela escravidão”⁵. Se a brancura é o que importa, ela não pode limitar-se à simples aparência física, na medida em que deve traduzir toda ausência de contato com a mácula servil-negra. Emerge então a idéia essencial na dinâmica do sistema, que se encontra mais ou menos confirmada na maioria das sociedades plurirraciais: *a linha de cor, que estabelece uma divisão sem falha entre os brancos e os outros, qualquer que seja seu grau de mestiçagem e que rejeita em bloco aqueles que não são considerados indenes de contaminação e que são conseqüentemente reconduzidos a outra cor fundamental* (p. 32-33, grifo nosso).

Esta estrutura, pensamento, comportamento, conjunto de paradigmas, ideologicamente construídos e historicamente contextualizados em um Estado Capitalista, racista, se mantêm férteis e atuantes nas mentes e no processo social, de perseguição, ações racistas e em atos de intolerância que têm sua origem em toda esta ideologia.

Como demonstrado nas declarações de Severo (2006), que denotam todo este aprendizado segregacional – categorias cognitivas – e de conceitos de inferioridade, em relação aos valores civilizatórios negros, que permeiam o Estado Brasileiro, sendo este o cotidiano que encontramos em pessoas com base de formação racista, discriminatória, intolerante

4 Roosevelt, Theodore. *Brazil and The Negro*, p. 410-411 *apud* Skidmore, Thomas. *Op. cit.*, p. 92-93.

5 SAINT-MÉRY, Moreau de. (1958) *Description de la partie française de l'île de Saint Domingue*. Paris, Larousse. *Apud* MUNANGA, Kabengele, 1999. *Op. cit.*, pp. 32-33.

com a diversidade humana. Eis o exemplo fatídico, quando comenta o apoio dado à eleição de Lula por católicos da teologia da libertação e protestantes *progressistas*, uma contradição, pois esta ideologia religiosa protestante é excludente, logo, não é em nada progressista, a não ser para seus iguais. Para o escritor:

As religiões afro-brasileiras são muito abertas ao homossexualismo, inclusive entre seus líderes. Por isso, é perfeitamente compreensível seu apoio a Lula. Contudo, os católicos e evangélicos *progressistas* não são tão abertos assim para revelar suas afinidades, mas são muito abertos, pelo que se vê, para formar aliança entre luz e trevas — se é que há realmente alguma luz entre eles. Talvez seja uma aliança perfeita, pois as trevas sempre combinam com as trevas.

Os católicos e evangélicos *progressistas*, juntamente com os adeptos das religiões afros, não se importam com o fato de que o governo Lula se comprometeu a lutar pelo Estatuto da Igualdade Racial, pela ampliação legal do aborto e pela criminalização da homofobia. Lutar pela igualdade racial inclui, na visão esquerdista, igualar os valores das religiões afros com os valores cristãos. O que é perverso, demoníaco e prejudicial na visão cristã se transformará, pela imposição de políticas esquerdistas, em valores bons. Aliás, os governos socialistas do Brasil, desde Fernando Henrique Cardoso, já vêm forçando a apresentação das religiões afros e seus valores como cultura nas escolas do governo. O governo Lula promete aumentar a coerção em favor de religiões que o Cristianismo sempre considerou envolvidas com feitiçaria. O Estado que se diz laico se esconde atrás de sua máscara de neutralidade para favorecer o que a Bíblia vê como bruxaria e para agredir os valores cristãos. Nada mais justo, de acordo com a ética do Estado laico, que apóia o homossexualismo: enquanto os valores afro-brasileiros aceitam o homossexualismo, os valores cristãos o condenam. O Estado laico favorecerá os que o favorecem. É a ditadura da adulação.

Lutar pela ampliação legal do aborto é continuar a campanha enganosa de que assassinar uma criança na barriga da mãe é direito humano de toda mulher. Enquanto o mesmo governo mentiroso diz, através do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que quer proteger a saúde e a vida das crianças, sua conduta não está em harmonia com suas belas declarações. Enquanto o sistema de saúde do Brasil é horrível e precário, o governo ainda quer lutar pelo direito livre e amplo de assassinar bebês. É pura demência governamental, pois como pode o Estado segurar numa mão o ECA enquanto na outra segura, através do SUS, os instrumentos para abortar crianças?

Criminalizar a homofobia significa que se os cidadãos não terão mais direito algum de expressar opiniões contrárias ao homossexualismo. Se um pastor citar versículos da Bíblia condenando o homossexualismo, ele poderá ser denunciado por “crime de homofobia”. Se até mesmo pais que não são evangélicos tentarem se opor à adoção de crianças por “casais” homossexuais, com base no ECA que assegura que as crianças precisam ser protegidas de ameaças, eles poderão ser tratados como criminosos, pois o ECA só é eficaz para punir os pais, não tendo utilidade alguma para proteger as crianças das pretensões dos ativistas e predadores homossexuais.

Todas essas ameaças parecem ter vindo de demônios do inferno. Vieram de Lula, do PT e de todos os esquerdistas do Brasil. Para que não haja dúvida de que lado eles estão, recentemente o próprio Lula declarou que não despertassem o demônio que há nele, pois ele tem vontade de fazer muito mais do que já está fazendo.

Com a ajuda dos católicos e “evangélicos progressistas”, e dos adeptos das religiões afros, Lula já está fazendo o inferno inteiro se alegrar.

Os “verdadeiros cristãos” do Brasil precisam orar e jejuar a fim de que Deus seja despertado para salvar o Brasil, antes que o demônio que há em Lula e nos ecumenistas do inferno seja despertado para provocar irreparável destruição (SEVERO, 2006, grifo nosso).

A demência não é contagiosa, mas infelizmente é aprendida, igual ao reforço condicionado de Pavlov, alimentando o imaginário racista coletivo (MILLENSON, 1967, p. 53-54).

Em nada diferem estas posições das construídas ao longo do século XVIII até meados do século XX, período de grande aplicação do racismo, afirmado por Todorov (1993, p. 107). Dado que negam os direitos de cidadania dos diferentes, somente pelo fato de não se enquadrarem no que entendem em suas cabeças como ideal; produzem e alimentam as injustiças contra os diferentes e os estigmatizam. É o racismo, com discriminação de valores civilizatórios do outro e puro ódio racial, alimentado por toda esta ideologia de exclusão presente no nosso imaginário coletivo nacional. Tudo isso resulta em um discurso de des-serviço à paz e à justiça social.

Todorov (1993, p. 116-117), apresenta os pontos de vista sobre a natureza quase animal, atribuída às raças inferiores por Buffon e Voltaire, dizendo que:

Quando fala dos negros nunca deixa de dizer que sua cabeça é coberta de lã (como dos carneiros), e não de cabelos, e escreve sem pestanejar: “Os negros e negras, transportados para os países mais ricos, aí produzem sempre animais de sua espécie” (Essai sur les mœurs, p. 6). De resto, há uma explicação pronta para essa animalidade dos africanos: “Não é improvável que nos países quentes macacos tenham subjugado moças” (p.8). Mas, diferentemente de Buffon, Voltaire é poligenista, embora admita que a racionalidade e a sociabilidade são características comuns a toda a humanidade: já que as diferenças entre raças são tão profundas, não é mais lógico supor que a humanidade surgiu espontaneamente em vários lugares do globo e que, portanto, no limite, nem todos os humanos pertençam à mesma espécie? Liberados dos “preconceitos” religiosos, Voltaire não hesita em chegar a essa conclusão. “Só um cego pode duvidar de que os brancos, os negros, os albinos, os hotentotes, os lapões, os chineses, os americanos são raças inteiramente diferentes.

Voltaire mantém intacta a escala única de valores, mas renuncia à unidade da humanidade. E verifica-se que seu poligenismo está mais de acordo com a descrição das raças que ele partilha com Buffon; por essa razão, talvez, será adotado pelos racialistas do século XIX.

Confrontando com estas demonstrações de intolerância explícitas, o Estado que por um governo de esquerda, se comprometeu com grupos e segmentos historicamente excluídos, sofreu as pressões para garantia dos direitos de cidadania destes, conforme se constata das declarações constantes da Carta de Brasília, em 02 de julho de 2004, um grito dos excluídos pelos seus direitos e contra a intolerância:

Somos a IX Conferência Nacional de Direitos Humanos, mulheres e homens, heterossexuais, gays, lésbicas, bissexuais e transgêneros; crianças e adolescentes; idosos, presos, presas e seus familiares; povos indígenas, negros e negras afro-descendentes, ciganos e ciganas, migrantes, refugiados, pessoas com deficiência e surdos, vítimas e parentes de vítimas da violência, pessoas com doenças crônicas ou degenerativas, pessoas com sofrimento psico-mental, usuários de substâncias psicoativas, soropositivos e profissionais do sexo. Não estão aqui muitos de nossos lutadores dos direitos huma-

nos, que foram mortos na luta contra a ditadura, denunciando o crime organizado, a escravidão e as mais diversas violações da dignidade humana, muitos dos quais não temos até hoje sequer notícia dos seus corpos. Vimos das cidades e dos campos, somos religiosos de crenças muito distintas, e alguns entre nós sem crença alguma, mas todos e todas somos iguais em nossa diversidade. Queremos viver, viver com dignidade, em paz, na cultura, no prazer da vida e com perspectiva de futuro.

Somos pessoas com deveres. *Temos o dever maior de lutar pela igualdade, pelo Estado laico, pelo respeito e pela tolerância.* Jamais negociaremos isto. Nunca mais podemos deixar que nos tomem a dignidade. Para isso, devemos lutar para que ninguém seja submetido a condições degradantes, não podemos permitir que pessoas sejam torturadas, sejam violentadas, sejam massacradas, sejam discriminadas, quer pela lógica cotidiana da violência, da repressão, da exclusão, da tortura usada método atual de obtenção de confissão, quer pelo preconceito à expressão religiosa, quer pela ação de políticas que privilegiam as elites econômicas e financeiras. Queremos a primazia das políticas sociais sobre as políticas econômicas e de segurança (BRASIL, 2004, grifo nosso).

É nítido que perpassa a questão da isonomia de direitos e tratamento pelo Estado Brasileiro aos diferentes pela efetividade de sua laicidade. O então presidente Lula declarou ao Papa Bento XVI, que vai se empenhar em manter no Brasil um Estado laico, ou seja, não ligado à religião. Segundo ele, conforme disse Vera Machado, enquanto embaixadora do Brasil no Vaticano: “(Sendo o Papa) conhecedor da qualidade religiosa do Brasil, quero dizer que nossa intenção é preservar e conservar o Estado Laico e ter a religião como instrumento para tratar do espírito e de problemas sociais” (RIBEIRO, 2007).

O Estado Brasileiro é Laico, não é um Estado Cristão ou de qualquer outra tradição religiosa, ou seja, não tem religião oficial, é regido pela Constituição e não por fundamentos de qualquer crença, seja qual for, devendo garantir a manifestação das diversas religiosidades do povo brasileiro, acolhendo as diferenças religiosas da sociedade, com isonomia e equidade entre as religiões, não havendo hierarquias entre elas, conforme estabelece a Constituição Federal, em seu art. 19, inciso I e art. 150, inciso IV, letra “b”:

Art. 19. É vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios:

I - Estabelecer cultos religiosos ou igrejas, subvencioná-los, embaraçar-lhes o funcionamento ou manter com eles ou seus representantes relações de dependência ou aliança, ressalvada, na forma da lei, a colaboração de interesse público.

Art. 150. Sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios

[...]

VI - Instituir impostos sobre:

[...]

b - Templos de *qualquer culto* (BRASIL, 2006, grifo nosso).

A constituição proíbe a tributação sobre qualquer templo, com a finalidade de não dificultar o funcionamento pelo ato tributário, valendo também para as Comunidades Tradicionais Urbanas, da Umbanda, Mina, Candomblé e outros assemelhados.

A contextualização da laicidade do Estado não seria a negação da religiosidade em nome da igualdade, da liberdade de *ser*, ou seja, extirpar a manifestação religiosa em nome

de garantir igualdade e isonomia, afastando Deus do cotidiano do Estado, não o levará à isonomia e à liberdade, pois proibir a manifestação religiosa porque o Estado é laico, seria uma forma de totalitarismo e violação da consciência humana, uma vez que Deus faz parte do ser em existência e do seu dia a dia, da essência humana, o viver em comunhão diária com o absoluto, e isto não pode ser separado do relacionamento com a vida civil, inclusive com o Estado. Do contrário, onde o Estado extirpou ou limitou a religiosidade, o homem passou a viver na opressão, no totalitarismo. A liberdade religiosa maculada e a livre expressão da fé abafada por um Estado Totalitário Laico, que tanto pode ser Comunista ou Capitalista.

Assumpção (2007) comenta este totalitarismo laico, afirmando que:

Toda esta discussão sobre o Estado Laico, aquela abstração pretendida pelos liberais-ateus na qual qualquer aspecto religioso, ou que pareça religioso, tem de ser eliminado da vida cultural da sociedade – de modo a permitir uma verdadeira “liberdade” dos indivíduos – tem vários problemas congêntos.

O primeiro tem a ver com a definição do que seja ‘liberdade’. A vontade de eliminar qualquer traço religioso ou meramente metafísico traz embutida a concepção de que, por definição, os crentes não gozam de verdadeira liberdade, pois estão “presos” a um sistema de crenças irracionais. Eles pretendem ser então os “libertadores” dos grilhões da ‘fé’, numa versão farsesca daquilo que pretendem denunciar.

Também acabam igualando-se aos marxistas e comunistas que consideravam a religião o ‘ópio do povo’. É impossível negar que o liberalismo como ideologia se iguala ao comunismo em sua auto-imagem totalitária e elitista de uma ‘vanguarda revolucionária’, que tem por missão destruir ou minimizar qualquer aspecto cultural - religiões, especialmente as judaico-cristãs - que impeçam o seu avanço (grifo nosso).

A entrevista de Tarso Genro à “Veja” da semana passada corrobora esta ligação improvável à primeira vista. Nela, Tarso afirma: *“Lênin conseguiu introduzir, num país atrasado (sim, a Rússia era atrasada também porque tinha uma cultura profundamente religiosa!), princípios políticos e organização política modernos, que, mais tarde (muito mais tarde!!), se revelaram como uma Revolução Francesa tardia”*. Em outro trecho afirma que *“Antonio Gramsci foi o grande intérprete da cultura política revolucionária originária do Renascimento e do Iluminismo”* (grifo o autor).

Em suma, *tanto comunistas como liberais iluministas pretendem criar um ‘novo homem’*. Para isso, *destruir ou minimizar a religião ocidental é necessário*. Para comunistas, *para permitir que a tal ‘consciência de classe’ aflore; para liberais, o ‘cientificismo ateu’*. Ambos parecem não sobreviver à visão de um simples crucifixo.

A outra contradição vem a ser o fato de que o liberalismo prega o laissez-faire para a economia, que é a não intervenção do Estado, mas não pode prescindir do Estado para realizar as suas fantasias de Estado Laico. Somente tornando-o um Estado policialesco e totalitário, extirpando os traços religiosos à força, é que o objetivo poderá ser atingido. A contradição é evidente.

O Estado Laico como pregam é uma fantasia, uma reinterpretação da velha encarnação de Estado Laico – o comunismo. Não é uma experiência “nova” e libertadora como tentam provar, mas exatamente o seu contrário. A experiência real mais próxima deste Estado Laico foi mesmo o comunismo real implantado na Rússia, China, Vietnam, Camboja, Cuba... Mesmo nestas experiências, a tentativa de eliminar por completo a religião falhou, derivando para a estratégia de contaminá-la por dentro.

Por último, *apontar a derrocada do comunismo à simples fator econômico é outro erro brutal. O colapso do comunismo não se deu pela incapacidade de encher as prateleiras dos supermercados, mas sim pela tentativa de eliminar a religião por completo de sociedade.* A decadência moral conseqüente é algo que nem a 'democracia' e o 'livre-mercado' atual vão corrigir. O fato de a Rússia atual ser um país de mafiosos e a China exportar órgãos humanos de prisioneiros políticos assassinados são a conseqüência do que Alexander Soljenitsyn já apontava: os homens se afastaram de Deus. E quanto maior a distância, menor a humanidade (grifo nosso).

Portanto, para não cair no totalitarismo laico, o Estado deve ser aquele que não tem religião oficial, mas que apoia todas as manifestações religiosas, deixando os cidadãos livres para expressarem sua fé, seus símbolos religiosos, sua relação com o absoluto, sem dissociar sua religiosidade da vida civil nos espaços privado, público e pessoal, com isonomia e respeito ao direito do outro à manifestação igual de sua fé.

Por isso, ter um crucifixo, bíblia, guias, imagem de Santos ou Orixás em poder do indivíduo; portar ao peito a cruz de Cristo ou a guia de seu Caboclo de Umbanda, Mina ou de Nação; ter seu objeto de fé consigo ou trajar-se com as vestes em sua tradição religiosa, não descaracteriza a laicidade do Estado e nem ofende a fé do outro, que também deve ter igual direito de manifestar sua religiosidade com seus símbolos sagrados. Este é o Estado Laico e no caso brasileiro social democrático, pois a democracia social e o projeto de sociedade democrática e plural são objetivos fundamentais da Constituição de 1988, não o Estado Liberal, mas o Estado do *bem-estar social*.

Em contrapartida, descaracteriza e desrespeita o princípio constitucional da laicidade, quando o espaço público – que é republicano e pertencente a todos – é apropriado para fins de proselitismo religioso por qualquer religião, como: a presença de Bíblia em repartição pública; leitura do evangelho em parlamentos municipais e estaduais; a formação de bancada religiosa como a protestante; e a tentativa de legislar e gerir o Estado sob a perspectiva de qualquer religião, com a adoção da prática do fisiologismo religioso e violação descarada da laicidade do Estado Brasileiro, atentando contra toda a sociedade e as religiões componentes do mosaico da comunidade nacional, cometendo ao agente público nesta condição comportamental crime de responsabilidade, estando sujeito a responder por estes atos criminosos.

Neste cenário, foi construído o Estado Brasileiro Laico em uma sociedade racista, excludente, capitalista periférica, extremamente desigual e injusta, ainda fundamentada na herança escravista, que sofre as pressões para garantir a igualdade de cidadania a todos os segmentos, sem distinções, contrariando a sua elite racista e grupos fundamentalistas cristãos e a tentativa de implantação de um Estado Laico Totalitário, em nome da plena igualdade e liberdade, que de fato é sua negação.

Para superar os desafios nesta fase de globalização, termo atual para o imperialismo e a nova mudança na configuração do padrão da acumulação capitalista, o grande diferencial do Brasil é hoje exatamente o que outrora, a nossa mestiçagem; a nossa mistura de *raças* foi classificada como desgraça. Além da diversidade biológica, outro diferencial é a nossa diversidade humana, a qual reforça as capacidades, competências e habilidades de adaptação às

novas demandas. Diante disso, temos que ter e manter a esperança de que um futuro diferente do presente, sem racismo e melhor, é possível.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mediante o exposto, o racismo é fruto de um aprendizado histórico de categorias cognitivas, de ideologia baseada em um determinismo científico que legitimou o conjunto de teorias racialistas, as quais foram o instrumento para aplicação de medidas de discriminação, intolerância e exclusão dos valores civilizatórios negro-indígenas, reduzindo estes a meros coadjuvantes na sociedade branca brasileira, negando sua contribuição e valor de civilização.

Este racismo, que não excluiu o mestiço, perpassa o Estado Capitalista, estando nas raízes da sua formação, da desigualdade e conflito de classe, pela escravidão e pelo regime dos senhoris, contaminado sua estrutura, reproduzindo e firmando-se no imaginário popular, todas as suas perversas metamorfoses de atuação dentro da sociedade brasileira, extremamente desigual de oportunidades, na qual o negro e o índio foram excluídos da cidadania, da sociedade civil e da integração e frutos do modo de acumulação capitalista sob a máscara do arranjo das elites de uma falsa democracia racial.

Neste contexto, o Estado Laico Brasileiro, isto é, sem religião oficial, e cuja laicidade é sempre levantada como requisito para justificar que a todas as minorias – negros, índios, homossexuais, profissionais do sexo, lésbicas, bissexuais, e transgêneros, etc. – devem ter seus direitos garantidos, sem discriminação de qualquer natureza, e para que isto ocorra propõem-se o respeito de qualquer manifestação religiosa no espaço público, privado e do próprio indivíduo, com sua subjetividade e preservação da natureza do espaço republicano.

Este pensamento tem a finalidade de garantir a liberdade e a isonomia de tratamento e, *a contrario sensu*, na realidade criaria uma situação de fato e de direito de instituir um Estado Totalitário Laico, que extirpa a força Deus, como se fosse este a causa das desigualdades, desconsiderando que sua função é exatamente o oposto, a garantia da livre manifestação religiosa nos espaços público, privado e pessoal, tendo como limite o direito do outro à mesma oportunidade e respeito, em que não se dissocia do indivíduo e sua vida civil.

Assim, toda e qualquer limitação da religiosidade em nome de garantir a igualdade de tratamento entre todos os diversos grupos, na realidade, não leva à igualdade e à liberdade, mas ao totalitarismo laico, comunista ou capitalista. Enquanto existir a reprodução da estrutura racista, os valores civilizatórios das comunidades tradicionais urbanas, continuamente, serão desconsiderados e o preconceito permanecerá contaminando as relações da sociedade, impedindo uma verdadeira justiça e isonomia social.

Por fim, desconstituir o imaginário coletivo racista, que quase imperceptivelmente nos condicionamos a repetir, intrinsecamente arraigado em nossa sociedade, será um trabalho árduo para muitas gerações em busca do ideário da sociedade livre, justa, fraterna, democrática, solidária, igualitária, laica e inclusiva nas oportunidades, e sem racismo de qualquer espécie ou motivação.

REFERÊNCIAS

- ASSUMPÇÃO, Luís Afonso. O “Novo” Estado Laico = O Velho Totalitarismo, 2007. Publicado em *Cultura e Teologia*, por Valmir Nascimento. Disponível em: <<https://comoviveremos.com/2007/04/25/o-novo-estado-laico-o-velho-totalitarismo/>>. Acesso em: 31 ago. 2021.
- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. In: ANGHER, A. J. (Org.). *Vade Mecum Acadêmico de Direito*. 3. ed. São Paulo: Rideel, 2006.
- BRASIL. *Declaração da IX Conferência Nacional de Direitos Humanos*. Carta de Brasília. Brasília, 02 de julho de 2004. Disponível no Correio Eletrônico da Rede Estadual de Direitos Humanos – RN, N. 061 – 09/07/04.
- BRASIL. *Decreto nº 4.886, de 20 de novembro de 2003*. Institui a Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial - PNPIR e dá outras providências. Disponível em: <<https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=DEC&numero=4886&ano=2003&ato=ee2ITVE5EeRpWTdo6#:-:text=INSTITUI%20A%20POL%C3%8DTICA%20NACIONAL%20DE,PNPIR%20E%20D%C3%81%20OUTRAS%20PROVID%C3%8ANCIAS>>. Acesso em: 31 ago. 2021.
- BRASIL. *Estado e Sociedade: Promovendo a Igualdade Racial*. I Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial. Brasília: SEPPPIR; CNPIR, 2005.
- FERNANDES, F. O desencadeamento histórico da Revolução Burguesa. In: *A Revolução Burguesa no Brasil: Ensaio de Interpretação Sociológica*. 5. ed. São Paulo: Globo, 2006, p. 109-175.
- IANNI, O. O Ciclo da Revolução Burguesa no Brasil. *Revista Temas de Ciências Humanas*, São Paulo, n. 10, 1981, p. 1-34.
- MILLENSON, J. R. *Princípios de Análise do Comportamento*. Trad. Aline de Almeida Souza e Dione de Rezende. Brasília: Editora de Brasília, 1967.
- MORAES, R. J. N. *Observação Direta nas Aldeias do Oiapoque: Princípio da Participação Democrática nas Comunidades Tradicionais: Indígenas, Quilombolas e das Religiões de Matriz Africana*. Trabalho de Campo. Oiapoque, 2004.
- MORAES, R. J. N. *Valores Civilizatórios das Comunidades Tradicionais: Parte Integrante do Trabalho – Mobilização dos Direitos Humanos Existentes e Proteção Ambiental*. Macapá, 2007.
- MUNANGA, K. *Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: Identidade Nacional versus Identidade Negra*. 1. ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 1999.
- NASCIMENTO, M. M. do. *Reivindicar Direitos Segundo Rousseau*. Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo. IEA-USP, 2012. Disponível em: <<http://www.iea.usp.br/publicacoes/textos/nascimentorousseau.pdf/view>>. Acesso em: 31 ago. 2021.
- REVISTA ESPIRITUAL DE UMBANDA. N. 11. Editora Escala, 2005.
- RIBEIRO, S. Estado laico. In: *Em encontro com Papa, Lula fala sobre etanol e Bolsa Família*. G1, publicado em 10 jun. 2007. Disponível em: <<https://g1.globo.com/Noticias/PapanoBrasil/O,,MUL34392-8524,00.html>>. Acesso em: 31 ago. 2021.
- SAES, D. O Conceito de Estado Burguês. In: *Estado e Democracia: Ensaio Teóricos*. Campinas. IFCH/UNICAMP, 1994, p. 15-50.
- SAES, D. O estado escravista moderno no Brasil pós-colonial (1831-1888). In: *A Formação do Estado Burguês no Brasil (1888-1891)*. 2. ed, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990, p. 57-179.
- SANTOS, G. A dos. *A Invenção do Ser Negro: um percurso das idéias que naturalizaram a inferioridade dos negros*. 1. ed. São Paulo: EDUC; Rio de Janeiro: Pallas, 2005.
- SANTOS, G. A. *A invenção do ser negro*. São Paulo-Rio de Janeiro: EDUC/PALLAS/ FAPESP, 2002.
- SEVERO, J. *Ecumenismo por Amor a Lula: a Aliança do Inferno*, 2006. Disponível em: <<http://juliosevero.blogspot.com/search?q=ecumenismo+por+amor+a+lula>>. Acesso em: 31 ago. 2021.
- SCHWARCZ, L. M. *Sob o Signo da Diferença: A Construção de Modelos Raciais no Contexto Brasileiro*. Niterói: EDUFF, 1995.
- TODOROV, T. *Nós e os Outros: a Reflexão Francesa sobre a Diversidade Humana*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1993.
- VIALLE, W. do L. *Candomblé de Ketu ou Alaketo*. 4. ed. Rio de Janeiro: Pallas, 1985.

DINÂMICAS DE POLICIAMENTO E PROPOSIÇÕES DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA: A CRIAÇÃO DA COMPANHIA INDEPENDENTE DE MOTOPATRULHAMENTO TÁTICO E SUA ATUAÇÃO EM MACAPÁ-AP

João Paulo Araújo dos Santos
Antonio Sabino da Silva Neto
José Caldeira Gemaque Neto

INTRODUÇÃO

O serviço policial militar é essencial para assegurar a ordem e a tranquilidade pública nos Estados democráticos. No entanto, alguns questionamentos devem ser feitos acerca da atuação policial militar para obtermos respostas com intuito de melhor entender o Policiamento no Brasil e, principalmente, do município de Macapá-AP, local desta pesquisa. Neste texto, se discute o papel da Polícia Militar do Amapá com foco na sua atividade-fim – o policiamento ostensivo fardado – em operações com uso tático de motocicletas (conforme prescrito no artigo 144, inciso V, da Constituição Federal Brasileira de 1988, e o artigo 83 da Constituição do Estado do Amapá). Analisou-se, também, se essa modalidade de policiamento e o desdobramento desse efetivo em campo atende às necessidades atuais da cidade de Macapá-AP de acordo com o seu desenvolvimento atual.

De início, este trabalho analisou como ocorreu o crescimento urbano de Macapá-AP. Neste processo, incluiu-se a gênese do 6º BPM, que foi criado para atender a área central e grande parte da área oeste de Macapá-AP, dividindo uma carga que anteriormente ficava a cargo do 1º e do 2º BPM. Posteriormente, buscou-se formular uma proposta de otimização do policiamento em Macapá-AP pelo processo de criação de uma Companhia Independente

de Policiamento Tático em Motocicletas, com material humano capacitado para reforçar o policiamento preventivo de crimes que, neste contexto, torna-se essencial devido à expansão urbana da capital, sobretudo quando consideram-se áreas de difícil acesso, como as áreas de ressaca. Paralelamente, este trabalho demonstra que a criação desta companhia poderia ser suplementar ao serviço prestado pelo Batalhão de Força Tática (BFT).

Houve, ainda, um diálogo sobre a compreensão racional da taxa de quantidade de policiais por habitantes, no intento de trazer um melhor entendimento deste fator que se mostrou não ser uma variável importante no momento de definir o desdobramento da tropa no policiamento da capital anteriormente (CARRERA NETO, 2013). Além disso, considerou-se outras variáveis como a densidade demográfica e suas características conforme estudo de Silva (2017), de tal forma que serviu de suporte para avaliar a área a ser policiada, o tipo de policiamento aplicado, tipos de crimes existentes mais comuns na região, bem como alguns aspectos da prevenção do crime através do design urbano.

Para tanto, apresentar-se-á um breve histórico de cada Batalhão de Área que atua na capital, evidenciando-se a diferença de atuação em níveis de resposta, desde o Batalhão de Área, passando pelo Batalhão de Força Tática e alcançando o último nível de resposta, que é realizado pelo Batalhão de Operações Especiais (BOPE), o qual atua de modo pontual e utilizando o serviço de inteligência para situações de alto risco.

Ademais, identificou-se a função de cada unidade do policiamento preventivo, os quais são: 1º) Batalhão de Área, que realiza o policiamento de proximidade; 2º) o Batalhão de Força Tática (BFT), simultaneamente com a Companhia Independente de Policiamento Tático em Motocicletas, que atuam na efetivação de saturação localizada em zonas com alto índice de violência ou o combate ao crime organizado setorial; e por último 3º) Batalhão de Operações Especiais (BOPE), cujo caráter é mais enérgico e contundente, com o auxílio do serviço de inteligência em atuações pontuais, permanecendo seu caráter preventivo.

TEORIAS DE ANÁLISE DO CRIME

O aspecto teórico abordado compreende à metodologia de distribuição do efetivo, levando em consideração o número de ocorrências de acordo com mapas temais produzidos pelo Centro Integrado Operacional de Defesa Social (CIODES), revelando que não se parte somente do princípio da taxa de quantidade de policiais por habitantes, mas de fatores como a prevenção do crime através do design urbano.

Estudos apresentados por Carrera Neto (2013) feitos pelo FBI *Uniform Crime Reporting (UCR)*, destacam que a taxa de policiais por população nos EUA é de 2,4 para cada 1000 habitantes. Na mesma linha de pesquisa, o autor aponta que a cidade de *Sterling Heights*, uma das menos violentas, contava com 1,24 policiais por 1000 habitantes; já a cidade de *Flint*, que é a mais violenta entre ambas, no estado de Michigan, tinha uma *ratio* de 1,21 policiais por 1000 habitantes.

A partir do estudo anterior, reflete-se que tal fator não pode ser observado de modo unívoco. Então, quais parâmetros são possíveis considerar como variável para definir a quantidade de policiais por habitantes? De fato, segundo Peter Bellmio (*apud* CARRERA NETO, 2013, p. 3), a quantidade de chamadas e atendimentos policiais é uma variável es-

sencial para a definição da taxa de policiais por número de habitantes, com a finalidade de atuação eficiente, com prevenção do crime.

Corroborando com o raciocínio anterior, Wilson e Weiss (2012, p. 45 *apud* CARRERA NETO, 2013, p. 3) confirmam que no Brasil, o número de policiais militares por habitantes é determinado de forma aleatória, sem nenhuma metodologia ou critérios definidos e aceitos para que seja definido o quantitativo do efetivo PM.

Ao considerar a influência da Organização das Nações Unidas (ONU), Carrera Neto (2013) dispõe que a entidade internacional, baseada em pesquisas nos seus Estados-membros, apenas afirma que, em média, são utilizados 300 policiais para cada 100 mil habitantes, contudo, a ONU não recomenda de modo concreto nenhum número de policiais por habitantes.

Outra questão fundamental é estudar a ação preventiva da Polícia Militar. De acordo com Bondaruk (2007, p. 34) a prevenção do crime é uma definição entre os limites do espaço público e privado, através da arquitetura ambiental, como forma de prevenção e do medo do crime.

Segundo princípios formulados por Colquhoun (2004), é inexistente uma teoria que defina e explique a natureza do crime, sendo esta variável, de acordo com as oportunidades do agente. A partir desse aspecto, o autor elencou três teorias criminológicas básicas relacionadas à oportunidade para o cometimento do crime:

- (1) *Teoria da Escolha Racional*: que prega que um delinquente em potencial, analisará as possibilidades do risco que corre antes de decidir cometer o crime. Considerará, assim, a chance de ser visto, facilidade de entrar e chances de escapar sem ser preso.
- (2) *Teoria das atividades rotineiras*: que apregoa que para que um delito ocorra, deve haver a somatória de três fatores: um agente motivado, um alvo vantajoso ou vítima e ausência de um guardião capaz. Para se prevenir o crime, segundo essa teoria, é necessário afastar um desses três fatores. Exemplos: um delinquente pode ser desmotivado melhorando-se o nível de vigilância ou tornando o acesso mais difícil. Um alvo pode se tornar menos atrativo para um delinquente ao se melhorar a sua segurança ou remover vias de fuga, entre outros.
- (3) *Teoria do espaço defensável*, destaca os diferentes níveis de aceitação do comportamento das pessoas em diferentes tipos de espaço. Segundo esta teoria proposta por Newman (1973), um delinquente normalmente não tem razão para estar num espaço privado ou semiprivado. Assim pode-se estabelecer medidas de controle social que reduzam o potencial de crimes e comportamentos anti-sociais distinguindo-se claramente espaços públicos de privados. (COLQUHOUN 2004, *apud* BONDARUK, 2007, grifo do autor)

Os estudiosos Felson e Clarke (*apud* BONDARUK, 2007, p. 57-58), também enumeram alguns princípios em que as oportunidades desempenham um papel na causa de todos os crimes, de tal forma que o delito pode ser prevenido pela redução da oportunidade, sendo que ao ser acentuada, essa redução acarreta benefícios para locais e horários próximos, pois aparentemente os *criminosos* tendem a supervalorizar o alcance das medidas de prevenção.

O paisagismo também é um fator a ser considerado quando seu papel na prevenção contra o crime é julgado. Conforme Bondaruk (2007, p. 91), quando não há elementos favo-

ráveis, a paisagem do local facilita a oportunidade de ocorrência de crimes. Para o estudioso, aspectos de desordem encorajam e facilitam as ações criminosas. Em Macapá-AP, existem as áreas de ressaca (áreas úmidas), as quais podem ser definidas como:

[...] uma expressão regional empregada para designar um ecossistema típico da zona costeira do Amapá. São áreas encaixadas em terrenos quaternários que se comportam como reservatórios naturais de água, caracterizando-se como um ecossistema complexo e distinto, sofrendo os efeitos da ação das marés, por meio da rede formada de canais e igarapés e do ciclo sazonal das chuvas (NÉRI, 2004 *apud* PORTILHO, 2010, p. 3).

Por serem locais de difícil acesso, a entrada do policial é dificultada, principalmente quando estão sendo utilizadas as viaturas de quatro rodas, em decorrência disso, faz-se necessário a guarnição de serviço desembarcar e realizar atividades de policiamento a pé ou por motocicletas.

Nesse contexto, observa-se a interferência de *criminosos* localizados no bairro do Congós, por exemplo, que colaboram para que a segurança pública não chegue ao local. Esse fato foi declarado por um dos moradores, o qual relatou que: “Os criminosos proibiram a construção de toda décima sexta passarela. Os moradores dizem que essa passarela funciona como rota de fuga e estando em bom estado facilita o policiamento” (SOUZA, 2018, p. 17).

Da análise do princípio do paisagismo, Bondaruk (2007) retrata em sua obra, a ideia de George Kelling, idealizador do Programa Tolerância Zero desenvolvido em Nova Iorque. Kelling e Colles (1996) afirmam que a degradação ambiental somado à sensação de impunidade, causa a desordem e, em seguida, a propagação de contravenções e pequenos delitos que encorajam os crimes de maior gravidade, num ciclo que se retroalimenta, ao passo que esses problemas locais não são levados em consideração.

PODER DE POLÍCIA E A POLÍCIA MILITAR DO AMAPÁ

Para iniciar o estudo acerca da atuação policial no município de Macapá-AP, convém demonstrar o sentido da palavra *Polícia*, pois é uma compreensão necessária para facilitar o entendimento sobre a missão que o legislador determinou às forças de segurança pública. Neste caso, com o enfoque na Polícia Militar, instituição responsável pelo policiamento ostensivo fardado.

O conceito de Poder de Polícia tem como argumento fundamental a supremacia geral da Administração Pública em relação aos administrados em benefício do interesse público ou social (GASPARINI, 2009, p. 127 *apud* SANTOS; SILVEIRA, 2015, p. 180). Contudo, encontra limites legais e proporcionais, buscando sempre o menor inconveniente por meio de ações balanceadas.

É definido no artigo 78 do Código Tributário Nacional, que provém todo desenrolar dos conceitos a seguir:

Art. 78. Considera-se poder de polícia atividade da administração pública que, limitando ou disciplinando direito, interesse ou liberdade, regula a prática de ato ou abstenção de fato, em razão de interesse público concernente à segurança, à higiene, à ordem, aos costumes, à disciplina da produção e do mercado, ao exercício de ativida-

des econômicas dependentes de concessão ou autorização do Poder Público, à tranquilidade pública ou ao respeito à propriedade e aos direitos individuais ou coletivos (BRASIL, 1966 *apud* SANTOS; SILVEIRA, 2015, p. 180).

Buscando-se correlacionar o conceito de Polícia Administrativa com o conceito de Polícia Militar no contexto da segurança pública no Estado brasileiro, é essencial trazer ensinamentos do Direito Administrativo, que tem o objetivo de regular os serviços e atividades públicas, ao mesmo tempo em que organiza sua estrutura e seu funcionamento em razão do exercício do poder de um agente público bem definido.

Assim sendo, tem-se que o Poder de Polícia é uma das funções da Administração Pública e, dessa forma, é bem definida por grandes doutrinadores como Hely Lopes Meirelles, que assevera:

Dentre os *poderes administrativos* figura, com especial destaque, o *poder de polícia administrativa*, que a Administração Pública exerce sobre todas as atividades e bens que afetam ou possam afetar a coletividade. Para esse policiamento há competências exclusivas e concorrentes das três esferas estatais, dada a descentralização político-administrativa decorrente do nosso sistema constitucional (MEIRELLES; BURLE FILHO, 2016, p. 151, grifo do autor).

Quanto aos termos preventivo e repressivo, pode-se extrair a distinção entre Polícia Administrativa e Polícia Judiciária, respectivamente, e ir além, nominando como polícia as Forças Públicas incumbidas de fiscalizar as leis e regulamentos, personificando em seus agentes públicos, a sua atuação.

A polícia pode ser *preventiva* ou *administrativa*, quando age *a priori*, antes que ocorram as perturbações, ou *judiciária*, quando age *a posteriori*, depois que o delito ocorreu, também se denominando, sem rigor técnico, de “repressiva”, ao invés de “auxiliar”, denominação mais correta. A *manutenção da ordem pública interna* é, primeiro, de competência do estado-membro, mediante a ação da Polícia Militar (CRETELLA JÚNIOR, 1985, p. 19, grifo do autor).

A partir das ideias de Valla (2011), o termo Militar é definido por uma organização que se destaca pelo uso de farda e segue princípios de hierarquia e disciplina, o dever profissional, a valorização da estética militar, o treinamento militar, entre outros.

A sujeição ao Código Penal Militar é uma condição *sine qua non* para identificar o agente como militar. O Artigo 22 do CPM define que: “É considerada militar, para efeito da aplicação deste Código, qualquer pessoa que, em tempo de paz ou de guerra, seja incorporada às forças armadas, para nelas servir em posto, graduação, ou sujeição à disciplina militar.”

Complementando esse raciocínio e sendo a CF/88 a lei maior, houve a incorporação das PM como militares conforme artigo 42: “Art. 42 Os membros das Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares, instituições organizadas com base na hierarquia e disciplina, são militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios”.

O vínculo entre a atuação preventiva da Polícia Militar e o Poder de Polícia administrativa é compreensível de tal modo que o Decreto nº 88777, de 30 de setembro de 1983, que regula as Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares (R-200), menciona em seu texto

alguns conceitos, dentre eles o de ordem pública que é o conjunto de regulamentos que norteiam as relações sociais, mantendo clima de harmonia (BRASIL, 1983).

Conforme o estudo do texto da Constituição Federal de 1988, é perceptível a existência da definição dos órgãos que fazem parte do Sistema de Segurança Pública, a esfera de atuação das Polícias Militares do Brasil como força auxiliar e reserva do Exército Brasileiro, e para qual as autoridades estão subordinadas:

Art. 144. A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos:

[...]

V - polícias militares e corpos de bombeiros militares.

[...]

§ 5º Às polícias militares cabem a polícia ostensiva e a preservação da ordem pública; aos corpos de bombeiros militares, além das atribuições definidas em lei, incumbe a execução de atividades de defesa civil.

§6º As polícias militares e corpos de bombeiros militares, forças auxiliares e reserva do Exército, subordinam-se, juntamente com as polícias civis, aos Governadores dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios (BRASIL, 1988).

Em comparação com a Constituição de 1967 houve uma diferença. Enquanto a referida Constituição utilizava o termo “manutenção da ordem pública” como atribuição das Polícias Militares, a CF/88 trouxe uma ampliação da atuação Policial Militar no momento que adotou a preservação da ordem pública e a polícia ostensiva como um maior alcance da atuação das Polícias Militares. Para exemplificar, a antiga Constituição de 1967 expõe em seu escopo:

Art 13 - Os Estados se organizam e se regem pelas Constituições e pelas leis que adotarem, respeitados, dentre outros princípios estabelecidos nesta Constituição, os seguintes:

[...]

§ 4º - As polícias militares, instituídas para a manutenção da ordem e segurança interna nos Estados, nos Territórios e no Distrito Federal, e os corpos de bombeiros militares são considerados forças auxiliares, reserva do Exército (BRASIL, 1967).

Segundo Teza (2011 *apud* SANTOS; SILVEIRA, 2015, p. 176), “A citada alteração no texto constitucional acabou por ampliar o poder das Polícias Militares, surgindo as inauguradoras nomenclaturas ‘polícia ostensiva’ e ‘preservação da ordem pública’”. No entanto, deve-se considerar a importância de realçar que a presença do PM “[...] no policiamento ostensivo significa a ‘militarização’ da segurança pública” (VALLA, 2011, p. 2).

Na constituição amapaense, encontra-se que a atribuição de função à Polícia Militar foi definida no Capítulo III, no artigo 83, no qual se lê: À Polícia Militar incumbe, além de outras atribuições que a lei estabelecer, o policiamento ostensivo fardado e preservação da ordem pública (AMAPÁ, 2018).

No contexto amapaense, tem-se a Lei Complementar nº 085, de 07 de abril de 2014, que trata especificamente sobre a Organização Básica da PMAP, sua estrutura, hierarquia e organização. Dispõe dos órgãos de Direção Geral, no qual concentram-se o Estado Maior

Geral (EMG), as Diretorias, Os Órgãos de Apoio – que englobam o Centro de Saúde da PMAP – e por fim os Órgãos de Execução, que concentram as Unidades Operacionais (Batalhões da PMAP).

Observa-se, portanto, que entre o poder de polícia administrativa e a atuação da Polícia Militar, existe uma conexão na qual a Ordem Pública é a variável imprescindível para se compreender a missão constitucional da PM, que efetua a repressão ao crime e abrange a prevenção de delitos visando à segurança da sociedade, buscando evitar a quebra da situação de normalidade com intervenções que objetivam desestimular qualquer ato atentatório à condição de tranquilidade.

DISTRIBUIÇÃO E DIAGNÓSTICO OPERACIONAL DA PMAP EM MACAPÁ-AP

Com o crescimento do município de Macapá-AP, a PMAP também passou por modificações ao longo desse processo, que foi de certo modo, levado a se modificar para prestar um serviço otimizado e de qualidade para a sociedade.

Mapa 1 - Divisão inicial das áreas do 1º e 2º BPM



Fonte: Diretoria de Operações PMAP (2019)

De acordo com o Decreto nº 0079, de 31 de maio de 1991, publicado no Diário Oficial do Estado de (D.O.E.) nº 102, de 03 junho de 1991, foi criado na Polícia Militar do Amapá o 1º Batalhão de Polícia Militar (1º BPM), ao qual incumbiu a área de responsabilidade que compreendia à Zona Sul da área urbana de Macapá-AP, tendo como limite ao Norte, a Av. Padre Júlio Maria Lombaerd e ao Sul, até o Horto Florestal (AMAPÁ, 1991).

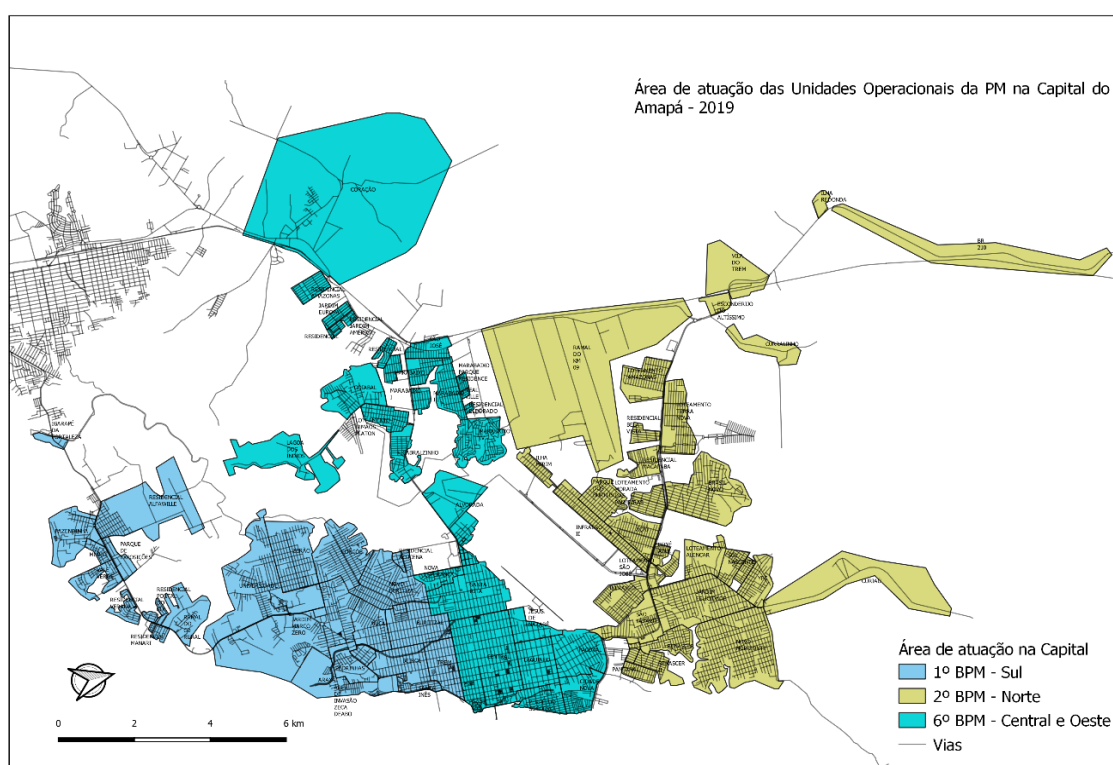
Na mesma data, com o Decreto n.º 080, publicado no Diário Oficial do Estado em 03 junho de 1991, foi criado na PMAP o 2º Batalhão de Polícia Militar (2º BPM), para efetuar o Policiamento Ostensivo Fardado nas diversas modalidades na área de sua responsabilidade que

compreendia à Zona Norte da área urbana de Macapá-AP, tendo como limite ao Sul, a Av. Padre Júlio Maria Lombaerd e ao Norte a Vila do Curiaú, conforme mapa 1 (AMAPÁ, 1991).

Posteriormente, houve a criação do 5º Batalhão Policial Militar (5º BPM - BOPE), através do Decreto nº 6803, de 06 de dezembro de 2002, e publicado no DOE nº 2927, de 09 dezembro 2002, sendo responsável pela execução do policiamento que necessita de tropa especializada, com nível de cobertura estadual (AMAPÁ, 2002).

No ano de 2004, foi criado o 6º Batalhão Policial Militar (6º BPM), pelo Decreto nº 2384, de 20 de agosto de 2004, e através da portaria nº 001/2012 – DOP, sua área abrange a parte Central de Macapá-AP, ficando como limite ao Norte, até a Ponte Sérgio Arruda, à Leste, o Rio Amazonas ao Oeste e Sudoeste, da Rodovia Duque de Caxias até o Distrito do Coração, conforme o mapa 2 (AMAPÁ, 2004).

Mapa 2 – Divisão atual das áreas do 1º, 2º e 6º BPM



Fonte: Diretoria de Operações PMAP (2019)

A criação e consolidação do BFT passou por várias fases. Através da Lei complementar nº 052, de 02 de outubro de 2008, foi criada a Companhia Independente de Rádio Patrulha Motorizado (CRPM). Em seguida, foi elevada ao status de Batalhão através da Lei complementar nº 063, de 06 de abril de 2010, como 10º BPM e, finalmente, através da Portaria nº 076/2017 do Comando Geral, passou a ser denominado Batalhão de Força Tática, com a tarefa de realizar patrulhamento tático como primeira resposta frente às situações de crise.

Para contextualizar a distribuição da PMAP em Macapá-AP referente aos níveis de crises, é válido ressaltar o estudo feito por Salignac (2011, p. 21), o qual trouxe a definição do termo crise pela Academia Nacional do FBI, como “[...] um evento ou situação crucial, que exige uma resposta especial da Polícia, a fim de assegurar uma solução aceitável”. De fato, pode-se inferir que as responsabilidades inerentes frente a uma situação de crise é de res-

ponsabilidade primordial da polícia, com vistas a uma solução aceitável que nem sempre será a solução ideal.

Como sobredito, a atuação da PMAP é feita de acordo com o grau das ocorrências. Inicialmente, tem-se o policiamento de proximidade, realizado pelos batalhões de área, depois surge o grau de nível 1 que é considerado de alto risco e quem atua nesta situação é o BFT e, em alguns casos, o próprio Batalhão de Área; a partir do nível 2 até o nível 4, a atuação é exclusivamente feita pelo BOPE, pelo fato de que as respostas a esses níveis requerem recursos especializados, a exemplo de ocorrências envolvendo reféns (SALIGNAC, 2011, p. 29-30).

A URBANIZAÇÃO MACAPAENSE E DIMENSIONAMENTO DO SERVIÇO POLICIAL MILITAR NA CAPITAL DO AMAPÁ

PROCESSO HISTÓRICO DE URBANIZAÇÃO DE MACAPÁ-AP

Macapá, a capital do Amapá, é onde está localizada a centralização dos serviços públicos e privados do Estado. Deste modo, é na referida cidade que a taxa demográfica desponta como maior em comparação a de outros municípios amapaenses. A evolução do seu processo de urbanização foi resultado de projetos econômicos ligados ao extrativismo, e principalmente à exploração mineral. Silva (2017), em sua pesquisa, destaca que foi devido à política de ocupação da Amazônia, após o estado do Amapá ser elevado à categoria de Território Federal, que este movimento se intensificou.

Dados do IBGE demonstram que Macapá-AP apresentou uma taxa de aumento demográfico de pouco mais que 135%, de 1990 a 2010, como assevera o IBGE (*apud* SILVA 2017, p. 430), em seu estudo, notou-se que uma das razões que ocasionou esse crescimento foi, em primeiro lugar, a migração de regiões que circundam o município de Macapá-AP.

Segundo Silva (2017), o IBGE tem documentado que a maioria dos migrantes são provenientes da região Norte, em particular de regiões que envolvem o Amapá. Além disso, as estatísticas demonstram que o crescimento populacional entre 1990 e 2010, favoreceu a concentração urbana e uma expressiva diminuição da população rural, como ilustrado na tabela 2.

Tabela 2 - Evolução da População Rural de Macapá-AP 1980 a 2010

Período	População Total	População Urbana	População Rural	% População Rural
1.980	137.451	93.132	44.319	32,24
1.991	153.572	132.668	20.904	13,61
2.000	283.308	270.628	12.680	4,47
2.010	398.204	381.214	16.990	4,26

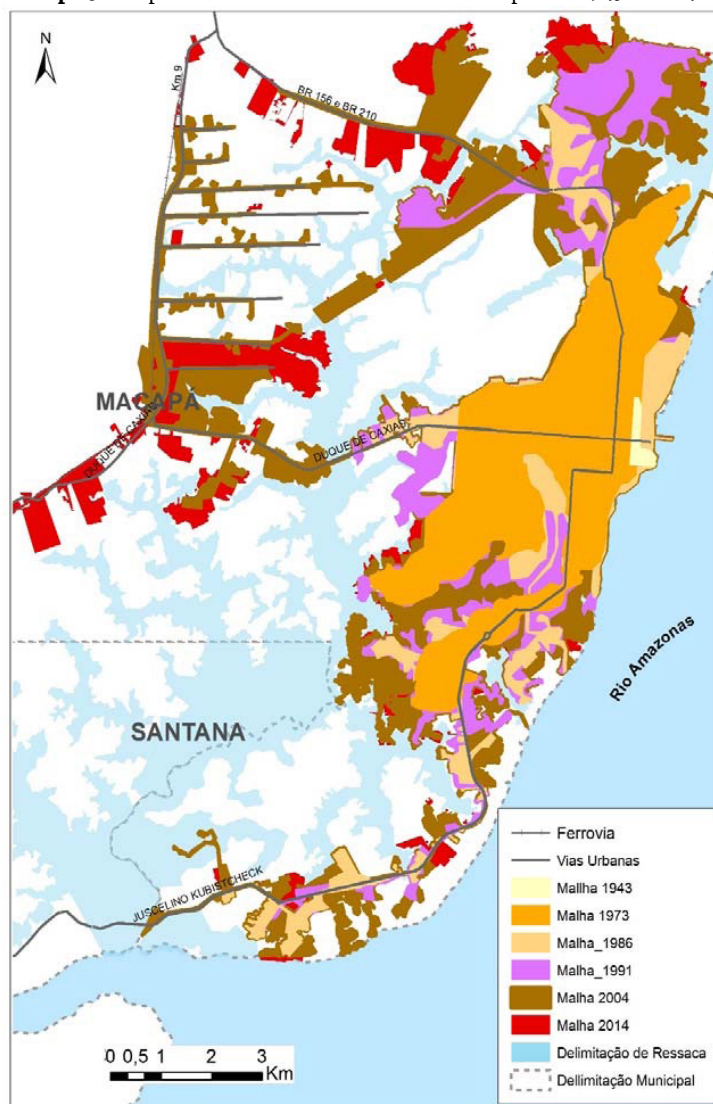
Fonte: Silva (2017) (*apud* CENSOS IBGE, 1980, 1991, 2000 e 2010).

O espaço urbano macapaense compreendido no período do início da década de 90 até o ano de 2010, foi modificado significativamente (SILVA, 2017). Até a metade da década de 90, a distribuição de terras ocorria pelo modo de distribuição gratuita, de modo que o mercado de terrenos era pouco desenvolvido e o preço da terra era baixo, existindo pouca especulação imobiliária.

Contudo, este contexto mudou. Atualmente, Macapá-AP possui 57 bairros, sendo que apenas 27 são reconhecidos oficialmente pela prefeitura e os outros 30 não têm reconhecimento legal; mesmo assim possuem ocupação definitiva. Um aspecto a ser considerado nesta urbanização, é o aumento da desigualdade socioespacial, que abrange áreas de ressaca com habitações no estilo palafitas, ocasionando o processo de favelização como característica dessa diferença ao longo da expansão urbana (SILVA, 2017, p. 432).

Conforme o mapa 3, observa-se que o crescimento urbano macapaense tomou dimensões desmedidas, especificamente, no período de 1973 a 2004 que evidencia o aumento do espaço urbano no sentido sul e norte do município; e a partir de 2011 ocorreu a expansão no sentido oeste (SILVA 2017, p. 430).

Mapa 3 - Expansão da malha urbana de Macapá-AP 1943 a 2014.



Fonte: Org.: Silva (2017). Elab.: Watanabe (2017). Arcgis 10.0.

É explícito que Macapá-AP cresceu de forma desordenada, conforme estudos de Takiyama (*apud* Silva 2017, p. 433), o qual apurou que a maioria absoluta das áreas de ressaca que são ocupadas na referida cidade desempenham papel de moradia correspondente a 93% das áreas ocupadas. O censo demográfico de 2010 do IBGE (*apud* Silva 2017, p. 433) aponta que neste ano, existiam em Macapá-AP, quase 14 mil domicílios em áreas de ressaca, majoritariamente, cerca de 11 mil tinham renda familiar abaixo de um salário mínimo, confirmando assim a carência financeira dessa população.

Para mais, nota-se que desde o princípio, a falta de gestão de governo, a alienação e a falta de inclusão de políticas urbanas locais transformaram Macapá-AP em uma cidade de ambiente urbano profundamente frágil, desprovida de práticas concretas voltadas ao aperfeiçoamento que poderá desenvolver a cidade de modo eficiente e eficaz, buscando seu lugar de destaque no estado brasileiro.

PROCESSO HISTÓRICO E ATUAL DESDOBRAMENTO DO POLICIAMENTO NA CAPITAL

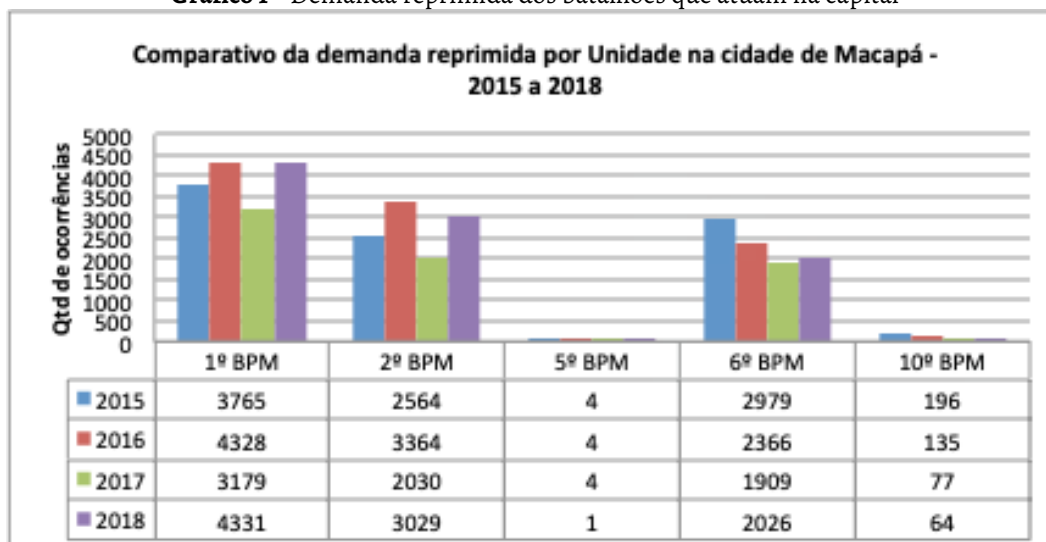
Apesar das referências históricas da PMAP carecerem de documentação, foi possível analisar documentos oficiais do Estado e da PMAP, corroborados pelo trabalho de Lima e Pereira (2014), intitulado *Territórios, sujeitos e força policial: pontos sobre a história da Polícia Militar do Amapá*, o qual dispõe da temporalidade percorrida pela PMAP desde seu embrião: a Guarda Territorial, criada em 1944, de caráter civil junto com órgão de segurança pública.

Lima e Pereira (2014, p. 19) afirmam que a Polícia Militar do Território Federal do Amapá foi criada pela Lei n.º 6.270, de 26 de novembro de 1975, pelo então Presidente da República Ernesto Geisel, com a função de promover a manutenção da ordem pública, baseada nos preceitos de disciplina e hierarquia.

Presentemente, a PMAP conta com quatorze batalhões, dos quais seis participam do policiamento da capital. Os batalhões de área, denominados de 1º, 2º e 6º BPM, atuam oferecendo resposta primária aos conflitos que surgem no cotidiano das comunidades.

Como ilustração no gráfico 1, apresentam-se dados do CIODES compilado pela DOP/PMAP, evidenciando-se a alta demanda reprimida que está relacionada ao atendimento incompleto das ocorrências pelos batalhões de área, dado que essa incompletude é causada por diversos motivos, por exemplo, a grande quantidade de roubos utilizando motocicletas em áreas de difícil acesso por viaturas de quatro rodas, as quais quando chegam ao local o infrator já se evadiu.

Gráfico 1 – Demanda reprimida dos batalhões que atuam na capital



Fonte: CIODES e DOP/PMAP

O BFT é responsável pelo policiamento tático motorizado em quatro rodas, sendo um importante ator no cenário atual no combate ao crime organizado, saturação em pontos de alta incidência criminal. Conforme SANTOS (2000, p. 7) no Artigo 6º é definido:

1. AÇÃO TÁTICA - Ação de caráter mais enérgico e especializado, com efetivo com treinamento específico, onde o policiamento comunitário não for suficiente.
2. FORÇA TÁTICA - É assim denominada a fração da Força de patrulha de Área (F Ptr A) destinada às ações táticas de polícia ostensiva como prevenção setorizada, repressão ao crime organizado, atuação em pontos de alta incidência criminal, ocorrências de vulto, controle de tumultos, etc. Possui base territorial ampla (Btl).

De acordo com o documento da SENASP (2010), no que diz respeito ao uso de motocicletas no policiamento e considerando as características de Macapá-AP, concluiu-se que a capital segue a tendência nacional relacionada aos crimes que envolvem motos, e as dificuldades encontradas pela PM em dar uma resposta eficiente e eficaz é corroborada conforme a tabela 2.

Tabela 2 - Solicitações de chamadas envolvendo motocicletas, exceto acidentes

OCORRÊNCIAS DE ROUBO	2016	2017	2018
HISTÓRICOS DE ROUBOS ANALISADOS EM MACAPÁ-AP	7882	6621	6850
ROUBOS EM MACAPÁ-AP QUE UTILIZARAM MOTOS	676	1325	1712
(%)	8.58%	20.01%	24.99%

Fonte: Dados DOP e CIODES (2019).

Alguns pontos elencados no mapa 4 são locais onde seria fundamental o desempenho do serviço de Motopatrulhamento Tático, especialmente, aqueles que se constituem de áreas de ressaca irregularmente ocupadas.

O mapa 4 ilustra as áreas que utilizam pontes para circulação de pedestres, resultando em um encurtamento de caminho entre duas áreas contíguas. Essas ilustrações são imprescindíveis quando chega o momento de fazer um cerco ao infrator, até mesmo no policiamento preventivo, utilizando o fator surpresa para evitar a ação do criminoso, por exemplo,

temos a divisa do bairro Pacoval com o bairro São Lázaro, conhecido como *Bueirinho* (mapa 4.1); áreas de ponte da Cidade Nova na divisa com o bairro do Pacoval (mapa 4.2); Zona Oeste (final da Avenida FAB) com a Zona Norte (área da Infraero) (mapa 4.3) e divisas do Muca e Novo Buritizal (mapa 4.4) na Zona Sul.

Mapa 4 - Ilustração das vias de acesso para veículos de 4 e duas rodas



Fonte: Google MAPS.

O BOPE é responsável pela atuação em ocorrências de alta complexidade em todo o estado do Amapá, sendo considerado um batalhão especializado em várias modalidades de policiamento: gerenciamento de crises, ocorrências com tomada de reféns e grandes assaltos à mão armada. Tais ocorrências são classificadas de alta complexidade por Santos (2009 *apud* TEIXEIRA et al, p. 254), ao descrever que:

[...] ocorrências de alta complexidade são aquelas que fogem ao cotidiano e normalidade do policiamento ordinário, bem como da capacidade de controle e previsão. São ocorrências que superam a capacidade de reação da tropa empregada rotineiramente por exigirem, para sua solução, um preparo técnico diferente daquele utilizado no policiamento ostensivo geral. São situações de crise que se não forem eficazmente controladas, podem gerar danos muito maiores à sociedade como um todo.

É conveniente salientar que a atuação do BOPE conta com um serviço de inteligência policial de informações, uma ferramenta fundamental no processo decisório e cujo emprego é de extrema importância antes de qualquer tomada de decisão mediante uma ocorrência de alta complexidade, dessa forma não há como se confundir com a ação de Policiamento Tático realizado pelo BFT e pela nova Unidade de Policiamento Tático em Motocicletas.

METODOLOGIA

Uma das metodologias empregadas baseou-se em pesquisas bibliográficas especializadas no tema, *sites da internet*, utilização de entrevista com o Comandante Geral da PMAP e, por fim, empregou-se o método hipotético-dedutivo, que consiste na construção de teses

baseadas em hipóteses consideradas verdadeiras durante a revisão bibliográfica (LAKATOS; MARCONI, 2010).

A entrevista com o Comandante Geral da PMAP foi uma prática necessária, uma vez que ele exerceu o comando direto de duas unidades operacionais (BOPE e BFT), o qual expressou sua opinião quando levantou-se a questão da criação de uma nova unidade tática, com o uso exclusivo de motocicletas, apontando as facilidades e as dificuldades que surgiram durante suas experiências, além de colher sua opinião sobre a atual conjuntura da Segurança Pública no Amapá.

Na análise de dados estatísticos cedidos pela DOP/PMAP e CIODES, a metodologia aplicada utilizou a estatística descritiva, que consistiu na organização e representação dos dados, a partir dos quais demonstrou-se necessária a criação de uma Unidade PM que utilize veículo de duas rodas, com conduta de doutrina de policiamento tático para o apoio às unidades de área.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao final da análise dos dados, concluiu-se que mesmo com o BFT ativo, é importante existir uma Unidade PM que atenda, de forma eficiente e rápida, às ocorrências onde o acesso seja dificultado por terreno irregular ou por ações de criminosos utilizando motos. Neste ponto, ressalta-se a exposição da importância da Criação da Unidade PM de Motopatrulhamento Tático, considerando a revisão bibliográfica, a entrevista do Comandante Geral da Polícia Militar do Estado do Amapá (PMAP) e análise de dados do Centro Integrado em Defesa Social (CIODES) compilados pela Diretoria de Operações (DOP) da PMAP. Após análise dos dados fornecidos pelo CIODES e pela DOP/PMAP, busca-se exprimir o termo *demandas reprimidas* à luz da ciência estatística.

Demandas Reprimidas é quando uma determinada solicitação (demanda) da população não é atendida totalmente (reprimida). No caso do atendimento de ocorrências pela PMAP, essa demanda reprimida ocorre principalmente pela falta de viaturas, ou quando não há meios disponíveis ao devido atendimento em áreas de difícil acesso, ou quando é necessário rapidez para o êxito.

Em relação aos outros batalhões, BOPE (especializado) e o 10º BPM (tático), observa-se que há uma pequena demanda reprimida, mas a causa desse fato é que em alguns casos, o acesso a alguns locais não é possível por vias ordinárias, isto é observado em áreas de resaca, as chamadas pontes, o que por sua vez ocasiona na evasão do delinquente do local de crime antes da chegada policial.

No caso dos Batalhões de Área, a demanda reprimida é maior, porque a maioria das ocorrências solicitadas via 190 são designadas aos batalhões de áreas, e a consequência disso é o não atendimento da demanda em sua totalidade, logo, é nesse aspecto que o uso de unidades táticas torna-se essencial para o policiamento de saturação local. Portanto, é possível inferir que com o atendimento tático com motocicletas, orientado à saturação dessas áreas, haveria uma diminuição na demanda reprimida dos batalhões de área, devido à versatilidade que esses meios de transporte possuem.

Para reforçar essa ideia, buscou-se a opinião profissional de um oficial da Polícia Militar, que atuou anteriormente como comandante do Batalhão de Força Tática e do Batalhão de Operações Especiais, e, hodiernamente, é Comandante Geral da PMAP, o Coronel Paulo Matias.

Durante a entrevista, foi problematizado que uma das maiores dificuldades encontradas para a redução das demandas reprimidas em áreas de difícil acesso, bem como a captura de infratores que utilizam motocicletas como suporte de fuga em seus crimes, é a falta de um policiamento de ações táticas em veículos rápidos feitos com motocicletas, deste modo, tornando-se plausível que uma unidade especializada em ações táticas com motocicletas seria um meio de fortuna para a prevenção do crime organizado em setores específicos de difícil acesso, além de uma atuação mais enérgica e eficaz contra criminosos que utilizam motocicletas em suas investidas.

Outro estudo que comprova a eficiência da supramencionada modalidade de policiamento, foi feito pela Secretaria Nacional de Segurança Pública durante o III Fórum Nacional dos Gabinetes de Gestão Integrada, que gerou o relatório final da Doutrina Nacional de Policiamento com Motocicletas. No relatório, encontram-se como justificativas, a grande quantidade de participação de motociclistas em crimes, é citado como exemplo, que em São Paulo 15 mil (61,5%) dos casos de crimes contra o patrimônio foram feitos com a participação direta de motociclistas. Mais um caso notável refere-se ao estado do Rio de Janeiro, onde na região de Alcântara, 80% dos homicídios foram praticados por indivíduos utilizando motos (SENASP, 2010, p. 5).

Outra justificativa que sustenta essa modalidade, é o crescente número de veículos que trafegam nas vias das cidades. Um levantamento feito pelo DENATRAN comprova que de 1995 até 2009, houve um aumento de 123% na frota nacional de veículos, isso traz como consequências a asfixia e a compressão das vias, as quais dificultam a mobilidade nas regiões metropolitanas, oportunizando a utilização de motos para o cometimento de crimes e a certeza da fuga, com a cooperação de um cúmplice na garupa (SENASP, 2010, p. 5-6).

Fazendo-se um paralelo com o estudo levantado pela SENASP na cidade de Macapá-AP, são notáveis as características de grandes metrópoles, como estrangulamentos no trânsito diário, os quais dificultam o deslocamento das viaturas, principalmente, nos horários de fim de tarde, tais como, a ligação do centro da cidade com a Zona Norte e do centro da capital com a Zona Oeste, além de caminhos que não são acessíveis por automóvel de quatro rodas, porém, de fácil acesso com veículo de duas rodas, por exemplo, uma via de acesso no final da Avenida FAB que liga até a Rodovia Norte-Sul.

A SENASP (2010), depois de analisar a conjuntura criminal, desenvolveu ações que buscam incentivar o uso de motocicletas pelas PM do Brasil; e evidencia que o uso de viaturas de quatro rodas são impraticáveis, afirmando que motocicletas podem suprir essa necessidade com muita eficiência. Com isso, essa nova Unidade Tática de Motocicletas exerceria seu papel com o aumento das ações de prevenção setorizada e com intensificação e saturação localizada de policiamento preventivo, quando os meios de atuação das unidades de área já seriam insuficientes e, também, fariam operações de repressão ao crime organizado, pri-

meira resposta em eventos de grande vulto, como controle de tumultos e ações para restauração da ordem pública de maior envergadura.

Portanto, é perceptível como ficaria otimizado e rápido o atendimento feito por parte da Companhia Independente de Motopatrulhamento Tático em alguns desses locais, quando considera-se a dificuldade de atendimento da ocorrência por guarnições em automóveis de quatro rodas, os quais são praticamente inviáveis, dado que demandam um tempo maior para fazer algum cerco durante o atendimento de alguma ocorrência, em que o elemento tempo e o elemento surpresa são fundamentais para o êxito da defesa do cidadão, fato este que é totalmente contornável com o emprego de motocicletas.

De um modo geral, outro fator importante seria a facilidade de manutenção das motocicletas, que de acordo com dados da Diretoria de Logística da PMAP, seria mais conveniente que os carros, isso também se aplica quando o fator é consumo de combustível, mas no momento a PMAP não tem estudos concretos sobre isso.

Em suma, a Companhia de Motopatrulhamento Tático somaria suas ações com as ações dos Batalhões de Áreas, executando o recobrimento de pontos específicos de Macapá-AP, o qual seria feito por policiais treinados em ações táticas com motocicletas de maior cilindrada e de grande porte, para garantir o poder de impacto, mobilidade e robustez, características essenciais das unidades que utilizam ações táticas.

REFERÊNCIAS

- AMAPÁ. *Constituição do Estado do Amapá*. 1991 Disponível em: <http://www.al.ap.gov.br/constituicao_estadual_amapa.pdf>. Acesso em: 10 maio 2019.
- AMAPÁ. *Decreto n.º 079 de 31 de maio de 1991*. Cria na Polícia Militar do Amapá o 1º Batalhão de Polícia Militar (1º BPM) e dá outras providências.
- AMAPÁ. *Decreto n.º 080 de 31 de maio de 1991*. Cria na Polícia Militar do Amapá o 2º Batalhão de Polícia Militar (2º BPM) e dá outras providências.
- AMAPÁ. *Decreto n.º 6803 de 06 de dezembro de 2002*. Cria na Polícia Militar do Amapá o 5º Batalhão de Polícia Militar (5º BPM) e dá outras providências.
- AMAPÁ. *Decreto n.º 2384 de 20 de agosto de 2004*. Cria na Polícia Militar do Amapá o 6º Batalhão de Polícia Militar (6º BPM) e dá outras providências.
- BONDARUK, R. L. *A Prevenção do crime através do desenho urbano*. 1. ed. Curitiba, 2007.
- BRASIL. *Constituição Brasileira de 1967*. 1967. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao67.htm>. Acesso em: 12 maio 2019.
- BRASIL. *Constituição de República Federativa do Brasil*. 1988 Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 12 maio 2019.
- CARRERA NETO, S. *Quantidade de policiais por número de habitantes*. Artigo de Opinião. Disponível em: <<https://academiadux.files.wordpress.com/2013/10/quantidade-de-policiais-por-nc3bamero-de-habitantes.pdf>>. Acesso em: 14 maio 2019.
- CRETELLA JÚNIOR, J. Polícia e Poder de Polícia. *Revista Direito Administrativo*, v. 162. Rio de Janeiro, out./dez. 1985, p. 10-34. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rda/article/viewFile/44771/43467>>. Acesso em: 09 maio 2019.
- LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. de. *Fundamentos de metodologia científica*. 5. ed. São Paulo. Atlas 2003.
- LIMA, F. L. da S. de; PEREIRA, L. da C. *Territórios, sujeitos e força policial: pontos sobre a história da Polícia Militar do Amapá (1973 - 1977)*. Belém: IESP, 2014.
- MEIRELLES, H. L.; BURLE FILHO, J. E. *Direito administrativo Brasileiro*. 42. ed. São Paulo: Malheiros, 2016.

- PORTILHO, I. dos S. Áreas de ressaca e a dinâmica urbana em Macapá/AP. Tema 4 - Riscos naturais e a sustentabilidade dos territórios. VI Seminário Latino-Americano de Geografia Física e II Seminário Ibero-Americano de Geografia Física. Riscos naturais e a sustentabilidade dos territórios. Coimbra: Universidade de Coimbra, maio de 2010. Disponível em: <<http://www.uc.pt/fluc/cegot/VISLAGF/actas/tema4/ivone>>. Acesso em: 16 jun. 2018.
- SALIGNAC, A. O. *Negociação em crises: atuação policial na busca da solução para eventos críticos*. 1. ed. São Paulo, 2011.
- SANTOS, E. A. dos. *Manual de Força Tática*. Polícia Militar do Estado de São Paulo, 19º Batalhão de Polícia Militar Metropolitana. São Paulo, 2000.
- SANTOS, G. F. dos; SILVEIRA, M. Â. da. Poder de Polícia Administrativa como instrumento de prevenção ao crime. *Revista Ordem Pública e Defesa Social*, v. 8, n. 2, jul./dez. 2015, p. 171-189. Disponível em: <<https://rop.emnuvens.com.br/rop/article/download/138/132>>. Acesso em: 25 maio 2019.
- SENASP. **III Fórum Nacional dos Gabinetes de Gestão Integrada**. GT IV – *Doutrina Nacional de Policiamento com Motocicletas*. Relatório final. Belém - PA, 2010. Disponível em: <<https://pt.slideshare.net/sandrojosy/doutrina-motopatrulhamento-giro-14176745>>. Acesso em: 22 jun. 2019.
- SOUZA, L. R. de. Ocupação informal em palafitas: cartografar controvérsias em torno da construção de passarelas de madeira. V *enanparq*. Núcleo de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo pela UFMG. Salvador, 2018. Disponível em: <https://www.academia.edu/37696968/OCUPA%C3%87%C3%83O_INFORMAL_EM_PALAFITAS_CARTOGRAFAR_CONTROV%C3%89RSIAS_EM_TORNO_DA_CONSTRU%C3%87%C3%83O_DE_PASSARELAS_DE_MADEIRA>. Acesso em: 16 jun. 2019.
- TEIXEIRA, D. L. et al. *O líder em ocorrências de alta complexidade: estudo aplicado ao Grupamento de Ações Táticas - GATE*. Revista O Saber, Belo Horizonte. 2017. Disponível em: <<https://revista.policiamilitar.mg.gov.br/index.php/osaber/article/view/283>>. Acesso em: 11 jun. 2019.
- VALLA, W. O. *O Caráter Militar das Polícia Militares*. 2011. Disponível em: <<https://docplayer.com.br/18271285-O-carater-militar-das-policias-militares.html>>. Acesso em: 08 jun. 2019.

SOBRE OS AUTORES

Mario Teixeira de Mendonça Neto: Doutor em Ciências Jurídicas e Sociais (UMSA), Doutorando em Turismo, Professor da Universidade Federal do Amapá, Coordenador do Programa de Mediação Universitária (NUMED), Consultor do Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos (NUPEMEC-TJAP). E-mail: mariomacneto@gmail.com

Sueli Pereira Pini: Desembargadora do Tribunal de Justiça do Amapá (TJAP), Presidente do Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos (NUPEMEC-TJAP), Diretora da Escola Judicial do Amapá. E-mail: suelipini@hotmail.com

Marucia Monteiro de Mendonça Mol Pimentel: Psicóloga, Mestre em Gestão da Saúde, Pós-Graduada em Mediação, Conciliação e Arbitragem, Coordenadora de Projetos Sociais de Conversa e Escuta Psicológica do Instituto Mediar de Desenvolvimento Humano. E-mail: carlosmmol@gmail.com

Daguinete Maria Chaves Brito: Graduada em Geografia (Licenciatura e Bacharelado) e em Ciências Econômicas - Universidade Federal do Pará e Bacharel em Direito, pela Faculdade de Macapá. Mestre em Desenvolvimento Sustentável - Universidade de Brasília e Doutora em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Pará. Professora Associada da Universidade Federal do Amapá (UNIFAP), atua nos cursos de graduação em Geografia (Licenciatura e Bacharelado) e Pós-Graduação em Geografia e Ciências Ambientais.

Maiara Alencar dos Santos: Graduanda em Geografia (Bacharelado) - Universidade Federal do Amapá (UNIFAP) e Bolsista de Iniciação Científica (CNPq).

Rita de Cássia Silva Rodrigues: Graduanda em Geografia (Bacharelado) - Universidade Federal do Amapá (UNIFAP).

Alexandre Gomes Galindo: Bacharel e Mestre em Administração, Doutor em Sociologia. Docente do Curso de Administração da Universidade Federal do Amapá (UNIFAP). Coordenador do Núcleo de Estratégia, Gestão e Estudos Organizacionais (NEGEO/UNIFAP).

Linara Oeiras Assunção: Professora Adjunta do Curso de Direito da Universidade Federal do Amapá (UNIFAP). Chefe do Núcleo de Prática Jurídica e Coordenadora da Clínica

de Direitos Humanos da UNIFAP. Doutora em Direito pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Mestre em Direito Ambiental e Políticas Públicas pela Universidade Federal do Amapá (UNIFAP). Líder do grupo de pesquisa “Caleidoscópio Tucuju do Direito”. E-mail: lioeiras@hotmail.com

Myrela Beatriz Santos: Pinheiro Assessora Jurídica no escritório Wagner Advogados Associados. Bacharel em Direito pela Universidade Federal do Amapá (UNIFAP). Pesquisadora no grupo de pesquisa “Caleidoscópio Tucuju do Direito”. E-mail: myrelapinho7@gmail.com

Alan Bena Aguiar Júnior: Mestre em Desenvolvimento Regional pela Universidade Federal do Amapá (2019), e bacharel em Secretariado Executivo (2009), ocupa o cargo de Secretário Executivo na UNIFAP desde 2011 e atualmente é coordenador do curso de Tecnologia em Secretariado.

José Alberto Tostes: Professor Titular da Universidade Federal do Amapá. Estágio de Pós Doutorado em Estudos Urbanos Regionais da Universidade de Coimbra e Salamanca na Espanha (2011), e em Arquitetura pela Universidade do Porto (2012). Professor do Curso de Mestrado em Desenvolvimento Regional na área de Planejamento Urbano Regional desde a criação no ano de 2006.

Tiago Luedy: Professor Efetivo em regime de Dedicção Exclusiva do curso de Relações Internacionais da Universidade Federal do Amapá (UNIFAP). Bacharel em Relações Internacionais pelo Centro Universitário da Bahia. Especialista em Relações Internacionais pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Mestre em Desenvolvimento Regional pela Universidade Federal do Amapá (UNIFAP). Atualmente é Doutorando em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido pelo Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da Universidade Federal do Pará (NAEA/UFPA). E-mail: drluedy@hotmail.com

Danilo Sorato: Professor de História na educação básica. Bacharel em Relações Internacionais (UNIFAP). Mestre em Ensino de História (UNIFAP). Atualmente é Doutorando em Estudos Estratégicos (UFF). E-mail: danilosorato@hotmail.com

David Junior de Souza Silva: Professor Permanente do Mestrado Profissional em Ensino de História da Universidade Federal do Amapá - PROFHISTÓRIA/UNIFAP. Professor Adjunto do Bacharelado em Ciências Sociais e da Licenciatura em Sociologia da Universidade Federal do Amapá. Editor Gerente da Revista PRACS - Revista de Ciências Sociais da UNIFAP. Coordenador do Núcleo de Estudos Sobre Etnopolítica e Territorialidades (NETTA/CNPq/UNIFAP).

Luciano Magnus de Araújo: Mestre em Ciências Sociais, Antropólogo, Coordenador do curso de licenciatura em Sociologia da UNIFAP (portaria 0249/2021), Coordenador-líder do grupo de pesquisa e estudos NAIMI/CNPq/UNIFAP (<http://naimi-unifap.blogspot.com.br/>). E-mail: proflucianounifap@gmail.com

Raylana Quelly Pantoja de Aquino: Graduada em licenciatura em sociologia, pela Universidade Federal do estado do Amapá (UNIFAP). E-mail: raylana_quelly@hotmail.com

Elane de Sousa dos Santos: Graduada em licenciatura em sociologia, pela Universidade Federal do estado do Amapá (UNIFAP). E-mail: elane2santos23@gmail.com

Cláudio Márcio Campos de Mendonça: Pós-Doutorado em Gestão na Católica Porto Business School, Doutorado em Administração pelo PPGA/UFRN, Mestrado em administração, Especializações: MBA em Gestão da Tecnologia da Informação e Gestão Universitária. Graduações em Processamento de Dados e Administração. Atualmente Professor com Dedicção Exclusiva na Universidade Federal do Amapá, lecionando disciplinas nos Cursos de Graduação em Administração e no Mestrado Profissional em Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia (PROFNIT). Experiência nas áreas de tecnologia da informação, estratégia, educação a distância e gestão de ensino superior. Professor Universitário desde 1997 e atuado como Diretor de TI, Pró-Reitor de Graduação e Diretor de Qualidade Acadêmica de um Universidade Privada. Avaliador do MEC para cursos de Administração à Distância. Universidade Federal do Amapá. Currículo Lattes: <<http://lattes.cnpq.br/0548149279978063>>. E-mail: cmarcio@gmail.com / cmarcio@unifap.br

Manoel Veras de Sousa Neto: Doutor em Administração pela Universidade de São Paulo (USP); Mestre em Engenharia Elétrica pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP); e Graduado em Engenharia Elétrica pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). É professor titular da UFRN e atuante na área de Administração, com ênfase em Gestão e Tecnologia da Informação. Coordena o grupo de pesquisa registrado no CNPQ: Estudos Organizacionais em Gestão de Projetos. Coordena a especialização em Gestão Dinâmica de Projetos na UFRN; dentre outras atividades. E-mail: manoel.veras@uol.com.br

Cecília Maria Chaves Brito Bastos: Graduada em História Licenciatura e em Serviço Social - Universidade Federal do Pará, Mestra em Desenvolvimento Sustentável - Universidade de Brasília e Doutora em Educação - Universidade Federal de Uberlândia. Professora da Universidade Federal do Amapá (UNIFAP), atua nos cursos de graduação em História (Licenciatura) e Pós Graduação no Mestrado Profissional em História (ProfHistória) e no curso de Especialização em Política Educacional.

Izabel Cristina Medina Brum: Graduada em Letras, Especialista em Língua Inglesa; Mestra em Estudos da Tradução; Doutoranda em Estudos Literários. Membro do Departamento de Filosofia e Ciências Humanas e docente do Curso de Relações Internacionais da Universidade Federal do Amapá. Pesquisadora no campo de Estudos da Tradução. Endereço eletrônico: izabelmedinabrum@gmail.com

Simone Maria Palheta Pires: Professora Adjunta no Curso de Direito da Universidade Federal do Amapá (UNIFAP). Pós-doutorado em Sociologia pela Universidade de Coimbra (Centro de Estudos Sociais - CES). Doutora em Direito pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Especialista em Direito Processual Civil e Metodologia em Ensino Superior pela Universidade Estácio de Sá (UNESA). Advogada. Líder do Grupo de Pesquisa "Acesso à Justiça e Observatório da Justiça Amapaense" da Universidade Federal do Amapá (UNIFAP). E-mail: eliasimone@hotmail.com

Thalyta Rocha Belfort Pereira: Assistente Administrativo na Controladoria-Geral do Estado do Amapá (CGE/AP). Pós-Graduada em Direito Público pelo Complexo Educacional Renato Saraiva (CERS). Especialista em MBA em Gestão Pública pela Faculdade Cristã da Amazônia (FCA). Bacharel em Direito pela Universidade Federal do Amapá (UNIFAP).

Pesquisadora no Grupo de Pesquisa “Caleidoscópio Tucuju do Direito” da Universidade Federal do Amapá (UNIFAP). E-mail: thalyta_belfort@hotmail.com

Rosana Torrinha Silva de Farias: Doutora em Geografia (UFG); Professora do Curso de Licenciatura em Geografia da UNIFAP; desenvolve pesquisa e extensão na área de ensino da Geografia.

Alexandre Pinheiro de Freitas: Licenciado em Geografia (UNIFAP). Atua no ensino básico com o ensino da disciplina Geografia. E-mail: ale13freitas@hotmail.com

Frederico Silva de Carvalho: Licenciado em Geografia (UNIFAP). Atua no ensino básico com o ensino da disciplina Geografia. E-mail: fred_belema@hotmail.com

Roberto José Nery Moraes: Professor concursado para a disciplina Direito Processual Penal da UNIFAP, graduado em Direito pela Universidade Federal de Goiás, especialista em Direito Processual Penal, Direito Processual Civil e Direito Administrativo, Psicólogo, com bacharelado, licenciatura e formação clínica pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Membro Fundador da Academia Amapaense de Letras Jurídicas (AALJ), ex-delegado de Polícia do Estado do Amapá, advogado militante, ex-coordenador do Curso Jurídico UNIFAP, Coordenador do Núcleo de Pesquisa em Direitos Humanos e Direitos e Deveres da Cidadania Brasileira, ex-consultor Jurídico do Instituto de Previdência do Estado do Amapá (IPEAP), membro da Federação Espírita Umbandista e dos Cultos Afro Brasileiros do Estado do Amapá (FEUCAB), mestre em Direito Ambiental e Políticas Públicas pela UNIFAP, ganhador do Prêmio Brasil de Advocacia promovido pela Wektra International, do Troféu Guarita 2008 ofertado pelo Jornal O Eco do Vale e a Associação de Escritores de Turismo, Sociedade e Lazer do Rio Grande do Sul, do Troféu Giusep Garibaldi 2008 e Troféu Anita Garibaldi 2008, ofertado pelo Instituto Giusep Garibaldi e Anita Garibaldi”.

Antonio Sabino da Silva Neto: Doutorando em Sociologia (UFC). Professor do curso de graduação em Direito do Campus Marco Zero da Universidade Federal do Amapá. Líder do Núcleo de Estudos em Política e Conflitos Sociais. E-mail: antoniosabino@unifap.br

João Paulo Araujo dos Santos: Graduado em Ciências em Defesa Social e Cidadania (IESP). Major da Polícia Militar do Amapá (PMAP). E-mail: joaomacready@gmail.com

José Caldeira Gemaque Neto: Mestre em Direito Ambiental e Políticas Públicas (UNIFAP). Professor do curso de graduação em Direito do Campus Marco Zero e Pró-Reitor de Relações Interinstitucionais da Universidade Federal do Amapá. E-mail: j.gemaque@hotmail.com

Título: Pesquisa em Ciências Humanas na Amazônia Amapaense - volume 1

Autoria: Alan Bena Aguiar Junior, Alexandre Gomes Galindo, Alexandre Pinheiro de Freitas, Antonio Sabino da Silva Neto, Cecília Maria Chaves Brito Bastos, Cláudio Márcio Campos de Mendonça, Daguinete Maria Chaves Brito, Danilo Sorato Oliveira Moreira, David Junior de Souza Silva, Elane dos Santos de Souza, Frederico Silva de Carvalho, Izabel Cristina Medina Brum, João Paulo Araújo dos Santos, José Alberto Tostes, José Caldeira Gemaque Neto, Linara Oeiras Assunção, Luciano Magnus de Araújo, Maiara Alencar dos Santos, Manoel Veras de Sousa Neto, Mario Teixeira de Mendonça Neto, Marucia Monteiro Mol Pimentel, Myrela Beatriz Santos Pinheiro, Raylana Quelly Pantoja de Aquino, Ricardo Oliveira da Silva, Rita de Cássia Silva Rodrigues, Roberto José Nery Moraes, Rosana Torrinha Silva de Farias, Simone Maria Palheta Pires, Sueli Pereira Pini, Thalyta Rocha Belfort Pereira, Tiago Luedy Silva.

Organização: Marcos Vinicius de Freitas Reis, Cássia Plácido de Oliveira, Warlisson de Sousa Ferreira, Genival Fernandes Rocha

Projeto gráfico: Nepan Editora

Capa e arte final: Marcelo Alves Ishii

Produção editorial e diagramação: Marcelo Alves Ishii

Revisão: Joysse Pâmella Bezerra Santos

Divulgação: Marcelo Alves Ishii

Tipologia: Alegreya 13/17

Número de páginas: 251

ISBN 978-658913541-8



9

786589

135418